



1150014192



T/UNICAMP AL87p

**GILBERTO LUIZ ALVES**

Este exemplar corresponde à redação da Tese  
defendida por Gilberto Luiz Alves  
e aprovada pela Comissão Julgadora em

Data: 28/06/91.

Assinatura: 

**O PENSAMENTO BURGUEÊS E  
O PLANO DE ESTUDOS DO  
SEMINÁRIO DE OLINDA (1800-1836)**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
1991**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

7157/15/1-3

Tese apresentada como exigência parcial para  
obtenção do Título de DOUTOR EM  
EDUCAÇÃO na Área de Concentração:  
Filosofia e História da Educação à Comissão  
Julgadora da Faculdade de Educação da  
Universidade Estadual de Campinas, sob a  
orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

**Comissão Julgadora:**

*Carlos Roberto Jung*

*AJ.*

*João Felipe*

*João*

*João Almeida Paiva Neto*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho, pessoas e instituições contribuíram decisivamente para a sua realização. Ao eximi-las de qualquer responsabilidade, quanto às possíveis insuficiências que a forma final do relatório possa apresentar, sinto-me no dever de expressar a minha gratidão.

Dirijo-me, inicialmente, ao meu orientador de tese, Prof. Dr. Dermeval Saviani, a quem sou grato pelo atendimento instigante e solícito. Manifesto minha dívida, também, para com os professores doutores Newton Aquiles von Zubben e James Patrick Maher, coordenadores de pós-graduação da FE-UNICAMP, pela cortesia que sempre me dispensaram, em Campinas, durante o período de integralização dos créditos. Meus agradecimentos, igualmente, à Nadir, secretária do Curso de Pós-Graduação em Educação, competente e amiga.

Aos professores doutores Casemiro dos Reis Filho, Gilberta S. de Martino Jannuzzi e José Luís Sanfelice externo o meu apreço e o meu reconhecimento pelos questionamentos e sugestões apresentados durante o exame de qualificação.

Aos colegas do grupo de doutorado em História da Educação revelo a minha gratidão pela solidariedade.

Amigos próximos, além do generoso afeto, dispensaram colaboração inestimável na leitura e na revisão dos originais, nas traduções de textos estrangeiros, na indicação e no levantamento de fontes, assim como na discussão do referencial teórico. Entre eles, cito Francisco Cock Fontanella, Elias Boaventura, Ana Lúcia Farah Valente, Silvina Rosa Pereira, Lupércio Antonio Pereira, Gisela A. L. Alexandre, Maria Adélia Menegazzo, Edy Assis de Barros, Fani Goldfarb Figueira, Letizia Zini Antunes e Emanuel Ubirajara da Rocha Porfírio.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela concessão de meu afastamento, em tempo integral, para realizar o curso de doutorado em educação; à CAPES, pela bolsa do PICD, e à Faculdade de Educação da UNICAMP, pela convivência intelectual marcada pelo pluralismo e pelo respeito humano.

**Aos meus pais**

## RESUMO

Este trabalho procura evidenciar o conteúdo burguês do plano de estudos conferido ao Seminário de Olinda por Azeredo Coutinho. Expõe, inicialmente, as diversas formas pelas quais a historiografia tem abordado esse estabelecimento de ensino pernambucano, assim como as questões controvertidas suscitadas pelas interpretações dos compêndios e das monografias. Ressalta, também, o caráter burguês do pensamento do Bispo de Olinda, indicando as suas fontes inspiradoras fundamentais e a sua proximidade em relação às teses econômicas liberais, em que pese a sua adesão ao absolutismo no plano político. Analisa, ainda, o plano de estudos do Seminário de Olinda, segundo os Estatutos de 1798. Entendido como uma manifestação iluminista, são evidenciadas as suas especificidades, as suas limitações, além de seus vínculos com o Humanismo e com a Reforma. O *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus, expressão da Contra-Reforma, representa a postura política antagônica, no interior da análise. É ele que permite explicitar a natureza do combate histórico, na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Ao concluir, o trabalho retoma as questões controvertidas, colocadas pela historiografia, as desenvolve nos limites do quadro teórico construído e das fontes documentais utilizadas e sumaria as contribuições que procurou viabilizar.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	1
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O SEMINÁRIO DE OLINDA, SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA</b>	14
1. Compêndios	15
2. Monografias acadêmicas	22
2.1. Monografias em que o Seminário de Olinda tem relação com o objeto de análise	22
2.2. Monografias em que o Seminário de Olinda é o objeto de análise	27
3. Monografias apologéticas	38
4. Algumas questões que merecem discussão	50
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>AZEREDO COUTINHO E O PENSAMENTO BURGUESES LUSO-BRASILEIRO</b>	53
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>OS ESTATUTOS E O PLANO DE ESTUDOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA</b>	86
1. A Primeira e a Segunda partes dos Estatutos	88
2. O Plano de Estudos conforme a Terceira parte dos Estatutos	101
2.1. O ensino das primeiras letras	105
2.2. O ensino do canto	107
2.3. O ensino de gramática latina	107
2.4. O ensino de retórica	118
2.5. O ensino de filosofia	125
2.6. O ensino de geometria	136
2.7. O ensino de teologia	138
<b>CAPÍTULO IV</b>	
<b>SEMINÁRIO DE OLINDA: CONTROVÉRSIAS E LIMITES HISTÓRICOS</b>	146
1. O nível dos estudos do Seminário de Olinda	148
2. Colégio Real dos Nobres, modelo inspirador do Seminário de Olinda?	151
3. As fontes filosóficas de Azeredo Coutinho	156
4. O dualismo curricular no Seminário de Olinda	159
5. A amplitude da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho	160
6. Os limites históricos do Colégio-Seminário de Olinda	175
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO</b>	185
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	189

## **INTRODUÇÃO**



O tema norteador do presente trabalho gera um impacto, de imediato, e sugere uma indagação, em seguida. Os próprios termos que expressam o tema podem concorrer para a sua formulação: seria burguesa, a rigor, a proposta pedagógica do Bispo Azeredo Coutinho, plasmada no Seminário de Olinda? A indagação é procedente. Pode evidenciar o seu significado uma exposição, de caráter geral, acerca da luta de classes que marcou a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista na sua forma clássica.

Nessa fase, a burguesia representou a classe revolucionária por excelência, enquanto a nobreza e o clero feudais encarnaram as forças reacionárias. A Revolução Francesa correspondeu, classicamente, a um marco histórico de destruição desses dois sócios no interior do Antigo Regime.

Para evidenciar, com maior clareza, o antagonismo entre essas classes, basta rememorar algumas bandeiras dos **livres pensadores** na França setecentista. O **livre pensador** iluminista, ao expressar os ideais burgueses, combateu o autoritarismo e o cerceamento das liberdades individuais, associados ao absolutismo, assim como todas as manifestações de intolerância, tanto a religiosa como a laica. No limite, o entendimento era o de que o feudalismo jamais corresponderia a uma ordem social que pudesse encarnar a razão histórica, daí a necessidade de sua destruição.

O **livre pensador** iluminista sempre identificou a ação da Igreja Católica com o obscurantismo. Não por acaso, o projeto social burguês da Revolução Francesa implicava, quanto à educação, a subtração das escolas ao controle clerical. A permanência dos padres no interior das escolas representaria a perpetuação do obscurantismo e o estímulo à manutenção dos preconceitos, incompatíveis com a necessidade republicana de eleva todos os homens ao domínio das luzes, através do cultivo pleno das potencialidades da razão. A religião católica, assim colocada, reduzia-se, para o **livre pensador**, a um obstáculo para a realização humana, assim como para a viabilização de uma nova sociedade que deveria ser construída, ela própria, segundo os imperativos da razão.

A luta de classes, na França, atingiu seu clímax num processo sangrento que levou reis e nobres à guilhotina. Na seqüência, os padres foram afastados da escola laica, que emergiu das propostas revolucionárias formuladas para a instrução pública.

Resumindo, devem ser frisadas duas idéias fundamentais: a primeira acentua que a Revolução Francesa foi levada a cabo pela burguesia contra o clero e a

nobreza feudais e, a segunda, que a proposta pedagógica burguesa, em fins do século XVIII, subentendia a implosão do controle clerical exercido sobre as escolas, cuja origem e monopólio se estabeleceram durante a vigência do feudalismo.

Ora, em época correspondente teve lugar, no Brasil Colônia, a implantação de uma escola cujo projeto pedagógico visou atender necessidades nitidamente burguesas, segundo o que se pretende demonstrar, mesmo tendo vicejado no interior da Igreja Católica e mesmo sendo, o seu idealizador, um homem muito diferente do livre pensador francês, pois defensor do absolutismo e da escravidão. O Seminário de Olinda foi essa escola e o Bispo Azeredo Coutinho foi esse homem.

Essa é a questão que circunscreve e baliza a investigação.

Assim colocada, faz emergir, ainda, de forma precisa, o corte temporal pleiteado. O trabalho centra-se sobre uma fase muito particular do Seminário de Olinda: a fase em que esteve subordinado à organização que lhe atribuiu Azeredo Coutinho. Delimitam-na, portanto, os anos de 1800, correspondente à reativação da escola, e 1836, quando, a 8 de setembro, o Bispo D. João Perdigão conferiu novos estatutos ao estabelecimento de ensino pernambucano. Desde então, a escola passou a ter um caráter eminentemente pio, restringindo-se aos estudos de natureza teológica. As aulas de gramática, de retórica e de filosofia, integrantes do plano de estudos levado à prática por Azeredo Coutinho, terminaram incorporando-se ao Colégio das Artes, fundado em 1832, que funcionava anexo ao Curso Jurídico de Olinda, criado em 1827.

Por conseguinte, nos limites dos objetivos da investigação, não interessam as vicissitudes pelas quais passou o Seminário de Olinda, a partir de 1836. Também é dispensável o exame da fase em que esteve submetido à orientação jesuítica, filiada ideologicamente à Contra Reforma. Extenso, esse interregno foi mediado pela implantação da escola, em 1573, e pela expulsão da Companhia de Jesus, em 1759.

Quanto à estrutura do relatório final, são identificadas as suas partes integrantes, na seqüência, e explicitados alguns princípios que presidiram a sua elaboração. Como não estão expressos formalmente, esses princípios devem ficar claros, na introdução, para efeito de um correto entendimento das opções adotadas ao longo do trabalho de pesquisa.

Integram o relatório quatro capítulos.

O primeiro, denominado "O Seminário de Olinda, segundo a historiografia", realiza uma incursão no âmbito das obras que analisam a escola. Objetiva salientar as formas pelas quais tem sido abordado o estudo do colégio pernambucano. Para a sua consecução, não foi necessário um levantamento exaustivo das fontes. Bastou o cuidado que presidiu à seleção do material reunido. Nele encontra-se tudo o que de essencial já foi produzido com a intenção de examinar a criação do Bispo Azeredo Coutinho.

No interior da historiografia, não foram priorizadas as obras dos cronistas regionais. As informações que veiculam, muitas vezes, carecem de fidedignidade. Reproduzem, sistematicamente, um anedotário marcado pelo ufanismo regionalista<sup>1</sup>. Praticamente, contudo, suas impressões não deixam de ser consideradas, na medida em que são recuperadas através da coleta realizada pelos autores dos compêndios e das monografias. A busca aos cronistas, por outro lado, não é omitida quando, em casos localizados, lança luzes nas polêmicas que cercam eventos ligados à trajetória do colégio pernambucano, viabilizando a superação de erros de interpretação. Mas isso acontece nos capítulos subseqüentes.

---

(1) Seguem-se dois exemplos:

*"O Bispo Azeredo Coutinho foi talvez o primeiro brasileiro a sonhar para Olinda e para os seus montes um futuro tranqüilo de cidade universitária que viesse consolar a antiga cidade de capitães-generais, de sua viuvez política. Ele fez do velho colégio dos jesuítas o esboço de uma universidade moderna, desenvolvendo o ensino secundário em ensino superior. Olinda seria uma espécie de Coimbra; e o Beberibe o seu Mondego.*

.....

*"Azeredo Coutinho, quando bispo de Olinda, prestou bons serviços à causa da renovação do ensino no Brasil: fez do antigo Colégio dos Jesuítas não só um Seminário para formar padres como uma escola secundária moderna, com o ensino não apenas de Latim mas até de Desenho. Quase um escândalo para a época. Tollenare não hesitou em comparar o Seminário que aquele bispo fundara em Olinda com os liceus departamentais da França.*

*Não houvera até então – 1796 (sic) – escola secundária tão desenvolvida no Brasil. O Seminário fundado por Azeredo Coutinho na sua diocese dá a Olinda um lugar saliente na história da instrução em nosso país.*

*Um dos professores do novo Seminário – professor justamente de Desenho -foi o padre João Ribeiro, depois herói e mártir da revolução de 1817. Diz-se, aliás, que o Seminário, dentro da orientação do Bispo Azeredo Coutinho, tomou-se um foco de liberalismo; alguns sussurram que até de heresia. Mas o Cônego José do Carmo Barata acha que não; e já disse e escreveu que Azeredo Coutinho foi não só grande como patriota e como sábio como grande também como bispo."*

FREYRE, Gilberto. *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*.

4.ed.rev.atual.aument. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. p.39 e 58-9.

Para efeito de classificação, as obras selecionadas foram enquadradas em duas categorias amplas: compêndios e monografias. O compêndio é um "livro de texto para escolas"<sup>2</sup>; é também sinônimo de manual, "pequeno livro", "livro que contém noções essenciais acerca de uma matéria"<sup>3</sup>. Necessariamente abrangente, o compêndio aborda inúmeros temas, se bem que unificados sob a égide de uma matéria. Ao contrário, a monografia corresponde a "dissertação ou estudo minucioso que se propõe esgotar um determinado tema relativamente restrito."<sup>4</sup> Depreende-se, então, que, através dos

---

*"Alvoreceu o século XIX com um novo alento dado à difusão das idéias liberais pelas consequências da Revolução Francêsa reacendendo nos corações dos patriotas a convicção de que a autonomia do Brasil, mais cedo ou mais tarde, seria concretizada.*

*Ao lado do impulso que as idéias liberais violentamente postas em prática no Velho Mundo vieram trazer ao idealismo nunca arrefecido, dos habitantes da colônia, condições mais favoráveis de proselitismo foram criadas com a fundação do Seminário de Olinda, pelo Bispo Dom Azeredo Coutinho, sobre o qual nos fala Fernando Pio, no seu livro inédito, "Apontamentos para a História Religiosa de Pernambuco", e cuja publicação teima em não efetuar.*

*Diz êle: 'Dom Azeredo tinha perfeita visão do mundo e das coisas. Compreendia que o sacerdócio era verdadeira predestinação. Assistia e notava o profundo cataclisma revolucionário que, subterraneamente, fazia estremecer a estrutura política do Brasil. E êle pensava que ainda fôsse tempo de isolar a espada da cruz. O sacerdote, no seu sagrado mistér, longe dos dramas sangrentos. Êle temia essa infiltração das idéias reacionárias estrangeiras, já refletidas no Brasil, no martírio de Tiradentes. E se dentro do sacerdócio vivia a cultura pernambucana, êsse temor era já uma profecia. Foi porisso tudo que, ainda em Lisbôa, embora já Bispo, manteve perante o Rei, irredutível o seu propósito de só aceitar a honrosa indicação a trôco de concordar S. Majestade na 'pura, livre, perpétua e irrevogável doação, à Santa Igreja Catedral de Pernambuco, do colégio, igreja, com tôdas as suas alfaias e cêras, que foram dos jesuítas e que se achavam no seu real fisco, para que no mesmo colégio se estabelecesse o Seminário Episcopal, afim de criar sujeitos hábeis para desempenhar os mistérios e obrigações do sacerdócio e do império'. Carinhosamente, foi o próprio Azeredo quem meditou e escreveu os estatutos do novo seminário, regido segundo as notáveis determinações do Consêlho de Trento, onde não somente se exigiria o aprimorado cultivo das ciências profanas, como também e muito mais ainda uma estrutura moral verdadeiramente modelar. (...) a retirada de Pernambuco do bispo fundador e as contínuas vacâncias do bispado, resultou materialmente, no inverso do que idealizara o grande Azeredo: fundado o Seminário para servir de orientação às elites da época, seminário que 'viera transformar Olinda em uma nova Coimbra', essa mesma instituição foi, lentamente, transformada no mais autêntico reduto das idéias emancipacionistas da época'.*

*A cátedra do Seminário constituiu o prestigioso e eficiente veículo de propaganda daquelas idéias avidamente assimiladas, como um evangelho de liberdade, e contribuiu decisivamente para a formação das sociedades que representaram papel tão evidente na pregação e no preparo do movimento."*

OITICICA, Luis da Rosa. Aspectos da Revolução de 1817. Recife, Nordeste, 1953. p. 24-7.

- (2) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 1.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d. p. 353.
- (3) Id., *ibid.*, p. 882.
- (4) Id., *ibid.*, p. 941.

compêndios, o Seminário de Olinda tem sido abordado como um dentre diversos temas de uma mesma matéria, via de regra a história da educação, ou tem sido objeto de estudos de caráter monográfico. Estes últimos foram subdivididos em acadêmicos e apologéticos. Acadêmicas são as monografias resultantes de investigações levadas a efeito no interior das universidades e instituições devotadas à pesquisa; apologéticas são as monografias elaboradas por integrantes do clero católico. Nas monografias acadêmicas, especificamente, nem sempre o Colégio criado por Azeredo Coutinho constitui o objeto de análise; há casos em que o Seminário de Olinda serve, apenas, para fundamentar algum aspecto particular de um tema mais amplo e abrangente. Um exemplo ilustrativo é *A universidade temporã*, de Luiz Antônio Cunha<sup>5</sup>, que coloca o estabelecimento em foco ao discutir os primórdios do ensino superior no Brasil. Daí ter havido, igualmente, a necessidade de subdivisão das monografias acadêmicas: tem-se, de um lado, as monografias em que a escola ostenta relação com o objeto de análise, mas só vem à tona, ligeiramente, para fundamentar algum aspecto da teia de argumentos construída pela investigação, e, de outro, aquelas em que o Seminário de Olinda é abordado exhaustivamente, por ser o próprio objeto.

Resumindo, a classificação do material historiográfico teve como parâmetro o seguinte quadro de categorias:

1. Compêndios. 2. Monografias acadêmicas: 2.1. Monografias em que o Seminário de Olinda tem relação com o objeto de análise; 2.2. Monografias em que o Seminário de Olinda é o objeto de análise. 3. Monografias apologéticas.

A partir desse quadro, frise-se, as obras selecionadas são descritas. Os choques que emergem de interpretações antagônicas são expostos. Mesmo consonâncias repetidas acriticamente são ressaltadas. Por isso, ao final do capítulo são destacadas questões que merecem exame mais aprofundado. Contudo, esse exame só irá acontecer no quarto capítulo, pois a idéia é a de iluminá-lo com base nas informações e conclusões coligidas ao longo do segundo e do terceiro capítulos. O capítulo inicial, porém, não se exime de expor, às vezes de uma forma mais detalhada, certos passos das obras abordadas. Mesmo porque eles enriquecem o entendimento do tema. Daí as descrições mais demoradas acerca das monografias de Luiz Antônio Cunha, de Manoel Cardozo, de Elpídio M. Cardoso, do Cônego José do Carmo Baratta e do Mons. Severino Leite Nogueira.

---

(5) CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: da Colônia à era Vargas*. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986. 339 p.

O segundo capítulo, " Azeredo Coutinho e o pensamento burguês luso-brasileiro", procura evidenciar o caráter burguês e iluminista da visão de mundo do Bispo de Olinda. Procura demonstrar que os contornos gerais de seu pensamento são expressivos do que mais avançado se produzira em Portugal, na segunda metade do século XVIII.

A forma de organização desse capítulo reveste-se de uma característica que deve ser ressaltada. Ela implica uma opção, qual seja a de não ressaltar exclusivamente os aspectos distintivos do Iluminismo em terras portuguesas. A situação singular de Portugal e suas colônias aparece sempre subordinada à discussão do geral. Busca-se não antagonizar o singular em relação ao geral, descolando-o daquilo que é o fenômeno fundamental e do qual é uma das expressões. Esse perigo, quando chega ao limite da ruptura com o geral, compromete irreversivelmente o trabalho científico. O singular só pode ser compreendido enquanto uma forma de realização do universal<sup>6</sup>.

Há obras que dão expressiva contribuição no sentido de aprofundar a especificidade do caso luso-brasileiro<sup>7</sup>. Elas enriquecem a compreensão do estudioso, em

---

(6) "*(...) os opostos (o singular é o oposto do universal) são idênticos: o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Todo singular é (de um modo ou de outro) universal. Todo universal é (partícula ou aspecto, ou essência) do singular.*" LUKÁCS, Georg. *Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 109.

(7) O rol apresentado na seqüência não pretende ser exaustivo. Tem mais o caráter de exemplo. As três primeiras obras referem-se, especificamente, à educação, enquanto as demais se debruçam sobre a fase da história luso-brasileira dominada pela carismática figura do Marquês de Pombal, ministro de D. José I.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. 226 p.

\_\_\_\_\_. *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. (Lisboa), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (1982). 670 p.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. 241 p.

ANTUNES, Manuel et alii. *Como interpretar Pombal? (No bicentenário da sua morte)*. Lisboa, Brotéria; Porto, Livraria A. L., (1983). 399 p.

CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina: economia e política externa*. 2.ed. São Paulo, Nacional; (Brasília), INL, 1979. 313 p.

CARREIRA, António. *As companhias pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa, Presença, (1983). 426 p.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1982. 532 p.

especial no plano casuístico. Em maior ou menor grau, contudo, essas mesmas obras estão dotadas da limitação apontada. Elas não articulam a manifestação singular do Iluminismo português com o universal, ou o fazem de forma deficiente. Perdem, portanto, em visão sintética e histórica. A preocupação que norteia o segundo capítulo tenta superar essa deficiência. Se, por um lado, impede que a análise naufrague numa infinidade de informações desconexas, as seleciona, de outro. Procura dosá-las para uma mais perfeita articulação entre o singular e o geral.

Realizar a articulação entre o universal e o singular representa, sobretudo, referir a manifestação típica do Iluminismo em Portugal às formas mais desenvolvidas do pensamento burguês no século XVIII. Imediatamente ganham o primeiro plano, então, as formas clássicas do Iluminismo: as formas de sua realização na Inglaterra e na França. Ora, Portugal não estava na vanguarda do desenvolvimento das forças produtivas, no século XVIII. Sua burguesia, como decorrência, era débil. A fragilidade dessa classe, por imposição da correlação de forças desfavorável, tornou-a conciliadora. Logo, no plano das idéias, tendencialmente, não poderia realizar produções que ombreassem às dos grandes pensadores burgueses como Locke, Adam Smith, Quesnay, Voltaire e Diderot. A produção teórica em Portugal, nessa fase, esteve irremediavelmente estigmatizada pelas limitações de sua base material. Isto não quer dizer, contudo, que o pensamento burguês deixou de ser produzido nesse extremo de Península Ibérica mas, sim, que esse pensamento revela-se "impuro", pois mescla-se com o pensamento feudal e ganha configurações ambíguas. No âmbito político, certas iniciativas chegam a ser repudiadas pelos pensadores iluministas franceses<sup>8</sup>. Em Portugal, por força de seu atraso material, o Iluminismo não pôde brandir, com igual vigor, as bandeiras defendidas pela burguesia

---

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos*. 2.ed. Lisboa, Moraes, 1982. 193 p.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. (Coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa, Estampa, 1984. 2 v.

- (8) O caso da morte do padre jesuíta Malagrida, queimado pela Inquisição, a mando de Pombal, e tido como "velhinho doido" por António Sérgio, é expressivo. Nos centros do Iluminismo europeu, Pombal foi condenado veementemente. A propósito desse suplício, Voltaire afirmou que "*l'excès du ridicule et de l'absurdité y fut joint à d'horreur*". Saint Priest, analisando a política antijesuítica de Pombal, escreveu: "*Podia-se acreditar que a opinião em França estaria mais disposta do que qualquer outra a acolher bem as acusações aos Jesuítas do ministro português: os enciclopedistas deviam ser-lhes auxiliares úteis e fiéis; entanto, não sucedeu assim. Os documentos emanados da corte de Lisboa pareceram ridículos na forma e desastrosos na substância.*" Apud SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. 11.ed. Lisboa, Sá da Costa, 1983. p. 124.

revolucionária contra a nobreza e o clero feudais. Em terras portuguesas, a burguesia, além de débil e conciliadora, foi reformista. O Iluminismo luso expressou a situação da classe da qual era uma arma ideológica. Nem poderia ser diferente. Foi tão conciliador quanto o comportamento político da burguesia portuguesa; foi tão débil quanto a classe que representava.

Tal e qual o pensamento burguês em Portugal, na segunda metade do século XVIII, foi Azeredo Coutinho. Defendeu as posições políticas mais avançadas do reino. Foi partidário do liberalismo, do despotismo esclarecido e, como consequência, do regalismo, que solapava as bases da autoridade papal. Essas posições que expressam, elas próprias, a singularidade do caso luso-brasileiro, só podem ser compreendidas a partir das condições históricas concretas de Portugal. Ao nível da análise histórica, a consideração à singularidade, no presente caso, só se revela pelo cumprimento desse pressuposto. Referir tais opções políticas ao quadro histórico francês, como o faz Paim<sup>9</sup>, e, com base nele, considerá-las conservadoras, no todo ou em parte, é ignorar as condições históricas concretas, é dar autonomia às idéias e exigir que a elas se ajuste a história. Limitado, também ele, pela base material do reino e pelo ambiente intelectual que sobre ela se construiu, Azeredo Coutinho não superou os condicionamentos que se operavam sobre a formação do cidadão luso-brasileiro. Foi ele, antes de tudo, um homem de seu tempo e de seu espaço.

Quem repassa detidamente os escritos de Azeredo Coutinho, constata a falta de originalidade de suas idéias. Mas não pode deixar de constatar, como contrapartida, o seu conhecimento de grande parte do que se produziu de mais avançado na Europa, à sua época. Por sinal, há um traço marcante desse prelado, que tem merecido juízos diferentes de seus estudiosos, mas que, no fundo, revela a sua atualização. Em quase todos os seus escritos flagram-se transcrições mais ou menos extensas de outros pensadores. Pode-se argumentar em seu favor, porém, que suas cópias, ou plágios, incidem sobre escritos de pensadores identificados com a perspectiva burguesa, portanto historicamente progressista. Maria Beatriz Nizza da Silva aponta "tradução literal" do *Traité de l'éducation des filles*, de Fénelon, na segunda parte dos *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boavista de Pernambuco*<sup>10</sup>. Leonardo Trevisan reconhece que certos passos dos

(9) PAIM, Antônio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo; EDUSP, 1967. p. 46-7.

(10) SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia*. Petrópolis, Vozes, 1981. p. 73.



**Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça da Cidade de Olinda de Pernambuco** são "cópias" das **Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica...**, a exemplo dos dispositivos que regulamentam a estrutura curricular, claramente calcados em Verney<sup>11</sup>. Sérgio Buarque de Holanda, irradamente, refere-se à "pilhagem" perpetrada por Azeredo Coutinho no "Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias", tendo como fonte **Institutions Politiques**, do Barão de Bielfeld<sup>12</sup>. Lupércio A. Pereira identifica, ainda, outra coincidência entre esse ensaio e a obra **Do Espírito das Leis**, de Montesquieu<sup>13</sup>. Essas considerações não são enunciadas no sentido de fazer o trabalho enveredar pelo exame de polêmicas sobre plágio. Tal abordagem é inútil. O propósito, repita-se, é acentuar a atualização de Azeredo Coutinho quanto ao que foi produzido teoricamente até sua época e, mais importante ainda, suas opções na eleição de fontes de embasamento, sempre reveladoras de uma postura avançada. O Bispo de Olinda foi um pensador nitidamente burguês. E, se essa afirmação carece de maior impacto, pela falta de originalidade de suas idéias, merece registro o fato de ter sido um ideólogo conseqüentemente burguês em todos os empreendimentos políticos a que se dedicou. O Seminário de Olinda, objeto deste trabalho, é o melhor exemplo dessa assertiva.

Há um outro pressuposto que está na base não só do segundo capítulo. Fundamenta, também, os capítulos subseqüentes. É o mais importante que permeia o trabalho. Esteve, inclusive, na origem da escolha do tema. É o pressuposto que permite a formulação da concepção de história norteadora da investigação.

Ao buscar evidenciar o caráter avançado da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho – a mais avançada proposta pedagógica brasileira, na passagem do século XVIII para o século XIX – este trabalho se soma às intenções de outras obras já publicadas. O Seminário de Olinda e o seu fundador têm se prestado à apologia dos cronistas regionais. Têm sido decantados, também, por compêndios e por monografias. Essas obras não podem ser desmerecidas. É necessário reconhecer, mesmo, que elas são repositórios de informações indispensáveis à avaliação dessa proposta pedagógica, formulada em 1798 e

---

(11) TREVISAN, Leonardo. **Estado e educação na história brasileira (1750/ 1900)**. São Paulo, Moraes, 1987. p. 33-5.

(12) HOLANDA, Sérgio Buarque de. "**Apresentação**". In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Obras econômicas de ... (1794-1804)**. São Paulo, Nacional, 1966. p. 45-6.

(13) PEREIRA, Lupércio Antonio. **Limites históricos do pensamento abolicionista: uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão no Brasil**. Assis, UNESP, 1986. p. 146.

implantada em 1800, assim como à compreensão de suas possibilidades e limitações. Contudo, o pressuposto de que se fala aponta para a insuficiência dessas informações e das abordagens que lhes correspondem. A avaliação rigorosa e radical do Seminário de Olinda ainda não foi realizada. E não foi realizada porque não tentada, até o momento, na perspectiva da **ciência da história**.

Parafraseando Marx, a história é entendida como "*a história das lutas de classes*"<sup>14</sup>. Portanto, para o historiador, no decorrer do trabalho de investigação, desenredar as relações do objeto é, fundamentalmente, desvelar o combate que as forças sociais travam, na fase histórica que se tem em vista, e as formas pelas quais o objeto reflete tal antagonismo. Logo, o combate é a própria expressão da história e fazer a abordagem científica de um objeto dado é, necessariamente, incidí-lo por inteiro na forma histórica assumida pela luta de classes. Para tanto, é essencial a captação das leis que regem a ordenação social. No caso da presente investigação, é a ciência da história que viabiliza a captação das leis que presidem a transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Pelo domínio dessas leis é possível, ainda, penetrar as funções concretas assumidas pela educação, no interior dessa fase da história da humanidade; é possível, portanto, apreender as funções concretas assumidas por um estabelecimento escolar, como é o caso do Seminário de Olinda.

A investigação proposta, como decorrência, só secundariamente utilizou os compêndios e as monografias referentes à escola pernambucana. Além de dotar-se do instrumental teórico, propiciado pela ciência da história, optou pela manipulação de obras clássicas e documentais.

*"Clássicas são aquelas obras da literatura, de filosofia, de política, etc., que permaneceram no tempo e continuam sendo buscadas como fontes do conhecimento. E continuarão desempenhando essa função pelo fato de terem registrado, com riqueza de minúcias e muita inspiração, as contradições históricas de seu tempo. Elas são produções ideológicas, pois estreitamente ligadas às classes sociais e aos interesses que delas emanam, mas são também meios privilegiados e indispensáveis para que o homem*

---

(14) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "*Manifesto del Partido Comunista*". In: *Obras escogidas*. Moscú, Progreso, s.d. p. 32.

*reconstitua a trajetória humana e descubra o caráter histórico de todas as coisas que produz."*<sup>15</sup>

As obras clássicas e as fontes documentais são o suporte empírico maior das análises e conclusões que permeiam este trabalho.

O terceiro capítulo, designado "Os Estatutos e o Plano de Estudos do Seminário de Olinda", procurou evitar o caminho da exposição estática do conjunto desses estudos. Até mesmo para evidenciar o seu conteúdo avançado, procedeu-se a uma abordagem que expõe o movimento que esteve na base do desenvolvimento da educação burguesa, desde o Humanismo, passando pela Reforma, até chegar ao Iluminismo. A postura antagônica, identificada com a reação a esse desenvolvimento, é expressa pela Contra-Reforma. A proposta humanista é representada por Erasmo. A da Reforma encarna-se em Comênio, enquanto a iluminista é a formulada por Azeredo Coutinho, segundo os Estatutos do Seminário de Olinda. O *Ratio Studiorum*, sistematizado pela Companhia de Jesus, é tomado como paradigma da Contra-Reforma.

Pode ser questionado o fato da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho ser acolhida como expressão do Iluminismo, mesmo porque não representa a sua forma mais desenvolvida. Esse questionamento, em parte, é procedente. Contudo, o Seminário de Olinda, onde tal proposta foi levada à prática, é o objeto da investigação. Por outro lado, a realidade histórica de que se trata é a luso-brasileira e não a das nações mais avançadas do século XVIII. Para suprir a limitação apontada, porém, a análise ressalta aqueles aspectos do plano de estudos do Seminário de Olinda que ficam aquém da proposta pedagógica burguesa mais desenvolvida.

O quarto e último capítulo, intitulado "*Seminário de Olinda: controvérsias e limites históricos*", tem caráter sintético. Retoma as questões levantadas a partir da historiografia, no primeiro capítulo, e, enriquecido pelas informações e conclusões do segundo e do terceiro, assim como pelo exame de outros documentos, expõe o que foi possível sistematizar. Recebem tratamento questões como o nível dos estudos do Seminário de Olinda, as fontes filosóficas do Bispo de Olinda, o dualismo curricular sugerido pelas análises dos compêndios, a pretensa influência modelar do Colégio dos Nobres e a

---

(15) ALVES, Gilberto Luiz. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. Rev. *Novos rumos*, São Paulo, 16 :112, 1990.

amplitude da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho. Os resultados coligidos auxiliam a configurar o alcance político do empreendimento levado a cabo pelo Bispo de Olinda. O último capítulo discute, ainda, os limites históricos do Seminário de Olinda. Se bem que de forma periférica, no interior da abordagem dessa questão, chega-se a tocar, também, as ligações que se produziram entre o colégio olindense e a Revolução Pernambucana de 1817.

As conclusões, finalmente, procuram destacar as contribuições que a investigação procurou viabilizar.

## **CAPÍTULO I**

**O SEMINÁRIO DE OLINDA,  
SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA**

Tal como foi enunciado na "Introdução", este primeiro capítulo procura realizar uma incursão ao interior dos compêndios e monografias que abordam o Seminário de Olinda. Procura expor as suas correspondentes formas de abordagens, suas conclusões e, finalmente, ressaltar interpretações consensuais ou discrepantes que exigem considerações complementares. São essas interpretações que dão margem às questões relacionadas no seu término.

É um capítulo descritivo. Como tal, inicia-se pela apresentação dos conteúdos dos compêndios, passa para os das monografias acadêmicas e encerra-se com a exposição das interpretações contidas nas monografias apologéticas.

## 1. COMPÊNDIOS

Nem sempre os compêndios deram uma maior atenção ao Seminário de Olinda. Constatamos que, no passado, a tendência de ignorar esse estabelecimento de ensino foi mais acentuada do que em nossos dias. José Ricardo Pires de Almeida, autor da "*primeira história sistematizada da educação brasileira*", segundo o seu tradutor, nada diz acerca do colégio olindense. Arrola, isto sim, "*D. José Joaquim da Cunha de Azevedo (sic) Coutinho, Bispo de Elvas*", entre os nomes de "*homens instruídos, sábios, eruditos, dos quais o Brasil se orgulha ainda hoje*", formados na Universidade de Coimbra<sup>16</sup>. Afrânio Peixoto nem mesmo nomeou Azeredo Coutinho ou a sua obra<sup>17</sup>. Primitivo Moacyr, freqüentemente detalhista e minucioso, se restringiu a informar o ano da criação da escola<sup>18</sup> e a transcrever um extrato de Ataliba Nogueira cujas alegações, de fidedignidade discutível, continuaram sendo reproduzidas por outros compêndios mais recentes.

*"Seminario de Olinda. 'Desde a sua fundação em 1800 exerceu poderosa influencia na formação intelectual do norte do Brasil. Era o curso secundario mais completo do país. Acolhia elevado numero de alunos, não*

---

(16) ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. São Paulo, PUC; Brasília, INEP, 1989. p. 29-30.

(17) PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história da educação*. 3.ed. São Paulo, Nacional, 1942. 357 p.

(18) "1798 - É creado, em Olinda, o Seminario pelo bispo D. Azevedo (sic) Coitinho."

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o imperio (Subsídios para a história da educação no Brasil): 1823-1853*. São Paulo, Nacional, 1936. 1ª v., p. 31.

*só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda todos quantos não podiam ir a Coimbra fazer os seus estudos. A filosofia em voga em suas cadeiras era a carteziana, a ponto do Seminário se converter em ninho de idéas liberais e adotar como evangelho político a doutrina dos filósofos do século 18. Mais que as sciencias eclesiasticas eram divulgados os episodios da Revolução franceza, partindo daquele nucleo intelectual o gosto pelas idéas subversivas, cujos adeptos passaram a organizar academias secretas...'*<sup>19</sup>

É certo que estudos contemporâneos também incluem-se entre os que omitem esse expressivo colégio pernambucano<sup>20</sup>, mas a tendência, presentemente, é inversa. Na medida em que se aprofundam as investigações, em que são publicadas monografias a respeito ou recuperados documentos essenciais à compreensão histórica das idéias e instituições educacionais brasileiras, mais o Seminário de Olinda vem ganhando relevo nos textos dos compêndios. Em especial, ocasionaram grande influxo nessa tendência a "redescoberta" dos Estatutos da escola, a publicação de **Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho**<sup>21</sup>, as investigações de Luiz Antônio Cunha, de Maria Beatriz Nizza da Silva, de Leonardo Trevisan, de Elpídio M. Cardoso, de Manoel Cardozo, de Mons. Severino Leite Nogueira, assim como os escritos que delas decorreram<sup>22</sup>.

(19) MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias (Subsídios para a história da educação no Brasil): 1834-1889*. São Paulo, Nacional, 1939. 1º v., p. 624-5.

(20) Ver, por exemplo, FERREIRA, Tito Livio. *História da educação lusobrasileira*. São Paulo, Saraiva, 1966. 287 p.; LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 1.ed. Brasília; Rio de Janeiro, Brasília, 1974. 273 p.; BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo, DIFEL; Porto Alegre, URGs, 1976. 354 p.

(21) COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Obras econômicas de ... (1794-1804)*. São Paulo, Nacional, 1966. 318 p.

(22) CARDOZO, Manoel. "Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época". In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. (Org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970. p. 86-122.

CARDOSO, Elpídio M. *Tendências renovadoras e conservadoras na filosofia da educação de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho*. Rio de Janeiro, PUC, 1975. 160 p. (Dissertação de mestrado)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*. Recife, FUNDARPE, 1985. 383 p.

Três ordens de considerações estão presentes nos compêndios, quando analisam o Seminário criado por Azeredo Coutinho: 1ª) a referente à estrutura do ensino, que envolve os aspectos de organização curricular, de divisão do trabalho docente e de relação entre professor e aluno; 2ª) a relativa a curiosidades históricas acerca do funcionamento da escola; 3ª) e a correspondente à vinculação do estabelecimento de ensino às idéias vigentes no século XVIII e o início do século XIX.

Tomando-se como exemplos as obras de Fernando Azevedo<sup>23</sup>, de Geraldo Bastos Silva<sup>24</sup>, de Maria Luisa Santos Ribeiro<sup>25</sup>, de Valnir Chagas<sup>26</sup> e de José Antonio Tobias<sup>27</sup>, é possível verificar que todas sempre evidenciam aspectos da estrutura do ensino, assim como fazem registros de curiosidades ligadas ao funcionamento do Seminário. Com exceção de Geraldo Bastos Silva, há a preocupação, nos demais, de fazer a vinculação da escola, direta ou indiretamente, às reformas pombalinas da instrução pública. Valnir Chagas, Fernando de Azevedo e José Antonio Tobias avançam mais e abordam o estabelecimento de ensino no interior de movimentos de idéias que revolucionavam Portugal e a Europa. São nomeados, explicitamente, o Iluminismo, o enciclopedismo, a filosofia de Descartes, as idéias liberais, os ideais republicanos e democráticos do século XVIII, o despotismo esclarecido e a reação antijesuítica<sup>28</sup>.

Para ilustrar, com maior riqueza de detalhes, Fernando de Azevedo realça a organização curricular do Seminário de Olinda em função da "importância dada, no

---

CUNHA, Luiz Antônio. Op. cit.

TREVISAN, Leonardo. Op. cit.

- (23) AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura: parte 3. da 5.ed. da obra A cultura brasileira. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. 268 p.
- (24) SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo, Nacional, 1969. 416 p.
- (25) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 139 p.
- (26) CHAGAS, Valnir. Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus -antes, agora e depois? São Paulo, Saraiva, 1978. 386 p.
- (27) TOBIAS, José Antonio. História da educação brasileira. 2.ed. São Paulo, Juriscredi, s.d. 496 p.
- (28) Dos cinco compêndios ora tomados como exemplos, o de Fernando de Azevedo, ao longo de quatro páginas, é o mais copioso em considerações. Em seguida aparecem os de José Antonio Tobias, com três, e de Valnir Chagas, com duas páginas. Geraldo Bastos Silva redige um período que não chega a tomar meia página, enquanto Maria Luisa Santos Ribeiro emite suas idéias acerca do Seminário de Olinda numa nota de rodapé.



*plano de estudos, ao ensino das matemáticas e das ciências físicas e naturais*", matérias novas que se acrescentaram "ao lado das (...) que constituíam o currículo tradicional"<sup>29</sup>. Maria Luisa Santos Ribeiro reconhece, igualmente, que o colégio "dava maior atenção às matemáticas e às ciências naturais"<sup>30</sup>, enquanto Geraldo Bastos Silva destaca tanto a organização das ciências naturais "e dos estudos clássicos num currículo unificado", como "a divisão do trabalho docente entre vários professores e a reunião de alunos em classes ou séries de estudos"<sup>31</sup>. Para José Antonio Tobias, Azeredo Coutinho elaborou um plano de estudos que "conservava (...) a tradicional educação brasileira, literária e jesuítica, acrescentando-lhe, porém, um elemento nôvo, científico e pombalino."<sup>32</sup> Valnir Chagas se refere à "estrutura bem definida" do Seminário, que incluía "um plano articulado de ensino". Em oposição às aulas-régias, constata na escola olindense a existência de "ordenação lógica e gradual das disciplinas, duração prefixada dos cursos e reunião dos estudantes em classes." Reitera, também, a informação de que o currículo do Seminário ligava "o clássico ao moderno"<sup>33</sup>.

O "clássico", em Valnir Chagas, corresponde àquela parte do currículo denominada "tradicional" por Fernando de Azevedo, por Geraldo Bastos Silva e por José Antonio Tobias. Seria representado, basicamente, pela gramática, retórica, filosofia e teologia. Já o "moderno", o "novo", se expressaria, fundamentalmente, na física, na química e na história natural, ainda desenvolvidas dentro da filosofia, bem como na geometria – abrangendo a aritmética, a geometria propriamente dita, a trigonometria e a álgebra – e no desenho.

Quanto ao fim perseguido por essa organização curricular, as informações dos compêndios nem sempre são explícitas, mas são convergentes. Segundo Valnir Chagas, tal currículo visava ao "preparo 'de um bom cidadão e de um indagador da natureza' que aprenda a 'procurar a verdade nas suas fontes'". Os instrumentos dessa procura seriam a observação direta e a experiência<sup>34</sup>. Fernando de Azevedo, nesse aspecto, repete Oliveira Lima e Gilberto Freyre mas, como as citações de ambos são reiterativas, registra-se

(29) AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, p. 66.

(30) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Op. cit.*, p. 17.

(31) SILVA, Geraldo Bastos. *Op. cit.*, p. 190.

(32) TOBIAS, José Antonio. *Op. cit.*, p. 142.

(33) CHAGAS, Valnir. *Op. cit.*, p. 10.

(34) *Id.*, *ibid.*, p. 11.

somente a do primeiro. O Bispo de Olinda "*visava a formar no Seminário que fundara com certo luxo de ensino das ciências naturais, – cadeiras de física, química, mineralogia, botânica e desenho –, gerações de párocos-exploradores, os quais a um tempo pastoreassem as almas e devassassem as riquezas vegetais e minerais de suas freguesias, podendo compreender os descobrimentos que fizessem e sabendo tirar deles proveito*"<sup>35</sup>. Maria Luiza Santos Ribeiro entende que o Seminário formou "*párocos mais voltados para o ambiente urbano e para os métodos exploratórios de investigação da natureza*"<sup>36</sup>. Geraldo Bastos Silva e José Antonio Tobias passam ao largo da finalidade da escola.

A propósito da relação entre professor e aluno, os comentários dos compendiadores também estão destituídos de divergências. Fernando de Azevedo destaca as novas tendências pedagógicas, refletidas dentro do Seminário de Olinda "*no ambiente liberal que nele se criou*"<sup>37</sup>. Maria Luisa Santos Ribeiro afirma que a escola "*empregava métodos mais suaves*"<sup>38</sup>. Valnir Chagas realça o "*relacionamento mais vivo e cordial entre mestre e discípulo*"<sup>39</sup>. José Antonio Tobias, por fim, associa Azeredo Coutinho a Comênio, por entender "*Notável a pedagogia humana e compreensiva do inteligente bispo; exigia compreensão para com o educando e tratamento humano para com a criança.*"<sup>40</sup>

Já as curiosidades históricas, freqüentemente referidas nos compêndios no sentido de ilustrar e enriquecer os registros acerca do Seminário de Olinda, são de dois tipos. O primeiro, repetido com insistência, faz a vinculação do colégio com a revolução liberal pernambucana de 1817. Fernando de Azevedo, na mesma trilha de Oliveira Lima<sup>41</sup>, afirma que a escola influenciou "*no preparo e na direção da revolução pernambucana de 1817*"<sup>42</sup>. José Antonio Tobias, depois de repetir Ataliba Nogueira, citado por Primitivo

---

(35) AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, p. 66.

(36) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Op. cit.*, p. 17.

(37) AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, p. 66.

(38) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *Op. cit.*, p. 17.

(39) CHAGAS, Valnir. *Op. cit.*, p. 11.

(40) TOBIAS, José Antonio. *Op. cit.*, p. 143.

(41) A interpretação de Oliveira Lima é a seguinte: "*A independência brasileira foi mais diretamente servida no seu preparo pelo Seminário que, em Pernambuco fundou Azeredo Coutinho*". Apud BARATTA, Cônego José do Carmo. *Escola de heróis: o Colégio de N. S. das Graças o Seminário de Olinda*. (2.ed.) Recife, Com. Est. das Comem. do Sesquicent. da Independência, 1972. p. 58.

(42) AZEVEDO, Fernando de. *Op. cit.*, p. 67.

Moacyr, também reconhece a existência de "ligação, direta e fecunda, do Seminário de Olinda com a Revolução Pernambucana, de 1817"<sup>43</sup>. Maria Luisa Santos Ribeiro vincula não o estabelecimento de ensino mas os párocos, por ele formados, à revolução<sup>44</sup>. Também Valnir Chagas fala de uma contribuição indireta do Seminário para a eclosão desse movimento liberal<sup>45</sup>.

O segundo tipo de curiosidades históricas é expresso pelo próprio conteúdo das citações de outros estudiosos ou pelas referências indiretas de suas idéias. Não acrescenta novidades, pois só reforça juízos emitidos pelos compendiadores. Em Fernando de Azevedo as citações são abundantes. Além das já referidas, retiradas de obras de Gilberto Freyre e de Oliveira Lima, são registradas outras de Tollenare e de Capistrano de Abreu. Tollenare compara o Seminário "a um liceu francês dos departamentais"<sup>46</sup>. Capistrano de Abreu conclui que "sem Azeredo Coutinho não surgiria a geração idealista de 1817"<sup>47</sup>. Gilberto Freyre e Oliveira Lima são ainda citados em oportunidades que não as já descritas: o primeiro para contrapor o educandário pernambucano aos seminários da Companhia de Jesus, pois aquele "já não era o jesuítico, com seu ensino excessivamente retórico, literário e religioso" e, o segundo, para expressar o julgamento de que em Olinda se implantara "o melhor colégio de instrução secundária no Brasil"<sup>48</sup>. Reitera o último julgamento a assertiva de um viajante, que, em 1808, segundo Geraldo Bastos Silva, teria afirmado ser o Seminário "talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício (...) mas pela polícia e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica"<sup>49</sup>. José Antonio Tobias, igualmente, recoloca surradas impressões de Oliveira Lima, cita Gilberto

---

(43) TOBIAS, José Antonio. Op. cit., p. 145.

(44) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Op. cit., p. 17.

(45) CHAGAS, Valnir. Op.cit., p. 11.

(46) AZEVEDO, Fernando de. Op.cit., p. 66.

(47) Apud AZEVEDO, Fernando de. Op.cit., p. 67.

(48) Apud AZEVEDO, Fernando de. Op.cit., p. 66.

(49) Apud SILVA, Geraldo Bastos. Op.cit., p. 190. O fato foi relatado, originalmente, pelo cronista Pereira da Costa nos Anais Pernambucanos: "O Seminário, escreveu um viajante ilustre que o visitou em 1808, é talvez o melhor que temos no Brasil, não pelo edifício, que, todavia, está reedificado, e tem uma cerca, mas pela polícia e economia não só no que respeita à educação ingênua e liberal, mas principalmente à educação científica ... Não há número certo de pensionistas, e cada uma (sic) paga anualmente 100\$000. Além de aulas de belas artes, tem ainda as de todas as ciências que podem formar um bom cidadão e um eclesiástico instruído; os seus professores se fazem dignos do conceito público de que gozam pelos seus abalizados

Freyre, baseia-se em Fernando Azevedo e transcreve o extrato de Ataliba Nogueira, que Primitivo Moacyr inseriu em sua obra. Os textos dos compêndios, dessa forma, tendencialmente se repetem e reforçam as suas fontes. Necessariamente, como decorrência, predominam as consonâncias. As citações ligam e homogeneizam citadores e citados, de tal forma que em nada avançam os conteúdos dos compêndios.

Finalmente, à exceção de Geraldo Bastos Silva, todos os demais compendiadores estabelecem relações entre o Seminário de Olinda e movimentos e idéias difundidos em seu tempo. Maria Luisa Santos Ribeiro faz a vinculação indireta da escola com as reformas pombalinas da instrução pública, ao afirmar que sua concepção "*pretendia seguir o modelo do Colégio dos Nobres criado em Lisboa em 1761*". Essa intenção não teria chegado a se concretizar, porém<sup>50</sup>. José Antonio Tobias reforça essa interpretação, mas vai além. A criação de Azeredo Coutinho seria um "*fruto remoto do 'Colégio dos Nobres'*"<sup>51</sup> e teria "*pregado*" e "*espalhado*", também, "*a filosofia de Descartes, as idéias liberais e os ideais republicanos e democráticos do século XVIII.*"<sup>52</sup> Para Valnir Chagas, o Seminário de Olinda teria sido uma das formas de manifestações do Iluminismo no Brasil. Nesse sentido, seria mais expressivo do que as aulas-régias e o Seminário do Convento de Santo Antonio, educandário franciscano localizado no Rio de Janeiro, pois somente ele teria produzido uma ruptura em relação à "*tradição deixada pela Companhia*", abrindo, dessa forma, "*a primeira fenda por onde enfim penetrariam no Brasil as idéias iluministas*"<sup>53</sup>. As reformas pombalinas, "*híbrido de classicismo e modernismo*", teriam sido o canal veiculador dessas idéias, assim como foram, em Portugal, expressão de movimentos convergentes que convulsionavam a Europa. Valnir Chagas faz referências especiais ao "*iluminismo católico-maçônico e pedagógico*", ao enciclopedismo, ao liberalismo, ao despotismo esclarecido e à reação antijesuítica<sup>54</sup>. Fernando de Azevedo vê o Seminário de Olinda como uma das três principais manifestações das reformas pombalinas da instrução pública no Brasil. As duas outras, não referidas por qualquer outro compendiador, teriam sido o

---

conhecimentos e o reitor é um homem sábio, vigilante, e incansável". Apud BARATTA, Cônego José do Carmo. Op. cit., p. 55.

(50) RIBEIRO, Maria Luisa Santos. Op. cit., p. 16.

(51) TOBIAS, José Antonio. Op.cit., p. 142.

(52) Id., *ibid.*, p. 144.

(53) CHAGAS, Valnir. Op.cit., p. 10.

(54) Id., *ibid.*, p. 7-12.

"Projeto de organização do ensino de Garção Stockler" e a "primitiva organização do Colégio Pedro II (1837-1838)". Fernando de Azevedo associa, também, as reformas pombalinas às "teorias dos enciclopedistas" e às "novas tendências liberais e democráticas"<sup>55</sup>.

Mesmo constituindo um painel de caráter impressionista, as descrições e transcrições apresentadas resumem, do ponto de vista do conteúdo, as características mais marcantes dos compêndios.

## 2. MONOGRAFIAS ACADÊMICAS

### 2.1. Monografias em que o Seminário de Olinda tem relação com o objeto de análise

Nas monografias acadêmicas em que o Seminário de Olinda não figura propriamente como objeto da investigação, as referências à escola servem para evidenciar algum aspecto que se encaixa numa cadeia de argumentação, essencial à defesa de uma tese ou à elaboração de um ensaio acerca de um tema educacional mais abrangente.

Como exemplo, já foi citada a obra *A universidade temporã*, de Luiz Antônio Cunha. O seu primeiro capítulo, ao tratar do ensino superior no Brasil Colônia, mais especificamente durante o período pombalino, termina por enquadrar o Seminário de Olinda como estabelecimento desse nível de ensino. Mas há, pelo menos, mais dois casos dignos de nota. O primeiro, referente ao livro *Estado e educação na história brasileira (1750-1900)*, de Leonardo Trevisan, visa "acompanhar, historicamente, os vínculos entre a ação do aparelho de Estado (...), as mudanças legais e as alterações de princípios básicos que ocorrem na Educação."<sup>56</sup> Nessa obra, o Autor utiliza os Estatutos do colégio para evidenciar a eficácia das normas relativas à instrução pública, sancionadas no âmbito das reformas pombalinas. O segundo caso corresponde ao texto *Cultura no Brasil Colônia*, de Maria Beatriz Nizza da Silva. "Formas de transmissão da cultura", seu terceiro capítulo, incorpora um pequeno ensaio que visa comparar a educação ministrada nos dois estabelecimentos de ensino criados por Azeredo Coutinho: o Seminário Episcopal de Olinda e o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória. De acordo com o próprio título do ensaio, Nizza da Silva está

(55) AZEVEDO, Fernando de. *Op.cit.*, p. 64-5.

(56) TREVISAN, Leonardo. *Op. cit.*, p. 9.

preocupada, mais imediatamente, em comparar "*Educação feminina e educação masculina*" na passagem do século XVIII para o século XIX<sup>57</sup>.

Na seqüência, é construído um quadro geral das principais idéias desenvolvidas por esses três estudiosos. Tal quadro leva em conta, especificamente, o que se refere ao Seminário de Olinda.

Cunha levanta uma dúvida substantiva, na "Introdução" de sua obra, ao tocar a polêmica relativa às "*razões de tantas universidades na América espanhola e nenhuma na portuguesa*".<sup>58</sup> Talvez, segundo ele, essa polêmica seja falsa.

*"É possível que boa parte dessa polêmica esteja presa a mera questão de nome: não seriam muitas das universidades hispano-americanas equivalentes aos colégios jesuítas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda, do Maranhão, do Pará? Equivalentes aos seminários de Mariana e Olinda que nunca foram chamados de universidade? Uma pesquisa dos currículos, do porte, dos destinatários das universidades da América espanhola poderia arrefecer boa parte do lamento da universidade tardia no Brasil..."*<sup>59</sup>

A imprecisão formal pode dar margem a dúvida quanto à inclusão do Seminário de Olinda entre os estabelecimentos de ensino nomeados por Cunha. Contudo, outra passagem a torna patente, quando afirma que "*ao fechamento dos colégios dos jesuítas*" correspondeu a criação de aulas-régias e

*"(...) de cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro e em Olinda, este no prédio do antigo colégio dos padres jesuítas."*<sup>60</sup>

Cunha, preliminarmente, necessitou estabelecer um critério de enquadramento para identificar que ensino era, ou não, de nível superior, no Brasil Colônia. Para tanto, partiu do que parece ser uma definição tautológica: "*o ensino superior é aquele que visa ministrar um saber superior*".<sup>61</sup> Explicitou, também, as modalidades de ensino

(57) SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, p. 68-81.

(58) CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.*, p. 12-3.

(59) *Id.*, *ibid.*, p. 13-4.

(60) *Id.*, *ibid.*, p. 56-7.

(61) *Id.*, *ibid.*, p. 15.

superior, existentes nessa fase, e os estabelecimentos que as desenvolviam: a) **filosofia, teologia e matemática**, modalidades associadas, com ênfase, ao colégio jesuíta da Bahia; b) **anatomia e cirurgia**, desenvolvidas nos hospitais militares criados a partir de 1808; e c) **engenharia**, que funcionava junto à Academia Militar<sup>62</sup>.

Em seguida, o Autor levanta uma hipótese plausível:

*"É possível que tenha havido certo conteúdo anticapitalista na pregação e no ensino dos jesuítas nos primeiros séculos da Companhia de Jesus"*<sup>63</sup>.

Mas essa hipótese é também óbvia, pois a Companhia de Jesus, nascida no interior da Contra-Reforma, era a própria expressão da sociedade feudal.

Dessa hipótese Cunha passa para outra, igualmente plausível e óbvia, que sugere uma maior proximidade da ética econômica cultivada no Seminário de Olinda em relação à dinâmica da sociedade capitalista emergente. A demonstração usa como recurso uma citação dos Estatutos do colégio pernambucano, que revela, no âmbito dos estudos de teologia moral, o combate à "*moral dos casuístas*", prescrita pelo *Ratio Studiorum* e, portanto, ideologicamente vinculada à sociedade feudal<sup>64</sup>.

Ao percorrer os títulos dos capítulos integrantes dos Estatutos do Seminário de Olinda, o Autor faz, ainda, uma abordagem superficial, mas abrangente, da correspondente proposta pedagógica. Apresenta, inicialmente, dados biográficos de Azeredo Coutinho, nos quais enfatiza sua formação, típica da Universidade de Coimbra reformada; os cargos que desempenhou em Pernambuco e os estudos econômicos que o tornaram conhecido e membro da Academia de Ciências de Lisboa. No texto dos Estatutos, segundo Cunha, observa-se a "*filiação (de Azeredo Coutinho) às idéias progressistas da época*."<sup>65</sup> A influência da obra *Verdadeiro método de estudar*, de Verney, seria nítida, daí a vinculação, por mediação, também ao inspirador deste, Locke. Nessa perspectiva, o Bispo de Olinda entende o conhecimento como algo haurido não nos livros, mas na natureza, através da observação e da experiência. As leis da natureza deveriam ser apreendidas não

---

(62) Id., *ibid.*, p. 14.

(63) Id., *ibid.*, p. 46.

(64) Id., *ibid.*, p. 48.

(65) Id., *ibid.*, p. 61.

por mero diletantismo, mas para possibilitar ao homem melhor servir-se de seus recursos<sup>66</sup>. Cunha discute, também rapidamente, a clientela do Seminário; os cursos que integravam o estabelecimento de ensino e seus conteúdos; o ano letivo; os exames; os funcionários da escola e a rotina dos alunos; a pedagogia de Azeredo Coutinho, segundo o Autor próxima da de Comênio, via Verney, e, no plano do ideal pedagógico, as novas funções dos sacerdotes num mundo em que a restauração da antiga grandeza de Portugal impunha aos párocos um papel importante no conhecimento e transformação das riquezas naturais do reino<sup>67</sup>.

Por fim, Cunha toca a relação entre o Seminário de Olinda e a revolução de 1817. Mantém uma postura reticente. Ao referir-se à associação, que Burns teria realizado, entre os líderes do movimento e o ensino do colégio pernambucano, reage buscando atenuá-la, de início, para depois formulá-la sob bases que entende mais compatíveis.

*"Não sou assim tão otimista quanto aos efeitos políticos do ensino, mesmo no caso do Seminário de Olinda. O pensamento político liberal não era ensinado no seminário, principalmente seus componentes democráticos. Entretanto, é possível que a pedagogia nele utilizada propiciasse a aceitação dessa ideologia, trazida ao Brasil pelas lojas maçônicas e pelos efeitos paradigmáticos da Revolução Francesa e da independência das colônias inglesas e espanholas na América."*<sup>68</sup>

Ao abordar o Seminário de Olinda, também Leonardo Trevisan persegue um objetivo preciso, qual seja o de demonstrar que a instrução, no Brasil Colônia, observa rigoroso cumprimento das determinações normativas contidas nas reformas pombalinas, mesmo após a morte de Pombal. Para tanto, compara as disposições das **Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica...**<sup>69</sup>, firmadas pelo Rei, e o texto dos Estatutos do Seminário. Nessa tarefa,

---

(66) Id., *ibid.*, loc. cit.

(67) Id., *ibid.*, p. 61-5.

(68) Id., *ibid.*, p. 66.

(69) **INSTRUCÇOENS para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios.** Lisboa, Na Offic. de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca, 1759. 16 p.



constata, a exemplo do que o fizeram outros estudiosos, conforme destaque já mencionado, aquela característica que marca os escritos de Azeredo Coutinho: eles contêm, sistematicamente, inúmeros trechos que repetem fontes investidas de autoridade nas matérias que estão sendo tratadas. No caso específico de Trevisan, os **Estatutos** repetem as **Instruçoens...** ou realizam pequenas adaptações em partes de seu texto. As transcrições literais são tratadas, pelo estudioso, como indicador de eficácia das normas reais. As transcrições ou adaptações das **Instruçoens...** nos **Estatutos**, segundo Trevisan, permitem desvelar o desejo do legislador de levar à prática as aspirações emanadas do trono, de nortear o ensino das cadeiras que compunham o plano de estudos do Seminário de Olinda, de forma a impor a estrutura didática preconizada pelas reformas pombalinas da instrução pública. Por meio dessa argumentação, o Autor pensa ter demonstrado "que a essência da Reforma – a centralização de objetivos educacionais – fora alcançada mesmo ao nível do cotidiano escolar."<sup>70</sup>

Por fim, a monografia de Maria Beatriz Nizza da Silva objetiva, imediatamente, comparar educação feminina e educação masculina na transição do século XVIII para o século XIX. Para cumprir tal objetivo, como já foi aventado, a Autora coteja os planos de estudos dos dois estabelecimentos de ensino criados por Azeredo Coutinho, a partir dos respectivos estatutos. Resumidamente, suas conclusões são as seguintes: a) as normas do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória correspondem a "*uma adaptação e uma simplificação do *Traité sur l'éducation des filles, de Fénelon**"; b) era maior a distância entre educação feminina e educação masculina, no Brasil, se comparada à existente em Portugal, pois as mulheres da Colônia não dispunham de "*aulas de Música, de Línguas vivas e Literatura que na Metrópole eram índices de uma instrução própria da alta nobreza*"; c) finalmente, "*amenizando os programas demasiado rígidos da Gramática Latina, Retórica e Filosofia Racional e Moral*", os **Estatutos** do Seminário de Olinda atestariam "*um notável enriquecimento curricular*", por força das inclusões de filosofia natural e de história<sup>71</sup>.

(70) TREVISAN, Leonardo. *Op. cit.*, p. 33.

(71) SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Op. cit.*, p. 81.

## 2.2. Monografias em que o Seminário de Olinda é o objeto de análise

São duas as monografias examinadas. A primeira, de Manoel Cardozo, denomina-se "*Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época*". A segunda, é a dissertação de mestrado de Elpídio M. Cardoso, intitulada **Tendências renovadoras e conservadoras na filosofia da educação de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho**.

Manoel Cardozo, na primeira parte de sua monografia, desenvolve considerações sobre a Ilustração em Portugal. Clara, sobrepõe-se a postura que baliza o trabalho:

*"A Ilustração em Portugal não deve, (...), ser encarada como imitação do que aconteceu na França. O Portugal coetâneo era intelectual, cultural e economicamente subdesenvolvido, quando comparado com a França e a Inglaterra, e seria tolice esperar que a Ilustração entre os portugueses e, por extensão, entre os brasileiros, estivesse no mesmo plano ou significasse a mesma coisa."*<sup>72</sup>

Esse entendimento é confirmado pelo comentarista de seu ensaio, E. Bradford Burns, para quem, no devido tempo, será demonstrado que

*"(...) o Brasil teve de fato um Enlightenment, evidentemente não tão glorioso como o da França, mas perfeitamente comparável ao do México e Peru."*<sup>73</sup>

Cardozo relaciona José Bonifácio de Andrada e Silva, assim como Matias Aires, entre os nomes mais representativos da Ilustração no Brasil. Afirma que o "*espírito de inovação*", traço marcante desse movimento, foi intensificado no período pombalino mas, acentua, começou abrir brechas na compacta visão de mundo feudal em fins do século XVII, com o retorno da viúva do rei Carlos II da Inglaterra, Catarina de Bragança, a Portugal. O convívio naquele país, que já se tornara o centro do desenvolvimento capitalista, dotara essa mulher de uma visão moderna. O impacto da

---

(72) CARDOZO, Manoel. *Op. cit.*, p. 87.

(73) *Id.*, *ibid.*, p. 124.

atuação de Catarina, em Portugal, pode ser medido pelo fato de ter sido a regente quando D. Pedro II adoeceu. Após a morte de ambos, subiu ao trono, em 1706; D. João V, cujo reinado dominaria toda a primeira metade do século XVIII. O "*espírito de inovação*" se aprofunda. Em 1727, delegados provenientes de Paris fundam uma loja maçônica em Lisboa. Contrariando os historiadores liberais do século XIX, que subestimam os empreendimentos de D. João V, Manoel Cardozo enfatiza a importância de suas iniciativas. Enaltece a criação da Academia Portuguesa em Roma, a instalação das "*magníficas bibliotecas de Coimbra e Maфра*", a fundação da Academia Portuguesa de História, a transcrição de "200 volumes de documentos dos arquivos romanos", o estímulo para que Verney escrevesse "*do refúgio de Roma sua crítica enormemente eficaz da educação portuguesa*", a instalação de escolas dos oratorianos, quebrando o monopólio jesuítico, e o envio de estudantes ao exterior para que fizessem "*o aprendizado da nova ciência de Newton, Descartes, Galileu e Ramus, estudos proibidos no Portugal pós-tridentino*"<sup>74</sup>. Criavam-se as condições, portanto, para a produção dos futuros estrangeirados e para o exercício de sua influência na vida da nação.

Pombal é pintado, pelo estudioso, como a figura dominante, em Portugal, na segunda metade do século XVIII. São destacados os seus empreendimentos voltados para a modernização do reino, em que pese o fato de não ter buscado a "*modernização política, porque nunca teve intenção de debilitar as prerrogativas da Coroa*." Mas Pombal teria atuado, decisivamente, no sentido de "*reformatar a Igreja barrôca*". Por esse caminho identificou-se com a Ilustração portuguesa, cujos mentores sempre tiveram como inimigo maior a Igreja Católica feudal, "*mais poderosa do que o Estado*". Regalismo e laicismo, por esse motivo, foram traços distintivos e armas do pensamento iluminista português contra a reação.<sup>75</sup>

No âmbito da educação, Verney foi a expressão máxima da Ilustração lusa. Sua crítica às estruturas educacionais vigentes em Portugal, tornada pública entre 1746 e 1747, influenciou na "geração que iria provocar a reforma radical da Universidade de Coimbra em 1772".<sup>76</sup>

---

(74) Id., *ibid.*, p. 91.

(75) Id., *ibid.*, p. 91-2.

(76) Id., *ibid.*, p. 92.

As idéias dos reformadores ficaram no campo da teoria até a ascensão de Pombal. Eram invectivas de estrangeirados, impregnados no exterior das convicções burguesas, expressas através de vigorosos movimentos produzidos pelas transformações da Europa mais desenvolvida. Eram anseios de modernização do reino, resultantes da consciência de seu atraso material frente às nações mais avançadas. Na educação, a ocasião para passar da teoria à prática ocorreu com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses. Os reformadores a ela se apegaram e, apoiados em Verney e Ribeiro Sanches, realizaram uma profunda reforma educacional. Procuraram banir a escolástica do ensino e instauraram a instrução pública como serviço estatal. Foram assentados em novas bases os estudos de gramática, de retórica, de filosofia, de teologia, de direito e de medicina. Descerraram-se os obstáculos à difusão da ciência moderna. Mesmo diante de normas ambíguas, "*autores outrora proscritos em Portugal, como Galileu, Copérnico, Newton e Descartes*", passaram a ser celebrados como detentores da "*chave dos segredos do mundo moderno*."<sup>77</sup>

Nesse ambiente intelectual, que tonificou, em primeiro lugar, a Universidade de Coimbra reformada, formou-se Azeredo Coutinho, cuja biografia centraliza a segunda parte da monografia de Manoel Cardozo<sup>78</sup>.

Na terceira parte, procurando guardar distância dos estudos laudatórios, o ensaísta vê Azeredo Coutinho como "*um produto do século XVIII português*". O Bispo não teria sobressaído por veicular idéias novas, pois suas obras revelam-se "*imunes*" a elas. Não teria dado contribuição mais expressiva à Ilustração nem à "*independência do Brasil*", como muitos difundem. Muito menos teria objetivado "*fazer de Pernambuco um centro revolucionário*"<sup>79</sup>.

Sobre o nível do ensino ministrado no Seminário de Olinda, Cardozo também é enfático. A criação de Azeredo Coutinho "*não foi no fim das contas mais do que uma boa escola secundária*."<sup>80</sup> Nesse aspecto, reconhece a procedência do julgamento que o Padre Manoel Jácome Bezerra de Meneses tornou público em Lisboa, no ano de 1808. O colégio pernambucano seria o

---

(77) Id., *ibid.*, p. 95.

(78) Id., *ibid.*, p. 96-102.

(79) Id., *ibid.*, p. 102-3.

(80) Id., *ibid.*, p. 103.

'único em todo o Brasil, com as Ciências necessárias, e Mestres Sábios e Cultos para a educação dos que se destinam ao serviço da Religião, e do Estado...' <sup>81</sup>

Na seqüência, uma interpretação que contraria o entendimento dominante na historiografia é exposta. Antes de explicitá-la, Cardozo enuncia a sua premissa.

*"Quando comparamos o tom dos estatutos de 1798, de Azeredo Coutinho, com os de 1776, que corporificaram as reformas curriculares da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, notamos que grande parte do fervor se dissipara no transcurso daqueles anos. A Revolução Francesa com suas doutrinas pestíferas estava demasiado próxima dos portugueses e era perigosa demais para a segurança de Trono e Altar para permitir os formidáveis ataques ao sistema educacional que os estatutos de Coimbra puseram em voga. Os franciscanos, porém, estando ainda bastante próximos do movimento de reforma, partilharam de seus entusiasmos e de sua indignação."* <sup>82</sup>

Dessa premissa discutível deriva uma problemática conclusão.

*"Na realidade, o que os franciscanos do Rio de Janeiro se propunham fazer situava-se, sob muitos aspectos, num plano superior ao que Azeredo Coutinho planejava."* <sup>83</sup>

Cardozo também expõe as idéias cultivadas pelo Bispo de Olinda acerca da educação feminina. Para tal, usa como recurso os **Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória...** <sup>84</sup>

A partir do exame das "*normas e regulamentos*" elaborados por Azeredo Coutinho, após constatar o interesse do Bispo por "*questões jurídicas, políticas e econômicas*", o ensaísta reconhece nele um "*homem de ação voltado para o concreto, nunca para o*

---

(81) Id., *ibid.*, p. 105.

(82) Id., *ibid.*, p. 103.

(83) Id., *ibid.*, p. 104.

(84) Id., *ibid.*, p. 105-8.

teórico.<sup>85</sup> Seus escritos também revelariam intimidade com as "idéias e princípios filosóficos e teológicos" de seu tempo, mesmo não tendo dado uma contribuição criativa nas áreas correspondentes. Suas concepções, quanto à escravidão, seriam "as de um fazendeiro íntegro."<sup>86</sup> O escravo deveria ser bem tratado, em benefício do próprio empreendimento do proprietário. A morte prematura de qualquer negro, vitimado pelos maus tratos, representaria, sobretudo, prejuízo para o seu senhor. A escravidão seria uma instituição necessária, sem a qual "a Europa não poderia ter-se tornado rica, livre e civilizada."<sup>87</sup>

Azeredo Coutinho, segundo Cardozo, teria estimulado e defendido o desenvolvimento da agricultura, da pesca e da marinha mercante. Em contrapartida, teria combatido a mineração. Na busca de uma riqueza incerta, esta retirava braços de outras atividades econômicas, a exemplo daquelas voltadas para a produção do açúcar e do tabaco, que representariam, elas sim, as verdadeiras riquezas do Brasil e de Portugal. Nessa defesa da agricultura, o ensaísta vê o apoio do Bispo de Olinda à "classe da qual provinha."<sup>88</sup>

Um apanhado das convicções políticas de Azeredo Coutinho conclui a terceira parte da monografia. Esse brasileiro, descendente de senhores de engenho e defensor do absolutismo, sentia-se um cidadão português, daí jamais ter admitido a possibilidade de desrespeito ao "legítimo soberano". Como decorrência, manteve-se refratário à idéia de libertação do Brasil. Isso não implicaria, por outro lado, a desqualificação de seu patriotismo, enquanto brasileiro<sup>89</sup>. Em seus escritos há inúmeras demonstrações de devotamento à terra natal. Por cultivar e defender o absolutismo, manteve-se em guarda, igualmente, contra a Revolução Francesa, "governada", nas suas próprias palavras, "pela Soberania do Povo, que teve sua origem nos punhais dos assassinos do infame Orléans..."<sup>90</sup> Por isso, afirma conclusivamente Cardozo,

"Azeredo Coutinho procurou apenas melhorar o ancien régime, não derrubá-lo. Foi seu último apologista."<sup>91</sup>

---

(85) Id., *ibid.*, p. 108.

(86) Id., *ibid.*, p. 109.

(87) Id., *ibid.*, p. 111.

(88) Id., *ibid.*, p. 112.

(89) Id., *ibid.*, loc. cit.

(90) Id., *ibid.*, p. 115.

(91) Id., *ibid.*, p. 116.

No encerramento do trabalho o ensaísta faz concessão à avaliação liberal acerca de Azeredo Coutinho. Contra os que entendem ser o Bispo de Olinda um "espírito progressista" e "arauto de novas eras", Cardozo prefere, comodamente, escudar-se nas próprias palavras de Sérgio Buarque de Holanda:

*"no conjunto sua obra permanece singularmente infecunda. As opiniões e instituições com que mais geralmente se identificou, pertenciam ao passado ou já andavam agonizantes. Ao fim da vida, a 13 de maio de 1818, ainda aceitava a nomeação para o Santo Ofício, e foi o último Inquisidor do Reino"*<sup>92</sup>.

A mais extensa monografia acadêmica, referente às idéias pedagógicas de Azeredo Coutinho, é a dissertação de mestrado de Elpídio M. Cardoso.

Na sua primeira parte, é realizada uma discussão sobre "A Reforma Pombalina da Instrução". O conjunto das conclusões se organiza a partir das próprias ilações de suas fontes<sup>93</sup>. Em seguida, a dissertação coloca em foco a biografia do Bispo de Olinda e as obras que produziu, cujos fundamentos são hauridos, igualmente, de outros biógrafos<sup>94</sup>.

Na segunda parte, Elpídio M. Cardoso aborda a influência de Verney sobre Azeredo Coutinho. Sustentando-se no "Prefácio" do volume IV da obra Verdadeiro método de estudar, segundo a edição organizada por António Salgado Júnior<sup>95</sup>, são expostas as inspirações de Locke e de Comênio sobre a obra do Bispo de Olinda. No século XVIII a influência do primeiro era extensa em Portugal, frisa o Autor. Já era patente em Martinho de Mendonça de Pina e Proença, autor de Apontamentos sobre a educação dum menino nobre, escrito que, a rigor, se constitui "paráfrase" de Some thoughts about education<sup>96</sup>. Mas só a partir das vigorosas cartas de Verney é que as idéias de Locke se generalizaram. Verney influenciou imediatamente Azeredo Coutinho. Foi por esse caminho que se introduziu

---

(92) Id., *ibid.*, loc. cit.

(93) Essas fontes foram, basicamente, três: DOMINGUES, Mário. O Marquês de Pombal, o homem e sua época. 3.ed. Lisboa, Romano Torres, 1970; CIDADE, Hernani. Lições de cultura e literatura portuguesas. 5.ed. Coimbra, Coimbra, 1968. 2 v.; e CARDOZO, Manoel. *Op. cit.*

(94) Serviram como referências J. J. P. Lopes, Manoel Cardozo, Gláucio Veiga, Sérgio Buarque de Holanda e A. X. Pedrosa.

(95) VERNEY, Luís António. Verdadeiro método de estudar. Lisboa, Sá da Costa, 1952. v. IV, p. VII-LX.

(96) CARDOSO, Elpídio M. *Op. cit.*, p. 40-1.

*"na evolução do pensamento pedagógico brasileiro, o antigo humanismo renascentista que se arrastava lentamente, desacreditado nos países latinos porque confundido com as idéias liberais reformistas e heréticas dos países protestantes."*<sup>97</sup>

Cardoso discute, também, as partes integrantes do plano de estudos, segundo as perspectivas de Verney, inicialmente, e de Azeredo Coutinho. Para o Autor, em Verney se observa uma tendência de "reduzir" a filosofia às ciências experimentais e de, paralelamente, "abolir" a metafísica. Essa tendência estaria na base da tentativa de "implantar o humanismo renascentista" em Portugal, que caminha junto e impõe o "conhecimento da natureza". Como decorrência dessa inspiração, sugada em Locke, Verney teria assegurado às ciências da natureza a condição de "principal meta do currículo"<sup>98</sup>.

Sem fazer uma afirmação explícita nesse sentido, Cardoso evidencia, ainda, o ecletismo de Verney, quando este coloca Descartes como "modelo", "quanto ao método"<sup>99</sup>. A citação que faz, na seqüência, por ser muito expressiva, merece transcrição.

*"Além disso, ele (Descartes) foi o primeiro que abriu a porta à reforma dos estudos; pois, ainda que Bacon de Verulâmio e Galileu Galilei tivessem indicado o método de fazer progressos na Física (e alguns outros os fossem imitando) é certo, porém, que Descartes foi o primeiro que fez um sistema ou inventou hipótese para explicar todos os fenômenos naturais, e por este princípio abriu a porta aos outros para a reforma das Ciências"*<sup>100</sup>

Coroando a discussão, é exposto o entendimento de Verney acerca da filosofia. Antagonizando-se à concepção escolástica<sup>101</sup>, que grassava em Portugal, esse entendimento inclui a exposição das partes que a integram e de suas respectivas finalidades.

---

(97) Id., *ibid.*, p. 42.

(98) Id., *ibid.*, p. 44.

(99) Id., *ibid.*, p. 46.

(100) Apud CARDOSO, Elpídio M. *Op. cit.*, p. 47.

(101) Eis uma crítica de Verney à concepção escolástica de filosofia: "Eu verdadeiramente não sei se as escolas de Filosofia deste Reino têm pior método que as escolas baixas. Sobre isso havia muito que dizer. O que sei, porém, é que nestes países não se sabe de que cor seja isto a que chamam boa Filosofia. Este vocábulo, ou por ele entendamos ciência, ou, com rigor gramático, amor da ciência, é vocábulo bem grego nestes países. Verá V. P. que se dá este nome a coisas bem galantes: Universais, Sinais, Proemiais, e outras coisas destas. Os pobres rapazes passam os seus três e quatro anos lendo arengas mui compridas; e saem dali sem saberem



*"Compreende a filosofia duas partes: uma que regula o juízo para conhecer as coisas bem, e especialmente para conhecer a natureza corpórea e espiritual a que chamam Lógica e Física; outra que não só regula o juízo e a vontade, mas as ações da vida, para conseguirmos a felicidade neste mundo, a que chamamos Ética".<sup>102</sup>*

Logo, se é verdade, como afirma Cardoso, que, nesse entendimento, a metafísica foi abolida, é questionável, por outro lado, a conclusão segundo a qual Verney teria reduzido a filosofia às ciências experimentais. De fato, a lógica e a ética, não mais cultivadas na perspectiva escolástica mas a partir do caráter útil e prático do saber, configuram domínios paralelos ao das ciências experimentais. E todos eles se incluem no âmbito da filosofia. Esses domínios distintos da filosofia são expressos, também, através de designações gerais, como filosofia racional, filosofia moral e filosofia natural, respectivamente. Em resumo, lógica, ética e física são os três fundamentos e as três partes constitutivas da filosofia, segundo a concepção de Locke. Verney dela se apropria e difunde seu conteúdo em Portugal.

O conjunto da *"crítica teórica ao estado do ensino"* nos domínios portugueses, construído por Verney, teria influenciado Azeredo Coutinho e se incorporado, praticamente, ao plano de estudos do Seminário de Olinda<sup>103</sup>. O ensino, nesse estabelecimento, teria se desenvolvido sob a égide do **prático** e do **útil**, desde as aulas de primeiras letras, passando pelos estudos de gramática, de retórica, de filosofia e de geometria, até chegar aos de teologia. Inclusive nos estudos de teologia se observa uma tendência de aproximação em relação às ciências positivas. Essa concepção, igualmente, se radica em Verney, que denomina **teologia positiva** a área de estudos decorrente<sup>104</sup>.

A preocupação de caracterizar o *"iluminismo relativo"* de Azeredo Coutinho toma forma na seqüência. Para este, a razão humana *"é a investigadora da natureza*

---

o que leram, nem o com que se divertiram. Falo do estilo das Universidades; porque o das outras escolas é o mesmo quanto à matéria; e ainda pouco diferente quanto à disposição." VERNEY, Luís António. *Op. cit.*, v. III, p. 3-4.

(102) Apud CARDOSO, Elpídio M. *Op. cit.*, p. 48.

(103) CARDOSO, Elpídio M. *Op. cit.*, p. 51.

(104) *Id.*, *ibid.*, p. 58.

*nas ciências positivas*" mas seu poder se debilita, por outro lado, face "*às verdades reveladas*". As "*sombras da razão humana*" não podem fazer frente à "*luz da fé*"<sup>105</sup>. Por isso Cardoso refere-se, tanto ao empirismo quanto ao iluminismo cultivados pelo Bispo de Olinda, como "*típicos, atenuados e não radicais*"<sup>106</sup>. Ao considerar as idéias políticas do Prelado e, em especial, os ataques que dirigiu contra a Revolução Francesa, o Autor conclui que sua postura "*não é de forma alguma iluminista*"<sup>107</sup>.

Quanto ao papel utilitário conferido por Azeredo Coutinho à educação, Cardoso o vê como uma "*herança comeniana*". A visão "*realista*", o "*humanismo naturalista*", presentes na concepção do Bispo de Olinda, aproximam-no, necessariamente, de Comênio, sempre através da mediação de Verney<sup>108</sup>.

A demonstração do caráter utilitário que Azeredo Coutinho empresta à educação, é levada a cabo através da exposição de seu ideal pedagógico, encarnado no híbrido de sacerdote e cientista, cujas investigações seriam indispensáveis à recuperação material do império colonial português.

A terceira parte da dissertação de Elpídio M. Cardoso aborda a concepção de currículo contida nos *Estatutos* do Seminário de Olinda. Nessa busca de sustentação da análise, a partir das normas da escola, reside um dos aspectos que dão vigor à monografia. O Autor não vacila em entender "*renovadora*" essa concepção do Bispo de Olinda, a exemplo do que afirmam "*as opiniões de diversos autores brasileiros*"<sup>109</sup>. Em seguida, são descritas as três unidades que integram a norma maior da escola pernambucana, referentes, respectivamente, à "*observância econômica*", à "*observância moral*" e à "*observância literária*".

Na quarta parte, a dissertação intenta uma aproximação entre Azeredo Coutinho e Comênio, quanto ao conceito de liberdade. Reconhece que o primeiro não teria tido acesso às obras do último mas supõe, ainda mais uma vez, a mediação de Verney. Contudo, é procedente a suposição de que mesmo este desconhecia os escritos do pedagogo

---

(105) Id., *ibid.*, p. 73.

(106) Id., *ibid.*, p. 74.

(107) Id., *ibid.*, p. 76.

(108) Id., *ibid.*, p. 79.

(109) Id., *ibid.*, p. 87.

morávio, elaborados em checo e universalmente disponíveis só depois de 1841, ano do reencontro dos manuscritos da *Didática Magna*<sup>110</sup>. Mesmo face às diferenças entre a igreja reformada e a Igreja Católica, porém, o segmento burguês da última vivia, no século XVIII, uma problemática muito semelhante à da primeira. Daí a possibilidade de aproximação dos dois pensadores e não em função de uma influência direta, ou indireta, de Comênio sobre Azeredo Coutinho. A concepção de homem em ambos, por esse motivo, estaria presa

*"a uma noção genérica e pré-estabelecida de homem, a saber, corrompido pelo pecado original. Não há, portanto, lugar para uma auto-realização que brota da própria pessoa humana livre e criadora."*<sup>111</sup>

Como conseqüência, tanto um como o outro, conferem à educação um papel comum ao limitarem

*"a liberdade individual que necessita de uma orientação para prosseguir no caminho do bem e para corrigir a natureza humana decaída pelo pecado original."*<sup>112</sup>

O educando é matéria a ser moldada, então. É *tábula rasa*, segundo a expressão de Locke. Enquanto matéria a ser moldada, que não se desenvolve de forma autônoma, exige a presença de alguém que o governe no processo formativo. Eis o papel do educador. Daí Comênio e Azeredo Coutinho exigirem, sistematicamente, que o educador seja um modelo de virtude. O entendimento da educação nos dois casos, portanto, fundamenta-se na heteronomia.

*"(...) não há liberdade para o indivíduo criar seu próprio caminho, numa visão existencial de sua realidade. Ao contrário, ele deve enquadrar-se às normas divinas e soberanas que se impõem pela autoridade dos reis a todos os decaídos, possuidores da mesma essência ou natureza corrompida."*<sup>113</sup>

---

(110) GOMES, Joaquim Ferreira. *"Introdução"*. In: COMÊNIO, João Amós. *Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1976. p. 11.

(111) CARDOSO, Elpídio M. *Op. cit.*, p. 118-9.

(112) *Id.*, *ibid.*, p. 121.

(113) *Id.*, *ibid.*, p. 128.

Na quinta parte, mais uma vez, Elpídio M. Cardoso pretende aproximar Comênio e Azeredo Coutinho. Agora, focaliza-se sobre o papel da educação frente à Igreja e ao Estado. Igreja e Estado, tanto na perspectiva de um como de outro, na medida em que inexistente a possibilidade de interferência da "*vontade livre do cidadão*" na "*organização da sociedade*"<sup>114</sup>, conjugariam esforços no sentido de que os homens se submetessem passivamente à ordem social vigente, entendida como algo pré-estabelecido pela Providência<sup>115</sup>. A educação realizaria, como decorrência, um plano previamente determinado por essas duas instâncias.

Finalizando, o Autor sistematiza e resume as suas principais conclusões:

1) A filosofia da educação, cultivada por Azeredo Coutinho, "*representa no Brasil, o espírito contraditório da Reforma Pombalina da Instrução*"<sup>116</sup>; 2) A postura do Prelado é "*renovadora*" quando prevê a inclusão das ciências modernas no plano de estudos do Seminário de Olinda, pois tem em vista a "*transformação da natureza*" e o "*enriquecimento do país*"<sup>117</sup>; 3) Azeredo Coutinho, por outro lado, é "*um representante típico do pensamento conservador*", já que "*abomina a revolução*". Seria um "*contemporizador*", um homem que "*vive com o tempo*", isto é, um homem que renova "*mas conservando as raízes no status quo*". O seu ideário político, nessa perspectiva, seria marcado pela "*ideologia conservadora*"<sup>118</sup>; 4) Influenciado pela visão "*empirista*" e "*utilitarista*" de Locke, via Verney, o Bispo de Olinda "*foi um reformador da educação no Brasil*" mas, também, submeteu-se às "*idéias da Contra Reforma*". Daí não ter pleiteado ao homem "*uma participação fundamentada na liberdade individual*". No campo da Contra-Reforma ainda esteve "*para combater politicamente o liberalismo protestante*" mas, contraditoriamente, colocou-se contra ela ao cultivar um "*empirismo mitigado*"<sup>119</sup>; 5) Ao abordar a relação professor-aluno, Azeredo Coutinho cultivou, também, um "*liberalismo mitigado*". Ao valorizar o educando, impôs aos educadores um "*trato amável*" nessa relação, fez emergir a necessidade de uma "*escola agradável*", daí a possibilidade de sua aproximação em relação a Comênio<sup>120</sup>; 6) O plano de

---

114) Id., *ibid.*, p. 145.

(115) Id., *ibid.*, p. 133.

(116) Id., *ibid.*, p. 147.

(117) Id., *ibid.*, p. 147-8.

(118) Id., *ibid.*, p. 148-9.

(119) Id., *ibid.*, p. 149-50.

(120) Id., *ibid.*, p. 151.

estudos do Seminário de Olinda conteria um aspecto "*renovador*" e um outro "*conservador*". Renova quando introduz "*as ciências modernas*" e a "*nova visão da teologia que foge à terminologia casuística e se preocupa com a vida em comum*", assim como quando defende "*uma perspectiva integrada de aprendizagem, matéria de estudo e método de ensino*". Esse mesmo plano de estudos está marcado por uma tendência conservadora ao revelar apego "*ao tipo de sociedade tradicional, estruturada na hierarquia e na obediência e enquanto se fundamenta num tipo humano tendente para o mal por deficiência de sua própria natureza decaída*"<sup>121</sup>; 7) A educação é um dispositivo que, "*nas mãos do bispo*", faz dele um servidor do "*absolutismo hereditário*" e da "*autoridade e poder sagrado do rei*"<sup>122</sup>.

### 3. MONOGRAFIAS APOLOGÉTICAS

São duas as monografias apologéticas a seguir descritas: *Escola de heróis* e *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*, elaboradas pelo Cônego José do Carmo Baratta e Mons. Severino Leite Nogueira, respectivamente.

A primeira edição de *Escola de heróis* veio à luz em 1926. A obra, segundo o seu Autor, foi motivada "*tão somente pelo amor*" que consagrava à escola de Olinda<sup>123</sup>. A segunda edição, surgida em 1972, constou do rol de publicações ligado às festividades alusivas ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, selecionado e aprovado pela Comissão Estadual das Comemorações de Pernambuco.

As noventa e quatro páginas da publicação em apreço não aprofundam quaisquer aspectos vinculados à vida e ao funcionamento do educandário pernambucano. Abrangem informações genéricas de início a fim, registradas em treze capítulos e um epílogo. Focalizam, no entanto, um vasto período, que se inicia em 1551, com a chegada dos dois primeiros jesuítas a Pernambuco, e se estende até 1925.

Os capítulos são de dimensão exígua. Tomam de quatro a cinco páginas, em média. Aqueles mais ligados à ação de Azeredo Coutinho são três. E, como os demais,

---

(121) Id., *ibid.*, p. 151-2.

(122) Id., *ibid.*, p. 152.

(123) BARATTA, Cônego José do Carmo. *Op. cit.*, p. 9.

breves, dispersivos e superficiais. Faltam-lhes um mínimo de poder de síntese. O capítulo VIII, "*O homem da Providencia (1795-1806)*", corresponde a quatro páginas. Nelas é desenvolvida uma sucinta biografia de Azeredo Coutinho. "*A fundação do Seminário (1800)*", o capítulo IX, é exposto em seis páginas. Finalmente, o capítulo X, "*O Seminário da sua fundação á revolução de 1817 (1800-1817)*", se esgota em não mais do que quatro páginas.

Como decorrência da forma pela qual se organiza a obra do Cônego Baratta, o tratamento dispensado à fase do Seminário, aqui focalizada, não foge ao dos compêndios. Escuda-se, o tempo todo, numa profusão de citações. Esse recurso se configura como um apelo à autoridade dos cronistas regionais. São veiculadas idéias de Oliveira Lima<sup>124</sup>, de Carmello Luna<sup>125</sup>, de Muniz Tavares<sup>126</sup> ou expostos registros recolhidos pelo cronista Pereira da Costa<sup>127</sup>. Eis aí aquela ordem de curiosidades históricas acerca do funcionamento da escola, já detectada nos compêndios. Portanto, são dispensáveis repetições desnecessárias.

**Anais Pernambucanos**, obra de Pereira da Costa, serve a um longo extrato transcrito em **Escola de heróis**. Foi ele a fonte fundamental para que Baratta discutisse a organização didática do Seminário de Olinda. O próprio Pereira da Costa não revela muita segurança quanto à questão, pois afirma que "*não (...) restam dados positivos a respeito*"<sup>128</sup>. Tal afirmação evidencia, sobretudo, o seu desconhecimento dos Estatutos da escola. Contudo, não restava outra alternativa para Baratta, que ignorava, identicamente, as normas maiores que regeram o educandário pernambucano. Ele mesmo escreveu:

*"Impressos em Lisboa (os Estatutos do Seminário de Olinda), infelizmente, não chegaram até nós"*<sup>129</sup>.

Nas pegadas de Pereira da Costa, Baratta arrola as cadeiras providas no início do funcionamento da escola, segundo a organização que lhe conferiu Azeredo

---

(124) Id., *ibid.*, p. 41.

(125) Id., *ibid.*, p. 42.

(126) Id., *ibid.*, p. 43.

(127) Id., *ibid.*, p. 44.

(128) Id., *ibid.*, p. 53.

(129) Id., *ibid.*, p. 51.

Coutinho, e os nomes dos professores que as preencheram<sup>130</sup>. Mas, diferentemente dos autores dos compêndios, não faz uma discussão sobre os componentes "tradicionais" e "modernos" do currículo, sobre a combinação dos conteúdos relativos às humanidades "clássicas" e às ciências matemáticas e naturais, que, nesse lapso, singularizam o plano de estudos desse estabelecimento de ensino. Baratta não emite qualquer juízo sobre a questão. Parece nem tê-la em conta quando descreve os componentes curriculares. Apesar das considerações elogiosas à obra de Azeredo Coutinho e às figuras formadas nessa fase da vida do Seminário, o Autor coloca em primeiro plano os desvios da experiência realizada no interregno compreendido entre os anos de 1800 e 1817.

Esses desvios, na perspectiva de Baratta, repousaram sobre três limitações fundamentais. A primeira seria imanente ao corpo docente da escola.

*"Se (o Seminário de Olinda) fosse um instituto unicamente civil, talvez bastassem a alta instrução dos seus abalizados mestres e a vigilância incansável do seu reitor, (...). Mas o Seminário deveria ser, segundo as sábias determinações do Concílio de Trento, uma sementeira de sacerdotes*

---

(130) É a seguinte a relação completa dessas cadeiras e de seus respectivos professores: "Teologia dogmática – Fr. José Laboreiro, português, monge de S. Jerônimo, que viera com o bispo d. José.

*História Eclesiástica – Padre Miguel José Reinau, natural de Pernambuco, depois reitor do Seminário, cônego e vigário geral do bispado.*

*Teologia Moral – Fr. Bento da Trindade, português, frade grilo, como assim o encontramos chamado em um documento contemporâneo.*

*Filosofia Universal – Fr. José da Costa Azevedo, franciscano, natural do Rio de Janeiro. Regia uma cadeira de ciências naturais em Lisboa quando veio para Pernambuco a convite do bispo d. José. Homem de grande merecimento científico, foi depois lente de mineralogia no Rio de Janeiro e o primeiro diretor do Museu Nacional.*

*Matemáticas – Fr. Miguel Joaquim Pegado, Frade Jesuíno, Borra, como assim o chama um documento da época. Era português, veio a convite do bispo d. José, e foi depois reitor do Seminário.*

*Retórica e Poética – Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, natural do Rio Grande do Norte, que exerceu o cargo até 1817. Figura de destaque na revolução emancipacionista que irrompeu naquele ano, pagou com a vida o crime do seu patriotismo.*

*Língua grega – José Joaquim de Castro, secular.*

*Gramática latina – Padre Luiz Florentino d'Almeida Catanho, pernambucano competente latinista.*

*Canto chão – Padre Antônio de Sant'Anna, ex-capucho.*

*Primeiras letras – Padre Miguel de Miranda, egresso da Congregação de Pernambuco.*

*Desenho – Padre João Ribeiro Pessôa de Mello Montenegro, pernambucano, de grande merecimento, e uma das vítimas da revolução de 1817". Cf. BARATTA, Cônego José do Carmo. Op. cit., p. 53-4.*

*virtuosos e instruídos e por isso, além das ciências profanas, exigia-se dos professores um conhecimento seguro das ciências eclesiásticas, bebido em fontes puras e límpidas, e uma formação moral capaz de servir de modelo aos seus jovens alunos. Infelizmente, nem todos os professores, ou melhor, a maior parte, possuíam semelhantes qualidades. Iniciando quase todos a sua formação intelectual na Universidade de Coimbra, cuja doutrina religiosa depois da reforma Pombalina não primava pela sua ortodoxia, imbuídos das idéias liberais da época que, vindas da França, tinham invadido Portugal, (...), não é de admirar que os professores do Seminário não tivessem aquela formação que era de desejar. Acrescente-se que muitos deles eram egressos de ordens religiosas, com uma formação moral e eclesiástica bem pouco apropriada para a sua nova vida de ampla liberdade.*"<sup>131</sup>

A segunda limitação estaria ligada ao regime de atendimento propiciado à clientela.

*"Se a isso ainda ajuntarmos que nem todos os alunos eram internos, que o Seminário aceitava todos aqueles que desejavam instruir-se e lhe pediam luzes e instrução, sendo por conseguinte um Colégio-Seminário, explicar-se-á facilmente o não ter produzido nesta sua primeira fase, os frutos que dele esperavam a Igreja e a diocese.*"<sup>132</sup>

O afastamento de Azeredo Coutinho, em 1802, agravado pelas sucessivas e prolongadas vacâncias da diocese, desde então, expressariam a terceira e a última limitação<sup>133</sup>.

Sem forças que operassem em sentido contrário, como decorrência, os alunos do Seminário usufruíam, segundo Baratta,

*"de todas as liberdades, nada compatíveis com a sua formação científica e eclesiástica, participando ativamente em todo o movimento preparatório*

---

(131) BARATTA, Cônego José Do Carmo. *Op. cit.*, p. 56.

(132) *Id.*, *ibid.*, loc. cit.

(133) *Id.*, *ibid.*, p. 56-7.



*da independência, frequentando os banquetes patriotas de Domingos José Martins e entrando nas Academias de que seus mestres eram os principais sustentadores, levados, é uma convicção minha, pelo amor da independência da pátria e não pelos chamados segredos democráticos anti-cristãos defendidos sobrepticamente, nas mesmas Academias.*"<sup>134</sup>

O Autor conclui parafraseando Oliveira Lima, ao por em relevo os resultados produzidos pela escola. A partir dos condicionamentos que cerceavam a formação eclesiástica, só preparou "*padres políticos*", que "*não podiam ser sacerdotes de vida canonicamente exemplar*"<sup>135</sup>.

Fica evidenciado, portanto, o desacordo de Baratta em relação aos princípios norteadores da organização escolar pensada por Azeredo Coutinho. Em resumo, toda a sua argumentação se dirige contra o enorme distanciamento dessa organização daquilo que é motivo de seu desvelo, a ortodoxia tridentina. O Cônego gostaria que tivesse sido concretizado um seminário pio, fechado aos que não aspiravam à carreira religiosa; gostaria que o estabelecimento tivesse funcionado em regime de rígido internato e tivesse demonstrado imunidade às perniciosas influências que emanaram da reforma pombalina da Universidade de Coimbra. Nesse rumo, com toda certeza, o Seminário de Olinda não seria, hoje, celebrado como a mais expressiva experiência educacional brasileira, em fins da fase colonial. O que Baratta postula, na prática, é a orientação política característica da Contra-Reforma.

O erro histórico, segundo a perspectiva do Cronista, foi reparado de forma violenta. Os professores da escola e os padres nela formados, os principais dirigentes da Revolução Pernambucana, pagaram-no através o patíbulo ou da prisão. Já o Seminário,

*"Sem professores e sem alunos, teve de fechar as suas portas logo após a entrada das tropas legais no Recife a 20 de maio de 1817.*"<sup>136</sup>

A segunda monografia apologética, **O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**, elaborada por Mons. Severino Leite Nogueira,

---

(134) Id., *ibid.*, p. 57.

(135) Id., *ibid.*, loc. cit.

(136) Id., *ibid.*, p. 58.

compõe-se de seis capítulos. Até o quarto o Autor discute aspectos de ordem geral, ligados à Capitania de Pernambuco, à cidade de Olinda, ao Seminário, desde a sua instalação, ao homem Azeredo Coutinho e à sua administração à frente daquela que era, então, a mais rica capitania brasileira. O quinto aborda a fundação da escola, a sua organização e o seu plano de estudos. O sexto e último capítulo se reporta a uma polêmica, ocorrida na Assembléia Provincial de Pernambuco, na legislatura de 1844, acerca da natureza jurídica do Seminário. De tal definição dependia o financiamento às suas atividades.

O manancial de informações veiculado por essa monografia é amplo e rico. Nogueira, através dela, se revela um intelectual erudito cujo mérito se expressa na exploração de farta documentação histórica, em especial a correspondência entre o Bispo e D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro do Ultramar, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino. Expressa-se, ainda, no fato de ter devassado as obras dos cronistas pernambucanos e de ter lido e analisado tanto **Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho** quanto os **Estatutos do Seminário de Olinda**.

Os dois últimos capítulos da obra do monsenhor não serão descritos na seqüência. As informações mais imprescindíveis, neles contidas, servirão às partes correspondentes do presente trabalho.

Mesmo quanto aos quatro capítulos iniciais, não seria plausível um extenso apanhado dos aspectos que os integram. Até porque refletem, na sua forma de abordagem, uma preocupação maior de aprofundar todas as querelas que marcaram as relações políticas do Bispo de Olinda, durante o período em que esteve à frente do governo da Capitania de Pernambuco, da diocese de Olinda e do cargo de Diretor Geral dos Estudos. Com tamanha concentração de poderes em suas mãos, autoritário e determinado, compreensivelmente, as querelas em que se envolveu foram muito numerosas. A seleção de algumas delas, porém, oferece um rico painel das dificuldades políticas enfrentadas por Azeredo Coutinho, durante sua permanência em Pernambuco. Esse painel se revela, também, um verdadeiro atestado da prioridade que o Bispo sempre concedeu à escola que fundou.

Azeredo Coutinho conseguiu amealhar inimigos poderosos na área da justiça; na área do próprio executivo, aí incluídos os seus desafetos ligados à educação e ao exército, assim como na área da Igreja. Mas a fama de brigão e arbitrário, por ele granjeada em Pernambuco, foi muito além dos próprios limites do governo. Também os comerciantes

e os proprietários de engenhos se mantiveram atentos contra o Bispo, por força da política fiscal que imprimiu à administração da Capitania.

Uma medida de sua política fiscal merece registro. Preocupado em elevar os recursos destinados à instrução pública, visando, em especial, beneficiar o Seminário de Olinda, Azeredo Coutinho extrapolou as determinações do Subsídio Literário. Este imposto substituiu as antigas coletas, cuja arrecadação subsidiava, até 1772, o custeio dos serviços de ensino. O Subsídio Literário, com o caráter de imposto único, desde então, erigiu-se à condição de fonte básica do financiamento à instrução pública. Em síntese, eis o que o Rei determinava através da Carta de Lei que o criou:

*"(...) estabeleço, o unico Imposto: a saber: Nestes Reinos, e Ilhas dos Açores, e Madeira, de hum real em cada canada de Vinho: E de quatro reis em cada canada de Agua-ardente; de cento e sessenta reis por cada pipa de Vinagre: Na America, e Africa de hum real em cada arratel de Carne da que se cortar nos Açougues; e nellas, e na Asia de dez reis em cada canada de Agua-ardente das que se fazem na Terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê, ou venha a dar."*<sup>137</sup>

O texto da norma é muito claro. Quando se refere à carne, determina que o imposto incida, exclusivamente, sobre aquela "que se cortar nos Açougues". Ora, Azeredo Coutinho exorbitou ao mandar cobrar o tributo, também, "das Carnes Secas das Barcas"<sup>138</sup>. À margem da legalidade dessa medida, tinha o Bispo motivos muito concretos para tomá-la. Havia uma grande falta de carne verde nos centros consumidores urbanos, por força de uma conjuntura marcada pela seca. Essa situação determinava uma drástica redução no valor dos recursos recolhidos pelo Subsídio Literário. Ao mesmo tempo, Azeredo Coutinho já havia tomado outra medida que, a médio prazo, superaria em definitivo a escassez de carne verde e faria aumentar o volume dos rendimentos do Subsídio Literário. Mandara viabilizar estudos para a utilização de uma estrada, com trezentas léguas de extensão, cuja função seria a de ligar o mercado consumidor de Recife e Olinda à remota região pecuária do vale do Rio São Francisco<sup>139</sup>. Mas, voltando à medida ilegal tomada por

(137) CARTA de Lei de 10 de novembro de 1772, que estabelece o Subsídio Literário. In: AULA do Commercio. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1982. II., p. 614.

(138) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.* p. 185.

(139) *Id.*, *ibid.*, p. 100-1.

Azeredo Coutinho, acentue-se que desencadearia dois resultados diretos e imediatos: diminuiria o lucro dos comerciantes, por um lado, e, por outro, elevaria de forma generalizada o custo de vida na Capitania. A carne seca, então, era elemento básico na composição alimentar da população. A expectativa de um quadro marcado pela elevação do custo de vida motivava, também, a reação contrária dos proprietários de engenho. Num recurso à Rainha, os que contestavam a medida, além de qualificá-la ilegal, o que é certo, afirmavam, ainda, que o imposto pleiteado por Azeredo Coutinho só serviria para "*assegurar a subsistência de muitas cadeiras do seu seminário erecto na deserta cidade de Olinda.*"<sup>140</sup> De fato, Olinda já não era o grande centro urbano, que disputara, no entanto, a hegemonia com Recife. Antes da invasão holandesa e do incêndio que a destruiu, a cidade tinha "*setenta e duas ruas principais, fora becos e travessas*" mas estava reduzida, em fins do século XVIII, "*a uma quarta parte, e esta com vários edifícios arruinados e outros derribados.*"<sup>141</sup> Esse argumento inconsistente não teria peso diante do Trono. Mas a ilegalidade do imposto estabelecido pelo Bispo de Olinda forçou a Rainha a torná-lo sem efeito.

Sonegadores habituais de impostos, motivos pouco nobres tinham os comerciantes, ainda, para alimentar seu ódio contra Azeredo Coutinho. Administrador extremamente capaz, o Bispo de Olinda concentrou todos os seus esforços no aumento das rendas da Capitania. A fiscalização rigorosa na alfândega dobrou as suas rendas de 1798 para 1799<sup>142</sup>. A arrecadação fazendária, envolvendo os dízimos de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e do Ceará, quando da chegada de Azeredo Coutinho, atingiam 170:000\$000. Mas só a de Pernambuco, a partir da fiscalização desencadeada pelo novo governo da Capitania, saltou para 294:710\$000, enquanto a arrecadação total se elevou para mais de oitocentos mil cruzados<sup>143</sup>.

O rigor fiscal não coibiu somente a sonegação de impostos mas gerou, paralelamente, uma saudável repressão aos comerciantes que cometiam toda sorte de

(140) Id., *ibid.*, p. 185.

(141) Id., *ibid.*, p. 72.

(142) "*Como presidente da Junta da Fazenda Real, Azeredo duplicou a renda da Alfândega logo no primeiro ano do seu governo: 61.000\$000 em 1798 e já em 1799, 120.000\$000.*

*É que o Bispo começou a exercer rigorosa fiscalização nos negócios da Alfândega, de modo que (para exemplo), enquanto em 1798 a repartição tinha registrado apenas 18 barris de pólvora, no ano de 1799, 'subiram para mais de 800.'*" Id., *ibid.*, p. 95.

(143) Id., *ibid.*, p. 96.

abusos contra a economia popular, tanto ao nível de pesos como de preços<sup>144</sup>. Portanto, não poderiam ser tranqüilas as relações de Azeredo Coutinho com os homens que se dedicavam ao comércio.

Da mesma forma, não foram tranqüilas as suas relações com a Câmara da Cidade de Olinda. Antes mesmo de aportar em Pernambuco, já havia dirigido uma proposta ao legislativo, visando estabelecer um tributo destinado a subsidiar os custos de operação do Seminário de Olinda. Seria um imposto pessoal de dez ou vinte réis, que incidiria sobre todos os habitantes da Capitania, desde os doze anos de idade. A Carta Régia de 13 de abril de 1798 já lhe abrira tal possibilidade mas exigia a anuência das câmaras<sup>145</sup>. A Câmara de Olinda, reunida em 22 de agosto de 1798, negou sua aprovação por considerar essa contribuição "*sumamente onerosa a este Povo ... muito mais quando para este fim já se acha aplicado o Subsídio Literário*"<sup>146</sup>. Azeredo Coutinho insistiu, alegando às autoridades do reino ser indispensável a contribuição pessoal de vinte réis ao ano para a manutenção do Seminário. Sua apelação resultou favorável. O próprio Príncipe Regente, em seguida, dirigiu-se à Junta do Governo e determinou, pela segunda vez, que "*fossem ouvidas as Câmaras acerca das contribuições que os povos hão de fazer em benefício do Seminário.*"<sup>147</sup> Pressões foram desencadeadas sobre os vereadores, então. E todas as câmaras deram parecer favorável à medida. Mesmo nesse quadro de pressão sobre o legislativo, houve quem se opusesse à aprovação do imposto pessoal, a exemplo do Procurador da Câmara do Recife. Segundo um de seus argumentos, a medida era injusta, pois todos, acima dos doze anos, deveriam pagar tributo para custear um serviço que excluía a maioria.

Com certeza, Azeredo Coutinho foi autoritário, obstinado e intransigente, daí muitas de suas polêmicas. Jamais deixava de lutar pelas suas idéias e pelas suas propostas, com intolerância se necessário fosse, daí a fama de brigão. Mas é necessário reconhecer, também, que a sua honestidade de princípios grangeou-lhe tantos inimigos quanto o seu autoritarismo. No terreno da instrução pública suas desavenças são a melhor demonstração desse fato.

---

(144) Id., *ibid.*, loc. cit.

(145) Id., *ibid.*, Nota bibliográfica 7, p. 131-2.

(146) Apud MELLO, José Antonio Gonsalves de. "*Prefácio*". In: NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, n.p.

(147) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 104.

Os mestres régios de Pernambuco, antes da chegada de Azeredo Coutinho, praticamente não eram fiscalizados. Segundo carta do Bispo de Olinda ao Ministro do Ultramar, os professores alardeavam sua subordinação imediata à Mesa da Consciência, que não os administrava de fato, e "*que sem ordem expressa de S. Majestade não podiaõ ser castigados, nem ainda excluídos de suas cadeiras.*"<sup>148</sup> Através de sua correspondência, são perceptíveis as dificuldades que o Diretor Geral dos Estudos enfrentava para se impor junto aos mestres régios e os desafios à sua autoridade.

Mas, se os problemas da instrução, em Pernambuco, se resumissem a essa disputa, até compreensível enquanto resultado de um ajustamento à situação nova, seriam admissíveis. Pior era a irregularidade, denunciada por Azeredo Coutinho, segundo a qual o Subsídio Literário "*se achava quase reduzido a um patrimonio daqueles mesmos que õ deviãõ arrecadar.*"<sup>149</sup> Mal arrecadado e desviado de seus objetivos, na fase que precedeu a vinda do Bispo de Olinda, o Subsídio Literário "*não chegava para pagamento de todos os Mestres.*" "*Só se pagava a quem tinha proteção.*" Enquanto muitos professores nomeados, após prova de títulos, deixavam de receber salários, sob a alegação de falta de recursos, a Junta da Fazenda, sem competência para tal, "*somente para favorecer afilhados*", nomeava novos professores. Merece citação o caso do filho do Provedor da Fazenda. Para evidenciar o caráter irregular dessas nomeações, registre-se que a Lei Régia de 17 de dezembro de 1794 tornava as nomeações e provimentos atribuições exclusivas de bispos e governadores.<sup>150</sup>

A obstinação e a firmeza do Bispo de Olinda gerariam inimigos mesmo no interior da Igreja Católica. Para tanto, teria contribuído, em grande parte, o próprio estado de decadência dos costumes que atingira o clero pernambucano. Os viajantes que percorreram a Capitania, nessa época, repetem com insistência os vícios dos religiosos. Tollenare afirma que "*não era raro deparar-se com ministros do altar que desonram o seu caráter religioso pela má conduta e mesmo às vezes por crime*"<sup>151</sup>. Segundo o mesmo viajante, os frades e os cônegos "*pouco observam o voto de castidade; tem mulheres e filhos naturais, o*

---

(148) Id., *ibid.*, p. 108.

(149) Id., *ibid.*, *loc. cit.*

(150) Id., *ibid.*, p. 109.

(151) Id., *ibid.*, p. 56.

*que provoca pouco escândalo*<sup>152</sup>. Mais surpreendente do que a complacência da população, para Tollenare, era a ousadia dos próprios padres que legitimavam, eles mesmos, os seus filhos.

Esse viajante francês, admirador de Azeredo Coutinho e de sua obra, chegou a admitir a possibilidade de que uma escola, como o Seminário de Olinda, poderia ser "*capaz de operar uma útil reforma nos costumes*". Mas, para infelicidade da Capitania de Pernambuco, reconheceu, seu idealizador "*foi perseguido pela corte e retirado para Portugal*<sup>153</sup>.

O poder de Azeredo Coutinho, a primeira autoridade em Pernambuco, concomitantemente Governador da Capitania, Bispo da Diocese de Olinda e Diretor Geral dos Estudos, contribuiu para engendrar uma tendência antagônica de aglutinação de seus adversários. Suas inimizades, em qualquer área, tendiam a somar-se às das demais. O seu círculo de desafetos crescia progressivamente e, na mesma proporção, ganhava coesão. Cristalizando esse processo, a crise que funcionou como estopim para o afastamento de Azeredo Coutinho ocorreu no interior da Igreja Católica. Mas fica muito clara, em sua trama, a ação dos inimigos que amealhou, também, nas áreas do executivo e da justiça, tanto pelo seu autoritarismo e sua intransigência quanto pelos interesses escusos que frustrou.

O pretexto para a crise foi o concurso para vigários, realizado pelo Bispo de Olinda, visando prover dezessete freguesias da Diocese. Concluído o concurso, o Prelado apresentou ao Príncipe Regente os nomes integrantes das listas tríplices referentes a cada freguesia. Cada um dos dezessete primeiros colocados encabeçava uma lista. Havia rigorosa correspondência entre a ordem de classificação dos concursados e a ordem das freguesias. A disposição da última fora estabelecida segundo os montantes de seus rendimentos financeiros. Assim, Tracunhaém teve indicado para provê-la o nome do quarto colocado, Pe. Francisco Xavier de Vasconcelos Maltês, pois era a quarta freguesia em ordem de rendimento. Maltês encabeçava a lista tríplice respectiva. Como vigário encomendado, regia Tracunhaém o Pe. Joaquim José de Melo Cavalcanti. Tendo se submetido ao concurso, Cavalcanti obtivera um resultado sofrível. Azeredo Coutinho só o colocou, em terceiro lugar, na lista tríplice referente à freguesia de S. Miguel das Alagoas. Mas, como ressalta, "*tão somente para enxer numero pela sua grande falta de sciencia, pois só foi aprovado*

---

(152) Id., *ibid.*, p. 57.

(153) Id., *ibid.*, p. 60.

*simpliciter, e por um ou dois pontos não ficou reprovado, além de sua falta de capacidade.*"<sup>154</sup> Essa justificativa foi dada pelo Bispo de Olinda ao Príncipe, através de carta datada de 12 de janeiro de 1802. Motivara essa correspondência a surpreendente decisão do Regente, que confirmava Cavalcanti em Tracunhaém sem que Maltês fosse designado para qualquer outra freguesia. O segredo dessa medida do Príncipe, contudo, estava numa trama que envolvia diversos inimigos do Bispo: O Capitão de Ordenanças Joaquim Coelho Lopes; o Tenente do Regimento de Milícias José Tomaz de Melo; o advogado Chacon; José Fernandes Gama, professor exonerado da instrução pública por Azeredo Coutinho, e que, à época, encontrava-se na Corte, juntamente com o Ouvidor, articulando contra o governador da Capitania de Pernambuco. Há indícios, ainda, de que os adversários do Bispo de Olinda contavam com a proteção do médico José Correia Picanço, cirurgião-mor do reino<sup>155</sup>. Foi mobilizada até a população de Tracunhaém em defesa de Cavalcanti, o que exasperava os ardores absolutistas de Azeredo Coutinho. Segundo sua indignada carta, alegavam os adeptos de Cavalcanti "*serem as eleições dos párocos privativos (sic) dos Povos na forma em que se praticava nos primeiros séculos da Igreja*"<sup>156</sup>. Eloqüente, o Bispo de Olinda não perde a oportunidade de teatralizar: "*Que mais seria necessário para nos vermos no meio dos ôrrores da revolução de Fransa, (...)?*"<sup>157</sup>

Com a emergência do tumulto, sem vacilar, o Governador havia mandado prender os três cabeças – o Capitão, o Tenente e o Advogado – buscando evitar que semeassem "*as doutrinas das eleições dos Povos muito em moda e em tempos tão críticos*"<sup>158</sup>. O resultado, a pedido do Tribunal da Mesa, foi uma repreensão do Príncipe dirigida a Azeredo Coutinho. Este, por seu lado, lamentou ter recebido um castigo sem que tivesse sido observada a praxe vigente. A rotina administrativa mandava ouvir as partes quando bispos, governadores e ministros estavam envolvidos nas questões.

---

(154) Id., *ibid.*, p. 125.

(155) "*O 'doutor Picanço' era o célebre José Correia Picanço, pernambucano ilustre e introdutor do ensino médico no Brasil, que por esse tempo devia ser professor da Universidade de Coimbra. Somente veio ao Brasil com a família real em 1807 quando era conselheiro, primeiro cirurgião da casa real e cirurgião-mor do reino.*" Id., *ibid.*, p. 115.

(156) Id., *ibid.*, p. 127.

(157) Id., *ibid.*, *loc. cit.*

(158) Id., *ibid.*, *loc. cit.*



Altaneiro, o Bispo de Olinda concluiu sua carta firmando seis exigências ao Príncipe, através das quais não escondeu a intenção de responsabilizar integralmente o Tribunal da Mesa pela crise: 1) que sua repreensão fosse examinada por outro tribunal que não a Mesa; 2) que os deputados da Mesa fossem repreendidos por abuso de poder; 3) que nenhum tribunal fizesse chegar ao Príncipe consulta sem ouvir as partes; 4) que ninguém fosse repreendido sem que houvesse certeza de crime; 5) que se declarasse justo o castigo imposto pelo Governo de Pernambuco aos cabeças do movimento, responsáveis maiores pelo tumulto; 6) e que não se admitissem "*eleições nem reprovações dos Povos para aprovar ou excluir os Párocos*", sob pena de seus líderes serem tratados como "*Reus de Leza Majestade*"<sup>159</sup>.

Azeredo Coutinho não deixou alternativas para o Príncipe: "*De outra sorte eu desencarrego a minha consciencia confessando publicamente a V. A. R. que eu não posso administrar, nem fazer justiça aos Povos, nem como Bispo nem como Membro deste Governo.*"<sup>160</sup>

A repreensão dirigida a Azeredo Coutinho estava datada de 3 de outubro de 1801. A resposta do Bispo foi firmada aos 12 de janeiro de 1802, em Olinda. Finalmente, Carta Régia de 25 de fevereiro do mesmo ano o nomeava para o Bispado de Bragança e Miranda; retirava-o de cena, em Pernambuco, e impunha sua volta para Portugal.

#### 4. ALGUMAS QUESTÕES QUE MERECEM DISCUSSÃO

Após o rastreamento das principais idéias e conclusões contidas na historiografia, ficam evidentes não só aqueles aspectos sobre os quais as interpretações manifestam acordo como, também, os que dão margem a entendimentos antagônicos.

É salutar, se não a discussão conclusiva acerca de todos os aspectos mais importantes, pelo menos a exposição do que foi possível sistematizar, no interior da investigação, a propósito de alguns deles. O quarto capítulo, fecundado pelas conclusões do

---

(159) Id., *ibid.*, p. 129.

(160) Id., *ibid.*, loc. cit.

segundo e do terceiro, busca a realização desse objetivo, a partir das questões relacionadas na seqüência.

#### 1ª) O nível dos estudos do Seminário de Olinda.

São divergentes as conclusões dos estudiosos. Retomando o que já foi exposto, de forma resumida e para efeito de exemplo, Luiz Antônio Cunha admite terem sido de nível superior os estudos de filosofia e teologia. Entre outros, Mons. Severino Leite Nogueira e Manoel Cardozo afirmam que todos os estudos do estabelecimento de ensino pernambucano eram de nível secundário.

#### 2ª) A influência modelar do Colégio dos Nobres sobre o Seminário de Olinda.

O reconhecimento dessa influência é de José Antonio Tobias. Maria Luisa Santos Ribeiro o reforça. Mesmo não sendo mencionada pelos demais estudiosos, a questão é relevante e merece considerações mais detidas.

#### 3ª) As inspirações filosóficas absorvidas por Azeredo Coutinho.

Há uma tendência que procura aproximar Azeredo Coutinho de Descartes. Pode ser expressa por José Antonio Tobias. Há outra que associa o Bispo de Olinda mais diretamente ao empirismo de Locke, através de Verney. Nesse caso encontra-se Luiz Antônio Cunha. A divergência configurada coloca a necessidade de um exame mais minucioso da questão.

#### 4ª) A análise dualista do currículo do Seminário de Olinda.

A análise dualista está presente, de uma forma mais ou menos generalizada, na historiografia. Nessa perspectiva, o currículo do Seminário de Olinda é visto como justaposição de uma parte "*clássica*" ou "*tradicional*", representada pela gramática, pela retórica, pela filosofia e pela teologia, a uma parte "*moderna*", identificada com as matemáticas e as ciências físicas e naturais.

#### 5ª) A amplitude da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho.

Essa questão procura discutir o grau de disseminação do ideal pedagógico, visado por Azeredo Coutinho através do Seminário de Olinda, no interior da Igreja Católica brasileira, entre o final do século XVIII e início do século XIX.

**6ª) Os limites históricos da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho.**

Se as questões anteriores contribuem para salientar o alcance da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho, esta última procura evidenciar os seus limites históricos. Toca, por esse motivo, entre outros, um ponto sobre o qual, consistentemente, se manifesta a historiografia. Trata-se da ligação entre o Seminário de Olinda e a Revolução Pernambucana de 1817. A discussão, contudo, não pretende nem poderia ser exaustiva, pois se circunscreve ao material colhido pela investigação.

## **CAPÍTULO II**

**AZEREDO COUTINHO E O  
PENSAMENTO BURGUESES  
LUSO-BRASILEIRO**

Preliminarmente, é indispensável que se exponha os contornos fundamentais da visão de mundo burguesa. Para tanto, sua contraposição à visão de mundo feudal é necessária para fecundar a compreensão no âmbito do combate histórico.

Uma obra de Voltaire, *Cândido*, propicia elementos para iniciar o exercício de contraposição. Tudo que está ligado à sociedade feudal é alvo da ironia demolidora desse grande iluminista. Ao longo desse conto, condena o caráter predatório que marca a existência da nobreza. Suas guerras constantes levam à morte grandes contingentes de homens, além de destruírem as plantações nos campos. Na busca de saques, a nobreza não cria riquezas mas destrói forças produtivas. Condena, também, a Inquisição, a intolerância religiosa, as missões jesuíticas e, principalmente, o ócio. Ociosos, os integrantes da nobreza e do clero tinham a sua existência assegurada pelo trabalho servil. O camponês produzia para si mesmo, para o senhor feudal e pagava o dízimo para a Igreja Católica. Assim, despreocupados com a reprodução material, os componentes das classes dominantes desprezavam o trabalho manual e não colocavam questões práticas no rol de suas cogitações.

Muito distinta era a situação do homem burguês. Um mercador, por exemplo, enfrentava no cotidiano o risco de prejuízos. Para reproduzir-se, enquanto mercador, deveria entregar-se a cálculos de custos, cuidados com a preservação das mercadorias e com a organização de caravanas. Permanentemente, esse homem prático manipulava informações para exercer um domínio pleno dos seus negócios. Voltaire tem em vista esse homem quando valoriza o trabalho.

*"(...) o trabalho afasta de nós três grandes males: o tédio, o vício e a necessidade."*<sup>161</sup>

O domínio dos negócios burgueses associa-se, diretamente, ao próprio domínio do mundo material. Por isso, quando começa a se desenvolver a ciência baseada na observação e na experimentação, é o burguês o seu maior beneficiário. Os recursos que ela coloca em suas mãos viabilizam o maior controle de seus negócios. Os instrumentos, que passam a mediar as relações do homem com a natureza e com outros homens, dinamizam os empreendimentos burgueses. As armas de fogo tornam as caravanas mais seguras. O telescópio desenvolve a astronomia. A descoberta de novos astros e estrelas fazem o

---

(161) VOLTAIRE, François Marie Arouet de. *Contos*. São Paulo, Abril Cultural, 1979. p. 235.

homem se aventurar por mares desconhecidos. São registrados novos acidentes geográficos. São feitos mapas de regiões até então ignoradas. Novos povos são contactados e seus costumes estudados para favorecer o intercâmbio comercial.

Quanto maior é o domínio do mundo material, expresso nos recursos de que são dotados os instrumentos, maior é o controle que a burguesia tem de seus negócios. Mas é necessário acentuar, também, a dependência da ciência moderna face aos empreendimentos práticos burgueses. A ciência moderna não nasce dentro das universidades, mas no interior dos navios e das manufaturas. Nos *Diálogos*, de Dom Frey Amador Arraiz, há registros expressivos desse fato. Ao desfiar as contribuições dos navegadores portugueses para a humanidade, diz:

*"Revelaram aos sábios da terra muitos segredos da natureza que jaziam escondidos no profundo, (...) e ignorados de excelentes Filósofos. (...). Acharam novas estrelas, navegaram mares e climas incógnitos, descobriram a ignorância dos geógrafos antigos que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas. Tomaram o direito a costas, diminuíram e acrescentaram graus, emendaram culturas e sem mais letras especulativas que as que se praticam no convés de um navio, gastaram o louvor a muitos que em célebres Universidades haviam gastado seu tempo. Reprovaram as Taboas de Ptolomeu porque caso que fosse varão doutíssimo não sondou aqueles mares nem andou por aquelas regiões"*<sup>162</sup>.

Há uma diferença radical entre esse novo conhecimento e o conhecimento dos antigos, como se percebe. Essa questão suscita, necessariamente, Bacon. No *Novum organum* são consideradas as duas vias para o conhecimento:

*"Só há e só pode haver duas vias para a investigação e para a descoberta da verdade. Uma, que consiste no saltar-se das sensações e das coisas particulares aos axiomas mais gerais e, a seguir, descobrirem-se os axiomas intermediários a partir desses princípios e de sua inamovível verdade. Esta é a que ora se segue. A outra, que recolhe os axiomas dos dados dos sentidos e particulares, ascendendo contínua e gradualmente até alcançar,*

---

(162) ARRAIZ, Dom Frey Amador. "Diálogos". In: FIGUEIRA, Fani Goldfarb. *Cadernos de Estudos Históricos*. s.n.t., p. 221-2. (Datilografado).

*em último lugar, os princípios de máxima generalidade. Este é o verdadeiro caminho, porém ainda não instaurado.*"<sup>163</sup>

O primeiro caminho corresponde ao que Bacon denominou **Antecipação da Mente**. Nele, a mente trabalha sem os recursos adequados. É o fundamento do pensamento antigo e da escolástica. O segundo caminho, designado **Interpretação da Natureza**, é o caminho novo, o caminho a ser trilhado pela ciência moderna. Esse caminho faz uso de instrumentos "mecânicos" e "da mente", com o quais se "regulam e ampliam o movimento das mãos" e "aguçam o intelecto e o precavêm"<sup>164</sup>. É também esse caminho que promete ao homem o pleno domínio da natureza, "*natureza que não se vence, se não quando se lhe obedece*"<sup>165</sup>.

Em resumo, a preocupação maior que marca a visão de mundo burguesa é o domínio do mundo material. Essa obsessão permanente se revela como visão prática, que focaliza qualquer coisa a partir da utilidade que possa ter face àquele domínio. A mesma preocupação, portanto, atravessa a ciência burguesa. A observação e a experimentação são recursos para a produção de conhecimentos e de instrumentos, mediações essenciais para a intensificação do domínio do homem sobre a natureza.

Feita essa breve caracterização da visão de mundo burguesa, típica da fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, são focalizados, na seqüência, Azeredo Coutinho e sua proposta pedagógica.

Azeredo Coutinho é um pensador bastante controvertido. Ou melhor, a historiografia o tornou uma figura controvertida. Sem necessitar descambar para um aprofundamento de sua biografia<sup>166</sup>, deve-se ressaltar que descendia de família abastada. Nascido em Campos, Rio de Janeiro, herdou terras e engenho do pai. Assumiu a

---

(163) BACON, Francis. *Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*; Nova Atlântida. 3.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984. XIX, p. 16.

(164) Id., *ibid.*, II, p. 13.

(165) Id., *ibid.*, III, *loc. cit.*

(166) Na "Apresentação" de *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*, o historiador Sérgio Buarque de Holanda inicia suas considerações com uma biografia do Bispo de Olinda. Mesmo não sendo muito desenvolvida, pelo rigor que presidiu sua elaboração, é digna de ser lida. Essa biografia nasceu de críticas e correções às obras de outros biógrafos como J. J. P. Lopes, Alberto Lamego, Januário da Cunha Barbosa, Inocêncio e Sacramento Blake. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Apresentação". In: COUTINHO, J.J. da Cunha de Azeredo. *Op. cit.*, p. 15-53.

administração de suas posses aos 26 anos de idade mas, seis anos depois, aproximadamente, abdicou do direito de primogenitura e dirigiu-se para Portugal, onde, em Coimbra, estudou letras e filosofia e, mais tarde, licenciou-se em Direito Canônico. Ordenado sacerdote e depois bispo, nunca deixou, contudo, de raciocinar como um senhor de engenho, como um burguês. Dos seus inúmeros escritos, os mais importantes são de natureza econômica<sup>167</sup>. Revela tal obsessão pela restauração da antiga grandeza material de Portugal, na qual teria papel destacado o Brasil; defende com tal afincamento a escravidão, o tráfico de negros e o absolutismo, que Sérgio Buarque de Holanda não deixa de notar ser sua visão ética "brutalmente pragmática" e que "Deus acha-se estranhamente ausente da obra desse eclesiástico, salvo talvez onde pareça ajudar a justificar os apetites de alguns poderosos da terra."<sup>168</sup> Mas essa referência revela, também, um mal-estar pouco dissimulado no liberal Holanda. Motiva suas alegações a postura de Azeredo Coutinho, francamente favorável à escravidão negra, postura essa que ocasiona vivo incômodo em todos os liberais brasileiros, a partir do século XIX, movidos pelas assertivas dos pensadores burgueses europeus.

Contudo, parece ser uma posição mais conseqüentemente burguesa, nas condições históricas do Brasil, ao longo da transição do século XVIII para o século XIX, exatamente a de Azeredo Coutinho. Segundo a sua argumentação, o trabalho livre poderia até caber nas condições típicas da Europa, onde os trabalhadores expropriados dos meios de produção não tinham qualquer outra alternativa que não a de se assalariarem junto aos detentores do capital. Isto seria impensável no Brasil, na ótica do Bispo de Olinda, pois só a compulsão ao trabalho, associada ao trabalho escravo, asseguraria a permanência do trabalhador junto ao capitalista<sup>169</sup>. O trabalho livre ensejaria aos negros as possibilidades de

---

(167) Dentre esses escritos, sobrepõem em importância os que integram as **Obras Econômicas...**: "Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias", "Memória sobre o preço do açúcar", "Discurso sobre o estado atual da minas do Brasil" e "Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África".

(168) HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Apresentação". In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Op.cit.*, p. 53.

(169) "(...) entre as nações em que há muitas terras devolutas e poucos habitantes relativamente, onde cada um pode ser proprietário de terras, se acha estabelecida, como justa, a escravidão. Tais são as nações da África, da Ásia e da América: e entre as nações em que há poucas ou nenhuma terras devolutas e sem proprietários particulares, se acha estabelecida a liberdade, assim como na maior parte das nações da Europa; mas esta chamada liberdade não é devida às luzes ou ao maior grau de civilização das nações: é, sim, devida ao maior ou menor número de habitantes relativamente ao terreno que ocupa esta nação". COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Op.cit.*, § XXXIII, p. 255.



adentrarem-se pelo interior do Brasil, cujas terras eram devolutas, e, aí, de iniciarem a restauração da organização social que lhes era peculiar na África.

Azeredo Coutinho vela, a rigor, para que os capitalistas, na Colônia, não padeçam o mesmo infortúnio daquele previdente homem chamado Peel, referido por Marx, em *O Capital*, ao discutir a **teoria moderna da colonização**. Esse homem, quando de sua transferência da Inglaterra para Swan River, na Austrália, tudo previra.

*"(...) levou víveres e meios de produção no valor de 50.000 libras esterlinas (...). Peel foi prudente a ponto de levar consigo, além disso, 3.000 pessoas da classe trabalhadora (...)"*.

Após a chegada a Swan River, contudo, os trabalhadores se afastaram de Peel. Dependia de suas vontades, unicamente, a opção entre duas alternativas colocadas pela nova situação: ou se assalariavam junto a Peel ou tornavam-se proprietários nessa região cujo acesso à terra era viável. Sem vacilação, preferiram o segundo caminho. Marx não perde a oportunidade de ironizar:

*"Infeliz Peel, que previu tudo, menos trazer as relações de produção da Inglaterra para Swan River!"<sup>170</sup>*

Na defesa da escravidão, o combativo Azeredo Coutinho não evidencia qualquer vacilação ao fazer a apologia da *"melhor condição"* desfrutada pelo escravo frente ao trabalhador livre.

*"(...) o chamado escravo, quando está doente, tem seu senhor que trata dele, de sua mulher e de seus pequenos filhos, e que o sustenta, quando não por caridade, ao menos pelo seu mesmo interesse; o chamado livre, quando está doente ou impossibilitado de trabalhar, se não for a caridade dos homens, ele, sua mulher e seus filhos morrerão de fome e de miséria: qual, pois, desses dois é de melhor condição? Ou qual desses dois poderá dizer com arrogância: 'Eu sou livre pelo benefício das luzes ou pela civilização dos filósofos'?"<sup>171</sup>*

---

(170) MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política (livro primeiro: o processo de produção do capital)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. v. 2, p. 885.

(171) COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Op.cit.*, § XXXIV, p. 256-7.

Para o Bispo de Olinda, a necessidade de sobrevivência é a lei básica que pesa sobre o homem e sobre a sociedade. Somente dela podem ser deduzidos tanto os direitos daquele como os desta. Logo, revela-se imprópria uma concepção de justiça absoluta e imutável. A justiça é relativa às condições concretas referentes ao patamar em que a sociedade se encontra. No caso do Brasil Colônia, seu patamar histórico é que impunha a necessidade da escravidão. Prosseguindo o encadeamento de suas idéias, Azeredo Coutinho não se detém mesmo diante da possibilidade de desnudar o direito de propriedade, pilar fundamental da nascente sociedade burguesa. Torna-se, assim, um ideólogo burguês que expõe as misérias da própria classe que representa. Revela a dissimulação do pensamento burguês mais avançado ao reconhecer que a propriedade privada estaria na origem das desigualdades sociais. Ela produziria as miseráveis condições de vida dos trabalhadores assalariados para, ao mesmo tempo, gerar a opulência, o luxo e o ócio dos proprietários. No interior de suas idéias, esse reconhecimento não representa uma condenação aos fundamentos da sociedade burguesa. Azeredo Coutinho parte de um concepção de justiça relativa, que pressupõe ser a sociedade movida a optar, em seu desenvolvimento, entre o maior bem e o menor mal da coletividade. Mas, tomando o seu reconhecimento como premissa, cobra coerência dos filósofos que, a partir de uma concepção de justiça absoluta e imutável, bradavam contra a injustiça do trabalho escravo. Para levarem às últimas conseqüências essa mesma concepção, segundo Azeredo Coutinho, deveriam lutar para que fosse abolido, também, o próprio direito de propriedade<sup>172</sup>.

---

(172) *"Na verdade, confesso que não posso entender a humanidade destes que se dizem ter horror ao comércio do resgate dos escravos da África e dos quais se dizem amigos sem com eles ter algum trato nem comunicação, e que ao mesmo tempo estão vendo com olhos enxutos os seus pobres concidadãos, homens brancos civilizados trabalhando ao sol e à chuva para ganharem o miserável sustento para aquele dia, sem contudo repartirem com eles das suas excessivas riquezas e das suas muitas terras para os libertarem de trabalhar ao sol e à chuva. Se me dirá, talvez, que não há riquezas que possam libertar a tantos pobres de trabalhos tão pesados, e que mesmo é necessário que, no estado da sociedade, haja tais trabalhadores para sustentar os outros que, pôsto que à sombra, também trabalham para eles, eu então lhes diria: não é, pois, melhor que nos aproveitemos daqueles trabalhadores ao sol e à chuva que, pela barbaridade de seus pais e de seus senhores, ou pelas leis do seu país, estão já condenados a trabalharem para sempre ao sol e à chuva em favor de quem quer que fôr e ainda mesmo a serem vendidos às nações estrangeiras, e além dos mares; e que libertemos aos nossos concidadãos, ou ao menos a uma grande parte deles destes trabalhos feitos ao sol e à chuva? Tanta humanidade para com os negros bárbaros, cuja condição nós não a fazemos pior, principalmente quando são levados para as terras da Zona Tórrida em um clima quase análogo ao dos seus nascimentos, e tanta falta de humanidade para com os brancos civilizados, cuja condição ou não a melhoramos, podendo, ou a fazemos igual à de um escravo pelo nosso direito de propriedade! Filósofos, que vos dizeis sentimentais, sêde uma vez conseqüentes: ou não griteis contra o comércio do resgate dos escravos*

Como se observa, o Bispo de Olinda é um pensador burguês que expõe de forma cristalina as suas idéias. Diante da necessidade histórica, ele não tergiversa, prefere encará-la e pagar o seu preço. Muito diferente é o caráter da crítica liberal dos séculos XIX e XX. Não quer pagar o preço que a história cobrou do desenvolvimento burguês e, quando aborda o passado, procura negar o caráter necessário das **desumanidades burguesas**. Termina por se afundar no moralismo e, ao identificar erros e exageros no passado, os atribui a certos homens cuja ação e cujo pensamento os encarnaram mais ostensivamente. Azeredo Coutinho foi um desses homens; o Bispo de Olinda evidencia um desses casos. Ao obrigar a crítica liberal a contemplar, contrafeita, o passado da classe que representa, Azeredo Coutinho atrai sua ira demolidora. Ele não é poupado por defender a escravidão e o absolutismo; é alvo, ainda, de um outro argumento que gera indignação fácil nas cabeças nacionalistas: o Bispo de Olinda nunca admitiu a idéia de independência do Brasil frente ao domínio português. Todos os pretextos são utilizados no sentido de amesquinhar o pensamento de Azeredo Coutinho. Até mesmo as transcrições literais, utilizadas em seus escritos sem as devidas aspas, são qualificadas pura e simplesmente como "*pilhagens*" por Sérgio Buarque de Holanda<sup>173</sup>.

na obra de Azeredo Coutinho  
o uso de aspas  
(173)

Se Azeredo Coutinho, por suas convicções absolutistas, não chegou a cultivar no plano político o liberalismo, inversa é a situação que se dá no plano econômico. É expressivo, por exemplo, que tenha se deixado influenciar pelas idéias de Adam Smith, cuja obra leu através de tradução francesa. Nas suas memórias econômicas há provas inequívocas do combate que moveu contra as políticas monopólicas. Combateu o monopólio do sal; o monopólio da exploração e da comercialização da madeira e o monopólio do tabaco<sup>174</sup>. Combateu, igualmente, a taxaço do açúcar, por diminuir a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional. Quanto a esse último aspecto, não perdeu a oportunidade de alertar o reino sobre a conjuntura favorável que se desenhava para o Brasil com a desorganização da produção açucareira nas Antilhas, por força do movimento que ali se desencadeara na esteira da Revolução Francesa.

---

da costa da África, ou riscar do código das nações o direito da propriedade e o de darem as leis a si mesmos." *Id.*, *ibid.*, Nota (2), p. 257-8.

(173) *Id.*, *ibid.*, p. 45.

(174) *Id.*, *ibid.*, p. 79, 129, 134 e 143.

*"A revolução inesperada, acontecida nas colônias francesas, é um daqueles impulsos extraordinários com que a Providência faz parar a carreira ordinária das coisas; agora, pois, que aquêles colonos estão com as mãos atadas para a agricultura, antes que êles principiem nova carreira, é necessário que apressemos a nossa. (...) Enquanto os estrangeiros reformam ou fazem de nôvo as suas fábricas e plantações, já nós lhes levamos a vantagem do melhor estado das nossas; e se nós trabalharmos com indústria e fôrças iguais às dos nossos rivais, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dôbro, ou êles nos hão de ceder o campo. (...) Em suma, a ocasião agora nos desafia: ela é ligeira e volúvel; se se não lança mão dela, foge, voa e desaparece."<sup>175</sup>*

Esta circunstância, como qualquer outra ligada à Revolução Francesa e aos acontecimentos na Antilhas, cria mais um pretexto para que Azeredo Coutinho renove os ataques aos princípios que os norteiam e aos seus líderes. Brissot e Robespierre, por exemplo, são tratados como "bárbaros", como

*"(...) monstros com figura humana, que estabeleceram em regra: 'pereçam antes as colônias, do que um só princípio', princípio destruidor da ordem social, e cujo ensaio foi o transtôrno geral da sua Pátria, e a rica e florescente ilha de S. Domingos abrasada em chamas, nadando em sangue."<sup>176</sup>*

Quanto à concepção de ciência, as elaborações do Bispo de Olinda aproximam-no muito do empirismo inglês. Ao fazer uma referência sobre a agricultura, enfatiza o novo tratamento que sua abordagem exige. E a nova postura que reclama do cientista burguês é a mesma subjacente à **interpretação da natureza**, o "**método ou caminho**" da ciência segundo a formulação de Bacon.

*"A agricultura, como a maior parte das outras artes, tem a sua parte literária: a sua descrição é suscetível de imagens, de sentimentos e de todos os ornamentos da poesia. Nós temos uma bela prova nas Geórgicas, de Virgílio, e em muitas obras modernas. Parece que não é mais permitido de*

---

(175) Id., *ibid.*, p. 184-5.

(176) Id., *ibid.*, p. 233.

*olhar esta arte senão pela parte física e mecânica, e que daqui por diante só se deve ocupar a descobrir, ajuntar e examinar fatos como o só meio, (...), para aperfeiçoar a arte pelas experiências e observações e de estender a sua utilidade; os raciocínios, sem o socorro dos fatos e das experiências, e mesmo sem o conhecimento local e dos climas, só servem de multiplicar escritos inúteis sôbre esta matéria.*"<sup>177</sup>

Quanto ao ideal pedagógico cultivado por Azeredo Coutinho, é muito expressivo que tenha se explicado exatamente em uma obra econômica: "*Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil*". A justificativa exposta pelo Bispo para a criação do Seminário de Olinda tem conteúdo eminentemente econômico.<sup>178</sup>

Sua proposta pedagógica emerge quando da consideração mais ampla acerca da restauração da antiga grandeza de Portugal. Azeredo Coutinho tem a clareza de que a possibilidade de incremento à riqueza material do Reino já não seria viabilizada pelas navegações e pelo comércio marítimo, a exemplo do que ocorrera no século XV e no início do século XVI. Portugal não acompanhara o ritmo da história e sua recuperação adviria da ampliação política de novos recursos. O mercado se estabelecera em escala mundial e a circulação de mercadorias, em fins do século XVIII, encontrava-se sob o controle da potência capitalista mais avançada do universo: a Inglaterra. Os novos recursos divididos por Azeredo Coutinho são o desenvolvimento da agricultura, a expansão das manufaturas e o pleno conhecimento das riquezas naturais do Reino, visando sua futura exploração econômica.

Contudo, uma dificuldade poderia tolher a viabilização prática desse último recurso. Conhecer as riquezas naturais dos domínios de Portugal implicava, principalmente, o conhecimento dos recursos naturais do Brasil, a colônia mais extensa e mais rica. Só dificuldades aguardavam a execução de um tal projeto, pois a sua realização dependeria da formação de filósofos naturalistas – os cientistas da época – dispostos a interiorizarem-se para que os recursos brasileiros nos reinos mineral, da flora e da fauna fossem inventariados.

---

(177) Id., *ibid.*, p. 191.

(178) Ver o Capítulo III da referida obra, intitulado "*Em que se apontam os meios para se facilitarem as descobertas da história natural e dos ricos tesouros das colônias de Portugal*". Id., *ibid.*, p. 211-4.

As conjecturas de Azeredo Coutinho esbarravam num fato: em seu tempo, o filósofo naturalista era um homem de gabinete, que vivia nos centros urbanos e não se dispunha a fixar-se nos sertões. Só eventualmente, através de excursões a regiões próximas ou viagens científicas um pouco mais pretensiosas, ele se afastava de seus laboratórios ou da instituição à qual estava vinculado. Logo, seria necessário um outro tipo de homem para realizar o imenso inventário das riquezas naturais do Brasil, tão indispensável à recuperação material do Reino. Exatamente a partir desse raciocínio o Bispo de Olinda anteviu uma solução: se o *indagador da natureza*, por profissão, não desejava internar-se permanentemente nas "brenhas", o homem que podia fazê-lo, até mesmo por dever de ofício, era o cura. Este devia estar onde se encontravam as suas ovelhas, homens simples mas que dominavam, com muita perspicácia e através do senso comum, vastos conhecimentos sobre plantas medicinais e alimentícias, sobre aves, peixes e outros animais. Ora, se o cura recebesse uma boa formação em ciências naturais, em desenho, em geometria, poderia, efetivamente, contribuir para a realização do projeto de desenvolvimento de Portugal. Junto às suas ovelhas, poderia registrar observações acerca das plantas, testar, através de procedimentos experimentais, os efeitos que os homens simples atribuíam a elas, desenhá-las e produzir comunicações científicas. O mesmo raciocínio seria aplicável aos produtos animais. Igualmente, estaria o cura preparado para identificar metais e pedras preciosas onde fossem registrados os seus vestígios. Contribuiria o cura, dessa forma, para a ampliação do conhecimento. E, sobre essa ampliação, poderia a coroa portuguesa estabelecer políticas de desenvolvimento econômico que viabilizassem o mais racional aproveitamento dos recursos naturais que abundavam no Brasil.

Foi com essa motivação, nitidamente burguesa, marcada pela preocupação com o domínio do mundo material, que Azeredo Coutinho instalou solenemente o Seminário de Olinda no dia 16 de fevereiro de 1800.

A escolha dos professores fora meticulosa e levada a cabo pelo próprio Bispo. Alguns deles, contactados em Portugal, viajaram para o Brasil especialmente para assumir o magistério na escola recém-fundada<sup>179</sup>. Entre esses professores, ganhou destaque Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Pe. Miguelinho, natural do Rio Grande do Norte, líder e mártir da Revolução Pernambucana de 1817, que assumiu a aula de retórica. Foi também ele quem fez a oração solene no dia da instalação do Seminário. Não deixam

---

(179) Ver Nota (130)

qualquer dúvida, quanto à sua formação iluminista, algumas das considerações que integram o conteúdo dessa oração. Afirma que a implantação do Seminário de Olinda estabelece "*em Pernambuco a proveitosa cultura das Sciencias (...) que formam a verdadeira gloria dos Povos*"<sup>180</sup>. Cita Voltaire, o mordaz inimigo da Igreja Católica, e, mesmo diante do desconforto que a Revolução Francesa gerava nos pensadores luso-brasileiros, portou-se de forma mais tolerante, para com ela, do que Azeredo Coutinho. Depois de reconhecer os seus horrores e repreender o seu "*abuso total das Sciencias e Artes*", atenua o impacto dessas ressalvas por entender que "*Pode-se abusar das Sciencias; é verdade (...) mas esse mesmo abuso hé menos pernicioso e criminal do que os efeitos tristissimos de hua ignorancia cega*"<sup>181</sup>. Se o Pe. Miguelinho não chegou a vincular, explicitamente, a "*ignorância cega*" com a sociedade feudal, não dissimulou sua complacência frente aos arroubos da nova sociedade. Em processo de emergência, ela não detém o controle pleno de si mesma, daí os seus "*abusos*". Essa interpretação não extrapola os fatos: é bom lembrar que Miguelinho foi um dos principais ideólogos da Revolução Pernambucana de 1817; foi, também, Secretário do Interior no Governo Provisório da "*republica dos setenta e cinco dias*", que emergiu do processo revolucionário<sup>182</sup>. Politicamente, esse republicano era mais avançado do que Azeredo Coutinho e estava convicto de que a difusão do conhecimento representaria, a médio e longo prazos, a regeneração de todos os males sociais. O tempo encarregar-se-ia de resolver, inclusive, os "*abusos*" momentâneos.

Para culminar, Pe. Miguelinho fez a apologia do "*seculo justamente chamado filosófico, o seculo das Sciencias*" e manifestou, conforme as mais puras convicções iluministas, suas esperanças no novo tempo que se iniciava, em Pernambuco, com a implantação do Seminário de Olinda:

*"Luzes brilhantes de sabedoria e da verdade vinde dissipar este negro cahos de erros, e de superstição, de Crimes e de fanatismo."*<sup>183</sup>

---

(180) Apud NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 201-2.

(181) *Id.*, *ibid.*, p. 202.

(182) Cf. BANDEIRA, Alipio. *O Brazil Heroico em 1817*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918. p. 225; PINTO, F. C. Souza. *Frei Miguelinho: uma página da revolução de 1817*. 5.ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia., 1928. p.64.

(183) Apud. NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op.cit.*, p. 202.

Não há como deixar de reconhecer o caráter nitidamente burguês do pensamento de Azeredo Coutinho. No entanto, deve ser evidenciada a adequação da postura, adotada neste trabalho, que trata a proposta pedagógica do Bispo de Olinda subentendendo a influência do Iluminismo.

A rigor, é predominante, entre os estudiosos, a aceitação da ocorrência do Iluminismo dentro dos limites do reino português. Mas como não é unânime essa aceitação, qualquer investigação relativa à passagem do século XVIII para o século XIX, no Brasil, precisa expor o seu posicionamento face à questão. Assim, uma dificuldade que assalta a investigação, logo de início, é a do enquadramento de seu objeto no interior de movimentos ideológicos de caráter mais amplo.

A florescência do Iluminismo, no reino lusitano, é admitida em estudos de António Alberto Banha de Andrade, em especial na obra *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*, da qual deve ser destacado o ensaio intitulado "*O iluminismo filosófico em Portugal*"<sup>184</sup>.

Também Laerte Ramos de Carvalho, referindo-se especificamente às reformas pombalinas da instrução pública, afirma serem elas

"(...) expressão altamente significativa do iluminismo português."

Um pouco mais reticente e restringindo-se ao caso brasileiro, Antônio Cândido, numa obra de história literária, denominada "*Letras e idéias no período colonial*", alega que

"(...) ocorreu no Brasil uma pequena *Época das Luzes*"<sup>186</sup>.

Contudo, Antônio Paim, em *História das idéias filosóficas no Brasil*, assevera o contrário. Depois de negar o caráter iluminista das obras de Matias Aires e de Tomás Antônio Gonzaga, justifica seu posicionamento afirmando que esses homens "(...) não lograram libertar-se da tradição escolástica."<sup>187</sup>

---

(184) ANDRADE, António Alberto Banha de. *Contributos ... op.cit.*, p. 637-65.

(185) CARVALHO, Laerte Ramos de. *Op.cit.*, p. 25.

(186) CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 7.ed. São Paulo, Nacional, 1985. p. 95.

(187) PAIM, Antônio. *Op. cit.*, p. 46.



A essa afirmação, Paim faz seguir seu pressuposto fundamental: "*A reação anti-escolástica em Portugal não pode ser creditada à feição espiritual do século que, segundo Cassirer, 'contemplou e venerou a razão e a ciência como a força suprema do homem'. Ao receber o seu impulso fundamental do absolutismo monárquico tinha, ao mesmo tempo, circunscritos os limites em que deveria circular. E quando, com a morte de D. José I, em 1788, tem início a chamada Viradeira de D. Maria I, o espírito de renovação, encarnado por Verney, viu-se obrigado a contentar-se com a simples adoção do empirismo mitigado de Antônio Genovesi, devidamente escoimado das perplexidades e dúvidas presentes na sua obra. A renovação não alçaria seu vôo até o plano ético-político.*"<sup>188</sup>

A divergência de interpretações exposta induz ao estabelecimento de considerações mais precisas sobre o Iluminismo.

De início se impõe um cuidado. Espreita a análise o perigo de seccionar o Iluminismo do processo fundamental do qual é uma das expressões, isto é, do processo de desenvolvimento das idéias burguesas, reflexo, no plano superestrutural, do fortalecimento econômico, social e político da burguesia.

O desenvolvimento do pensamento burguês precisa ser visto na sua unidade. Enquadrá-lo segundo as suas manifestações específicas – como **Humanismo**, **Reforma** ou **Iluminismo** – é uma necessidade, mas derivar para análises que lhes dêem autonomia é uma prática que termina por perder a essência comum dessas mesmas manifestações. Com efeito, Humanismo, Reforma e Iluminismo são registros de diferentes momentos do amplo processo de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista; são movimentos ideológicos submetidos a condicionamentos históricos precisos mas compreensíveis só a partir de um denominador comum.

Do entendimento segundo o qual "*a história de todas as sociedades até nossos dias é a história das lutas de classe*"<sup>189</sup> deriva o pressuposto de que a história só se revela no combate. Logo, a compreensão do processo de transição em pauta demanda o próprio entendimento do combate que lhe particulariza. No interior dele estão em disputa, fundamentalmente, a nobreza e o clero feudais, de um lado, e a burguesia ascendente, de outro. Entretanto, o poder econômico e político da burguesia é muito diferente se

---

(188) Id., *ibid.*, p. 47.

(189) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Op. cit.*, p. 32.

comparadas as épocas do Humanismo e do Iluminismo. O Humanismo é o primeiro grande movimento ideológico burguês, enquanto o Iluminismo, desencadeado em fins do século XVII e dominante no século XVIII – o Século das Luzes, a Era das Luzes, a Época das Luzes, etc. – é o próprio pensamento burguês típico das vésperas da revolução burguesa. Por estar na origem de um processo, o primeiro é, compreensivelmente, débil e conciliador, em oposição ao tom desafiante do segundo, que culmina o mesmo processo. O Humanismo reivindica espaço para a burguesia no mundo feudal, enquanto o Iluminismo nega às forças feudais um lugar no mundo, pregando a sua destruição. São, como se deduz, movimentos que expressam diferenças nítidas quanto ao grau de radicalidade do pensamento burguês. Mas ambos são o que são por serem, antes de tudo, resultados de distintas correlações de forças, típicas de dois momentos muito diferentes do processo de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

Para demonstrar como a correlação de forças entre as classes em luta atravessa as obras literárias, filosóficas e políticas dos dois momentos aventados há copiosos exemplos.

Pode-se começar com o materialismo francês do século XVIII, um dos componentes básicos do Iluminismo, cuja tendência, após La Metrie e Helvétius, chega ao amadurecimento com Holbach e Diderot. Para efeito de compreensão do exemplo, não se deve perder de vista a peculiaridade que cercou a luta de classes na França, antes de concluída a revolução burguesa. Ali não ocorreu uma conciliação entre burguesia e nobreza, a exemplo da Alemanha, cuja solução se consagra na reforma protestante. Também não se deu um processo de aburguesamento da nobreza, tal como o experimentado pela Inglaterra. No caso da Alemanha, a nobreza fez uma composição política com a burguesia, que permitiu fossem pleiteadas garantias e concessões para o exercício de um convívio possível. Desse evento, saiu derrotada e expropriada somente a Igreja Católica feudal. Já na Inglaterra, se a nobreza expulsou os camponeses para converter os campos em pastagens e criar ovelhas<sup>190</sup>, perdeu os fundamentos materiais que a tornavam classe dominante na

---

(190) "Embora o poder real, produto do desenvolvimento burguês, em seu esforço pela soberania absoluta, acelerasse pela força a dissolução das vassalagens, não foi de modo algum a causa única dela. Opondo-se arrogantemente ao Rei e ao Parlamento, o grande senhor feudal criou um proletariado incomparavelmente maior, usurpando as terras comuns e expulsando os camponeses das terras, os quais possuíam direitos sobre elas, baseados, como os do próprio senhor, nos mesmos institutos feudais. O florescimento da manufatura de lã, com a elevação conseqüente dos preços de lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. A velha nobreza fôra devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto do seu tempo, e, para ela, o

sociedade feudal mas desenvolveu, em compensação, os fundamentos materiais que lhe assegurariam a condição de classe dominante na sociedade capitalista emergente: começou a explorar imensas extensões de campos na criação em grande escala de ovelhas, que iria nutrir, complementarmente, o desenvolvimento da indústria têxtil. Na França, de forma singular, a nobreza defendeu com perseverança seus privilégios feudais, inviabilizando o caminho da conciliação política, trilhado na Alemanha, e do aburguesamento, percorrido na Inglaterra. A conseqüência foi o recrudescimento dos conflitos entre as classes disputantes, o que explica o desencadeamento sangrento do processo revolucionário. E como não houve conciliação política entre burguesia e forças feudais, na França, tal característica refletiu-se, necessariamente, na produção dos seus pensadores. É por esse caminho que se compreende o materialismo francês. Como a visão de mundo da Igreja Católica lastreava a ideologia feudal, a negação radical dessa ideologia consubstanciava-se na negação do próprio primado do espírito e conseqüente aceitação da primazia da matéria.

Também o deísmo teve adeptos importantes entre os iluministas franceses do século XVIII, a exemplo de Voltaire, seu representante máximo. Mesmo não descartando a existência de Deus, o deísmo golpeava profundamente a Igreja Católica, na medida em que a intervenção desse ente superior somente era admitida no ato da criação do mundo. A partir de então, este teria passado a funcionar segundo as suas próprias leis. Se, de alguma forma, o deísmo salvava Deus, Voltaire não salvava, em absoluto, a Igreja Católica, cuja religião alvejava com um epíteto ferino: "*infame superstição*".

Essa ferrenha oposição à Igreja Católica feudal só foi dominante na época do Iluminismo. Esse desafio ostensivo não ocorreu em épocas anteriores. Nem poderia ter ocorrido, por força da própria fragilidade da burguesia. Seu fortalecimento, como classe, repousava no gradativo desenvolvimento das forças produtivas que ela própria, burguesia, capitaneava. Mas a expressão desse desenvolvimento, no plano político teve, desde os seus primórdios até o século XVII, um caráter ambíguo e sinuoso, marcado por movimentos táticos de avanço e recuo. Ora manifestava-se abertamente, ora retroagia e fechava-se, fazendo, aparentemente, tudo mergulhar na inércia. A vida de Galileu Galilei, por si mesma, é um exemplo desse caráter ambíguo e sinuoso do desenvolvimento das idéias

---

dinheiro era o poder dos podêres. Sua preocupação, por isso, era transformar as terras de lavoura em pastagens."

MARX, Karl. *Op.cit.*, v. 2, p. 833.

burguesas, nessa fase<sup>191</sup>. Tal ambigüidade é reveladora da vacilação burguesa em se opor frontalmente à visão de mundo da Igreja Católica. As renúncias e concessões dos pensadores humanistas nada mais são do que decorrências da debilidade política da classe à qual servem. Reações obstinadas, por outro lado, representariam um exercício político temerário que, no limite, poderia atirá-los às fogueiras da Inquisição.<sup>192</sup>

Também as utopias renascentistas revelam essa mesma ambigüidade. Inquietos com a irracionalidade do mundo real, mas sabendo imprudente qualquer crítica incisiva ao Estado feudal ou à Igreja Católica, seus autores extravasam sua indignação contra a sociedade feudal explorando a imaginação e criando, através dela, o seu contrário. Vêm à luz, então, mundos ideais, onde a convivência humana é sempre marcada por relações de igualdade, solidariedade, cooperação e tolerância. Incapazes de mudar o mundo que os rodeava, os utopistas negam-no em pensamento. Assim entendidas as utopias, há que se reconhecer, também, a contundência da crítica indireta que realizam ao mundo real. Contudo, elas revelam, fundamentalmente, a importância da burguesia no sentido de transformar as bases em que se fundava a sociedade feudal. Sob este aspecto, as utopias são uma forma de expressão do pensamento burguês típica do Humanismo.

---

(191) É ambígua e sinuosa, por exemplo, esta defesa que Galileu Galilei faz de Copérnico: "(...), quanto a Copérnico, a meu ver, ele não é passível de atenuação, uma vez que a mobilidade da Terra e a estabilidade do sol são o principalíssimo ponto e fundamento geral de toda a sua doutrina. Por isso, ou é preciso condená-lo de todo ou deixá-lo como está, falando sempre na medida que comporta minha capacidade. Mas, se a respeito de tal resolução lhes convier considerar, ponderar, examinar com muitíssima atenção o que ele escreve, eu me engenhei em mostrá-lo num escrito meu, na medida em que me foi concedido pelo Deus bendito, não tendo outra mira senão a dignidade da Santa Igreja e não visando outro fim minhas débeis fadigas. Estou bem seguro de que este puríssimo e zelosíssimo sentimento aparecerá claramente neste escrito, ainda que, por outro lado, ele esteja cheio de erros e de coisas de pouca importância. (...) o enviarei (a Vossa Senhoria Reverendíssima) o quanto antes. Além disso, pelo mesmo zelo, vou reunindo todas as razões de Copérnico, reduzindo-as a clareza compreensível por muitos, onde eventualmente são bastante difíceis e, mais, acrescentando-lhes muitas e muitas outras considerações, fundadas sempre sobre observações celestes, sobre experiências sensíveis e sobre achados de efeitos naturais, para oferecê-las depois aos pés do Supremo Pastor e à infalível determinação da Santa Igreja que delas faça o emprego que lhe parecer à sua suma prudência."

CARTA a Monsenhor Piero Dini. In: GALILEI, Galileu. *Ciência e Fé*. São Paulo, Nova Stella; Rio de Janeiro, MAST, 1988. p. 34.

(192) As vacilações dos pensadores burgueses, nessa fase, têm sua expressão mais difundida na abjuração de Galileu Galilei. Mas também Descartes renunciou à publicação de uma obra sobre física, intitulada *Traité du monde et de la lumière*. Nesta obra, Descartes aderira à tese do movimento da terra, igualmente esposada por Galileu. Já estava pronta para ser impressa, quando Descartes tomou conhecimento da condenação de Galileu pela Inquisição. Temendo as conseqüências, resolveu, prudentemente, evitar a sua divulgação.

Considere-se, ainda, o caso de Descartes. Os dicionários e manuais de filosofia, quase sempre, apontam para o caráter parcial de suas elaborações. A crítica racional seria reivindicada por Descartes somente para os campos da ciência e da metafísica. Permaneceriam "*tabus*" as esferas da religião e da política. Quanto ao campo moral, a razão só sugeriria "*o obséquio às normas tradicionais*".<sup>193</sup> Logo, fica a idéia de uma obra incompleta e dualista. Contudo, como expressão de um momento intermediário da luta entre a burguesia e as forças feudais, parece ser muito mais procedente a análise da obra de Descartes pelo aspecto das fissuras que abre na ainda compacta visão de mundo feudal. Seu pensamento não tem a radicalidade das manifestações iluministas mas, mesmo sem se contrapor ostensivamente à religião, por exemplo, Descartes reivindica a autonomia da filosofia para tratar dos problemas do homem, retirando-a da tutela da teologia. Quanto a esta, justifica-se, teria por finalidade tratar, com exclusividade, dos problemas relativos ao domínio de Deus.

Não por acaso, essa mesma problemática permeia a obra de Galileu Galilei, humanista italiano, contemporâneo de Descartes. As obras de ambos são conciliadoras; mas são justificavelmente conciliadoras na medida em que expressam o frágil poder econômico da burguesia. Nessa fase, a conciliação é o comportamento político dominante dessa classe. Por isso, merecem ser acentuadas as conseqüências revolucionárias das elaborações de Descartes. Sob esse prisma, a ênfase da crítica deve incidir sobre a libertação da filosofia do domínio da teologia.

O retorno aos primórdios do Humanismo permite ver que as aspirações burguesas, nessa fase, são ainda mais limitadas. Não dispondo de um projeto social, por força das próprias limitações impostas pela base material, a burguesia se volta para o passado, visando buscar matrizes e, sobre elas, constituir suas propostas. Essa volta ao passado, aliás, está no âmago do Renascimento, movimento cujo pressuposto é o de que na Antiguidade clássica a humanidade alcançara a sua máxima realização. O retorno ao epicurismo, por exemplo, é uma tendência humanista que se encarna em reivindicações como a busca do prazer e da felicidade terrena. Essa reação contra a visão ascética da Igreja Católica se expressa na valorização da vida ativa. E todas essas reivindicações encontram ressonância progressiva quanto mais se aprofunda o conhecimento da natureza, quanto mais

---

(193) ABBAGNANO, Nicola. "*Iluminismo*". In: *Dicionário de filosofia*. 2.ed. São Paulo, Mestre Jou, 1982. p.

o homem se reconhece como elemento integrante da natureza, quanto mais um incipiente desenvolvimento técnico e sua aplicação à produção aliviam notavelmente as condições que cercam a existência humana.

Não é por acidente que Bertolt Brecht coloca nos lábios de Galileu Galilei uma expressiva frase:

*"Iniciaram-se novos tempos, uma grande época, na qual viver será um grande prazer."*<sup>194</sup>

Quando se analisa o processo de desenvolvimento do pensamento burguês, tal como foi esboçado aqui, pode ficar a idéia de que se fez de forma homogênea em diferentes regiões da Europa. Isto não é verdade. Basta que se observe uma relação cronológica dos principais pensadores burgueses para que essa impressão desapareça<sup>195</sup>. O Humanismo foi um fenômeno exclusivamente italiano no século XIV e predominantemente italiano no século seguinte, quando passou a extravasar para além dos seus limites iniciais em direção à França, à Alemanha, à Inglaterra, aos Países Baixos e à Península Ibérica. O Iluminismo, da mesma forma, teve como berço a Inglaterra, em fins do século XVII, e expandiu-se para outros países europeus no século XVIII. A França foi então reconhecida, por inúmeros estudiosos, como o local onde se deu a manifestação clássica do fenômeno. Na segunda metade desse mesmo século, o Iluminismo já dominava toda a Europa e atingia as

(194) BRECHT, Bertolt. *"Vida de Galileo Galilei"*. In: *Teatro de Bertolt Brecht*. Habana, Arte y Literatura, 1981. p. 57. (Tradução nossa)

(195) Relação cronológica de alguns dos principais pensadores burgueses do Humanismo ao Iluminismo, segundo as suas regiões de origem.

---

#### ITÁLIA:

Francesco Petrarca	1304-1374
Collucio Salutati	1331-1406
Leonardo Bruni	1374-1444
Gianozzo Manetti	1396-1459
Leone Battista Alberti	1404-1472
Lorenzo Valla	1407-1457
Leonardo da Vinci	1452-1519
Pico della Mirandola	1463-1494
Niccolò Machiavelli	1469-1527
Giordano Bruno	1548-1600
Galileu Galilei	1564-1642
Tommaso Campanella	1568-1639
Ugo Grocio	1583-1645

mais distantes e distintas regiões do globo, por força do processo de integração do mercado mundial realizado pelo capital.

Logo, não há uma correspondência temporal imediata na ocorrência tanto do Humanismo como do Iluminismo em diferentes regiões da Europa. Essa ocorrência se dá em estreita correspondência com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas de cada região. Como é diferenciado esse desenvolvimento no espaço, diferenciam-se no tempo os seus momentos de eclosão, assim como o grau de radicalidade de suas manifestações em áreas distintas do universo. Mas há algo que deve ser acentuado: são as regiões que estão no epicentro do desenvolvimento das forças produtivas que

---

ALEMANHA:

Nicolau de Cusa	1401-1464
Rodolfo Agrícola	1442-1485
Martinho Lutero	1483-1546
Johann Kepler	1571-1630
G. W. Leibniz	1646-1716
Immanuel Kant	1724-1804
J. W. von Goethe	1749-1832
G. W. F. Hegel	1770-1831

---

FRANÇA:

Carlos Bovillo	1470 ou 75-1553
Antoine Rabelais	1483-1553
Petrus Ramus	1515-1572
Michel E. de Montaigne	1533-1592
Pedro Charron	1541-1603
Justo Lipsio	1547-1606
Francisco Sanchez	1562-1632
Pierre Gassendi	1592-1655
René Descartes	1596-1650
Blaise Pascal	1623-1662
Pierre Bayle	1647-170
C. L. de S. Montesquieu	1689-1755
François Quesnay	1694-1774
F. M. A. de Voltaire	1694-1778
G. L. L. Buffon	1707-1788
J. O. de La Mettrie	1709-1751
Denis Diderot	1713-1784
Claude-Adrien Helvetius	1715-1771
E. B. de Condillac	1715-1780
J. le Rond D'Alembert	1717-1783
Anne-Robert J. Turgot	1727-1781
Condorcet	1743-1794

expressam, de um forma mais acabada, esse mesmo desenvolvimento no plano das idéias. Assim, a Itália esteve na vanguarda do Humanismo por força do monopólio mercantil que suas cidades detiveram na Europa. A ruptura de sua hegemonia se deu com a tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453. De imediato, as grandes descobertas e a exploração de novas rotas comerciais, tendo como eixo o Oceano Atlântico, deslocaram a hegemonia mercantil para a Espanha, para Portugal e para a Inglaterra. Reproduziu-se, então, o que já havia ocorrido na Itália durante os séculos XIV e XV; houve um florescimento de pensadores e artistas nessas novas regiões, nos séculos XVI e XVII. Contudo, somente a Inglaterra encetou de forma radical o domínio do capital sobre a produção, segredo de seu

---

**INGLATERRA:**

Thomas Morus	1478-1535
Francis Bacon	1561-1626
William Shakespeare	1564-1616
Thomas Hobbes	1588-1679
Robert Boyle	1627-1691
John Locke	1632-1704
→ Robert Hooke	1635-1703
Isaac Newton	1642-1727
George Berkeley	1685-1753
David Hume	1711-1776
Adam Smith	1723-1790

---

**PAÍSES BAIXOS:**

Erasmus de Roterdam	1466-1536
Baruch de Espinosa	1632-1677

---

**POLÓNIA:**

Nicolau Copérnico	1473-1543
-------------------	-----------

---

**ESPAÑHA:**

Juan Luis Vives	1492-1540
Miguel de Cervantes Saavedra	1547-1616

---

**GENEBRA:**

João Calvino	1509-1564
Jean J. Rousseau	1712-1778

---

**PORTUGAL:**

Gil Vicente	1470?-1536?
Luiz de Camões	1524?-1580



apogeu futuro. Os demais países – Portugal, Espanha e Países Baixos – sempre fizeram repousar seu poderio e sua riqueza no comércio, daí perderem gradativamente as condições de competição no mercado. No final do século XVII a Inglaterra emergiu para o mundo como a grande potência capitalista. A partir desse momento, foi ela o berço de algumas das mais expressivas produções no plano do pensamento. O Iluminismo nasceu no seu regaço em fins do século XVII. Também por força do avanço de sua base material, em especial pelo fato de sua produção encontrar-se plenamente dominada pelo capital, amadureceu no século XVIII a economia política, cuja preocupação girava em torno da elucidação da teoria do valor.

No campo da educação, a problemática tratada se reflete de forma a configurar os mesmos contornos. Os humanistas, de uma forma geral, não se atiraram à elaboração de propostas pedagógicas abrangentes e sistemáticas. O que caracteriza as suas incursões no domínio da educação, via-de-regra, é a negação do ensino feudal, a negação da formação que os impregnara.

Descartes, por exemplo, havia realizado seus estudos num dos melhores estabelecimentos de ensino da Companhia de Jesus na Europa, o Colégio de La Flèche. Mas, ao descrever a sua formação, na primeira parte do **Discurso do método**, é com alívio que reconhece, passado o tempo dos estudos escolares e da sujeição aos preceptores, a chegada da oportunidade de explorar caminhos que pudessem levá-lo a conhecimentos mais úteis. Entre os livros escolares e o "*grande livro do mundo*", preferiu o último e começou a viajar. Sua condenação à educação escolástica é explícita quando compara o fazer do "*homem de letras*" com o fazer do homem prático. Descartes evidencia que o fazer prático – que é o fazer típico do homem burguês, do homem de negócios – corresponde, de fato, ao único parâmetro seguro para quem busca a verdade.

*"(...) parecia-me poder encontrar muito mais verdade nos raciocínios que cada um elabora com respeito às coisas que lhes interessam – e cujo*

---

DINAMARCA:

Tycho Brahe	1546-1601
-------------	-----------

---

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA:

Benjamin Franklin	1706-1790
Thomas Paine	1737-1809
Thomas Jefferson	1743-1826

---

*desfecho, se avaliou mal, deve puni-lo em seguida – do que naqueles que um homem de letras faz, em seu gabinete, sobre especulações que não produzem nenhum resultado e que outra consequência não lhe trazem senão, talvez, a de lhe despertarem tanto mais vaidade quanto mais distanciadas são elas do senso comum, por causa de outro tanto de espírito e artifício que precisou empregar no esforço de torná-las verossímeis.*"<sup>196</sup>

O humanista francês Rabelais é ferino nas suas estocadas à educação feudal. Em *Gargantua*, por exemplo, o pai do gigante nota que seu filho, a despeito de estudar muito, "*não aproveitava nada e, o que é pior, estava ficando idiota, palerma, distraído e bobo.*" Um personagem fala pelo Autor, quando diz o que pensa dos livros e dos preceptores feudais. Segundo suas palavras, seria

*"(...) preferível não aprender nada a estudar aqueles livros com tais preceptores, cujo saber não passava de uma série de tolices destinadas a abastardar os bons e nobres espíritos e a corromper toda flor da juventude."*<sup>197</sup>

Ponócrates, o educador que busca a recuperação de Gargantua, inicia sua tarefa apelando para os serviços de um médico. Este liberta o infeliz estudante do "*perverso hábito do cérebro*", após ministrar-lhe o "*heléboro de Antícira*"<sup>198</sup>.

O testemunho de Bacon também reforça o fato de que a nova ciência burguesa, baseada na experimentação e na observação, não tinha lugar nos estabelecimentos escolares feudais. O *Novum Organum* chega a afirmar que esses estabelecimentos eram um obstáculo ao desenvolvimento da ciência moderna.

*"(...) nos costumes das instituições escolares, das academias, colégios e estabelecimentos semelhantes, destinados à sede dos homens doutos e ao cultivo do saber, tudo se dispõe de forma adversa ao progresso das ciências. De fato, as lições e os exercícios estão de tal maneira dispostos que não é fácil venha a mente de alguém pensar ou se concentrar em algo diferente*

---

(196) DESCARTES, René *Discurso do método*. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1985. p. 37.

(197) RABELAIS, François. *Gargantua*. São Paulo, HUCITEC, 1986. p. 100.

(198) Id., *ibid.*, p. 126.

*do rotineiro. Se um ou outro, de fato, se dispusesse a fazer uso de sua liberdade de juízo, teria que, por si só, levar a cabo tal empresa, sem esperar receber qualquer ajuda resultante do convívio com os demais. (...) os estudos dos homens, nesses locais, estão encerrados, como em um cárcere, em escritos de alguns autores. Se alguém deles ousa dissentir, é logo censurado como espírito turbulento e ávido de novidades.*"<sup>199</sup>

Na Itália, contudo, sob a hegemonia do capital mercantil, desenvolveram-se experiências pedagógicas pioneiras, dentre as quais se destaca a de Vittorino da Feltre. Mas Vittorino não foi um teórico, não escreveu obras; foi um pedagogo que tentou desenvolver em sua escola, expressivamente denominada Casa Giocosa, um trabalho didático compatível com a visão de mundo burguesa. Em especial, deve ser mencionada a sua preocupação de superar a férrea disciplina que marcou a educação medieval. Para tanto, procurou assegurar um ambiente escolar alegre, baseado no jogo como recurso didático, para que o educando pudesse aprender com prazer<sup>200</sup>.

Há uma característica muito própria a essas experiências pedagógicas do Humanismo: o novo é sempre assimilado a partir do velho. Não há rupturas bruscas, há ajustamentos progressivos. Manacorda refere-se à *Ca' Giocosa*, de Vittorino da Feltre, como uma escola ainda aristocrática. Evidencia, também, a conservação da forma catequética nos *Rudimenta grammatica*, do humanista Niccolò Perotti. Manacorda traduz um trecho dessa obra de gramática escolar, escrita originalmente em latim:

*"Repita as letras – A, b, c... x, y, z. Repita a saudação da bem-aventurada Virgem – Ave Maria... Amém. Repita a oração dominical – Pater noster ... Amém. Repita o símbolo – Credo... Amém. Por que as crianças devem ser instruídas antes de tudo na arte gramatical? – Porque ela é o início e o fundamento de todas as disciplinas e não é possível atingir a perfeição em nenhuma disciplina senão começando pela gramática"*<sup>201</sup>.

---

(199) BACON, Francis. *Op.cit.*, XC, p. 59.

(200) Cf. GIANNETTO, Nella (Org.). *Vittorino da Feltre e la sua scuola: umanesimo, pedagogia, artí*. Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1981. 402 p.; MANACORDA, Mario Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1989. p. 181.

(201) MANACORDA, Mario Alighiero. *Op.cit.*, p. 182.

A reforma está na raiz de uma primeira proposta pedagógica burguesa mais profunda e de conjunto. Consubstanciada na *Didática Magna*, de Comênio, essa proposta é também marcada pela conciliação. O homem prático burguês, através dela, faz concessões à religião. Claro que já não se trata da religião feudal, mas não deixa de representar um elemento dissonante na visão de mundo de alguém permanentemente voltado para o domínio do mundo material. Essas concessões são concretizadas, mais expressamente, no plano dos fins da educação<sup>202</sup> e na restrição ao uso dos "livros dos pagões"<sup>203</sup>. Nesse último aspecto, a Reforma não apresenta a mesma radicalidade do Humanismo na busca das fontes clássicas.

Contudo, na *Didática Magna*, toda a organização escolar é pensada tendo como parâmetro a produção manufatureira. Ao longo da obra, é constante o apelo do Autor no sentido de que a escola seja concebida de forma a se erigir ao nível das artes – a denominação das manufaturas, à época, herdada do artesanato. O "curso das lições", dentro dos estabelecimentos de ensino, deveria amoldar-se à formação do trabalhador. Metas precisas deveriam ser definidas pelos mestres, assim como o tempo necessário à conclusão de cada uma das fases do processo educativo.

*"Convém (...) estabelecer para as artes, para as ciências e para as línguas, um determinado espaço de tempo, de modo que, dentro desse período, os alunos terminem todo o curso geral dos estudos e saiam dessas oficinas de humanidade homens verdadeiramente instruídos, verdadeiramente morigerados e verdadeiramente piedosos."*<sup>204</sup>

Sob essa perspectiva, a proposta é indiscutivelmente burguesa e reflete o que há de mais desenvolvido em seu tempo. A divisão manufatureira do trabalho, que se aprofundou sobre a base técnica do artesanato, tem o seu correspondente, dentro do plano de Comênio, na seriação dos estudos e na divisão das áreas do conhecimento. A aspiração do educador morávio é a de que a organização escolar dê livre curso a um processo cuja dinâmica deve ter as mesmas características do funcionamento de um autômato.

---

(202) COMÊNIO, João Amós. *Didática Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1976. p. 81-99.

(203) Id., *ibid.*, p. 373-99.

(204) Id., *ibid.*, p. 409. (Grifo nosso)

*"A arte de ensinar nada mais exige, (...), que uma habilidosa repartição do tempo, das matérias e do método. Se a conseguirmos estabelecer com exactidão, não será mais difícil ensinar tudo à juventude escolar, por mais numerosa que ela seja, que imprimir, com letra elegantíssima, em máquinas tipográficas, mil folhas por dia, ou remover, com a máquina de Arquimedes, casas, torres ou qualquer outra espécie de pesos, ou atravessar num navio o oceano e atingir o novo mundo. E tudo andarà com não menor prontidão que um relógio posto em movimento regular pelos seus pesos. E tão suave e agradavelmente como é suave e agradável o andamento de um tal autómato. E, finalmente, com tanta certeza quanta pode obter-se de qualquer instrumento semelhante, construído segundo as regras da arte."*<sup>205</sup>

A radicalidade do pensamento burguês, porém, só aflora em sua plenitude com o Iluminismo. O combate à Igreja Católica, que monopolizava a educação feudal, torna-se flagrante. Já não são necessárias escaramuças. Condorcet, por exemplo, refere-se aos "débeis progressos" da instrução, que continuava, ainda em fins do século XVIII, "entregue aos preconceitos escolásticos". As sociedades científicas sim, segundo ele, faziam avançar o conhecimento e representavam uma "barreira" contra a "charlatanice e o falso saber" disseminados nas escolas católicas.<sup>206</sup>

Na visão de Condorcet, a instrução deveria ser igual para todos, de forma a excluir a relação de dependência entre os homens. Ao discutir a consecução desse fim, seu discurso explicita o papel que atribui à instrução na regeneração da humanidade e expressa, com todo o vigor, o ideal de cidadão cultivado pelo Iluminismo.

*"A igualdade de instrução cuja realização pode esperar-se, mas que deve ser suficiente, é a que exclui toda dependência, forçada ou voluntária. Mostraremos, no estado atual dos conhecimentos humanos, os meios que tornam fácil o cumprimento deste fim, ainda para aqueles que não podem dedicar ao estudo mais que poucos de seus primeiros anos, e, durante o*

---

(205) Id., *ibid.*, p. 186.

(206) CONDORCET. *Bosquejo de un cuadro histórico de los progresos del espíritu humano*. Madrid, Editora Nacional, 1980. p.217. (Tradução nossa)

*resto de sua vida, umas poucas horas de tempo livre. Faremos ver que, mediante uma apropriada escolha, tanto dos conhecimentos em si mesmos como dos métodos de ensiná-los, se pode instruir à massa inteira de um povo acerca de tudo o que cada homem tem necessidade de saber para a economia doméstica, para a administração de seus assuntos, para o livre desenvolvimento de sua criatividade e de suas faculdades; para conhecer seus direitos, para defendê-los e exercê-los; para cumpri-los bem; para julgar seus atos e os alheios, segundo suas próprias luzes, e não ser estranho a nenhum dos sentimentos elevados ou delicados que honram à natureza humana; para não depender vegamente daqueles a quem o homem está obrigado a confiar o cuidado de seus assuntos ou o exercício de seus direitos, para estar em condições de elegê-los e vigiá-los, para não ser mais a vítima dessas credices populares que atormentam a vida com supersticiosos terrores e quiméricas esperanças; para defender-se contra os preconceitos só com as forças da razão, para livrar-se dos engodos do charlatanismo, que armaria ciladas à sua sorte, à sua saúde, à liberdade de suas opiniões e de sua consciência, sob pretexto de enriquecê-lo, de curá-lo e de salvá-lo.*"<sup>207</sup>

As mesmas características do processo de desenvolvimento do pensamento burguês são inerentes ao processo de evolução das idéias pedagógicas, pois este nada mais é do que uma de suas manifestações. Como a radicalidade do Iluminismo só é típica daqueles países mais avançados, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, nos mais atrasados também o pensamento pedagógico deixa de apresentar um maior grau de pureza ideológica.

Sobre a defasagem do pensamento burguês em Portugal e na Espanha, países europeus atrasados materialmente no século XVIII, é muito expressivo um verbete de A Enciclopédia, escrito por D'Alembert e intitulado "*Filosofia da Escola*".

*"ESCOLA (Filosofia da), designa-se assim a espécie de filosofia também e mais vulgarmente chamada escolástica, que substituiu as coisas pelas palavras, e os grandes objectos da verdadeira filosofia pelas questões*

---

(207) Id., *ibid.*, p. 232-3. (Tradução nossa)

*frívolas ou ridículas; que explica coisas ininteligíveis por termos bárbaros; que fez nascer ou pôr em lugar de destaque os universais, as categorias, os predicamentos, os graus metafísicos, as segundas intenções, o horror do vazio, etc. Esta filosofia nasceu do engenho e da ignorância. Pode-se ligar a sua origem, pelo menos o seu período mais brilhante, no século XII, tempo em que a Universidade de Paris começou a tomar um aspecto brilhante e duradouro. O pequeno número de conhecimentos então difundido no universo, a falta de livros, de observações, e a dificuldade em os conseguir, orientaram todos os espíritos para os problemas fúteis; raciocinou-se com abstracções, em vez de se raciocinar sobre seres reais: criou-se para esta nova espécie de estudo uma nova língua, e as pessoas consideraram-se sábias por terem aprendido essa língua. (...).*

*É a Descartes que principalmente devemos o ter sacudido o jugo desta barbárie; este grande homem desenganou-nos da filosofia da escola (...). A Universidade de Paris, graças a alguns professores verdadeiramente esclarecidos, livra-se insensivelmente desta lepra; no entanto ainda não está completamente curada. Mas as universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, são muito menos avançadas; nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até ao século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outras: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz. Num dos jornais dos sábios do ano de 1752, no artigo *Novidades literárias*, não se pode ler, sem espanto nem aflição, o título deste livro recentemente impresso em Lisboa (em pleno século XVIII): *Systema aristotelicum de formis substantia libus, etc., cum dissertatione de accidentibus absolutis* (Ulèssipone, 1750). Quase que é de crer que se trata de um erro de impressão, e que é 1550 que devemos ler."<sup>208</sup>*

A obra alvo da ironia de D'Alembert foi editada antes da instauração das reformas pombalinas em Portugal, o que atenua o impacto da crítica. Mas, mesmo o Alvará Régio de 1759, marco inicial das reformas pombalinas da instrução pública, ao

---

(208) D' ALEMBERT. "Filosofia da Escola". In: *A Enciclopédia: textos escolhidos*. Lisboa, Estampa, 1974. p. 58-9.

extinguir as escolas jesuíticas, coloca em evidência um discurso pedagógico conciliador. Na segunda metade do século XVIII, a burguesia portuguesa ainda não combate frontalmente as forças feudais. O documento em foco expressa a existência de uma composição política entre a nobreza, a Igreja Católica e a burguesia. Já o próprio intróito é revelador desse fato:

*"Eu ELREY. Faço saber aos que este Alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio dellas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razão forão sempre as mesmas Sciencias o objeto mais digno do cuidado dos Senhores Reys meus Predecessores, que com as suas Reaes Providencias estabelecerão, e animarão os Estudos publicos; promulgando as Leys mais justas, e proporcionadas para que os Vassallos da minha Coroa pudessem fazer á sombra dellas os maiores progressos em beneficio da Igreja, e da Patria"<sup>209</sup>.*

Esse discurso está muito distante, quanto à sua radicalidade, do discurso de Condorcet. Ambos denotam situações históricas distintas e graus diferentes de aguçamento da luta de classes, na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

Em Portugal, num ambiente cultural marcado pela tibieza da burguesia, formou-se Azeredo Coutinho. Nessa tibieza se radicara a força do **despotismo esclarecido**. Mas ela representava, também, a sua fraqueza. As contradições desse momento histórico complexo atingiram, profundamente, a própria Igreja Católica luso-brasileira, de onde emergiu um segmento que ousou desafiar a autoridade papal, sob a bandeira do regalismo. Azeredo Coutinho cerrou fileiras com aqueles que combateram nesse campo.

Portugal tardiamente sentira a **influência** do Iluminismo. O termo influência, no caso em foco, expressa com rigor a natureza da manifestação lusitana dessa frente de luta ideológica que a burguesia movia contra as forças feudais. A nação portuguesa não experimentara a transformação de sua base material. E, sem desenvolvimento das forças produtivas, se estrangulava o próprio desenvolvimento da burguesia e de suas manifestações culturais. Uma burguesia débil, vacilante e conciliadora

(209) ALVARÁ Régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. In: ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. p. 113 157



via-se impedida de expressar, na instância superestrutural, suas aspirações mais puras e progressistas. Daí porque o Iluminismo projetou-se muito mais como um movimento cujo fluxo veio de fora, fruto da pregação de intelectuais. O Iluminismo português encarnou um desejo incontido de modernização do reino, pobre e atrasado ainda na segunda metade do século XVIII, cuja justificativa apelava sempre para o estágio das nações européias mais ricas e evoluídas. São essas as "*naçoens polidas*" a que se refere o Alvará Régio, de 28 de junho de 1759, vistas, nessa perspectiva, como parâmetros dignos de imitação<sup>210</sup>.

Os intelectuais lusitanos clamavam, insistentemente, pela modernização do reino, procurando, dessa forma, suprir o vácuo deixado pela burguesia, cujas vacilações resultavam do débil desenvolvimento das forças produtivas em Portugal. O Iluminismo, produzido como expressão do desenvolvimento material dos países mais avançados, constitui-se numa arma de luta para justificar a proposta política dos estrangeirados. Quadros intelectuais que assumiram a perspectiva burguesa, os estrangeirados, quase sempre, beberam fora do país as idéias iluministas pelas quais lutaram com denodo. Como a base material, em Portugal, não era suficientemente avançada para estimular a produção intelectual correspondente aos problemas colocados pelo novo tempo, coube aos viajantes, aos diplomatas e aos religiosos, que se deslocavam constantemente por outros países europeus, a constatação da imensa defasagem econômica e cultural do reino. Entre os nomes que realizaram esta tarefa, podem ser citados Ribeiro Sanches, D. Luis da Cunha, Luis A. Verney e o próprio Marquês de Pombal, que serviu à diplomacia lusa em Londres e Viena. Muitos deles registraram suas impressões e recomendações no papel, dando margem ao surgimento de obras fundamentais do pensamento burguês em Portugal<sup>211</sup>. Contudo, pelo fato de terem assimilado no exterior as idéias mais avançadas da época, foram estigmatizados pela reação feudal, no interior do país, com a qualificação provinciana de estrangeirados.

---

(210) Id., *ibid.*, p. 115. 159

(211) Ver, para efeito de exemplo:

CUNHA, Luiz da. Testamento político; ou, Carta escrita pelo grande D. ... ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo, o qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II, e D. João V, e seu Embaixador às cortes de Vienna, Haya, e de Paris, onde morreu em 1749. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 103 p.

SANCHES, A. N. Ribeiro. Cartas sôbre a educação da mocidade. Nova ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922. 217 p.

VERNEY, Luís António. Verdadeiro método de estudar. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949-1952. 5 v.

Não se deve negar, por outro lado que o pensamento dos estrangeirados, por corresponder a um produto não vinculado diretamente ao desenvolvimento material português, assumiu, muitas vezes, nuances marcadas pelo artificialismo. Nesse contexto, o pombalismo, a despeito de seu artificialismo e de sua consistência precária, encarnou o progresso, pois assumiu a perspectiva da burguesia. A orientação burguesa não deixou de influir, através das reformas pombalinas, em todas as manifestações materiais e culturais portuguesas, na segunda metade do século XVIII, mesmo que tenha sido atenuado o seu impacto, por força da política conciliadora exercida pela burguesia lusitana em relação aos seus inimigos de classe: a nobreza e o clero.

Mesmo tendo resultado da conciliação política, as reformas pombalinas devem ser reconhecidas na condição de realizadoras dos ideais educacionais burgueses, dentro dos limites do reino lusitano. Através delas, foram superados o trivium e o quadrivium medievais. Também acrescentaram aos conteúdos escolares as armas com as quais a burguesia vinha operando o domínio do mundo material: a ciência e a técnica. Basta essa sucinta exposição para demonstrar o caráter progressista da política educacional pombalina, assim como o seu enraizamento no Iluminismo. X

O pombalismo também se identifica com o despotismo esclarecido, uma política das monarquias ditas ilustradas da Europa, característica do século XVIII. Grassou em países que não estavam na vanguarda do desenvolvimento das forças produtivas. São exemplos clássicos Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia e D. José I de Portugal. Face à ausência de uma classe burguesa vigorosa, nesses países, os monarcas ilustrados, com o apoio da burguesia, realizaram uma centralização do poder em suas mãos. Dessa forma, o absolutismo real engendrava as condições para que o próprio estado suprisse a ação econômica da burguesia e empreendesse a modernização da nação.

Essa particular situação histórica, vivida por Portugal no século XVIII, atingiu profundamente a própria Igreja Católica. E, da mesma forma que a sociedade, dividida em duas facções antagônicas, os integrantes da instituição cindiram-se frente aos projetos políticos excludentes dessas facções. A fração que rompeu com o projeto feudal da Igreja Católica assumiu, ostensivamente, o apoio ao projeto burguês, que se expressava como despotismo esclarecido. Tal apoio se manifestou como defesa do regalismo, possibilitando a ingerência do rei em questões religiosas. Ou seja, uma fração da Igreja Católica apostou no fortalecimento do poder real, de forma a solapar a sólida unidade do

poder papal. O aumento da autoridade do rei, viabilizado pelo regalismo, repousava num mecanismo muito simples. O monarca se investira do direito do **padroado**, pelo qual exercia a prerrogativa de preencher os principais cargos eclesiásticos do reino. Assim sendo, os bispos só guindavam a essa posição da hierarquia eclesiástica com o beneplácito do rei. Logo, este poderia estabelecer um vínculo prévio com os seus escolhidos, daí a identidade de orientação política que passava a emanar do trono e dos bispados. Nesse movimento, o rei chegou a arrogar o direito de exigir do Sumo Pontífice o respeito ao seu consentimento prévio para que as bulas e os breves papais fossem aplicados no reino.

Azeredo Coutinho, face a todas essas questões, assumiu posições claras e favoráveis à modernização burguesa de Portugal. Deixou-se influenciar pelas idéias dos estrangeirados e fez a apologia do absolutismo real ao defender o regalismo.

Para concluir, feita essa abordagem, pode ser apontada a limitação maior da postura de Paim, que resulta na negação da ocorrência do Iluminismo em Portugal e suas colônias. Em primeiro lugar, a luta de classes não é a referência desse estudioso. O Iluminismo não é entendido a partir do combate histórico mas, sim, como um movimento de idéias, que ganha autonomia e cuja matriz se radica na França. O fenômeno não é percebido como algo concreto, que ganha as mais diversas formas de realização frente às distintas condições históricas vigentes no continente europeu e no restante do universo. Quando Paim autonomiza o Iluminismo, enquanto movimento ideológico, ocorre, conseqüentemente, uma fragmentação do processo indissociável de desenvolvimento das idéias burguesas, do qual o Iluminismo é parte. O Autor reage a um segmento, arbitrariamente seccionado daquele processo amplo, como se esse segmento fosse um fenômeno independente. Mas não é só. Paim também isola o Iluminismo no espaço. A França, sim, teria "*contemplado*" e "*venerado*" "*a razão e a ciência como a força suprema do homem*". Portugal, ao contrário, ao realizar "*a reação anti-escolástica*", teve como móvel o "*absolutismo monárquico*". Também a **Viradeira**, movimento encetado por Dona Maria I, teria maculado o "*espírito de renovação, encarnado por Verney*". A renovação, em Portugal, não teria atingido o "*plano ético-político*". O filosofismo de Paim não consegue disfarçar a exigência irrealizável que se encontra implícita em seu discurso: para que fosse reconhecida a ocorrência do Iluminismo, em Portugal, o movimento deveria ter as mesmas características de sua manifestação francesa. Porque o desenvolvimento das idéias burguesas, em Portugal, não alcançou o grau de radicalidade atingido na França; porque o cultivo do absolutismo, em Portugal, antagonizava-se com a defesa das idéias republicanas

na França; porque os pensadores burgueses, em Portugal, emergiram em grande parte no seio da Igreja Católica, distanciando-se da figura do livre pensador francês, Paim sente-se seguro para formular a sua conclusão: não houve Iluminismo em Portugal. Assim encarada a questão, não há como deixar de admitir, em favor de Paim, que realmente não se realizou, em Portugal, o Iluminismo francês. Ironia à parte, é necessário que se reconheça a impossibilidade de ocorrência, durante o século XVIII, de fenômenos históricos comuns, ou mesmo aproximados, nesses dois países. Em ambos, eram muito díspares os graus de avanço material assim como muito distintas as correlações de forças vigentes entre a burguesia e as forças feudais. Quando comparamos Portugal e a França setecentistas, observamos diferenças nítidas no plano das idéias. Contudo, essas diferenças só refletem distintos estágios da luta de classes nos dois países.

O Iluminismo português foi o Iluminismo possível sob as condições históricas concretas do reino luso. Logo, a postura de Paim, antagônica à da maioria dos estudiosos contemporâneos, não é convincente para negar a ocorrência do Iluminismo em Portugal e suas colônias. Nem é fundamento, como decorrência, para a negação do caráter iluminista da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho, contida nos Estatutos do Seminário de Olinda. Este estabelecimento de ensino, viabilizado praticamente no ocaso do século das luzes, é uma manifestação típica do pensamento burguês no Brasil, uma manifestação típica do Iluminismo sob as condições históricas concretas do Brasil Colônia.

## **CAPÍTULO III**

**OS ESTATUTOS E O PLANO DE  
ESTUDOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA**

Já no preâmbulo dos Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Pernambuco<sup>212</sup>, Azeredo Coutinho discute a finalidade que o teria levado a "*crear, e estabelecer na Cidade de Olinda um Colegio*". Segundo suas próprias palavras, essa escola serviria para

*"instruir a Mocidade da nosa Dioceze no conhecimento das verdâdes da Religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das ârtes, e ciencias, que são necessárias para pulir o ómem, e fazer Ministros dignos de servirem á Igreja, e ao Estâdo."*<sup>213</sup>

Para a consecução desse fim, reconhece, foi fundamental a disposição da Rainha, Dona Maria I, que, através de Alvará de 22 de março de 1796, doou "*o Colégio, e Igreja, que foi dos Jezuitas, com todas as suas pertensas*", à Mitra de Pernambuco<sup>214</sup>.

Após a doação e diante da expectativa de implantação de um colégio, emergiu a necessidade de fixação de uma norma que regulamentasse "*a observancia do governo domestico, dos costumes, e das ciencias*". Perseguida por Azeredo Coutinho, essa necessidade foi cumprida e coroada com a elaboração dos Estatutos, antes mesmo que o Bispo de Olinda se deslocasse para o Brasil. Tal norma foi levada a cabo, ainda em Portugal, e editada pela Typografia da Academia Real das Ciencias em 1798.

A concepção do legislador é a de que três seriam as matérias passíveis de regulamentação no âmbito dos Estatutos: 1) "*a economia do governo interior da Caza*", ou seja, a estrutura e a organização administrativas do colégio; 2) os costumes; e 3) "*a direção do Estudos*". Daí a divisão da norma em três partes: a primeira refere-se à "*observância economica*", a segunda à "*moral*" e, a terceira, à "*observância literaria*"<sup>215</sup>. Somente a terceira parte interessa mais de perto ao objetivo deste capítulo. É ela que desenvolve, com riqueza de detalhes, o plano de estudos do colégio. Mas uma idéia abrangente das duas outras é

---

(212) ESTATUTOS do Seminario Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII Bispo de Parnambuco do Conselho de S. Magestade Fidelisima fundador do mesmo Seminario. Lisboa, Typografia da Acad. R. das Ciencias, 1798. 109 p.

(213) Id., *ibid.*, p. 2.

(214) Id., *ibid.*, *loc. cit.*

(215) Id., *ibid.*, p. 2-3.

importante para que se tenha uma visão de conjunto, não só da norma como um todo, mas do próprio funcionamento e dos princípios que regiam a vida do Seminário de Olinda.

## 1. A PRIMEIRA E A SEGUNDA PARTES DOS ESTATUTOS

A primeira parte dos Estatutos, "*Que contém o que pertence á observancia Economica*", compõe-se de treze capítulos cujos títulos, por si sós, expressam a amplitude e o caráter minucioso das matérias regulamentadas<sup>216</sup>. Nela são disciplinados a seleção dos colegiais do número; as formas de se vestirem e de se calçarem, inclusive os extranumerários; os horários de refeições e o comportamento exigido no refeitório; os cuidados a serem dispensados aos enfermos; as competências do Reitor, do Vice-Reitor, do sacristão, do porteiro, do barbeiro e refeitoreiro, do cozinheiro e do ajudante de cozinha, do cerqueiro e do comprador. Essa parte dispõe, também, sobre o cofre do Seminário e sobre os três claviculários por ele responsáveis; discrimina os procedimentos adotados para o controle da receita e da despesa do Colégio, assim como para a fiscalização de suas contas, realizada por uma Junta da Economia, integrada por seis deputados e presidida pelo próprio Bispo de Olinda.

A preocupação com as minúcias pode ser evidenciada através de dois exemplos.

O primeiro enseja, também, uma exposição relativa à técnica legislativa que presidiu a formalização dos Estatutos. O capítulo V, denominado "*Do Refeitório*", é integrado por cinco dispositivos, ordenados seqüencialmente dessa forma: §. 16., §. 17., §. 18., §. 19. e §. 20. Esses dispositivos são precedidos de considerações de ordem geral, que os introduzem. Tal introdução não é numerada e funciona como o *caput* do próprio capítulo. No caso do capítulo em pauta, é o seguinte o texto da introdução:

---

(216) Capítulo I. Da eleisaõ, que se áde fazer dos Seminaristas pobres. Capítulo II. Do modo de eleisaõ, e entrada dos Colegiaes do número. Capítulo III. Do vestido, e calçado, de que aõde uzar os Colegiaes. Capítulo IV. Dos Colegiaes Extranumerarios, ou Porcionistas. Capítulo V. Do refeitório. Capítulo VI. Do cuidado, que deve aver dos Enfermos. Capítulo VII. Do Oficio do Reitor. Capítulo VIII. Do Oficio do Vice-Reitor. Capítulo IX. Do Oficio do Sacristaõ. Capítulo X. Do Porteiro. Capítulo XI. Dos Oficios interiores. Do Barbeiro, e Refeitoreiro. Do Cozinheiro. Do Ajudante da Cozinha. Do Cerqueiro. Do Comprador. Capítulo XII. Do Cofre, que deve ter o Colegio. Capítulo XIII. Do modo de se tomarem anualmente as contas da receita, e despesa do Colegio.

*"Como este Colegio é Caza de criasão de pessoas de menor idade, que trabalham com todo o espirito em decorar as lições dos seus estudos, e são de natureza cálida, e de facil digestão, é necesario, que sejaõ alimentados (sic) por vezes entre dia, para que não aconteça enfraqueser-se esa mesma natureza com a falta de alimento, e venhaõ a perder-se as despezas do Colegio, e do Páís, que nele depositarem seus filho: determinamos"<sup>217</sup>.*

Seguem-se, imediatamente, os cinco dispositivos já discriminados. Esses dispositivos não são denominados artigos. São precedidos, como se pode verificar, do símbolo correspondente ao parágrafo mas são referidos como estatutos. Essa é a técnica legislativa que marca a norma estudada como um todo.

Atestam o caráter minucioso dos Estatutos quaisquer desses dispositivos. O §. 16. estabelece

*"Que todos os dias, que não forem de jejum de preceito, ou Sabado (...) aos três quartos para as oito óras da manhã averá no Refeitório almoso pronto para os Colegiaes. Na Quaresma porém além dos Sabados seraõ tambem excetuadas as quartas feiras"<sup>218</sup>.*

O §. 17. determina

*"Que ás onze óras e meia da manhã se fasa sinal com a campa para o jantar, o qual nunca constará de menos de quatro pratos com o da sobremeza"<sup>219</sup>.*

O §. 19. recomenda

*"Que nas tardes dos Domingos, e dias Santos de guarda, e em alguns dias feriados, que ao Reitor parecer conveniente, averá merenda para todos os Colegiaes, os quais comêrão juntos na mesma meza como irmãos, sem aver separasão uns dos outros; e não lhes será permitido levar coiza alguma da meza; para afim se evitar a golodice, e a ocaziaõ de nutrir paixões."<sup>220</sup>*

(217) ESTATUTOS... op. cit., Capitulo V, p. 12.

(218) Id., ibid., Capitulo V, §. 16., p. 12.

(219) Id., ibid., Capitulo V, §. 17., p. 12.

(220) Id., ibid., Capitulo V, §. 19., p. 13-4.



A ceia seria servida "às nove óras" e entrariam na sua composição "dois pratos"<sup>221</sup>.

As minúcias regulamentadas vão muito além do que está contido nas transcrições apresentadas. O segundo exemplo serve exatamente para revelar até que ponto pode chegar a preocupação do legislador com pequenos detalhes. No capítulo III, "*Do vestido, e calçado, de que aõde uzar os Colegiaes*", um dispositivo faz do cuidado com as minúcias um exercício que chega a ser hilariante para quem o lê sem se despojar da lente de nosso tempo.

*"Que o Colegio de tres, em tres anos será obrigado a dár béca nova aos Colegiaes do número, excetuando a primeira, a qual deve cada um trazer de sua caza, para entrar no Colegio; como tambem deve trazer os livros, que lhe forem necesarios para os estudos. Igualmente será o Colegio obrigádo a mandar lavar á sua custa a roupa branca de todos os Colegiaes, e das pessoas, que servirem nele; e além diso a ter Barbeiro, Cirurgiaõ, e Medico pagos anualmente, para fazer as barbas duas vezes na semana aos que diso necessitarem; e para curar nas doensas os Colegiaes do número, que forem taõ pobres, que não tenhaõ em suas cazas possibilidade para o fazer; e dár-lhes os remedios, e as galinhas, que forem precisas, para as enfermidades, que tiverem, depois de entrarem no Colegio."*<sup>222</sup>

Nesta primeira parte dos Estatutos merecem ser ressaltados dois aspectos, para efeito de um exame mais acurado: 1º) para quem foi instituído o Seminário de Olinda; e 2º) a relação do Reitor com os "*seus Suditos*"<sup>223</sup>.

Quanto ao primeiro aspecto, a norma pressupõe a existência de um princípio que norteia a criação dos seminários.

*"(...) a erezão dos Seminarios foi propriamente instituida para educar nas virtudes, e ciencias os Meninos pobres, e orfãos, inabilitados para se poderem sustentar nos estudos"*<sup>224</sup>.

(221) Id., *ibid.*, Capítulo V, §. 20., p. 14.

(222) Id., *ibid.*, Capítulo III, §. 12., p. 9-10.

(223) Id., *ibid.*, Capítulo VII, p. 18.

(224) Id., *ibid.*, Capítulo I, p. 4.

Os mesmos Estatutos do Seminário de Olinda mandam, objetivando a consecução desse princípio,

*"Que o sujeito que ouver de ser admitido a Colegial do número, deve ser natural do Bispado, pobre, órfão, ou filho de Páís pobres, que não tenham possibilidade para o sustentar nos estudos; e que seja avido de legitimo matrimonio, sem nota, ou infamia de jérasão das reprovadas em Direito; e que ao menos tenha doze anos de idade."*<sup>225</sup>

O candidato deveria atender, ainda, a quatro outras condições, a saber: que tivesse o domínio das habilidades básicas de ler e escrever; que fosse "de enjenho vivo"; que tivesse "bom procedimento" e não fosse portador de doença<sup>226</sup>.

Contudo, o princípio maior em pauta, que estaria na origem dos seminários, foi atenuado nos Estatutos da escola de Olinda através do seguinte dispositivo:

*"Não foi instituída tão sómente para os pobres a fundasaõ dos Seminarios: á imitasaõ da Divina Providencia, que a pequenos, e grandes, a pobres, e ricos abrange geralmente com os tezoiros da sua Mizericordia, determinou a Santa Igreja que dos Seminarios, que mandou instituir para os pobres, não fossem excluidos os ricos, com tanto que estes se sustentem á sua custa."*<sup>227</sup>

Essa fissura abriu a possibilidade de aceitação de colegiais extranumerários que, de exceção, na forma, tornaram-se regra, de fato, pois dominaram quantitativamente a composição da clientela. Já no primeiro ano de atividade do Seminário essa realidade era palpável: para cada estudante numerário matriculado correspondiam três extranumerários<sup>228</sup>.

No que concerne a este primeiro aspecto, a acusação principal que poderia ser assacada contra Azeredo Coutinho, para evidenciar a sua concepção elitista e a

(225) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 1., p. 4.

(226) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 2., p. 4.

(227) Id., *ibid.*, Capitulo IV, p. 10.

(228) No dia da abertura solene do Seminário de Olinda, "33 seminaristas (...) receberam a batina, 'beca', das mãos de Azeredo Coutinho". Os "estudantes de fora" eram "em número de 100". Dentre estes, o nome mais famoso é o do Frei Joaquim do Amor Divino, o Frei Caneca. Cf. NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 205-8.

sua adesão à prática da discriminação racial, refere-se, ainda, à seleção dos colegiais do número. Em especial, a exigência de que o candidato fosse "*avido de legítimo matrimonio, sem nota, ou infamia de jérasão das reprovadas em Direito*", representaria, na prática, a exclusão de negros, mulatos e descendentes de judeus, conforme tradição que se estabelecera no interior da Igreja Católica, açodada ao máximo pela Inquisição. O cumprimento dessa exigência, seguindo determinações do Sínodo de 1707, colocava em campo um auxiliar fundamental do Bispo: o Provisor. Uma citação de Mons. Severino Leite Nogueira deixa clara a sua função:

*"Era o Provisor quem fazia as diligências sobre a vida, os costumes e o patrimônio dos jovens que se apresentavam para receberem as ordens sacerdotais, depois que o Bispo os tinha admitido. As diligências sobre as origens e família do candidato, no processo chamado 'de genere', se faziam em primeiro lugar sob a forma 'de informação extrajudicial secreta da limpeza do seu sangue, como se lê no número 213 e 224 do título 1º das Constituições da Bahia: ' se tem parte de nação hebreia ou de outra qualquer infecta: ou de negro, ou mulato."*<sup>229</sup>

Essa citação expõe o condicionamento que determina o caráter excludente à seleção dos colegiais do número. Contudo, a leitura atenta dos documentos aponta no sentido de que a sistemática de seleção, no Seminário de Olinda, era menos o produto da vontade de Azeredo Coutinho e, muito mais, o resultado de práticas impostas pela Igreja Católica, forjadas ao longo da luta que travara na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

Nessa mesma perspectiva, considerar elitista a proposta do Bispo de Olinda não é um despropósito, em especial se o foco da análise recai sobre o atendimento restrito propiciado pela escola que concebeu<sup>230</sup> e, mais ainda, sobre o privilégio que se estabeleceu, na prática, em favor dos estudantes "*ricos*", que podiam financiar a própria formação e atender, assim, à única restrição estatutária que se lhes antepunha. Mas, se a

(229) Id., *ibid.*, p. 47.

(230) "(...) nenhuma Fréguezia ficará excluída de dar a seu tempo um Menino pobre para Colegial do número. (...) as duas Fréguezias do Recife, e de Santo Antonio, como mais populozas, e que mais aõ de concorrer para a sustentasaõ de obra taõ pia, como é a de um Seminario de educasaõ de Meninos pobres, teraõ o privilegio de apresentar cada uma delas dois Estudantes seus naturaes para serem educados no Colegio."

ESTATUTOS... op. cit., Capítulo I., §§. 3 e 4, p. 5.

consideração em apreço implica uma condenação ou a exigência de que o projeto de Azeredo Coutinho fosse mais democrático, revela um profundo desconhecimento das tendências históricas que norteavam as propostas pedagógicas burguesas, até então. Nem mesmo as nações mais desenvolvidas haviam realizado os ideais iluministas do século XVIII. Nelas, a escola para todos permanecia na condição de mera aspiração. Presta-se a um exemplo elucidativo a própria Convenção Termidoriana, que coroou a Revolução Francesa. Essa fase revolucionária caracteriza-se como retrocesso, quando vista a partir dos ideais iluministas de liberdade e de igualdade. Expressa a consolidação da burguesia no poder e, mercê desse poder político, agora inquestionável, a possibilidade de se desvencilhar dos antigos aliados que cultivara no interior do terceiro estado. No âmbito da educação, a nova postura da burguesia fortalecida se manifesta como desrespeito ao princípio de gratuidade do ensino, firmado na Constituição de 1791, ao eliminar o salário do professor, substituindo-o por uma retribuição que o aluno pagaria diretamente ao mestre. À República caberia, exclusivamente, oferecer ao professor "*um local, tanto para seu alojamento, quanto para receber os alunos*"<sup>231</sup>. Quanto ao Humanismo, marcado pela preocupação de recuperar os clássicos do mundo antigo, concebeu uma proposta de educação que, em absoluto, estava voltada para todos. Perseguia, fundamentalmente, o ideal de formar um intelectual de elite, o humanista, versado no latim e no grego, línguas essenciais àquela tarefa de recuperação. Só a Reforma, singularmente, realizou uma inflexão nos rumos das propostas pedagógicas burguesas, na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Ao reivindicar uma escola que ensinasse "*tudo a todos*", segundo a formulação de Comênio, a Reforma se distanciou do elitismo, tanto do Humanismo como da Contra-Reforma e, do ponto de vista político, avançou mais na realização de seus ideais pedagógicos do que o próprio Iluminismo. Contudo, a Reforma não era norteada por uma motivação burguesa nesse seu empreendimento. Pelo contrário, o que predominou entre os pensadores burgueses, até o século XVIII, foi a preocupação de descartar a escola voltada para todos. O móvel dessa postura, sem resvalar para qualquer exercício de escamoteação, é evidente nas obras desses pensadores: a necessidade de diminuir ou eliminar o custo de formação, que encarece a produção da força de trabalho, mercadoria essencial à produção de todas as demais. Adam Smith é movido por essa necessidade quando verbera contra as corporações. A divisão do trabalho já avançara

(231) Apud LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XIII*. São Paulo, Loyola, 1981 p. 102.

sobremaneira. O trabalhador, que se especializara em poucas operações do processo de trabalho, no interior das manufaturas, já não necessitava ter o seu domínio teórico-prático como um todo, tal como preconizavam os estatutos das corporações. A caducidade desses estatutos, frente ao avanço da produção manufatureira, é o ponto crucial da argumentação de Smith. A manutenção dos longos períodos de aprendizagem, prescritos pelas corporações, representava, então, a imposição de um processo superado de formação do trabalhador. A produção manufatureira exigia, somente, um trabalhador que pudesse realizar, com um mínimo de habilidade, as poucas operações que lhe cabiam no processo de trabalho, demanda que pressupunha rápido treinamento em serviço. Ora, a dissolução das corporações representava, portanto, a diminuição do custo de formação dos trabalhadores e, como decorrência, a diminuição do valor da força de trabalho. Ao fazer a apologia da divisão do trabalho e realçar o elevado grau de destreza atingido pelo trabalhador manufatureiro, determinado pela especialização no exercício de poucas operações do processo de trabalho, Smith não deixa de reconhecer que essa destreza "*parece (...) ser adquirida à custa das suas virtudes intelectuais, sociais e marciais*"<sup>232</sup>. Caberia, então, uma ação do estado para conter ou amainar essa condição que pesava contra os "*trabalhadores pobres*". Para tanto, impunha-se a "*educação da gente comum*". Mas a "*gente comum*", em absoluto, deveria almejar "*tão boa instrução como as pessoas de posição e fortuna*"<sup>233</sup>. Smith, ao admitir que as crianças trabalhadoras "*têm pouco tempo para desperdiçar em sua educação*"<sup>234</sup>, deixa exposta a sua concepção de que limitado deve ser o tempo de escolarização do próprio trabalhador. Dessa forma, para assegurar "*as partes fundamentais da educação*" – "*ler, escrever e contar*" – às crianças trabalhadoras, o estado arcaria com "*uma despesa bastante reduzida*"<sup>235</sup>.

*"O público pode fazê-lo através da criação em cada paróquia ou distrito de uma pequena escola, onde as crianças possam ser ensinadas através de um pagamento tão reduzido, que até o trabalhador comum o possa suportar; o mestre será em parte, mas não totalmente, pago pelo público, porque se*

---

(232) SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa, Gulbenkian, 1983. v. 2, p. 417.

(233) Id., *ibid.*, p. 420.

(234) Id., *ibid.*, loc. cit.

(235) Id., *ibid.*, p. 420-1. (Grifo nosso)

*fosse totalmente ou na sua grande parte pago por ele, depressa aprenderia a negligenciar a sua actividade.*"<sup>236</sup>

Logo, a escola voltada para o trabalhador, segundo a concepção de Smith, a exemplo da solução dada pela Convenção Termidoriana na França, não é sequer gratuita, nem assegura um salário pleno ao professor. Fazer referências a Smith, nessas considerações, não representa só o apoio de um pensador burguês de prestígio; representa o apoio mais expressivo possível, pois foi ele figura maiúscula da economia política, foi ele o ideólogo que expressou as necessidades e os ideais da burguesia industrial inglesa, politicamente hegemônica no país capitalista mais avançado da Europa, no transcorrer do século XVIII. Logo, Adam Smith é um exemplo paradigmático, que expressa, da forma mais madura possível, as motivações do comportamento político burguês em seu tempo. Mas, para reforçar a argumentação, pode ser dado o exemplo de um outro pensador que, em 1723, publicou, na Inglaterra, uma obra intitulada *A fábula das abelhas*. Trata-se de Mandeville, que investe de uma forma brutal contra a educação dos trabalhadores ao condenar aquela

*"(...) espécie de loucura que invadiu a nação de um tempo para cá: refiro-me à fanática paixão pelas Escolas de Caridade.*"<sup>237</sup>

A sua elaboração se orienta no sentido de

*"(...) demonstrar que as Escolas de Caridade, como qualquer outra coisa que estimule a preguiça e afaste os pobres do trabalho, são cúmplices do aumento de todo tipo de malandragem em medida muito maior de quanto o sejam o analfabetismo ou a ignorância e a estupidez mais grosseiras.*"<sup>238</sup>

Portanto, quando a reprodução do capital move politicamente a burguesia, sem a interferência de outras necessidades, a escola não é colocada como prioridade mas, sim, como algo que ameaça a taxa de lucro. Por isso, no século XVIII, o capital procura comprimir, ao máximo, o tempo de escolarização das crianças trabalhadoras. Enseja, dessa forma, a diminuição do custo da força de trabalho e, em contraposição, a

---

(236) Id., *ibid.*, p. 421.

(237) MANDEVILLE, Bernard de. *Ricerca sulla natura della società; con il Saggio sulla Carità e sulle Scuole di Carità*. Roma, Laterza, 1974. p. 71. (Tradução de Letizia Zini Antunes)

(238) Id., *ibid.*, p. 73.

possibilidade de aumento da taxa de mais-valia. A Reforma se singulariza exatamente por seguir um rumo antagônico a essa tendência burguesa mais geral. Mas, ao trilhar um caminho oposto, está imbuída de uma motivação religiosa e não econômica. A Reforma havia firmado a responsabilidade do homem pela sua fé e identificado a fonte desta nas **Sagradas Escrituras**. Logo, para que a salvação dos fiéis fosse factível, todos deveriam ter o domínio da leitura, pois só assim poderiam ter acesso à fonte da fé. Para a Reforma, portanto, a extensão de escolas para todos ergueu-se à condição de imperativo ético-religioso, daí a sua realização e o avanço da educação nos países protestantes<sup>239</sup>.

A exposição realizada torna evidente o caráter necessário do projeto pedagógico elitista de Azeredo Coutinho. Por se desenvolver a partir da tendência burguesa mais geral de reprodução da força de trabalho a baixo custo, por se distanciar da tradição protestante, é improcedente qualquer exigência que firme a possibilidade de uma proposta mais democrática. Postular o contrário, sugerir que o passado poderia ter sido diferente, é cair no terreno de um fraseologia anti-histórica.

O segundo aspecto refere-se à relação do Reitor com os colegiais. Essa relação, já referida por diversos compendiadores e estudiosos do Seminário de Olinda, tem sido, sistematicamente, alvo de seus elogios. De acordo com os Estatutos, para o funcionamento harmônico e satisfatório do estabelecimento de ensino, o Reitor deveria realizar suas atribuições usando

*"(...) o louvor, e o premio, a repreensão, e o castigo: o que tudo deve administrar (...) com muita prudencia, depondo todo o espirito de parcialidade, e temendo a omisaõ a respeito das transgressões leves, que saõ as que insensivelmente estragaõ a Mocidade, e fazem com que os Suditos,*

---

(239) "Le développement de l'instruction primaire était la conséquence logique des principes fondamentaux de la réforme protestante. Comme l'a dit M. Michel Bréal: 'En rendant l'homme responsable de sa foi et en plaçant la source de cette foi dans l'Écriture sainte, la Réforme contractait l'obligation de mettre chacun en état de se sauver par la lecture et par l'intelligence de la Bible... La nécessité d'expliquer et de commenter le catéchisme fut pour les maîtres une obligation d'apprendre à exposer une idée et à la décomposer en ses éléments. L'étude de la langue maternelle, celle du chant, se rattachèrent à la lecture de la Bible (traduite en allemand par Luther) et au service religieux.' La Réforme contenait donc en germe toute une révolution pédagogique; elle mettait au service de l'instruction l'intérêt religieux; elle associait le savoir et la foi, et voilà pourquoi depuis trois siècles les nations protestantes tiennent la tête de l'humanité en fait d'instruction primaire." COMPAYRÉ, Gabriel. *Histoire de la pédagogie*. Paris, Librairie Classique Paul Delaplane, 1914. p. 90-1. Ver também PONCE, Anibal. *Educação e luta de classes*. 1.ed. São Paulo, Fulgor, 1963. p. 115.

*alentados com os descuidos do Superior, venhão depressa a cair nas graves; procurará sempre com suma prudencia ser mais amado, do que temido, pois deve atender que governa Sujeitos de facil comprehensão, obediencia, e docilidade; e por iso dispostos para se moverem mais pelos impulsos do amor, do que do temor. Igualmente terá grande vigilancia em fazer que nada falte do necessario para a susistencia dos seus Suiditos, trazendo-os sempre contentes, e satisfeitos para asim melhor lhes ganhar as vontades, e lhe obedecerem com gosto*<sup>240</sup>.

Esse relacionamento mais ameno, mais cordial, antagônico à rígida disciplina imposta nos seminários jesuíticos, identificava-se com as orientações do Humanismo, da Reforma e do Iluminismo. Os preceitos disciplinares férreos e autoritários do *Ratio Studiorum*, que, no limite, apelavam para a temível figura do corretor, cujo "*officio*" implicava o próprio "*castigo fisico*"<sup>241</sup>, cederam lugar, nos Estatutos do Seminário de Olinda, a normas que convidavam a um relacionamento marcado por mais tolerância da autoridade administrativa e menos submissão dos colegiais. Preceitos semelhantes regiam as relações entre professores e alunos. Os professores deveriam ser modelos de virtude e de comportamento para que os estudantes valorizassem "*o seu louvor*" e temessem "*a sua repreensão*". A repreensão, contudo, deveria fazer uso, não de "*palavras injuriosas*" mas, sim, de "*palavras proprias, e capazes de lhes infundir espirito de virtude, de onra, e de gloria*".

Os "*inquietaos*" e os "*negligentes*", mediante comunicação dos professores, seriam encaminhados ao Vice-Diretor, que lhes atribuiria os castigos devidos. Não há qualquer menção à natureza desses castigos. Quanto aos reincidentes, o Vice-Diretor levaria informes escritos ao Bispo, aos quais acrescentaria os respectivos atestados dos professores, para que fossem aumentadas as suas "*penas*" ou excluídos do Seminário<sup>242</sup>.

---

(240) ESTATUTOS . . . *op. cit.*, Capítulo VII, p. 18-9. Os termos usados por Azeredo Coutinho, nessa citação, não deixam de suscitar Maquiavel. O título do Capítulo XVII, de *O Príncipe*, anuncia a abordagem da seguinte questão: "(...) *se é melhor (o príncipe) ser amado ou temido*". Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe; escritos políticos*. 3.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984. p.69.

(241) ORGANIZAÇÃO e Plano de Estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Pe. Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro, Agir, 1952. p. 119-230. Ver "*Regras comuns aos professores das classes inferiores*", 40., p. 190.

(242) ESTATUTOS... *op. cit.*, Capítulo XVII, p. 91.



Três capítulos integram a segunda parte dos Estatutos, "*Que contém o que pertence á observancia Moral*". A motivação central deles todos é, primordialmente, instaurar nos seminaristas

*"O Santo temor de Deus, que (...) é o princípio da Sabedoria"*<sup>243</sup>.

O primeiro capítulo trata dos deveres do homem em relação a Deus. Afirma, de início, que "*O negocio mais importante, que os ómens tem sobre a terra, é a salvaçãõ*", do qual decorrem a necessidade do conhecimento de Deus, de Jesus Cristo e a obrigação do culto<sup>244</sup>. Antes de tudo, o homem necessitaria ter fé. Partindo desse pressuposto, o Seminário de Olinda assegurava aos seus alunos acesso ao catecismo e estabelecia uma rotina para o cumprimento dos rituais exigidos pela Igreja Católica. "*Meia óra depois de feito o sinal da campã*", os seminaristas deveriam se dirigir para o coro da igreja, diariamente, onde adorariam, "*postos de joelhos*", Deus e Jesus Cristo e cantariam o "*Ino Veni Sancte Spiritus*". Tal ritual tinha por fim o afastamento do pecado, durante o dia que se iniciava, e não se estenderia além de "*um quarto de óra, pouco mais, ou menos*." Aos "*domingos e dias santos de guarda*" os seminaristas repetiriam, antes do hino, os "*Atos de Fé, Esperansa, e Caridade*"<sup>245</sup>. Após o canto, todos deveriam rumar para a Catedral, onde, os que se destinavam à carreira eclesiástica, assistiriam a missa do coro, para ajudar a cantá-la e "*praticar o que tiverem aprendido na aula do canto-xãõ*"<sup>246</sup>. "*Todas as noites, logo depois das Aves-Marias*", os seminaristas rezariam, na igreja ou na capela do Colégio, "*o Terso do Rozario de Nosa Senhora*", pois o "*patrocínio*" desta seria necessário àqueles "*que se dedicaõ ao estudo das ciencias*"<sup>247</sup>. Uma vez por mês, em acontecimentos solenes determinados pelo Bispo, todos os alunos do Seminário, numerários e extranumerários, deveriam "*confesar-se*,

(243) Id., *ibid.*, Parte Segunda, p. 33.

(244) Id., *ibid.*, Capitulo I, p. 34.

(245) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 1., p. 35-6. Eis o texto integral desses atos, transcritos à p. 44. "*ATO DE FÉ. Meu Deus, e Senhor; eu creio firmemente tudo o que crê, e ensina a Santa Igreja Catolica, Apostolica Romana; porque sois Vós, Ó meu Deus o que disestes; e porque sois a mesma Verdade, que não Vos podeis enganar, nem enganar-nos. ATO DE ESPERANSA. Espero, meu Deus, da vosa Bondade, e da vosa Mizericordia, pelos merecimentos de Jezus Cristo, meu Salvador, a vida eterna da vosa Gloria, e as grasas necesarias para a merecer; porque Vós sois fiel nas vosas Promesas, e são infinitas as vosas Mizericordias. ATO DE CARIDADE. Meu Deus, eu vos amo de todo o meu coraçãõ sobre todas as coizas; porque Vós sois infinitamente bom: e amo ao meu próximo como a mim mesmo por amor de Vós.*"

(246) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 3., p. 36.

(247) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 5., p. 37.

(248) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 6., p. 37-8.

e *comungar sacramentalmente*." Quanto ao último sacramento, a condição estabelecida era a de que o recebessem "*da mão do Reitor na Misa conventual da Igreja do Colegio*"<sup>248</sup>.

O segundo capítulo aborda os deveres do homem em relação a si mesmo. Estabelece, de início, que o exercício do amor a si próprio, é a condição que prepara o homem para a prática do amor ao próximo. Observando esse pressuposto, os Estatutos formulam um conjunto de preceitos para que os colegiais afastassem de si o mal, encarnado nas "ervas venenozas dos vícios, más inclinações, e apetites desordenados"<sup>249</sup>. O homem "*digno da Sociedade dos Justos, e da felicidade eterna*" seria aquele que se lembrasse "*da obrigação, que cada um tem de se renunciar a si proprio, e seguir a Jezus Cristo*"; que tivesse "*uma vida laborioza*" e fugisse "*de toda a ociozidade*"; que não se desgostasse "*com as dificuldades, e trabalhos*" enfrentados ao longo de sua existência; que se satisfizesse com o "*necessario*" para viver; que não visse nem desejasse "*o que pode expôr a sua inocencia a perigo de ser manxada*"; que estivesse sempre preparado e disposto "*para tudo o que pode suceder de um modo contrário ás suas inclinações*"; que não se queixasse das "*injurias*" e as perdoasse; que fizesse o bem a quem lhe faz o mal; que reprimisse os "*resentimentos*" e a "*paixão da vingansa*", que falasse "*sempre a verdade*" e a estimasse "*como dom proprio de Deus*"; que vivesse no "*mundo*" e dele usasse "*com moderasão, e temperansa*". Eis, segundo os Estatutos,

*"a rétidaõ do amor proprio, o substancial, e o fundamento da piedade cristã"*<sup>250</sup>.

O terceiro e último capítulo trata dos deveres do homem em relação aos outros homens. Coloca em discussão o amor ao próximo, cujo exercício corresponde à observância do "*grande preceito da Caridade*". Este preceito é celebrado como a base da sociedade:

*"(...) assim como sem Sociedade não pôde susistir o jenero umano, da mesma sorte sem amor reciproco não pôde aver Sociedade."*<sup>251</sup>

Todos os homens são iguais, asseguram os Estatutos,

---

(249) Id., *ibid.*, Capítulo II, p. 38-9.

(250) Id., *ibid.*, Capítulo II, p. 39-40.

(251) Id., *ibid.*, Capítulo II, p. 41.

"(...) pois todos decendem de um mesmo Pai (...); mas (...) nem todos são iguaes nas propriedades accidentaes, e estados adventicios, antes nisto diferem muito uns dos outros, segundo a ordem em que os pôs a Providencia no corpo da Sociedade para a propria conservasão dos mesmos ómens"<sup>252</sup>.

Essa realidade estabeleceria diferentes responsabilidades entre os homens, diferentes graus de perfeição, dos quais decorreriam

"(...) diversos, e maiores direitos que senão devem a todos igualmente; e vem a ser, a reverencia, o obzequio, e obediencia, que além do amor comum devido a todos está obrigado a prestar o inferior ao que é de superior estado: como por exemplo, os filhos aos Páis; os Dicipulos aos Mestres; os Mosos aos Velhos; o Povo aos Magistrados; os Vasalos aos Soberanos &c."<sup>253</sup>

Essas formulações expõem o caráter abstrato da concepção de igualdade cultivada por Azeredo Coutinho. As desigualdades quanto às "*propriedades accidentais*" e "*estados adventícios*", terminam por justificar não só a divisão do trabalho, imposta historicamente, mas também a divisão da sociedade em classes e o absolutismo. Assentam-se tais formulações em princípio assumido explicitamente, que, da mesma forma, consagra e legitima a desigualdade entre os homens:

"(...) o bem publico da Comunidade naturalmente deve ser preferido ao bem particular das partes"<sup>254</sup>.

A conclusão do capítulo contém um conjunto de dispositivos que visa assegurar a "*tranquilidade*" no Seminário. São estabelecidas as condições que permitiriam ao estudante "*com licença sair fóra do Colegio*"; é exposto o comportamento exigido no "*tempo do silencio*"; são fixadas regras para o movimento dos estudantes fora de seus cubículos e

---

(252) Id., *ibid.*, Capítulo II, p. 42.

(253) Id., *ibid.*, loc. cit.

(254) Id., *ibid.*, loc. cit.

sobre o comportamento esperado de quem perceber algum colega cometendo "injuria a outro" ou "algum crime contra Deus, ou contra o proximo"<sup>255</sup>.

## 2. O PLANO DE ESTUDOS CONFORME A TERCEIRA PARTE DOS ESTATUTOS

No desenvolvimento das considerações subseqüentes, são duas as preocupações norteadoras: 1ª) levar a cabo uma descrição do plano de estudos do Seminário de Olinda; e 2ª) interpretar historicamente esse plano, encarado como manifestação do Iluminismo, a partir de sua comparação com as propostas do Humanismo, da Reforma e da Contra-Reforma.

Para possibilitar, preliminarmente, uma visão de conjunto do plano de estudos construído por Azeredo Coutinho, é apresentada a sua reprodução esquemática, à qual se acrescentam outras duas, correspondentes ao *Ratio Studiorum* e à proposta de Comênio.

Já as primeiras linhas da terceira parte dos Estatutos revelam a formação iluminista do legislador, assim como o caráter iluminista da formação que queria ver impregnada nos colegiais.

*"A observancia Literaria asentando sobre a Moral é a que repõem (sic) o ómem no estado, em que ele enxe perfeitamente toda a idéa de ómem: ela é a que desterra a ignorancia, e introduz as luzes, que são necessarias para descubrir os segredos mais ocultos da Natureza, e para saber adorar os misterios mais profundos da Divindade. Por pouco que se adiantem os conhecimentos umanos nos estudos das ciencias, já os discursos, e costumes não são os que d'antes eraõ, mas sim outros mais iluminados, e mais regulados, e que fazem distinguir o ómem na Sociedade. Para que se adquirião estas ventagens, que produzem as ciencias, devem ser regulados*

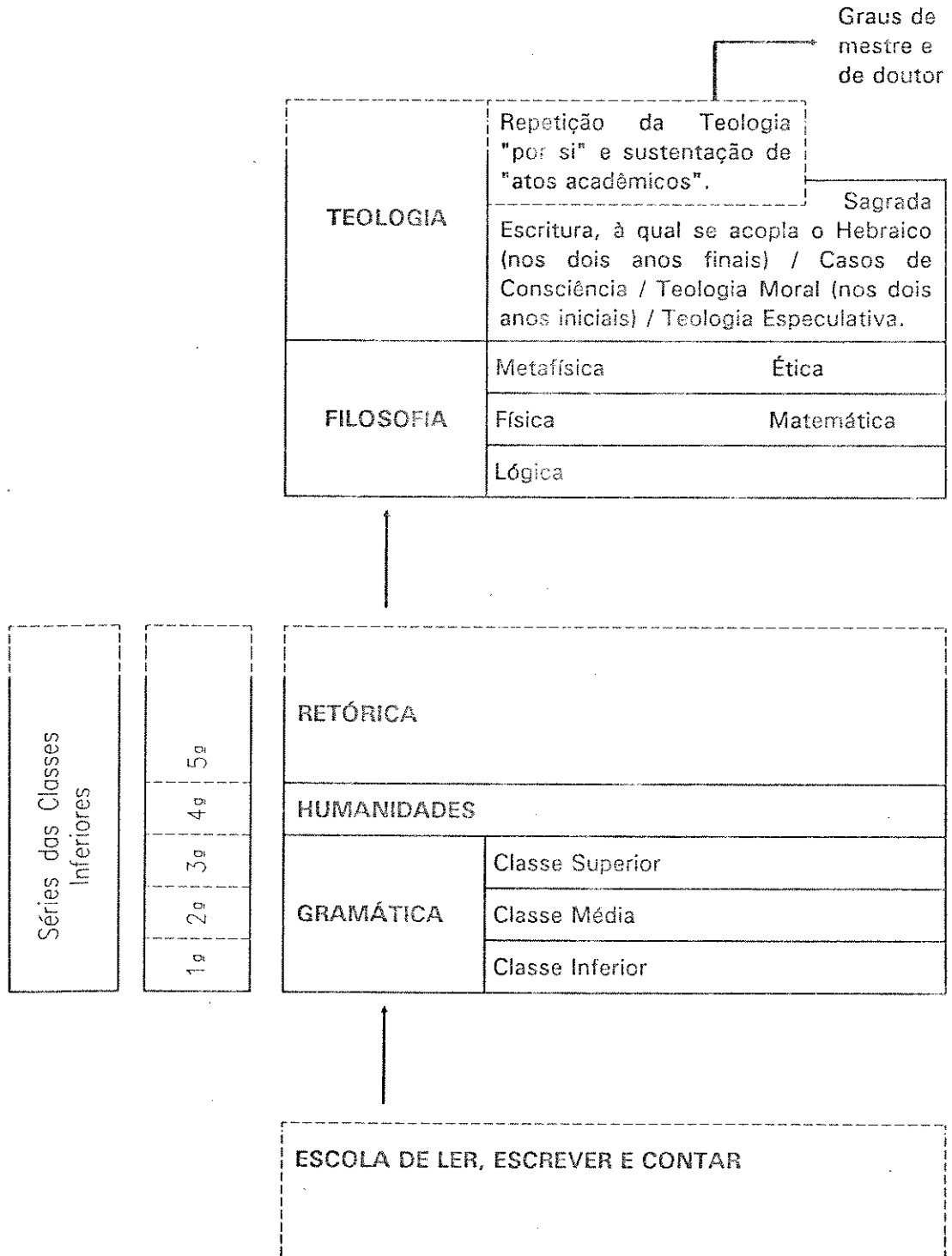
---

(255) Id., *ibid.*, Capitulo II, §§. 7 a 10, p. 43. O último desses parágrafos dispõe: "Que aquele que vir, ou souber, que algum dos seus Colegas fes injuria a outro por palavras, ou asões; ou lhe tem inimizade, odio, ou rancor, que claramente se percebe; ou comete algum crime contra Deus, ou contra o proximo, deve primeiramente admoesta-lo com boas palavras para que se emende, procurando que estes principios não fasaõ progresos, mas sejaõ logo atalhados; e se depois da corrêsaõ amigavel vir que continua na mesma culpa, a deve manifestar ao Reitor, para lhe dar o remedio, de que necessita a sua espiritual enfermidade."

## PLANO DE ESTUDOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA

<b>TEOLOGIA</b>	Teologia Prática	CANTO
	Teologia Especulativa	
	História Eclesiástica	
18 anos		
<b>GEOMETRIA</b>		
<b>FILOSOFIA</b>	História Natural e Química	CANTO
	Lógica, Metafísica, Ética e Física Experimental	
<b>RETÓRICA</b>		
<b>GRAMÁTICA LATINA</b>	Terceira Classe	
	Segunda Classe	
	Primeira Classe	
12 anos		
<b>PRIMEIRAS LETRAS</b>		

**RATIO STUDIORUM**



PLANO DE ESTUDOS DE COMÊNIO

ACADEMIA	Realiza a formação: a) de pessoal para as áreas de teologia, medicina e jurisprudência; b) e de "professores de todas as ciências, artes, faculdades e línguas".												
ESCOLA LATINA	<table border="1"><tr><td>RETÓRICA</td><td>História Universal</td></tr><tr><td>DIALÉTICA</td><td>História dos Ritos</td></tr><tr><td>ÉTICA</td><td>História da Moral</td></tr><tr><td>MATEMÁTICA</td><td>História das Artes e Invenções</td></tr><tr><td>FÍSICA</td><td>História das Ciências Naturais</td></tr><tr><td>GRAMÁTICA</td><td>História Sagrada</td></tr></table>	RETÓRICA	História Universal	DIALÉTICA	História dos Ritos	ÉTICA	História da Moral	MATEMÁTICA	História das Artes e Invenções	FÍSICA	História das Ciências Naturais	GRAMÁTICA	História Sagrada
RETÓRICA	História Universal												
DIALÉTICA	História dos Ritos												
ÉTICA	História da Moral												
MATEMÁTICA	História das Artes e Invenções												
FÍSICA	História das Ciências Naturais												
GRAMÁTICA	História Sagrada												
ESCOLA DE LÍNGUA NACIONAL													

*os estudos por um verdadeiro metodo, que não implique os entendimentos com materias, e questões inuteis; mas sim adiante os conhecimentos, e ensine a procurar a verdade nas suas fontes: para este fim dispômos aqui as Artes, e Ciências, que se aõ de aprender no noso Colegio, e damos a norma pela qual se aõ de rejer os Professores, que as ouverem de ensinar*<sup>256</sup>.

Acompanhando a própria ordem observada nos Estatutos, são tratados, na seqüência, o ensino das primeiras letras e do canto, assim como o ensino de gramática latina, de retórica, de filosofia, de geometria e de teologia, tal como eram desenvolvidos no Seminário de Olinda. As primeiras letras e o canto, por não integrarem propriamente o plano de estudos do estabelecimento, são modalidades de ensino que recebem somente caracterização rápida e descritiva.

## 2.1. O ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS

Duas eram as condições exigidas, para efeito de ingresso no Colégio: a) que o candidato tivesse, no mínimo, 12 (doze) anos de idade; b) e que revelasse o domínio das primeiras letras. Contudo, a certeza da precariedade desse domínio fez o legislador prover o Seminário de um professor de primeiras letras: "*o de melhor letra possível*", orientava. A esse mestre acorriam somente os colegiais recomendados pelo Bispo ou pelo Reitor. Às quartas-feiras, das 16 às 17 horas, eles assistiam "*lisões de escrita em uma das aulas do Colegio*". Quanto àqueles que quisessem ou necessitassem sanar suas deficiências, através de aulas suplementares, os Estatutos recomendavam a procura do mesmo professor de primeiras letras do estabelecimento, que ministraria as correspondentes "*lisões de lêr, escrever, contar, e de Doutrina Cristã*" na sua própria residência<sup>257</sup>.

Apesar de não integrar o plano de estudos do Seminário, o ensino das primeiras letras recebeu uma atenção especial nos Estatutos. As habilidades de ler e escrever foram neles definidas:

---

(256) Id., *ibid.*, Parte Terceira, p. 45.

(257) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 8., p. 52



*"Ler é conhecer, e pronunciar o sôm, e significado dos caratêres escritos, impresos, ou abertos, com os quaes quis alguém declarar o seu pensamento. Escrever é formar com um instrumento caratêres, que são retratos do pensamento, e da fala."*<sup>258</sup>

Eles também expressaram as qualidades exigidas do professor de primeiras letras:

*"(...) é necesario que o Profesor das primeiras letras seja um ómem não só abil na sua arte; mas tambem um modelo de virtude, e de bondade, quanto cabe nas forsas humanas, para formar Dicipulos abeis, e bons Cidadões"*<sup>259</sup>.

O programa de primeiras letras teve os seus conteúdos integralmente discriminados nos *Estatutos*. Quanto à "*Arte de Lêr*", o professor deveria trabalhar no sentido de que o colegial: a) conhecesse "*as letras, ou caratêres de que se áde servir*"<sup>260</sup>; b) proferisse "*com perfeisaõ os sons das vogaes de cada uma das palavras*"<sup>261</sup>; c) entendesse e explicasse "*o que é, e o para que serve o parentezis, o ponto, a virgula, a interrogasaõ, a admirasaõ &c.*"; d) lesse e pronunciasse "*com clareza, e expedisaõ os pensamentos daquele, que escreveu.*"<sup>262</sup> No que se refere à "*Arte de Escrever*", o professor deveria ensinar o seu discípulo: a) "*a formar os caratêres formozos, simplicis, e de uma figura jeralmente conhecida e adotada por todos*"<sup>263</sup>; b) "*a pegar na pena*" para a formação dos "*caratêres com facilidade, compostura, e desembaraso*"; c) e, seguindo a prescrição de Verney, a dominar "*a ortografia mais simples, isto é escrever como se fala*"<sup>264</sup>. Em relação à "*Aritmetica*", o professor de primeiras letras deveria ensinar o seu aluno: a) "*a conhecer, e formar os caratêres, e algarismos, ou números, explicando os seus diversos valores nas unidades, centenas &c.*"; b) "*a somar, diminuir, multiplicar, e repartir*"; c) e a aplicar "*a regra de tres*"<sup>265</sup>. Por fim, quanto à "*Religiaõ*", a "*Doutrina Cristã*" deveria ser ensinada por meio de "*algum compendio claro, concizo, e proprio para o uzo das escolas*".

(258) Id., *ibid.*, Capitulo I, p. 46.

(259) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 1., p. 46.

(260) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 2., p. 46-7.

(261) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 3., p. 47.

(262) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 4., p. 48.

(263) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 5., p. 49.

(264) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 6., p. 49.

(265) Id., *ibid.*, Capitulo I, §. 7., p. 50.

Seus conteúdos básicos abrangeriam: a) "*breves noções de Deus*"; b) e a idéia de que a "*Santa Religião (...) consiste em amar a Deus e ao próximo*". O discípulo deveria adquirir o "*abito de falar sempre a verdade*" e impregnar-se da necessidade segundo a qual "*o bem ainda mesmo temporal, e particular de cada um está ligado, e dependente do bem geral da Sociedade; e que por isso está cada uma obrigado a trabalhar com todas as suas forças para o bem, e conservação do Estado, e a ser bom Cidadão pelo seu mesmo interesse.*"<sup>266</sup>

## 2.2. O ENSINO DO CANTO

OS Estatutos esclarecem que, no Seminário de Olinda, o ensino do canto restringir-se-ia à harmônica, parte da música que "*ensina a combinar as vozes, e os sons, e a formar por mil modos as consonancias, e armonias*"<sup>267</sup>. Essa orientação atendia recomendação expressa do Concílio de Trento. O professor de canto, além da atividade correspondente, assumiria, igualmente, o ensino "*das Ceremonias praticas da Misa rezada, e de todas as que pertencem á observancia prática do Côro*". Da mesma forma que o professor de primeiras letras, ensinaria na sua própria residência a todos os estudantes "*de fóra*" que tivessem o interesse de buscar seus conhecimentos. As aulas regulares eram desenvolvidas no Seminário, às terças e sextas-feiras, das 16 às 17 horas, e destinavam-se somente "*aos Estudantes, que Nós, ou o Reitor mandar-mos, ou aos que de Nós tiverem licença*"<sup>268</sup>. Deduz-se, portanto, que o ensino de canto era dirigido só a parte selecionada dos estudantes numerários, independente do nível de escolarização.

## 2.3. O ENSINO DE GRAMÁTICA LATINA

É no exercício de interpretação da proposta de Azeredo Coutinho que se revela, com maior vigor, o seu caráter avançado. Ela se distancia muito, tanto da orientação reacionária da Contra-Reforma, quando dos projetos burgueses do Humanismo e da Reforma. Encerra particularidades típicas do Iluminismo, embora tolhidas pela forma de manifestação desse fenômeno em Portugal e suas colônias.

(266) Id., *ibid.*, Capítulo I, §. 8., p. 50-1.

(267) Id., *ibid.*, Capítulo II, p. 52.

(268) Id., *ibid.*, Capítulo II, §. 2., p. 54.

Quanto ao ensino de gramática latina, se se toma Erasmo como expressão do Humanismo, verifica-se que sua proposta ainda tinha, do ponto de vista do plano de estudos, muito da forma feudal. A relação professor-aluno reduzia-se à relação preceptor-discípulo<sup>269</sup>. Daí a ordenação e a seqüência pouco sistemáticas na definição dos conteúdos. Não havia duração prevista para cada matéria. Não havia limites e fronteiras entre as matérias. A retórica, por exemplo, estava compreendida dentro da gramática e correspondia a um desdobramento desta, a partir de um certo grau de desenvolvimento do discípulo. Mas a seleção de conteúdos, no Humanismo, revela uma grandeza singular, que não só a Contra-Reforma, enquanto movimento político de sentido antagônico, perdeu, como também a Reforma.

Para Erasmo, o ensino de gramática reduzia-se ao ensino de gramática grega e latina. Essas duas línguas seriam essenciais ao homem da renascença porque "*Há que se dominar o saber da antiguidade*"<sup>270</sup>. Em ambas estaria "(...) *como que arquivado quase tudo o que merece ser conhecido*"<sup>271</sup>. O grego se reveste de uma certa prioridade em relação ao latim, pois "(...) *quase todo o saber acerca das coisas deve-se buscar nos autores gregos*"<sup>271</sup>. Não são colocados obstáculos à busca do conhecimento. Pelo contrário, essa busca é estimulada. O humanista parte do pressuposto segundo o qual "(...) *o que mais vale é recorrer com toda rapidez às fontes, a saber: aos gregos e latinos.*"<sup>273</sup>

Daí a necessidade de acesso, entre os gregos, a Luciano, que sobrepunha a todos os demais, a Demóstenes e a Heródoto. Entre os poetas, "*a primeira palma seria para Aristóteles*", a segunda e a terceira para Homero e para Eurípides, respectivamente. A preferência caberia a Menandro se a sua obra não tivesse se perdido quase completamente. Quanto aos latinos, Terêncio e Plauto estariam em primeiro lugar, depois Virgílio, Horácio, Cícero, Caio César, segundo a própria seqüência. Salústio também

---

(269) "*Quien, pues, tomase a su cargo la instrucción de alguno, pondrá sumo empeño en enseñar desde el primer instante lo mejor*". ERASM "Plan de estudios". In: Obras escogidas. 2.ed. Madrid, Aguilar, 1964. p. 448. (Grifo nosso)

(270) Id., *ibid.*, p. 449. (Tradução nossa)

(271) Id., *ibid.*, p. 445. (Tradução nossa)

(272) Id., *ibid.*, p. 446. (Tradução nossa)

(273) Id., *ibid.*, p. 448. (Tradução nossa)

poderia ser acrescentado. A única restrição emitida por Erasmo atinge Plauto: só deveriam ser utilizadas as suas comédias destituídas de obscenidades<sup>274</sup>.

Em oposição a essa tendência humanista de busca plena das fontes clássicas, levantou-se a Contra-Reforma. A censura ao pensamento greco-latino ganhou forma e expressão, por exemplo, no *Ratio Studiorum*. Mantendo a tradição escolástica, a reação católica não celebra os pensadores do mundo antigo como as fontes inquestionáveis e culminantes do conhecimento. Daí a introdução do manual de gramática, que, buscando se justificar como instrumento mais eficaz na orientação do trabalho didático, já não se resumia a prestar apoio ao ensino, a exemplo das obras de gramática de Donato e Diomédés, assim como de Teodoro Gaza, referidas por Erasmo<sup>275</sup>. Com a Contra-Reforma, o manual de gramática começava a substituir, em grande parte, os pensadores clássicos. Este foi o caso do renomado manual do Pe. Manuel Álvarez, constituído de três livros. Entre os jesuítas, ele regia o ensino de gramática latina nos seus três níveis, respectivamente: classe inferior, classe média e classe superior<sup>276</sup>. Nesse movimento, o grego também perdeu a sua predominância em favor do latim, que passava, inclusive, a ser integrante vital do cotidiano escolar<sup>277</sup>. E a necessidade de aprofundamento nos livros sagrados fez emergir, ainda, o estímulo ao estudo do hebraico junto ao nível do ensino teológico<sup>278</sup>.

Com a Contra-Reforma, independente de sua forma de expressão, os clássicos mantiveram-se presentes no trabalho didático, o que denota a força com que os impôs o Humanismo. Cícero, desde as cartas "*mais fáceis*" até os livros<sup>279</sup>, continuava percorrendo os três níveis de ensino de gramática. Entre os poetas, eram utilizadas, na classe superior, obras de Ovídio, Catulo, Tibulo, Propércio e Virgílio<sup>280</sup>. Esse último nível também explorava obras de autores gregos, a exemplo de S. João Crisóstomo, Esopo e

---

(274) Id., *ibid.*, p. 446.

(275) Id., *ibid.*, p. 446 e 451.

(276) ORGANIZAÇÃO... *op. cit.*, "*Regras do Prefeito de estudos inferiores*", 8. § 2., p. 166.

(277) Id., *ibid.*, "*Regras do Reitor*", 8., p. 134; e "*Regras dos escolásticos da nossa Companhia*", 9., p. 215-6.

(278) Id., *ibid.*, "*Regras do Provincial*", 7. e 8., p. 120-1; "*Regras do Reitor*", 7., p. 134; e "*Regras do Professor de Língua Hebraica*", 1. a 5., p. 151-2.

(279) ORGANIZAÇÃO . . . *op. cit.*, "*Regras do Professor da classe inferior de Gramática*", 1., p. 211; "*Regras do Professor da classe média de Gramática*", 1., p. 208; e "*Regras do Professor da classe superior de Gramática*", 1., p. 204.

(280) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor da classe superior de Gramática*", 1., p. 204.

Agapetos<sup>281</sup>. Mas, se os clássicos greco-latinos permaneciam presentes no trabalho didático, não estavam mais infensos às mutilações e restrições da censura. Eles não eram formalmente suprimidos, eram "expurgados"<sup>282</sup>. Esse termo, salienta-se, aparece de forma sistemática no *Ratio Studiorum*, quando se trata de discutir os conteúdos das matérias. Portanto, a Contra-Reforma permanecia fiel à tradição católica que, durante a Idade Média, chegara a mutilar, a falsificar e a destruir manuscritos inoportunos, no todo ou em parte, à visão de mundo da igreja romana. Não foi por acaso que, através da influência árabe, a Europa descobriu e recuperou um outro Aristóteles, um Aristóteles mais compatível com seus escritos originais, um Aristóteles mais autêntico.

A postura da Reforma, quanto à apropriação dos clássicos do mundo antigo, não foi menos marcada pela censura do que a Contra-Reforma. A luta ideológica se travava, em grande parte, no terreno religioso, o que fazia os reformadores denunciarem, de modo insistente, não só a decadência e os vícios da Igreja Católica, como também as suas causas. Com esse propósito, mesmo falsos argumentos eram manipulados. Segundo um deles, a perda da pureza doutrinária da Igreja Católica teria como uma de suas causas a apropriação das obras dos pensadores pagãos<sup>283</sup>. Essa postura evidenciava, ainda, uma outra limitação: nem sempre os reformadores partiram do exame direto das obras clássicas. Neles, é clara a tendência de reduzir os pensadores greco-latinos àquilo que a Igreja Católica deles fizera. Quando Comênio cita Melancton para caracterizar a doutrina de Aristóteles, por exemplo, é feito, mais propriamente, um retrato da escolástica.

---

(281) Id., *ibid.*, loc. cit.

(282) Id., *ibid.*, loc. cit.

(283) *Exemplos de todos os séculos mostram que, sempre que a Igreja se desviou das fontes de Israel, sempre esse desvio foi ocasião de cismas e de erros. Relativamente à Igreja israelítica, o facto é suficientemente conhecido, através das lamentações dos profetas; relativamente à Igreja cristã, infere-se da história que, sempre que foi governada pelos Apóstolos e por pessoas apostólicas, apenas com a doutrina do Evangelho, sempre permaneceu vigorosa a sinceridade da fé. Mas, logo que os pagãos começaram a entrar em multidão na Igreja, e arrefeceu o primitivo ardor e solicitude em separar as doutrinas puras das impuras, e, por isso, se começou a ler, primeiro privadamente e depois em público, os livros do pagãos, é evidente que espécie de mistura e de confusão de doutrinas resultou. Precisamente por culpa daqueles mesmos que se jactavam de ser os únicos depositários da chave da sabedoria, perdeu-se essa chave; em consequência disso, em lugar dos artigos da Fé, surgiu uma infinidade de opiniões estranhas; daí os dissídios e os litígios, que não dão ainda mostras de quererem desaparecer. Deste modo, a caridade arrefeceu e a piedade extinguiu-se, e, sob o nome de cristianismo, surgiu e reina o paganismo.* COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 378-9.

*"A doutrina de Aristóteles é, no seu conjunto, uma autêntica paixão de polemizar, de tal maneira que não o julgamos sequer digno do último lugar, entre os escritores de filosofia moral"*<sup>284</sup>.

Essa orientação política da Reforma teve profundas conseqüências sobre a educação, atingindo, em especial, a seleção dos conteúdos didáticos. A argumentação de Comênio, nessa direção, observa um preciso encaminhamento. Denuncia, de início, a situação das escolas católicas.

*"(...) as principais escolas dos cristãos professam Cristo apenas de nome e, de resto, não põem as suas delícias senão nos Terêncios, Plautos, Cíceros, Ovídios, Catulos e Tibulos, Musas e Vénus."*<sup>285</sup>

Mas tal quadro, reconhece, seria a evidência, no âmbito da educação, de uma situação mais geral, pois

*"(...) mesmo a muitos teólogos, entre os mais eruditos e notáveis, Cristo apenas fornece uma máscara, e Aristóteles, com a restante multidão dos pagãos, fornece o sangue e o espírito"*<sup>286</sup>

Comênio condena o "brincalhão" Plauto, o "lascivo" Catulo, o "impuro" Ovídio, o "obsceno" Marcial e Luciano, o "ímpio escarnecedor de Deus"<sup>287</sup>. A argumentação chega às raias do obscurantismo, quando faz a apologia dos efésios,

*"(...) os quais logo que a luz da divina sabedoria refulgiu a seus olhos, queimaram todos os livros de argumento licencioso, tornados inúteis para eles cristãos."*<sup>288</sup>

O moralismo da Reforma se revela, na sua plenitude, quando o pensador morávio discute as conseqüências que pesam sobre os estudiosos dos clássicos, ainda que busquem as obras greco-latinas só "por causa do estilo".

---

(284) Id., *ibid.*, p. 386.

(285) Id., *ibid.*, p. 373-4.

(286) Id., *ibid.*, p. 374.

(287) Id., *ibid.*, p. 380.

(288) Id., *ibid.*, p. 384.

*"Porventura, para que aprendam a falar, havemos de levar os nossos filhos pelas tascas, baiúcas, tabernas, lupanares e outras cloacas semelhantes? Como efeito, para onde conduzem a juventude Terêncio, Plauto, Catulo, Ovídio e outros semelhantes, senão para lugares sórdidos como aqueles?"<sup>289</sup>*

Nem mesmo Cícero, Virgílio e Horácio merecem complacência, pois, ainda que reputados *"honestos e graves"* por muitos,

*"(...) são pagãos cegos que desviam as mentes dos leitores, do verdadeiro Deus para os deuses e deusas"<sup>290</sup>.*

Portanto, se a Contra-Reforma incorporou os clássicos mas, para servir à visão de mundo da Igreja Católica, expurgou-os, a Reforma tendeu, simplesmente, a eliminá-los do ensino de gramática. Esse caminho, segundo Comênio, asseguraria maior vitalidade à igreja reformada. O próprio testemunho do profeta foi invocado para evidenciar o acerto da proposta.

*"Não aprendais os caminhos dos gentios"<sup>291</sup>.* Para erradicar pela raiz o mal que divisava na Igreja Católica, a Reforma postulou uma orientação, que rompia não só com a Contra-Reforma – rompimento compreensível, se visto sob a ótica do combate histórico – mas, em especial, com o Humanismo. Nessa perspectiva, seguindo o ensinamento de São João Crisóstomo, o que expressa uma volta à patrística<sup>292</sup>, repete Comênio:

*"Tudo aquilo que é necessário saber ou ignorar, aprendemo-lo nas Escrituras"<sup>293</sup>.*

Dessa forma, as Sagradas Escrituras transformaram-se no eixo norteador da atividade de ensino, do ponto de vista do conteúdo.

---

(289) Id., *ibid.*, p. 388-9.

(290) Id., *ibid.*, p. 389.

(291) JEREMIAS, 10, 2. Apud COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 376.

(292) Santo Agostinho é outro ponto de apoio sistemático de Comênio, no interior desse movimento de retorno à patrística.

(293) Apud COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 376.

Mas a reforma revestiu-se, também, de outra particularidade. Colocou em primeiro plano, no ensino de gramática, a língua-materna: em segundo, a "*língua de um povo vizinho*" e, por fim, as "*línguas sábias*", dentre as quais o latim ganhava proeminência<sup>294</sup>. Essa tendência, desde então, esteve presente, de forma sistemática, nas propostas burguesas subseqüentes. O ensino de latim passa a ser encarado como inócuo, quando não se sustenta sobre o da língua nacional. Esta, além de fundamento indispensável à compreensão do latim, seria a referência sem a qual não haveria qualquer avanço no seu ensino. Sem avançar, o latim também não poderia, na seqüência, fecundar o próprio domínio da língua nacional. Os exemplos, para justificar a nova hierarquia de prioridades, são fartos e buscados na tradição do ensino feudal, de caráter decorativo, que, muitas vezes, surpreendia o aluno de gramática latina, após longos anos de estudo, completamente ignorante da língua pelo fato de não compreendê-la. Ora, se o estudante decorava as palavras e expressões latinas mas não sabia o que significavam; se evidenciava, dessa forma, falta de domínio da maior das "*línguas sábias*"; se esse ensino não o auxiliava a ter maior compreensão de sua própria língua, a língua materna; e se, por fim, essa situação representava o desperdício de anos de estudo, a visão de mundo burguesa, prática e utilitária, levava o ensino feudal à necessária condenação.

O entrelaçamento dos dois aspectos abordados – a eliminação dos clássicos, associada à emergência das Sagradas Escrituras à condição de eixo norteador dos conteúdos didáticos, e a colocação do ensino da língua nacional como pré-requisito para o ensino da língua latina – determinaram a radicalização de uma tendência também presente na Contra-Reforma: a intensificação do uso de manuais didáticos. Mas, com a Reforma, os manuais didáticos são usados de forma plena, o que determina a exclusão dos clássicos. Estes, nem expurgados interferem no trabalho de ensino, nem mesmo para ilustrar os conteúdos transmitidos. Para dar uma idéia da densidade adquirida pelo livro didático, sem pretender esgotar a matéria, basta reunir algumas prescrições de Comênio. Seis são os livros sugeridos para a "*Escola de Língua Nacional*", denominados, respectivamente, *Violarium*, *Rosarium*, *Viridarium*, *Sapientiae Labyrinthus*, *Spirituale Balsamentum* e *Paradisus Animae*<sup>295</sup>. O que se evidencia, na *Didática Magna*, é a aspiração indisfarçável de torná-los excludentes no cotidiano escolar.

---

(294) COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 334.

(295) *Id.*, *ibid.*, p. 436.



*"A cada classe sejam destinados livros de texto próprios, que contenham todo o programa prescrito para essa classe (quanto à instrução, à moral e à piedade), para que, durante o espaço de tempo em que os jovens são conduzidos pelo caminho destes estudos, não tenham necessidade de nenhum outro livro, e com a ajuda destes livros possam ser conduzidos infalivelmente às metas fixadas."*<sup>296</sup>

Comênio propõe quatro livros para ensinar "uma língua": o Vestíbulo, a Porta, o Palácio e o Tesouro<sup>297</sup>. Ao discutir a "Escola Latina", sugere que, para cada uma das seis classes correspondentes ao ensino de história, seja compilado "um livrinho especial", no qual

*"Tudo será exposto resumidamente, tratando apenas das coisas necessárias e omitindo as que não têm importância."*<sup>298</sup>

Para a "Academia" são sugeridos os resumos das obras clássicas, elaborados por "pessoas doutas"<sup>299</sup>. A estas é destinada uma recomendação:

*"Não digo que se deva fazer apenas extratos de sentenças e florilégios (...), mas que se resumam as obras inteiras às coisas substanciais."*<sup>300</sup>

Logo, quando Comênio fala da "escolha" de "alguns destes autores (clássicos) para ler nas escolas"<sup>301</sup> correspondentes ao nível da "Academia", fixa o seu pensamento na escolha de resumos e não na de obras clássicas propriamente ditas. Também merece ser ressaltada a distinção comeniana de dois gêneros de livros didáticos: os "livros de texto para os alunos" e os

*"(...) livros-roteiros (informatorii) para os professores, para que aprendam a servir-se bem daqueles."*<sup>302</sup>

---

(296) Id., *ibid.*, p. 430. (Grifo nosso)

(297) Id., *ibid.*, p. 337.

(298) Id., *ibid.*, p. 445.

(299) Id., *ibid.*, p. 449-50.

(300) Id., *ibid.*, p. 450.

(301) Id., *ibid.*, p. 338.

(302) Id., *ibid.*, p. 460.

Como os "livros de texto para alunos" são excludentes, por eliminarem outros livros e, portanto, os clássicos do trabalho de ensino; e como cumprem uma função precisa, no interior de um processo dirigido para a realização "infallível" de "metas fixadas", avesso à contaminação levada a efeito pelo "paganismo", toma corpo uma evidência: a elaboração e a difusão dos manuais didáticos não podem ser creditadas, exclusivamente, à necessidade de "resumos" do conhecimento, que fixam só as "coisas necessárias". Essa idéia, embutida nas justificativas de sua origem, de sua existência e de seleção de seus conteúdos, não dão a dimensão exata do que são. Os manuais didáticos vicejam, basicamente, como instrumentos de controle ideológico, como recursos que estabelecem um maior grau de domínio sobre a educação. Essa é a realidade palpável posta tanto pela Contra-Reforma como pela Reforma.

Com o Iluminismo, reinstaura-se a apropriação dos clássicos greco-latinos à moda do próprio Humanismo. O ensino de gramática latina<sup>303</sup>, no Seminário de Olinda, é a evidência desse fato. Sua duração se estendia por três anos, aos quais correspondiam a Primeira, a Segunda e a Terceira Classes.

Na Segunda Classe, o professor faria os seus alunos traduzirem Sulpício Severo, César e Cícero. Excluía-se os exercícios de tradução dos poetas, em função do grau de complexidade que envolviam. Nesse nível, os colegiais estudavam também

*"(...) a Silaba para poderem conhecer a quantidade de cada uma delas; e logo imediatamente as figuras da Sintaxe"*<sup>304</sup>.

O professor da Terceira Classe de gramática latina exercitaria seus alunos em traduções da prosa de Salústio, de Tito Lívio, de Terêncio, levando-os a *"(...) advertir nestes Autores a Fabula, a Istorica, a beleza, e o mais que pertencer para a boa intelligencia da Latinidade"*. Passaria, em seguida, para a *"(...) tradusaõ dos Poetas de melhor nota, mas com muita sobriedade, taõ sómente para não ignorarem a versificasaõ Latina, e poderem entender as belezas da arte."*<sup>305</sup> Coroando esse trabalho, seriam estabelecidas as diferenças entre o estilo poético e a prosa.

---

(303) A Gramática é entendida por Azeredo Coutinho como a disciplina "que ensina a falar, e lêr corrétaamente, e com acerto, e a que dá a regra dos termos, e das frases." Cf. ESTATUTOS... op. cit., Capítulo III, p. 55.

(304) Id., *ibid.*, Capítulo III, §. 2., p. 56.

(305) Id., *ibid.*, Capítulo III, §. 3., p. 56.

O domínio do latim, que se expressa no conhecimento dos "*termos, frases, e propriedades desta lingua*", e que "*se adquire pela lisaõ dos livros em que ela está depositada*", seria aprofundado pelo exercício de composições, a partir de temas retirados dos autores latinos<sup>306</sup>. Este tipo de exercício era realizado com constância, "*dia sim, outro não*"<sup>307</sup>.

No Seminário de Olinda, portanto, não há lugar para a censura, que expurga ou elimina obras dos pensadores antigos, a exemplo do que faziam a Contra-Reforma e a Reforma, respectivamente. Não há quaisquer termos ou expressões, nos seus Estatutos, que possam indicar cerceamento ideológico. Essa reapropriação dos clássicos greco-latinos, além de estabelecer um traço de união com o Humanismo, fixa uma característica política do Iluminismo, marcada pela tolerância. Essa característica, presente no plano de estudos elaborado por Azeredo Coutinho, identifica, portanto, também aquele segmento da Igreja Católica luso-brasileira, que, negando os fundamentos feudais da instituição, aderiu à perspectiva burguesa revolucionária, na segunda metade do século XVIII.

Quanto ao ensino de gramática, outro aspecto digno de referência, na abordagem didática preconizada pelo Seminário de Olinda, relaciona-se à incorporação de um preceito muito caro à Reforma. Trata-se da necessidade de fundar o ensino do latim sobre o domínio da língua nacional.

Na Primeira Classe de gramática, o professor deveria desenvolver "*uma nosaõ da Gramatica Portugueza*", para que os colegiais apreendessem, com maior facilidade, "*os principios da Gramatica Latina*". Ressaltaria, também, as analogias de ambas, "*principalmente pelo que pertense ás partes da orasaõ, a saber, Nome, Verbo, Adverbios, e particulas com as suas diferensas*". Na seqüência, trabalharia as "*Declinasões, Conjugasões, Generos, Preteritos, e Sintaxe, por alguma Arte moderna*". Quando da recordação da sintaxe, o professor faria os estudantes traduzirem

*"(...) alguns periodos mais escolhidos da lingua Portugueza para a Latina rejeando, e fazendo-lhes conhecer a dependencia que umas partes da orasaõ tem das outras; e para que os seus Dicipulos não fasaõ só uzo da memoria,*

(306) Id., *ibid.*, Capitulo III, §. 4., p. 57.

(307) Id., *ibid.*, Capitulo III, §. 5., p. 57.

*mas também do juízo, e do discurso, mandará que eles dêem a razão das coizas.*"<sup>308</sup>

Transparecem nas considerações dos Estatutos, portanto, três diretrizes que merecem ser recolocadas: 1ª) o ensino de gramática não deveria sustentar-se, basicamente, na memória – faculdade da qual tanto havia abusado a pedagogia feudal, inclusive na sua vertente jesuítica – mas, sim, na busca do entendimento, na apreensão da "razão das coizas"; 2ª) a língua latina, assim como qualquer outra, seria incompreensível se o seu domínio não se construísse sobre a base da língua nacional, daí a prescrição de um manual de gramática moderno, diferente do utilizado pelos jesuítas, escrito integralmente em latim pelo Pe. Manuel Álvarez; 3ª) o maior domínio da língua nacional se viabilizaria também sobre o aprofundamento da língua latina, sua matriz original. Para resumir e usar duas palavras repetidas com constância pelos pensadores burgueses, só a partir da língua nacional o ensino de gramática tornar-se-ia prático e útil.

Finalmente, o desenvolvimento do ensino das línguas modernas, outro traço singular do Iluminismo, pode ter-se manifestado, igualmente, no Seminário de Olinda. A insegurança quanto à realização dessa tendência deve-se ao fato de inexistir, nesse sentido, qualquer registro nos Estatutos. Os cronistas pernambucanos, sim, fazem referências positivas nessa direção. Um deles, Muniz Tavares, merece consideração especial, pois teria sido aluno do Colégio, nessa fase em que esteve sob a égide do plano de estudos formulado por Azeredo Coutinho, segundo o Cônego Baratta<sup>309</sup>. É Muniz Tavares quem assegura:

*"Azeredo Coutinho abriu o seu Seminário com as aulas de língua latina, grega, e francesa; retórica, poética, geografia, cronologia e história universal, desenho, lógica, metafísica, ética, matemáticas puras, história natural, sagrada e eclesiástica, teologia dogmática e moral, e canto-chão"*<sup>310</sup>.

(308) Id., *ibid.*, Capítulo III, §. 1., p. 55-6.

(309) Os "abalizados mestres (do Seminário de Olinda) e a vigilância incansável do seu reitor, (...), nos deram discípulos como os Rodrigues de Araújo, Muniz Tavares, Francisco Chagas, Costa Palmeiro, Ferreira Barreto, para só citar alguns nomes, que, verdadeiramente, honraram os seus educadores." BARATTA, Cônego José do Carmo. *Op. cit.*, p. 56.

(310) TAVARES, Muniz. *Apud* BARATTA, Cônego José do Carmo. *Op. cit.*, p. 54. (Grifo nosso)

Parece muito plausível a informação de Muniz Tavares. A extensa relação de cadeiras não é incompatível com o plano de estudos. Pelo contrário, corresponde a um desdobramento de suas matérias fundamentais. Logo, caso seja fidedigno esse testemunho, o Seminário de Olinda observou outra tendência avançada da educação burguesa setecentista. Essa tendência respondia à formação do mercado mundial, já suficientemente integrado à época do Iluminismo. Premida pela necessidade de colocar suas mercadorias nas mais distintas regiões do universo; ambicionando captar novos mercados; carente de instrumentos de comunicação que viabilizassem e facilitassem as trocas, a burguesia passava a valorizar o estudo das línguas modernas. Nesse sentido, ganhavam proeminência os idiomas das nações materialmente mais avançadas da época, a França e a Inglaterra. Só para ilustrar, o Colégio dos Nobres, em Lisboa, previa em seu plano de estudos, além do francês e do inglês, também o italiano.

Essa necessidade de estabelecer e estreitar laços comerciais já estava na base de uma proposta de Comênio. Para ele, só o ensino da língua materna precederia em importância ao da "*língua de um povo vizinho*". Mesmo as "*línguas sábias*" estavam em plano inferior na hierarquia de prioridades por ele formulada. Contudo, em Comênio, a tendência ainda não se encontrava plenamente desenvolvida, pois revelava uma aspiração muito limitada: a aspiração de colocar a educação a serviço do intercâmbio entre povos vizinhos. No século XVIII, com o mercado mundial constituído e integrado, o ensino das línguas modernas tendiam a fixar-se nos idiomas que disputam maior projeção universal, nos idiomas das nações que, pela magnitude de suas economias, submetiam os povos mais distantes aos seus interesses comerciais.

#### 2.4. O ENSINO DE RETÓRICA

O ensino de retórica, na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, foi visto, predominantemente, como um estágio sucessivo ao do ensino de gramática latina. Este é o entendimento de Erasmo, por exemplo. Para ele, a retórica implica o domínio pleno das humanidades clássicas, passível de realização só a partir de certo grau de aprofundamento no estudo da língua. Esse limite, no grande humanista, não é preciso, pois depende do grau de adiantamento do discípulo.

Já na Contra-Reforma, na Reforma e no Iluminismo, aparecem claramente as fronteiras, delimitadas pelas classes, que integram os planos de estudos. Mas, mesmo nos planos de estudos, à exceção da Reforma, essa idéia de continuidade se evidencia. No *Ratio Studiorum*, para ilustrar, às três classes de gramática latina se sucede um estágio intermediário de um ano, a classe de humanidades, que faz a ponte com destino à retórica<sup>311</sup>.

*"A finalidade desta aula é preparar, nos que terminaram a gramática, o terreno à eloquência"*<sup>312</sup>.

Portanto, o continuum pode ser representado por um caminho que o estudante percorre, desde os estágios iniciais do ensino de gramática, necessários ao domínio da expressão verbal e escrita, até os estágios finais do ensino de retórica, essenciais à expressão elegante e convincente, inseparável da erudição clássica.

No plano de estudos do Seminário de Olinda é eliminado o estágio intermediário. O ensino de retórica é imediatamente ministrado após o de gramática latina.

Só a Reforma desvia-se dessa solução. A retórica, na *Didática Magna*, é a última das seis classes da "*Escola Latina*". Para formar "*oradores capazes de discorrer elegantemente sobre qualquer tema*"<sup>313</sup>, Comênio mantém o entendimento de que a gramática é a "*porteira das outras disciplinas*", mas foge das soluções convencionais ao situar a retórica, assim como a própria dialética, "*depois das ciências positivas*"<sup>314</sup>. No educador morávio formam-se as convicções

*"(...) de que se deve ensinar as coisas antes do modo das coisas, isto é, a matéria antes da forma, e de que o único método capaz de nos fazer progredir, de maneira segura e rápida, é aquele que consiste em adquirir conhecimento das coisas antes de se começar, ou a julgá-las a fundo ou a expô-las com estilo florido. (...) As coisas, em si mesmas, são aquilo que*

---

(311) A duração do ensino de retórica não foi estabelecida com rigidez pelo *Ratio Studiorum*. A média girava em torno de dois anos.

(312) ORGANIZAÇÃO... op. cit., "*Regras do Professor de Humanidades*", 1., p. 199.

(313) COMÊNIO Op. cit., p. 437.

(314) Id., *ibid.*, p. 439.

*são, ainda que a razão ou a língua se não ocupem delas; mas a razão e a língua apenas trabalham com as coisas e dependem delas: sem as coisas, ou se reduzem a nada, ou tornam-se sons sem pensamento, por efeito de um esforço, ou estúpido ou ridículo.*<sup>315</sup>

Reflete, essa orientação de Comênio, a influência do desenvolvimento da Filosofia Natural, como ele próprio denuncia ao escorar-se em Justo Lípsio, cujo livro, *Filosofia*, espousa a idéia de que as ciências naturais devem anteceder as ciências morais nos planos de estudos.

Quanto aos conteúdos desenvolvidos no ensino de retórica, verificamos, mais uma vez, que são válidas as mesmas tendências presentes no ensino de gramática latina.

A postura de Erasmo já foi explicitada. No essencial, se resume à busca do conhecimento nos pensadores greco-latinos, através do exame direto de suas obras. Vale acrescentar, contudo, que, já no Humanismo, são utilizadas obras auxiliares. São manuais como o de Donato e Diómedes, acerca das figuras gramaticais, assim como a própria gramática de Teodoro Gaza, referidos por Erasmo. Também são indicadas espécies de antologias dos autores clássicos, em que pese a orientação básica de buscá-los diretamente nas fontes. O humanista cita alguns de seus sistematizadores: Plínio, Macróbio, Ateneu e Aulo Gélio<sup>316</sup>. No que se relaciona ao ensino de retórica é mencionado, ainda, um outro humanista italiano, Lorenzo Valla,

*"(...) que escreveu elegantissimamente sobre a elegância da fala latina."*<sup>317</sup>

Mas seus preceitos, orienta Erasmo, não devem ser cumpridos com *"obediência servil"*. Logo, o preceito maior ainda é o de que o preceptor deve exercer controle sobre o manual didático. Este, repita-se, é só um instrumento auxiliar no trabalho de ensino.

Na Contra-Reforma, a orientação é no sentido de que as regras da retórica sejam buscadas, basicamente, nos livros correspondentes de Cícero.

(315) Id., *ibid.*, p. 439-40.

(316) ERASMO. *Op. cit.*, p. 448.

(317) Id., *ibid.*, p. 446. (Tradução nossa)

Complementariam a fundamentação teórica Aristóteles, através das obras *Retórica* e *Poética*, além, de Quintiliano<sup>318</sup>. O estilo emanaria, "*quase exclusivamente*", de Cícero. A erudição seria

"(...) recolhida da história e dos costumes dos povos, dos autores mais abalizados e de toda espécie de conhecimentos"<sup>319</sup>.

Entre os pensadores gregos, são nominalmente recomendados Demóstenes, Platão, Tucídides, Homero, Hesíodo e Píndaro, desde que "*expurgados*"<sup>320</sup>. A preocupação com o controle ideológico se patenteia, também, na indicação de obras dos padres da Igreja Católica, entre os quais se incluem S. Gregório Nazianzeno, S. Basílio e S. Crisóstomo.

No nível intermediário, correspondente à classe de humanidades, são sugeridos, "*para o conhecimento da língua*", Cícero, entre os oradores; César, Salústio, Lívio, Curtius, entre os historiadores, e, entre os poetas, Virgílio, "*principalmente*", e Horácio, devidamente "*expurgados*". Para o segundo semestre da classe de humanidade é recomendada a utilização de um "*breve resumo*" dos "*preceitos de retórica*" de Cipriano Soares<sup>321</sup>.

Focalizando, através desses conteúdos, "*as duas mais altas faculdades, a oratória e a poética*", o *Ratio Studiorum* almejava para o orador a "*formação perfeita para a eloquência*"<sup>322</sup>.

Uma posição defensiva da Contra-Reforma se evidencia quando o *Ratio Studiorum* expressa o entendimento de que o ensino de retórica

"(...) atende não só ao que é útil senão também à beleza da expressão."<sup>323</sup>

De fato, essa postura representa uma velada contraposição à perspectiva burguesa, exposta já claramente pela Reforma. O plano de estudos da "*Escola Latina*",

(318) ORGANIZAÇÃO... ep. cit., "*Regras do Professor de Retórica*", 1, e 6., p. 192 e 194-5.

(319) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Retórica*", 1., p. 192.

(320) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Retórica*", 13., p. 197.

(321) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Humanidades*", 1., p. 199.

(322) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Retórica*", 1., p. 192.

(323) Id., *ibid.*, *loc. cit.*



proposto por Comênio, coloca a retórica como o último nível das seis classes que a integram. O seu conteúdo, de acordo com a orientação do reformador, não está mais centrado nos clássicos greco-latinos, mas nos próprios conhecimentos hauridos ao longo do processo de escolarização, inclusive os correspondentes às ciências positivas. A retórica é reduzida, basicamente, ao exercício das regras de eloquência, para o que se revelam essenciais os conteúdos, as noções e os cabedais desenvolvidos nas classes de gramática, de física, de matemática, de ética e de dialética.

*"A última classe será a de Retórica, na qual queremos que se façam exercícios verdadeiramente práticos, fáceis e agradáveis, de todas as coisas ensinadas até aqui, e através dos quais se torne evidente que os nossos alunos aprenderam alguma coisa e que não estiveram na escola inútilmente."*<sup>324</sup>

Eis novamente a noção de utilidade funcionando como um parâmetro para distinguir a nova proposta, para afirmar uma relação antagônica face ao ensino feudal. A partir desse quadro, torna-se possível captar a posição de defensiva da Contra-Reforma. Diante da força dos argumentos burgueses, que reivindicam um ensino prático e utilitário, a Contra-Reforma concilia e faz uma concessão tímida: o ensino de retórica deve atender *"não só ao que é útil senão também à beleza da expressão"*.

O que se observa à primeira vista, no Seminário de Olinda, quanto à retórica, é a repetição do caso de gramática latina. Há um retorno à orientação humanista, agora ajustada a um plano de estudos de caráter regular, voltado para o atendimento de muitos estudantes e não de um restrito número de discípulos. Mas não é só isso. Há, também, uma transformação, que vai além do incremento quantitativo ao atendimento. A função que cabia à retórica, especificamente, no plano de estudos, segundo a prescrição de Azeredo Coutinho, era a de ensinar a *"falar bem"*. Sobre a gramática, entendida como *"a ciência das palavras, dos termos, e das frases"*, a atuação da retórica seria desenvolvida no sentido de

*"(...) ordena(r) os pensamentos, a distribuição, e o ornato; e com isto ensina(r) todos os meios, e artificios para persuadir os animos, e atrair as vontades."*<sup>325</sup>

(324) COMÊNIO. Op. cit., p. 444.

(325) ESTATUTOS... op. cit., Capítulo IV, p. 58.

Os conteúdos relacionados e os recursos recomendados pelos Estatutos do Seminário de Olinda, visando o desenvolvimento do ensino de retórica, merecem um resumo abrangente. É o que se objetiva, na seqüência.

O professor de retórica daria suas lições com base em "*algum compendio tirado de Quintiliano, e de Cicero*"; faria sua turma "*analisar as melhores orações de Cicero*" e exercitar "*compozisões oratorias, e epistulares*"; daria "*regras sobre o exercicio do Pulpito*", com ênfase na eloqüência; explicaria "*os diversos estilos das Cartas, dos Dialogos da Istoría, dos Panejricos, das Declamações &c.*" e advertiria sempre o estudante, durante os exercícios de argumentação, no sentido de que "*a cortezia, e a civilidade com o contendor*" é "*o sinal característico do ómem cristaõ, e bem educado*".<sup>326</sup> Em seguida, o professor ensinaria "*as regras da Poezia pela Arte Poética de Oracio*"; levaria o estudante "*a conhecer, e a aprender a executar as boas imagens, e pensamentos nos melhores Poetas*" e, finalmente, "*a fazer composições em versos, não só Latinos, mas também Portuguezes*", assim como a desvelar "*as belezas dos nosos Poetas, especialmente de Camões*".<sup>327</sup> Seria o professor de retórica, ainda, o responsável pelo ensino dos "*elementos da Istoría universal por algum rezumo sucinto, claro, e metodico*." Careceriam de desenvolvimento "*os principios jeraes, em que se funda toda a Istoría,*" e "*as principaes nosões de Cronolojia, das epocas, e das suputações (?) dos tempos em comum: depois as da Jeografia com um ordinario conhecimento da Esfera, e dos Mapas*".<sup>328</sup>

O que se constata, portanto, não é uma volta pura e simples à tradição humanista. Ocorre, realmente, uma reapropriação dos clássicos latinos, agora não mais mutilados pelos expurgos. Mas é possível verificar, também, que muitas das fontes do Humanismo e da Contra-Reforma deixam de estar presentes nos conteúdos prescritos por Azeredo Coutinho. Não há qualquer referência aos pensadores gregos e às suas obras. Os latinos resumem-se a Quintiliano, a Cícero e a Horácio. Há novidades. Verifica-se que a valorização da língua nacional se fez acompanhar da introdução de suas manifestações literárias. Denota essa tendência a preocupação com o desvelamento das "*belezas dos nosos Poetas*" e a menção especial ao maior nome da poesia de língua portuguesa, Camões. Também a história e a geografia são discriminadas como conteúdos da retórica. Essa vinculação merece uma análise mais detida, assim como se faz necessária a exposição das motivações que se encontram na base do desenvolvimento dessas disciplinas. É sabido que

(326) Id., *ibid.*, Capítulo IV, §. 1., p. 58-9.

(327) Id., *ibid.*, Capítulo IV, §. 2., p. 59.

ambas ganham expressão, a partir do momento em que são fecundadas pelo movimento de expansão do mercado mundial. Mas elas também se convertem em instrumentos que criam novos estímulos a essa expansão. O registro das novas descobertas geográficas e a elaboração de mapas foram essenciais à expansão das navegações. Contatos com povos desconhecidos estimularam o estudo de suas culturas e de suas línguas, recursos que facilitaram o intercâmbio comercial e, portanto, o maior desenvolvimento dos centros econômicos europeus. Logo, o desenvolvimento da história e da geografia é indissociável não só do processo de expansão e integração do mercado mundial, mas também do processo de domínio do mundo material pelo homem, essencial ao primeiro. Ambos os processos são presididos pela burguesia, o que confere à história e à geografia as marcas do sinete burguês.

Essa questão é tanto mais importante porque é fundamento de um ideal pedagógico antagônico ao da Contra-Reforma. Nesta, o ideal de homem é o orador sacro, o formador de opinião por excelência na sociedade feudal, elemento indispensável ao domínio ideológico exercido pela Igreja Católica. É ele quem, do púlpito, através de sua eloquência, ganha a adesão subjetiva de seus fiéis, condição indispensável à manutenção da ordem social.

Pode parecer, ao apressado, que a proposta de Azeredo Coutinho preserva o mesmo ideal, pois também prescreve, quanto ao ensino de retórica, o domínio de "*regras sobre o exercício do Pulpito*". Contudo, esse ítem coincidente, no caso do Seminário de Olinda, revela mais a ambigüidade que marca o Iluminismo luso-brasileiro. A formação do orador sacro em Pernambuco, contudo, não impede a ênfase dada aos conteúdos de história e de geografia, que fundamentam um outro ideal de homem, buscado pela educação burguesa. Esta, quanto mais expressa a sua essência, quanto mais se afasta de uma política conciliadora com a igreja feudal, mais firma um ideal de homem compatível com os seus interesses materiais. Nessa perspectiva, a retórica deveria formar um homem cuja atuação política funcionasse, ao mesmo tempo, como reforço e como incremento dos negócios burgueses. Trata-se do diplomata, servidor dileto do capital numa fase em que a busca de novos mercados se revela uma questão de sobrevivência para a burguesia européia. Como se observa, são duas concepções muito distintas do orador. Na concepção feudal, sua ação se esgota na busca da adesão subjetiva dos fiéis aos mandamentos da Igreja Católica, na busca de base política para a ordem feudal. A eloquência é a forma exterior mais marcante desse orador sacro. O orador que serve à diplomacia burguesa distancia-se muito dessas

características. É um homem que atua, via-de-regra, em países estrangeiros, cujos costumes e culturas, inclusive religiões, deve respeitar, evitando que as diferenças ofereçam obstáculos ao intercâmbio comercial. A forma exterior do discurso é aparentemente neutra e nada loquaz. O exercício de sua função demanda o conhecimento da história dos povos estrangeiros e da humanidade, da geografia, assim como o domínio das línguas modernas mais difundidas e da língua da nação onde serve.

Nesse sentido, sem explicitar um ideal de orador expressamente burguês, o ensino de retórica, no Seminário de Olinda, desenvolvia conteúdos essenciais à sua formação. Essa tendência vacilante é explicável: a perda da hegemonia comercial, por Portugal, fez a nação, posteriormente, exercer um papel econômico subordinado, em nível mundial. Com isso, seus intelectuais ficaram impossibilitados de pensar a sociedade do ponto de vista de sua forma mais desenvolvida. Atrasada materialmente, a nação não vivia as tendências maduras do modo de produção, ao contrário da Holanda e da Inglaterra. Como decorrência, a base material não fecundava a elaboração teórica de seus pensadores. Esta foi a limitação que pesou contra os iluministas luso-brasileiros. Também Azeredo Coutinho sofreu as suas conseqüências, mas não ao ponto de eliminar de sua proposta pedagógica aspectos avançados, identificados com as demandas burguesas da época do Iluminismo.

## 2.5. O ENSINO DE FILOSOFIA

O Humanismo, à época de Erasmo, preconizava um caminho muito simples para quem desejasse aprender filosofia: percorrer as obras dos pensadores do mundo antigo.

*"Melhor do que nenhum outro, lhe ensinarão filosofia Platão e Aristóteles, e o discípulo desse último, Teofrasto"<sup>329</sup>.*

Encontra-se resumida, nessa fórmula, toda a tradição renascentista. Essa tradição, nunca é supérfluo repetir, repousava na recuperação do pensamento clássico, a partir de uma reconstituição levada a cabo pelos humanistas, com base em manuscritos

(328) Id., *ibid.*, Capítulo IV, §. 3., p. 59.

(329) ERASMO. *Op. cit.*, p. 448. (Tradução nossa)

originais. Essa reconstituição possibilitou à história da filosofia fazer, por exemplo, distinções entre "as escolas ou os movimentos que mais diretamente se vinculam ao próprio Aristóteles". Abbagnano, sem ser exaustivo, nomeia quatro tendências que desvelam quatro pensadores singulares: o "Aristóteles da Escola peripatética", o "Aristóteles árabe", o "Aristóteles cristão medieval" e o "Aristóteles do renascimento"<sup>330</sup>.

É claro que Erasmo, ao se referir a Aristóteles, tem em vista a tendência renascentista, que se desenvolvera a partir do estudo de seus manuscritos, visando devolvê-lo à integridade de seu pensamento, e que o livrara das adulterações associadas ao "Aristóteles cristão medieval".

É o "Aristóteles cristão medieval" que aparece no *Ratio Studiorum*. Ele domina todas as áreas e todos os detalhes do ensino de filosofia, entre os jesuítas.

Conseqüente com a proposta da Igreja Católica, a filosofia, na Contra-Reforma, mantém a concepção escolástica de subordinação à teologia. As "Regras do professor de Filosofia" expõem esse fato, com clareza, ao discutir o "fim" da matéria.

*"Como as artes e as ciências da natureza preparam a inteligência para a teologia e contribuem para a sua perfeita compreensão e aplicação prática e por si mesmas concorrem para o mesmo fim, o professor (de filosofia), procurando sinceramente em todas as cousas a honra e a glória de Deus, trate-as com diligência devida, de modo que prepare os seus alunos, sobretudo os nossos para a teologia e acima de tudo os estimule ao conhecimento do Criador."*<sup>331</sup>

Na discriminação dos conteúdos que se prestariam ao desenvolvimento do ensino de filosofia, o *Ratio Studiorum* relaciona uma lista extensa das obras de Aristóteles. Somente no início do primeiro ano, centrado na lógica, seria utilizado um manual introdutório, o de Toledo ou o de Fonseca, para desenvolver "os pontos mais necessários", os "prolegômenos da lógica": se é ciência, seu objeto, "pontos sobre gêneros e espécies", "noções elementares" das "idéias universais", "os pontos mais fáceis" relativos aos "predicamentos", analogia e relação<sup>332</sup>. Na seqüência, ocorre o longo desfiar das obras de Aristóteles. Para o

(330) ABBAGNANO, Nicola. "Aristotelismo". *Op. cit.*, p. 75.

(331) ORGANIZAÇÃO... *op. cit.*, "Regras do Professor de Filosofia", 1., p. 158-9.

(332) *Id.*, *ibid.*, "Regras do Professor de Filosofia", 9., §§ 1., 2. e 3., p. 160.

primeiro ano são recomendados os seguintes escritos lógicos: *Analytica priora*, *Topica* e *De sophisticis elenchis*, integrantes do *Organon*. Ainda são prescritos o segundo livro de *Physica auscultatio*, de cunho metafísico, e o segundo livro de uma obra científico-natural, *De anima*<sup>333</sup>. Para o segundo ano, focalizado na física, basicamente, e na matemática, são indicados os oito livros de *Physica auscultatio*, *De coelo*, o primeiro livro da obra *De generatione animalium* e *Meteorologica*. Os dois últimos são escritos de natureza científico-natural. *Physica auscultatio*, como já foi exposto, é uma obra de metafísica<sup>334</sup>. Hirschberger, ao discutir a sua natureza, diz ser uma obra de "*filosofia natural metafisicamente conduzida*"<sup>335</sup>. Complementarmente, em aulas diárias de quarenta e cinco minutos, seria "*explicada*" a obra *Elementos*, de Euclides. Após dois meses, poderiam ser acrescentados e desenvolvidos, simultaneamente com Euclides, conteúdos

"(...) de *Geografia*, da *Esfera* ou de outros assuntos que eles (os alunos) gostam de ouvir"<sup>336</sup>. Para o terceiro ano, centrado na metafísica, fundamentalmente, e na ética, são recomendados: o livro segundo do escrito *De generatione animalium* e *De anima*, ambos de cunho científico-natural, e *Metaphysica*<sup>337</sup>. O programa de ética corresponde ao conteúdo de *Ethica ad Nicomachum*<sup>338</sup>.

Reafirme-se, contudo, que o Aristóteles que domina, soberano, os conteúdos de filosofia no *Ratio Studiorum*, é um Aristóteles vigiado e expurgado. A orientação dada ao professor de filosofia sobre "*como seguir Aristóteles*" é elucidativa, nesse sentido. "Em questões de alguma importância não se afaste de Aristóteles, a menos que se trate de doutrina oposta à unanimemente recebida pelas escolas, ou, mais ainda, em contradição com a verdadeira fé."<sup>339</sup> Não são recomendadas leituras e citações dos "*intérpretes de Aristóteles infensos ao Cristianismo*". É referido, em especial, *Averrois*. Também é condenada a filiação dos alunos a qualquer "*seita filosófica*". Das existentes, são

(333) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia*", 9., §§ 4., 5. e 6., p. 160.

(334) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia*", 10., §§ 1. e 3., p. 160-1.

(335) HIRSCHBERGER, Johannes. *Historia de la Filosofía*. Barcelona, Editorial Herder, 1963. v. 1., p. 106.

(336) ORGANIZAÇÃO... *op. cit.*, "*Regras do Professor de Matemática*", 1., p. 164.

(337) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia*", 11., § 1., p. 161.

(338) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia Moral*", 1., p. 163-4.

(339) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia*", 2., p. 159.

nomeadas a dos Averroistas e a dos Alexandristas. O *Ratio Studiorum* sugere que o professor de filosofia diminua a autoridade de seus inspiradores. Quanto a

*"(...) Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião."*<sup>340</sup>

A Reforma não evolui no sentido de estabelecer uma nova relação entre a teologia e a filosofia. Comênio não deixa dúvidas face a este fato.

*"A verdadeira filosofia não consiste senão no verdadeiro conhecimento de Deus e das suas obras, e estas coisas não podem aprender-se em parte alguma com mais verdade que da boca de Deus."*<sup>341</sup>

E, realizando um movimento repetitivo, volta novamente à patrística para solidificar a postura da Reforma. Seu apelo dirige-se, mais precisamente, a Santo Agostinho, que, referindo-se à Sagrada Escritura, afirma:

*'Aqui está a filosofia: porque todas as causas de todas as naturezas estão em Deus, seu criador.'*<sup>342</sup>

Essa forma de entendimento mantém a filosofia subjugada à teologia.

Contudo, a Reforma avança num aspecto essencial. Ao combater a escolástica e abandonar a autoridade do "*Aristóteles cristão medieval*", liberta-se para estimular o desenvolvimento de um novo domínio da filosofia: a filosofia natural, que vinha se construindo ao sabor das necessidades e motivações burguesas. Exatamente desse domínio Comênio destacou a física e a matemática, para que integrassem, ambas de forma autônoma, o plano de estudos da "*Escola Latina*".

Nesse plano, o ensino de física sucede, imediatamente, ao de gramática. Ultrapassada essa última, entendida como "*porteira*" das demais disciplinas, Comênio defende a posição de que o ensino deve centrar-se nas coisas e não no modo das coisas. A questão para o educador morávio é a seguinte: do ponto de vista metodológico, só é segura

(340) Id., *ibid.*, "*Regras do Professor de Filosofia*", 3., 4., 5. e 6., p. 159.

(341) COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 387.

(342) Apud COMÊNIO. *Op. cit.*, p. 387.

a aquisição do conhecimento de algo quando, em primeiro lugar, se focaliza a sua essência. Para usar palavras muito caras a Comênio, a matéria deve ter precedência sobre a forma. Só cumprido esse estágio seria pertinente a preocupação de julgar a coisa conhecida ou expressá-la através de um discurso elegante. Por isso, frisa Comênio, como o ensino das coisas é necessariamente anterior ao do modo das coisas, as ciências naturais devem ser desenvolvidas antes das ciências morais na "*Escola Latina*".

*"(...) uma vez que o raciocínio e o discurso se fundam nas coisas, é absolutamente necessário que o fundamento seja lançado primeiro."*<sup>343</sup>

Esse entendimento não elimina o desenvolvimento, no estágio inicial do ensino de física, de "*uma ciência generalíssima*", a "*ciência primeira*", a metafísica. Vista como uma preparação para o ensino de física, sua função seria a de

*"(...) descobrir aos alunos os primeiros e os mais profundos fundamentos da natureza, como, por exemplo, os requisitos necessários, os atributos e as diferenças de todas as coisas, e dar a conhecer as leis mais gerais, as definições, os axiomas, o modelo e a estrutura de todas as coisas."*<sup>344</sup>

Sobre essa base, os alunos iniciariam "*a aplicação das leis gerais aos casos particulares*" e, após a sua realização, passariam

*"(...) imediatamente à observação do mundo visível, para que as maravilhas da natureza (...) se tornem cada vez mais claras por meio de exemplos particulares escolhidos na própria natureza."*<sup>345</sup>

Após o de física, o plano de estudos da "*Escola Latina*" prevê o desenvolvimento do ensino de matemática, cujo estágio corresponde à terceira classe. Só depois de ter exercitado "*os sentidos na escola de língua nacional*", depois de ter aprendido "*as coisas concretas acerca dos corpos*", pré-requisito para a apreensão das "*coisas abstratas*", é que o estudante poderia "*chegar às mais sublimes especulações das quantidades*"<sup>346</sup>. Este é motivo pelo qual o ensino de matemática deve seguir-se ao de física. Comênio caracteriza

---

(343) COMÊNIO. Op. cit., p. 440.

(344) Id., *ibid.*, p. 442.

(345) Id., *ibid.*, loc. cit.

(346) Id., *ibid.*, p. 441.



essa transição como uma passagem "da essência das coisas" para a "observação mais acurada sobre os acidentes das coisas". Em seguida, é desenvolvido o ensino de ética, quando os alunos começam a fazer

"(...) especulações sobre o próprio homem com as acções da sua vontade livre, como senhor das coisas"<sup>347</sup>.

No Seminário de Olinda, a própria definição de filosofia denota a libertação dessa disciplina do jugo exercido pela teologia.

"A Filozofia é a ciencia, que ensina a indagar as coizas pelas suas cauzas, e efeitos"<sup>348</sup>.

Os esforços de pensadores burgueses, como Galileu Galilei e Descartes, não foram vãos. A longa luta que se travara com a igreja feudal, no sentido de retirar a filosofia de sua posição subordinada à teologia, rendera frutos. Mesmo numa colônia, de um dos mais atrasados países da Europa, o avanço das formas produtivas se refletia no estabelecimento de um divisor de águas entre o domínio de Deus e o domínio dos homens. Este último passava a ser celebrado como o terreno próprio da filosofia.

Não deve ser omitido o fato, ainda, de que o entendimento contido nos Estatutos é perfeitamente correspondente à concepção da Enciclopédia, a grandiosa construção do Iluminismo francês.

"(...) Filosofia, é dar a razão das coisas, ou pelo menos procurá-la (...).

(...) aquele que se detém a descobrir a razão que faz com que as coisas sejam, e que sejam desta e não daquela maneira, é que é o filósofo propriamente dito.

(...) (A Filosofia) Não se contenta nunca com palavras, e não explica nada por qualidades ocultas, que não são senão o próprio efeito transformado em causa (...)."<sup>349</sup>

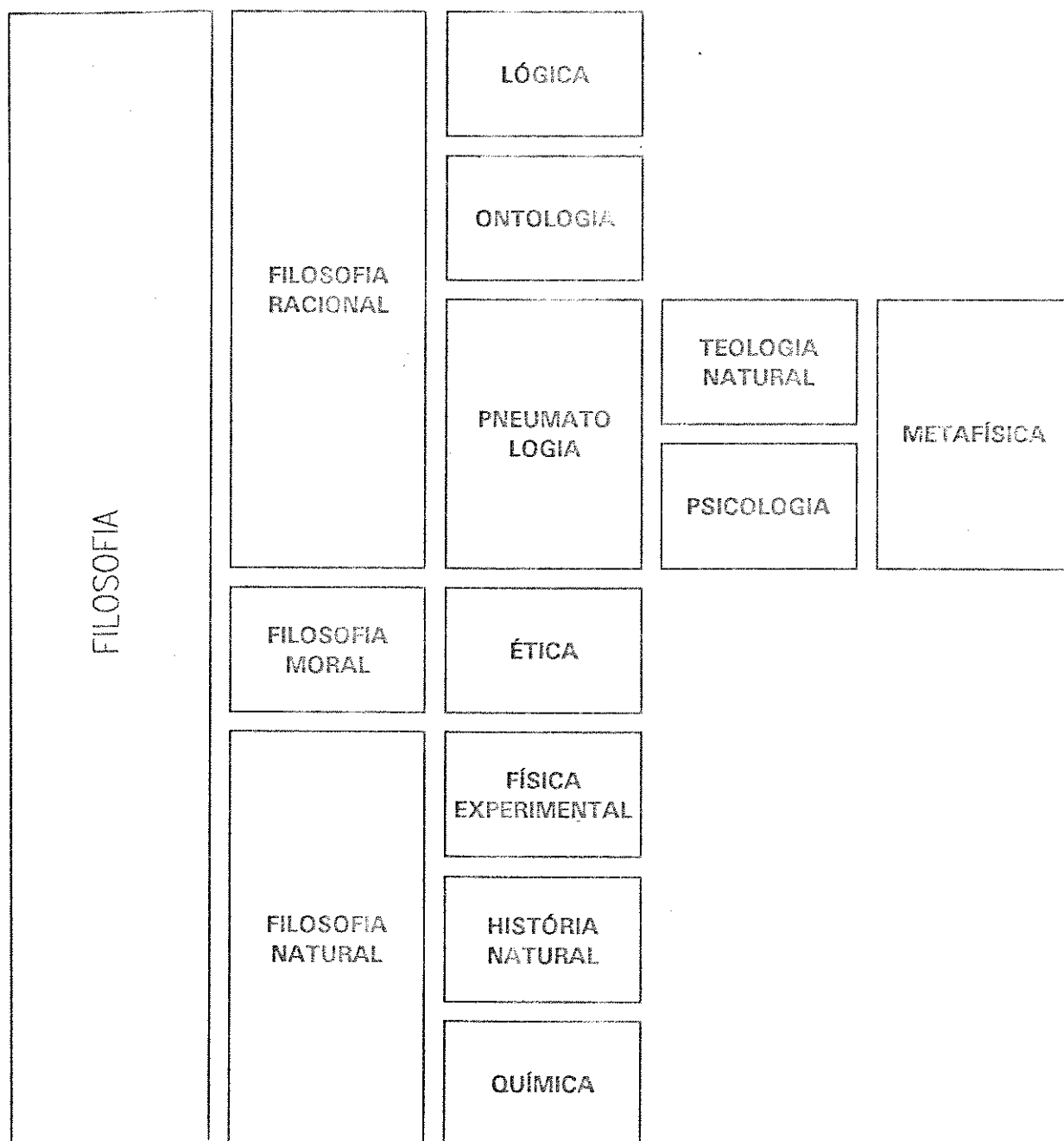
---

(347) Id., *ibid.*, p. 442.

(348) ESTATUTOS... *op. cit.*, Capítulo V, p. 60.

(349) A ENCICLOPÉDIA: textos escolhidos. "Filosofia". *Op. cit.*, p. 77.

CLASSIFICAÇÃO DA FILOSOFIA, SEGUNDO  
OS ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA



Junto ao texto, um esquema reproduz as linhas gerais da classificação que os Estatutos fazem da filosofia. Como se observa, três seriam as suas partes constitutivas: a filosofia racional, a filosofia moral e a filosofia natural. Na filosofia racional estariam compreendidas a lógica, "*que dirige as operações do entendimento*", a ontologia, "*que prepara os princípios ideais de todas as ciências*", e a pneumatologia, "*na qual se compreende a ciência dos Espíritos*". Essa última se subdividiria em teologia natural e psicologia, que concorreriam para a formação da metafísica, a disciplina "*que trata dos primeiros princípios, e da Natureza Espiritual*". A filosofia moral corresponderia à ética, "*que trata da composição dos costumes, e da moderação das paixões, em que consiste a felicidade da nossa vida*". Finalmente, a filosofia natural envolveria "*tudo o que pertence à contemplação da Natureza*"<sup>350</sup>

Exposta essa classificação, os Estatutos esclarecem a natureza do Seminário. Ele não pretende ser

*"(...) um Colegio de ciencias universaes; mas sim e taõ sómente uma Escola de principios elementares, propios naõ só de um bom, e verdadeiro Ministro da Igreja; mas tambem de um bom Cidadão, e de um indagador da Natureza"*<sup>351</sup>.

Logo, não cabia a preocupação de realizar um aprofundamento maior da filosofia. A duração de seu ensino se esgotava em dois anos e seus conteúdos distribuíam-se da seguinte forma: a lógica, a metafísica, a ética e "*parte da Física Experimental*" eram ministradas no primeiro ano, enquanto a história natural e a química ocupavam, com exclusividade, o segundo ano. Portanto, os conteúdos de filosofia natural predominavam sobre os de filosofia racional e de filosofia moral. Além de terem um lugar no primeiro ano, através de física experimental, gozavam de domínio pleno no segundo<sup>352</sup>.

No primeiro ano, a professor de filosofia ensinaria

(350) ESTATUTOS... op. cit., Capítulo V, p. 60.

(351) Id., *ibid.*, Capítulo V, p. 60-1.

(352) Id., *ibid.*, Capítulo V, p. 61.

"(...) a *Lojica, Metafizica, e Etica por algum compendio moderno, escolhendo, e explicando com clareza sómente as questões uteis, que pertencerem aos conhecimentos humanos*"<sup>353</sup>.

Também teceria considerações sobre o "metodo". Ainda no primeiro ano, desenvolveria

"(...) *um dos ramos da Filozofia Natural, ou Fizica Experimental pelo que pertence taõ sómente á Mecanica, e a Idrostatica, e os principios necesarios para a inteligencia das maquinas, e das suas forsas; cujo conhecimento é muito necesario para fazer mover, e levantar grandes corpos, e conduzir as aguas em um pais, cujo fundo principal consiste na Agricultura, e no trabalho de lavrar as terras, cavar, e extrair os mineraes &c.*"<sup>354</sup>

No segundo ano de filosofia seriam ensinadas

"(...) *as verdades de fato da Istoria Natural avidas pela observação, pertencentes aos tres Reinos da Natureza, Animal, Vegetal, e Mineral*"<sup>355</sup>.

Ao professor é recomendado sair

"(...) *a passeio fóra da Cidade com os seus Dicipulos em algumas tardes para os fazer ver no campo a mesma Natureza produzindo, e principalmente aqueles produtos sobre que já lhes tiver dado algumas nosões, ou ouver de lhes explicar imediatamente: mas como a observação por si só não basta sem a experiencia, deverá tambem pasar para o conhecimento interno dos produtos da Natureza, em cuja indagasaõ consiste o principal objeto da Quimica.*"<sup>356</sup>

Daí o estudo das "*propriedades particulares dos corpos, analizando pelo meio da arte os principios deles*", assim como o exame dos "*elementos de que eles se compoem*"

(353) Id., *ibid.*, Capitulo V, §. 1., p. 61.

(354) Id., *ibid.*, Capitulo V, §. 2., p. 61-2.

(355) Id., *ibid.*, Capitulo V, §. 3., p. 62.

(356) Id., *ibid.*, *loc. cit.*

para descobrir "*os efeitos, virtudes, e propriedades relativas, que rezultaõ da mistura, e applicaçãõ intima de uns aos outros.*"<sup>357</sup>

O professor de filosofia também orientaria os colegiais para que descrevessem e desenhassem os "*produtos da Natureza (...) propios da Zona Torrida*", bem como para que realizassem "*analizes muito bem circunstanciadas*" desses mesmos produtos para comunicá-las aos "*Sabios*". As dissertações produzidas seriam examinadas, emendadas e corrigidas pelo professor de filosofia, que as assinaria, juntamente com os seus respectivos autores. O Reitor do Seminário, de posse dessas dissertações, organizaria "*uma colêção propria da Istoría Natural dos produtos do Brazil*"<sup>358</sup>.

Dessa descrição relativa ao ensino de filosofia no Seminário de Olinda, levada a efeito com base nos seus Estatutos, alguns aspectos merecem ser realçados.

Em primeiro lugar, constata-se um avanço na concepção de filosofia, na mesma direção que vinha se impondo, gradativamente, desde as obras de grandes humanistas como Galileu Galilei e Descartes. Ambos são, inclusive, taxados de dualistas por autonomizarem a filosofia da tutela até então exercida pela teologia. Fundamenta o dualismo o argumento segundo o qual a teologia e a filosofia correspondem a domínios distintos. 'A teologia caberia o domínio de Deus, enquanto à filosofia o domínio do homem. Houve reações da Igreja Católica feudal a essa formulação. A própria Inquisição vigiava os seus formuladores. A Reforma, por seu lado, não deu contribuição maior nesse sentido. A sua premissa foi, sempre, a da subordinação da filosofia à Sagrada Escritura. Mas, à época do século das luzes, a independência da filosofia já estava plenamente estabelecida, o que se reflete nos Estatutos do Seminário de Olinda. Esse aspecto revela e reforça o caráter iluminista da experiência educacional pensada e implantada por Azeredo Coutinho.

Também merece referência a preocupação que o legislador manifesta de firmar o nível dos estudos filosóficos no estabelecimento de ensino por ele fundado. Tal nível seria compatível com o de "*uma Escola de principios elementares*", afirmam os Estatutos.

---

(357) Id., *ibid.*, loc. cit.

(358) Id., *ibid.*, Capítulo V, p. 62-3.

Quanto aos conteúdos do curso de filosofia, chama a atenção, de imediato, a dispensa da farta bibliografia de Aristóteles. A autoridade do "*Aristóteles cristão medieval*" se perde dentro da própria Igreja Católica, junto ao segmento que optou pela modernização burguesa de Portugal. Daí a necessidade de um "*compendio moderno*" no primeiro ano; daí a ênfase na abordagem de "*questões uteis*"; daí a valorização da mecânica, da hidrostática e dos "*principios necesarios para a inteligencia das maquinas, e das suas forças*", o que expressa o impacto da revolução industrial na consciência de Azeredo Coutinho; daí a prescrição da "*observação*" e das excursões ao campo para o estudo dos três reinos da natureza; daí o cuidado com os registros dos fenômenos estudados, com os desenhos necessários à sua ilustração e, em consequência, com as dissertações elaboradas, pois elas enriqueciam a "*colêção propria da Istorica Natural dos produtos do Brazil*", ainda quase toda por ser construída à época; e daí a recomendação da "*experiencia*", sem a qual não basta a "*observação*", e a decorrente valorização da química, que viabiliza o "*conhecimento interno dos produtos da Natureza*". Todos esses aspectos são tributários de uma empresa nitidamente burguesa. A preocupação maior, que norteia Azeredo Coutinho, está centrada na própria necessidade de domínio do mundo material, para que sejam desenvolvidas, no caso, a indústria, a agricultura e a mineração.

Finalmente, é necessário acentuar, também, a limitação maior que pesa sobre o ensino de filosofia no Seminário de Olinda. É uma questão de conteúdo que reflete, mais uma vez, o estágio pouco avançado do desenvolvimento das forças produtivas em Portugal. Acerca de Azeredo Coutinho, já foi ressaltada a sua adesão ao despotismo esclarecido. Essa era uma posição avançada em Portugal, diga-se, pois a realeza, suprindo a fragilidade da burguesia lusa, fazia avançar o processo de modernização do país e de suas colônias. A centralização do poder nas mãos do rei, por outro lado, distanciava muito, do ponto de vista político, o processo de modernização de Portugal daquilo que estava ocorrendo nos países materialmente mais avançados da Europa. A França, principalmente, ao reivindicar a república, havia passado por uma fase revolucionária que pulverizara o absolutismo. Nesse processo, o rei, a rainha e muitos nobres foram guilhotinados, enquanto a Igreja Católica era despojada de seus privilégios. Logo, mesmo levando em conta todas as diferenças históricas que cercavam as transformações econômicas, sociais e políticas na França e em Portugal, o quadro revolucionário francês se afigurava como uma ameaça para Azeredo Coutinho, um bispo da Igreja Católica, que, sem ser reacionário, professava, ainda, a mais viva adesão ao absolutismo. Alguns extratos dos escritos econômicos do Bispo de

Olinda patenteiam as suas restrições à Revolução Francesa, à filosofia e aos filósofos iluministas.

*"O celebrado Mirabeau no meio de uma das suas infernais assembléias, querendo desterrar e extinguir, se lhe fôsse possível, a religião de Jesus Cristo, a Católica Romana, então da França, lhe fêz, sem o querer, o maior elogio, confessando que era impossível reformar a França, como eles queriam enquanto ela não fôsse descatoalizada: a religião foi atacada, o Trono caiu por terra, a França precipitou-se na anarquia."*<sup>359</sup>

*"(...) a filosofia do tempo, este monstro destruidor, a filantropia da moda, este fantasma formado só de palavras, não poderão jamais elevar os homens a uma tão grande felicidade"*<sup>360</sup>.

Em função dessa postura, o ensino de filosofia, no Seminário de Olinda, deixou de explorar as obras dos filósofos mais típicos do Iluminismo maduro, aqueles filósofos que, cheio de ira, Azeredo Coutinho denominava "*filósofos filantropos*" e "*filósofos sentimentais*"<sup>361</sup>. Além de humanistas como Bacon, o Bispo de Olinda aproximou-se, no máximo, e, mesmo assim pela mediação de terceiros, dos filósofos que estavam na origem do Iluminismo. Este é o caso de Locke, por exemplo, assimilado através da obra de Verney.

## 2.6. O ENSINO DE GEOMETRIA

O ensino de geometria, no Seminário de Olinda, ganha, singularmente, autonomia frente à própria filosofia.

Uma descrição do que estabelecem os principais dispositivos estatutários que o regulamentam, denota, da mesma forma que no caso da filosofia, uma direção fundamental: a necessidade do homem burguês contar com instrumentos práticos, aplicáveis e úteis, frente à imensa tarefa de domínio do mundo material.

(359) COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Op. cit.*, p. 60-1.

(360) *Id.*, *ibid.*, p. 214.

(361) *Id.*, *ibid.*, p. 115.

A duração prevista para o ensino de geometria é de um ano. Os Estatutos entendem essa disciplina como a

*"(...) Ciencia, que ensina a medir, não só a terra, mas também a agua, os corpos celestes, e jeralmente a quantidade, segundo todas as suas dimensões."*<sup>362</sup>

Conteúdos de aritmética, de geometria elementar, de trigonometria e de álgebra elementar compunham o programa da classe de geometria. No ensino de aritmética, que *"trata das diversas combinações dos números"*, o professor desenvolveria *"as nosões preliminares do número, e da unidade"*; procuraria levar o aluno a adquirir *"o conhecimento das regras"* e a ter clareza da *"razão científica, em que todas elas se fundam."* Passaria, em seguida, *"a mostrar a formasaõ dos números quadrados, e cubicos, e a extrasaõ das suas raizes: as propriedades principais das proporsões, e progresões, tanto aritmeticas, como geometricas"*, assim como *"a regra de tres simples, e composta, direita (sic), e inversa: e as regras da falsa pozição, de sociedade, de liga &c."*<sup>363</sup> Em geometria elementar, que *"serve de acostumar o entendimento a sentir a evidencia dos raciocinios, a procurar a exatidaõ, e o rigor jeometrico das demonstrasões e discorrer metodicamente em qualquer materia"*, as *"lisões"* se desenvolveriam com base nos *Elementos*, de Euclides<sup>364</sup>. Na seqüência, o professor passaria para a trigonometria plana, que deriva da geometria e *"é de absoluta necessidade para a prática."* A álgebra elementar, *"que trata das propriedades da quantidade mais em jeral, e que ensina os principios fundamentaes da analize, que é a xave de todos os descobrimentos"*, encerraria o programa da classe de geometria<sup>365</sup>.

Para concluir, eis um exemplo ilustrativo da aplicação desses conhecimentos à tarefa burguesa de domínio da natureza. Numa carta, dirigida ao capitão-general de Mato Grosso, em 1799, o Príncipe Regente, entre outras recomendações, determina

*"(...) que na Capital dessa Capitania (...) se estabeleça huma Cadeira de Arithmetica, Geografia e Trigonometria, onde possam formar-se e*

(362) ESTATUTOS... op. cit., Capítulo VI, p. 63.

(363) Id., ibid., Capítulo VI, §. 1., p. 63-4.

(364) Id., ibid., Capítulo VI, §. 2., p. 64.

(365) Id., ibid., Capítulo VI, §. 3., p. 65.



*educar-se bons Contadores e bons Medidores, afim de que se não sinta a falta que ha bons Contadores e bons Medidores, e que as medidas das Sesmarias se fação com a necessaria exação, além da utilidade que há de haver Geometras e Geografos capazes de levantarem em Planos e até darem convenientes Descrições de Territorios e dos Rios, como a Nota dos Trabalhos, que nos mesmos podem empreender-se*<sup>366</sup>.

Cartas semelhantes foram dirigidas a todos os demais governadores das capitanias brasileiras.

## 2.7. O ENSINO DE TEOLOGIA

Era de três anos a duração completa do curso de teologia, no Seminário de Olinda. Do candidato que desejava realizá-lo, os Estatutos exigiam a idade mínima de dezoito anos.

A regulamentação, correspondente a esse curso, começa realizando uma classificação dos componentes que integram a teologia. O esquema, junto ao texto, procura traduzí-la nos seus aspectos gerais.

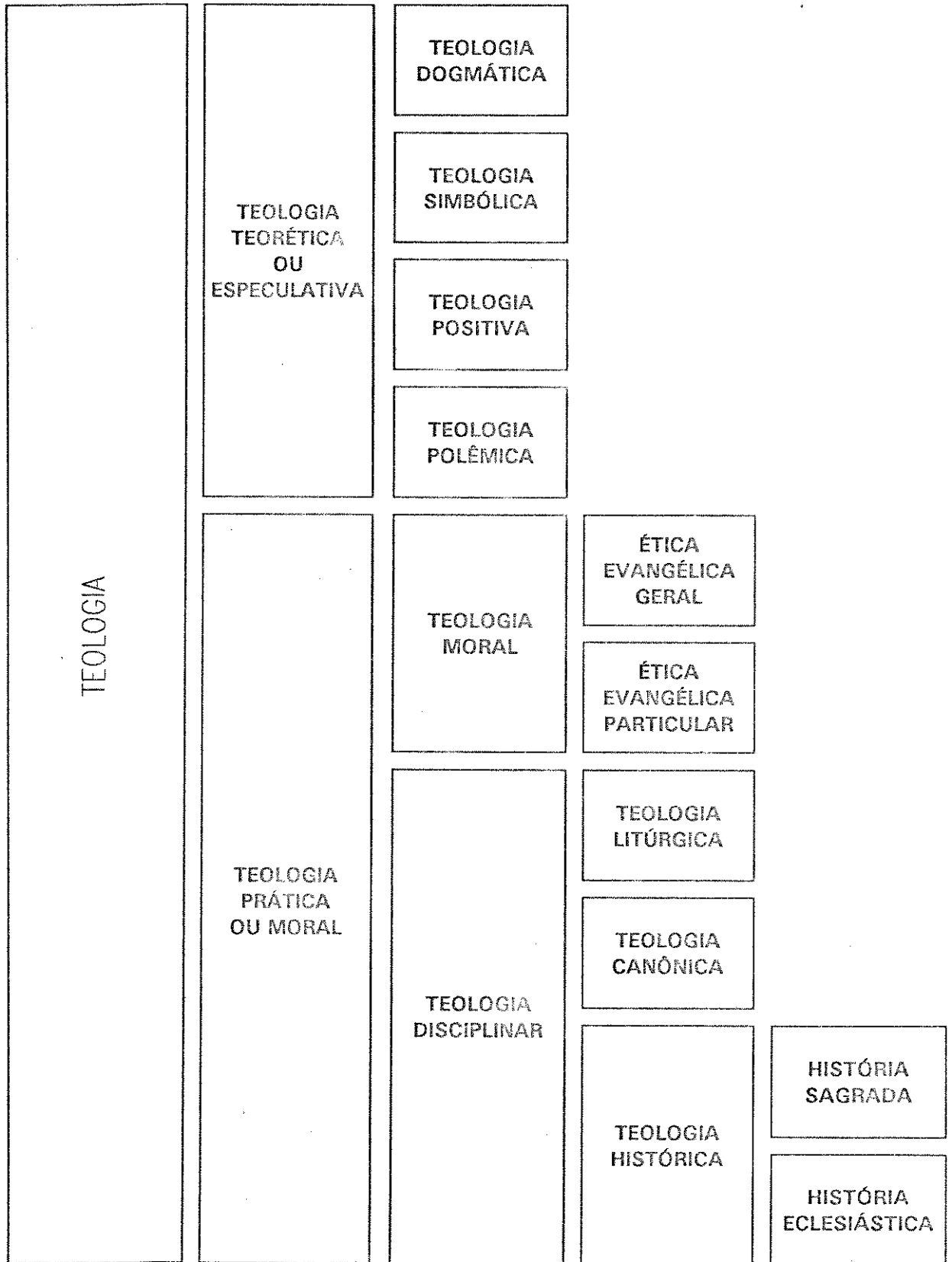
A preocupação não é a de realizar uma exposição dos conteúdos selecionados para os três anos dos estudos teológicos no Seminário de Olinda. Pretende-se, simplesmente, fazer uma caracterização de cada parte da teologia, prevista no seu plano de estudos, segundo os Estatutos. Em seguida, são realçados alguns aspectos do programa, que evidenciam a forma assumida pela luta ideológica no interior da própria Igreja Católica, enquanto reflexo do combate maior, travado na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, entre a burguesia, de um lado, e as forças feudais, de outro.

A teologia, de acordo com os Estatutos, abrangeria dois grandes campos: a teologia teórica ou especulativa e a teologia prática ou moral. A primeira "*tem por objéto immediato, e proximo a explicasaõ da Fé, e dos Dogmas da Relijiaõ, e versa*

---

(366) CARTA do Príncipe Regente a Cactano Pinto de Miranda Montenegro, Governador e Capitão-General de Mato Grosso, escrita no Palacio de Queluz em dezenove de agosto de mil e sete centos noventa e nove. In: MARCÍLIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963. p.27.

**CLASSIFICAÇÃO DA TEOLOGIA, SEGUNDO OS ESTATUTOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA**



precizamente sobre as verdades, que nós os Cristãos devemos crer." A teologia prática ou moral "ocupa-se toda em dirigir as ações, e formar os costumes do Cristão, em regular o Culto Divino, e prescrever as Ceremonias Sagradas". A teologia teorética, por sua vez, se subdividiria em teologia dogmática, teologia simbólica, teologia positiva e teologia polêmica. A teologia dogmática "tem por objeto a explicação dos Dogmas da Fé"; a teologia simbólica "explica o Dogma pela ordem, e serie do Simbolo"; a teologia positiva "se explica por argumentos positivos da Escritura, e da Tradisção" e a teologia polêmica "indica os erros contrarios á Fe, e defende os Dogmas contra eles." A teologia prática se subdividiria em teologia moral e teologia disciplinar. A teologia moral "trata em jeral dos principios da Moral Cristã, da Natureza Moral do ómeme, da norma das suas ações morais, e em particular dos officios da Moral Cristã relativos á Sociedade Natural, Civil, e Relijioza". A teologia disciplinar "explica certas verdades, asim teoreticas, como práticas, que não pertencem á esencia da Relijião, ainda que digaõ respeito á Fé, e aos costumes; e por iso são variaveis pela Igreja com atensaõ aos tempos, aos lugares, e ás pessoas". Integrariam a teologia moral a ética evangélica geral e a ética evangélica particular, enquanto a teologia disciplinar seria composta pela teologia litúrgica, pela teologia canônica, ou história das instituições canônicas, e pela teologia histórica, ou história da igreja. A teologia canônica "trata da fórmula política, e exterior do governo da Igreja". A teologia histórica discutiria "em particular as variasões sucedidas na Igreja a respeito do Culto." A história da igreja, por fim, também se subdividiria em história sagrada e em história eclesiástica. A história sagrada "compreende o Antigo, e Novo Testamento até á glorioza Acensaõ de Jezus Cristo". A história eclesiástica abordaria "os acontecimentos da Igreja, e todos aqueles, que com eles tem relasaõ, desde a Acensaõ de Cristo até o presente."<sup>367</sup>

Por entender a teologia como a "arte de ligar, tesar, e encadear os fatos que servem, e devem servir de provas da verdade, e da demonstrasaõ do que devemos crer, e do que devemos obrar", o legislador reconheceu a necessidade de dispor a história da igreja como o "primeiro Curso Teolojico do noso Colegio", pois os fatos e princípios históricos serviriam "de baze ao edificio dos nosos discursos"<sup>368</sup>. O segundo curso teológico desenvolveria conteúdos de teologia especulativa e, o terceiro, conteúdos de teologia prática.

(367) ESTATUTOS... op. cit., Capitulo VII, p. 66-7.

(368) Id., ibid., Capitulo VII, p. 67-8.

Esse entendimento da história eclesiástica já encerra uma mudança fundamental de orientação em relação ao ensino de teologia, tal como se desenvolvera entre os jesuítas. A história eclesiástica germinou como um domínio da teologia a partir do século XVI. A obra de um teólogo espanhol, Melquior Cano, está na origem desse domínio, denominado teologia positiva ou histórica. A sua emergência constitui-se numa reação à escolástica, que, expressão da decadência feudal, se reduzira a um puro jogo de artifícios verbais e abstratos, a uma interminável disputa, na qual se brandiam sutilezas discutíveis, a um exercício cansativo de fixação de distinções e subdistinções. Os debates profundos, que marcaram a origem da escolástica, haviam sido abandonados. É nessa perspectiva, diante do avanço das ciências positivas e, em especial, da vulnerabilidade da escolástica face ao pensamento burguês ascendente, que se estrutura a teologia histórica ou positiva. Contudo, não se testemunha somente a gênese de um novo domínio teológico. Há, ainda, uma mudança de ênfase, quanto aos aspectos metodológicos, nas elaborações teológicas. Ao exclusivismo do método dedutivo ou lógico, vigente à época da escolástica, sucede-se uma combinação com o método indutivo. Essa é uma contribuição que os estudos teológicos devem, basicamente, à teologia positiva, cujo método indutivo é, também, denominado histórico. Os fatos passam a ser entendidos, desde então, não só como os fundamentos do discurso científico mas, também, do discurso teológico. É evidente que essa transformação, no âmbito da teologia, testemunha o impacto ocasionado pela luta ideológica no interior da Igreja Católica, nessa fase da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista.

O ensino teológico, no Seminário de Olinda, se estrutura todo sobre a história eclesiástica, caracterizada pelo método indutivo. Corresponde o seu estudo à primeira classe do curso de teologia. Os seus conteúdos, resumidamente, versariam sobre: a) uma "recapitulação (...) dos Elementos da Cronologia, e da Jeografia, tanto Sagrada, como Ecleziastica"; b) a "Istoria Sagrada, que principia na creação do ómem, e acaba na Acensão do Omem Deus"; c) "os Sumos Pontifices"; d) "os Concilios, que se celebráraõ"; e) "os Dogmas, que se definiraõ"; f) "a Diciplina, que se observáva"; g) "as disputas em materias ecleziasticas, que se sucitáraõ"; h) "os Ereges, que combatêraõ a verdade"; i) "os Varões illustres em santidade"; j) "doutrina(s), que florecêraõ"; e, k) "Istoria particular da Igreja Luzitana (...) e (...) da Nosa Dioceze."<sup>369</sup>

---

(369) Id., *ibid.*, Capitulo VII, §§. 1., 2. e 3., p. 68-9.

Azeredo Coutinho escolheu o Padre José Miguel Reinau para ministrar o ensino de história eclesiástica. Sobre Reinau, há insinuações de filiação ao galicanismo<sup>370</sup>.

A teologia especulativa é o foco da segunda classe do curso teológico. Na sua programação se manifesta uma fuga à ortodoxia, que evidencia, ao nível dos Estatutos, uma adesão ao regalismo.

Para discutir a questão, ganha um maior sentido de clareza didática a apresentação de uma sucinta relação dos conteúdos prescritos para o segundo ano de teologia. São nove unidades ao todo, a seguir enunciadas: a) "*Breve noticia da Revelação*"; b) "*doutrina dos Lugares Teologicos*", que se subdividem em "*primitivos originaes*" e em "*derivativos secundarios*" – os "*primitivos originaes*" corresponderiam à "*Escritura*" e à "*Tradisaõ*", enquanto os "*derivativos secundarios*" observariam a ordem subsequente: a. "*os Concilios, principalmente os Jeraes*"; 2. "*o consenso dos Bispos*"; 3. "*o Pontifice Romano*"; 4. "*os Santos Padres, e Doutores da Igreja*"; e, 5. "*os Simbolos, ou fórmulas da Fé*"; c) a igreja e o magistério eclesiástico; d) Deus e "*suas Perfeisões Divinas, ou Atributos*" (Deus uno e trino); e) a "*Creasaõ*" como primeira manifestação de Deus; f) "*Economia Divina*": 1. "*a restaurasaõ da inocencia do ómrem perdida pelo pecado*"; 2. o "*segundo estado do ómrem (...) de Destituisaõ, ou de culpa*"; g) "*Economia Divina*": 3. "*terceiro estado, que é o de Restituisaõ comesada, ou da Grasa*"; h) "*Economia Divina*": 4. o "*omem no seu quarto estado, (...) o de Restituisaõ consumada, ou da Gloria Eterna*"; 5. "*a Grasa Medicinal, e os Sacramentos*"; i) "*a morte, o Juizo particular, o Purgatorio (...), a Resurreisaõ dos corpos, a segunda vinda de Jesus Cristo, o Juizo universal, a Consumasaõ do mundo &c*"<sup>371</sup>.

A ortodoxia é ferida na segunda unidade, referente à doutrina dos lugares teológicos. Quando Azeredo Coutinho hierarquiza os lugares derivativos secundários, compromete a autoridade do Papa, ao colocá-lo em terceiro lugar, após o consenso dos bispos. Mons. Severino Leite Nogueira, na obra *O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho*, revela a sua insatisfação com essa solução. Reconhece, inicialmente, que o consenso dos bispos se dá em dois lugares: 1ª) dentro dos Concílios

(370) Esse termo, galicanismo, teve origem a partir da tendência, observada na França, de interferência dos reis nos negócios eclesiásticos. No século XVII, identifica o comportamento dos bispos franceses, que buscam autonomia frente à autoridade papal. Difundida em Portugal, a expressão ajusta-se àquele segmento da Igreja Católica que assume uma postura regalista.

(371) ESTATUTOS... op. cit., Capitulo VII, §§. 1. a 7., p. 70-4.

Ecumênicos, de acordo com os próprios Estatutos; e, 2<sup>o</sup>) fora deles, "quando os bispos dispersos pela terra ensinam, juntamente com o Pontífice Romano, uma mesma doutrina de fé."<sup>372</sup> Por ambas as formas, seria assegurada a comunhão entre os bispos e o Papa. No Seminário de Olinda, contudo, se estabelece a precedência do consenso dos bispos. Praticamente, isso resulta no entendimento de que o bispo pode julgar "as materias da Religião", pois é "juiz nato da Igreja". Ao Papa é reservado, basicamente, o "Primado de onra", segundo os Estatutos, ficando os aspectos de "jurisdiciao, a autoridade" num segundo plano<sup>373</sup>. Daí a insatisfação de Nogueira, que identifica, com razão, no texto do legislador, o discurso regalista.

A suspeita, quanto à postura regalista de Azeredo Coutinho, se confirma, para Nogueira, em função de dois outros indicadores. O primeiro refere-se à adoção, pelo Bispo de Olinda, do Catecismo de Montpellier no Recolhimento de Nossa Senhora da Glória. Diga-se que esse catecismo, na época, estava relacionado no Índice dos Livros Proibidos pela Igreja Católica, em função de sua orientação regalista<sup>374</sup>. O segundo indicador é ainda de maior peso. Nogueira vai buscá-lo nas origens da reforma dos estudos teológicos da Universidade de Coimbra. Em parceria com Fr. Manuel do Cenáculo, o plano final desses estudos, em Coimbra, foi formulado pelo Padre Antônio Pereira de Figueiredo, oratoriano, que professava idéias jansenistas<sup>375</sup> e regalistas<sup>376</sup>. Logo, Azeredo Coutinho tivera uma formação regalista em Coimbra. Suas convicções, nesse sentido, se reproduzem no próprio texto dos Estatutos que elaborou para o Seminário de Olinda.

---

(372) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 264.

(373) ESTATUTOS... *op. cit.*, Capítulo VII, §. 1., p. 70.

(374) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 265.

(375) O jansenismo "é uma tentativa de reforma católica mediante um retorno às teses de Sto. Agostinho relativamente à graça. Segundo Jansênio, a doutrina agostiniana entende que o pecado original tirou ao homem a liberdade de querer e o tornou incapaz do bem e inclinado necessariamente ao mal. Deus somente concede aos eleitos, pelos merecimentos de Cristo, a graça da salvação. Estas teses eram contrapostas por Jansênio ao relaxamento da moral eclesiástica, especialmente jesuítica, segundo a qual a salvação é sempre possível ao homem, que vivendo no seio da Igreja, possui uma graça suficiente que o salva, se é favorecida pela boa vontade. Esta era a tese do jesuíta espanhol Molina (1535-1600) que os Jesuítas colocaram como fundamento de sua causa de proselitismo, tendente a conservar no seio da Igreja o maior número possível de pessoas." ABBAGNANO, Nicola. "Jansenismo". *Op. cit.*, p. 559.

(376) Eis o expressivo título de uma obra de autoria do Padre Antônio Pereira de Figueiredo: "Demonstração Theologica, Canonica e Historica do Direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmar e mandar sagrar os bispos sufraganeos nomeados por sua Magestade". Cf. NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 253-4.

Tanto a reforma dos estudos teológicos, em Coimbra, como os estudos teológicos, no Seminário de Olinda, são cunhas que o segmento burguês da Igreja Católica luso-brasileira fincou, no sentido de construir uma igreja nacional, idéia cara ao projeto do despotismo esclarecido. A busca do enfraquecimento da autoridade papal e conseqüente aumento da influência real nos negócios eclesiásticos, através da reforma dos estudos teológicos em Coimbra, é bom lembrar, deu-se num momento em que o rei empreendia uma disputa aberta com o Vaticano, em função da expulsão dos jesuítas. Mais fundamental, ainda, é lembrar que o rei representava a possibilidade de modernização burguesa de Portugal e suas colônias, enquanto o Papa era a expressão mais típica da sociedade feudal.

Quanto à última classe do ensino teológico, referente à teologia prática ou moral, constata-se, também, uma mudança de orientação marcante em relação ao que preconizava o *Ratio Studiorum*<sup>377</sup>. No Seminário de Olinda, reflexo da visão difundida pela Universidade de Coimbra reformada, a teologia moral ganha caráter sistemático, em oposição aos estudos fragmentários dos jesuítas. Entre estes, o desenvolvimento da teologia moral esteve indissociado dos "*casos de consciência*". A crítica que os segmentos modernos da Igreja Católica fizeram a essa abordagem, no século XVIII, tem muito a ver com a crítica à própria escolástica. Segundo essa, não havia princípios que ordenassem os estudos e os debates dos casos. A solução de um caso não representava uma direção segura para livrá-lo de novos questionamentos. Debates intermináveis, cansativas demonstrações de erudição sagrada e hábeis recursos de eloqüência não asseguravam a acumulação de um cabedal de conhecimentos sistemáticos à teologia moral. Essas discussões vazias e inúteis expressavam bem as características assumidas pela escolástica, na fase de decadência da sociedade feudal.

Fazendo eco às postulações da ala burguesa da Igreja Católica, os *Estatutos do Seminário de Olinda* impõem ao estudo de teologia moral uma orientação antagônica à do *Ratio Studiorum*.

Nas diversas áreas de teologia prática ou moral, tais como a de moral evangélica, a de teologia canônica e a de teologia litúrgica, o professor, em Olinda, deveria ter "*grande cuidado em dar definições claras, e exatas, que inspirem uma perfeita nosaõ das materias definidas*"; apresentaria "*os Axiomas, ou Regras, que contém as primeiras, e*

---

(377) ORGANIZAÇÃO... op. cit., "*Regras do Professor de Casos de Consciência*", 1. a 10., p. 156-8.

*principaes verdades de que nace[m] todas as outras*" e trabalharia *"por mostrar a certeza delas, e em as pôr na maior evidencia, de que elas forem sucétiveis, demonstrando-se pelos principios da Escritura, e da Tradisaõ."*<sup>378</sup> Na seqüência, das primeiras verdades passaria para as segundas, passíveis de serem deduzidas dos princípios referidos e dos axiomas. Não haveria a preocupação de esgotar as segundas verdades. As *"concluzões (...) mais singulares, e de um uzo menos frequente"* poderiam ser omitidas. O importante seria o conhecimento dos princípios e dos axiomas. Qualquer pessoa, a partir desse domínio, com *"algum exercicio da Lojica"*, estaria capacitada para *"deduzir deles as regras, e aplicar-las aos cazos ocurrentes"*<sup>379</sup>.

Para que os alunos dominassem esse tipo de habilidade, o professor deveria exercitá-los através de casos selecionados. Ao tocar esse aspecto, Azeredo Coutinho, para deixar clara a distância que o separava dos jesuítas, fixa um dispositivo que determina, explicitamente, a necessidade de superação do estudo de casos de consciência. A sua justificativa é precisa e clara: o caráter assistemático desse estudo redundava em perda de tempo.

*"O Professor (...) se deverá abster de seguir a estrada dos Moralistas Cazuistas, não só dos máos, mas ainda dos bons: porque além de não darem as regras unidas em um corpo, e tratadas com boa dedusaõ como é necesario para os Dicipulos poderem conceber um boa idéa, e formar um justo Sistema de toda a Moral Evanjelica; lhes fazem perder o seu tempo no estudo de cazos particulares, e desligados, sem regra, sem metodo, e sem Sistema, inabilitando-os por iso de poderem rezolver com seguransa qualquer cazo, que ou eles não tenhaõ estudado, ou não seja em tudo semelhante a algum dos que eles estudaraõ."*<sup>380</sup>

Concluindo, os Estatutos afirmam a preocupação de fundar o estudo de teologia moral na *"Moral Evanjelica"*, na *"Moral Filozofica"* e em *"alguns Tratados Acéticos, ou Moraes"* da patrística<sup>381</sup>. Também nessa ênfase constata-se a existência de um influxo renovador, que, emanando da norma, de forma sistemática, plasma uma prática pedagógica, no Seminário de Olinda, que retira o estudo de teologia moral do leito feudal da escolástica.

(378) ESTATUTOS... op. cit., Capitulo VII, p. 78.

(379) Id., ibid., Capitulo VII, §. 7., p. 78-9.

(380) Id., ibid., Capitulo VII, §. 8., p. 79.

(381) Id., ibid., Capitulo VII, §§. 9. e 11., p. 79 e 81.



## **CAPÍTULO IV**

**SEMINÁRIO DE OLINDA:  
CONTROVÉRSIAS E SEUS LIMITES  
HISTÓRICOS**

Não há como tergiversar o fato de que o plano de estudos do Seminário de Olinda correspondeu a uma proposta historicamente avançada. Mesmo conciliando as contradições de seu tempo, pleiteou também as aspirações da burguesia, a classe cuja ação impulsionava e dava movimento à história. Contudo, tornam-se dispensáveis maiores considerações, nesse sentido, contudo, diante dos conteúdos desenvolvidos no segundo e no terceiro capítulos deste trabalho. Esses conteúdos revelam, por si sós, a magnitude da organização conferida ao estabelecimento de ensino por Azeredo Coutinho, assim como o seu significado histórico.

Mas, ao longo da exposição, não receberam tratamento detalhado aquelas questões afloradas no primeiro capítulo. Essas questões são tão mais essenciais na medida em que ajudam a configurar a grandeza e os limites históricos da escola.

Contribuem para circunscrever o alcance político do colégio olindense e devem ser colocadas em discussão, pelo menos, as seguintes questões: a) o nível de seus estudos; b) a pretensa influência modelar exercida pelo Colégio dos Nobres; c) as fontes filosóficas de Azeredo Coutinho; d) o dualismo que, segundo os compêndios, marcaria o seu currículo; e, e) a amplitude da proposta de Azeredo Coutinho. Também merece exame a questão relativa aos limites históricos dessa mesma proposta. A vinculação do colégio à Revolução Pernambucana de 1817, a própria localização da escola e o papel que lhe cabia na estratégia de desenvolvimento econômico do reino português, segundo a ótica de Azeredo Coutinho, lançam luzes ao entendimento de tais limites.

Nem todas as questões referidas são passíveis de formulações mais elaboradas ou definitivas. Não foram elas, imediatamente, que motivaram a investigação. Surgiram de forma consistente, porém, no decorrer do exame da questão mais substantiva – qual seja, a de evidenciar o caráter burguês e iluminista do plano de estudos elaborado por Azeredo Coutinho para o Seminário de Olinda – pois, muitas delas, estão marcadas pela força da repetição de lugares comuns e da reprodução acrítica de copiosas crenças acerca do colégio pernambucano. Constituem elementos integrantes de seu folclore. Encontram-se disseminadas no grosso da historiografia. Por isso, elas atropelam, a todo instante, o trabalho de investigação. Na medida do possível, são registradas idéias, ou mesmo impressões, que puderam ser amadurecidas a partir do exame da documentação e da bibliografia que deram suporte à pesquisa.

## 1. O NÍVEL DOS ESTUDOS NO SEMINÁRIO DE OLINDA

Não se discute, em primeiro lugar, o nível do ensino relativo a matérias como gramática latina e retórica. Há consenso de que corresponde ao nível médio, considerado aqui como uma etapa intermediária entre as primeiras letras e o ensino superior, mesmo tendo duração variável em diferentes experiências educacionais. Quando são colocadas em foco matérias como a filosofia e a teologia, o quadro muda de figura e as opiniões divergem. Daí a necessidade de abordagem da questão no que se refere ao Seminário de Olinda.

A interpretação de Luiz Antônio Cunha já foi exposta. Ao tratar do ensino superior brasileiro, no período colonial, enquadra os estudos de matemática, de filosofia e de teologia dos seminários nesse nível de ensino.

Posição antagônica é defendida por Mons. Severino Leite Nogueira. Argutamente, sua análise incide sobre o texto dos Estatutos do Seminário de Olinda. Nota, por exemplo, que o legislador frisa, em relação ao ensino de filosofia, ser o Colégio "*taõ sómente uma Escola de principios elementares*". Também em relação aos estudos teológicos, observa que Azeredo Coutinho, ao concluir a classificação das disciplinas integrantes, reconhece ser a densidade dos conteúdos que lhes correspondem muito grande, assim como a extensão da Ciência Sagrada. Mas, acentua o Bispo, circunscreveu-se "*taõ sómente aos estudos elementares, e quantos bastem para dar as principaes nosões desta Ciência*"<sup>382</sup>. Nogueira aponta, também, a primeira exigência feita aos compêndios adotados no Seminário de Olinda: que sejam "*elementares*"<sup>383</sup>. "*Portanto ensino e estudos elementares e não universitários*"<sup>384</sup> corresponderiam a esse estabelecimento escolar, afirma o estudioso conclusivamente.

Ambas as posições, tanto a de Cunha quanto a de Nogueira, parecem problemáticas. Cunha prejudica a sua elaboração teórica ao usar um critério pouco eficaz na determinação precisa dos estudos de nível superior. Nogueira, ao apegar-se rigidamente à

(382) ESTATUTOS... op. cit., Capítulo VII, p. 68.

(383) Id., ibid., Capítulo VIII, p. 82.

(384) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. Op. cit., p. 108.

letra de alguns dispositivos dos Estatutos, perde a visão de conjunto dessa norma e não questiona, propriamente, o nível dos estudos realizados no Seminário de Olinda.

Como ponto de partida, para efeito de exposição do entendimento alcançado neste trabalho, tome-se a interpretação de Cunha. No seu interior, são admitidos como de nível superior os estudos de filosofia, de matemática e de teologia. Ora, a filosofia, no século XVIII, corresponde, ainda, a um domínio muito amplo e diversificado. E o que se verifica, no Seminário de Olinda, é a realização de estudos básicos, de caráter introdutório, em todas as suas áreas. Ou seja, em todas as subdivisões da filosofia desenvolvem-se estudos "elementares", segundo a expressão tão frisada pelo legislador. Dentro da filosofia estão compreendidos não só os estudos de lógica, de ética e de metafísica, mas todos aqueles correspondentes às ciências naturais. A própria limitação do tempo não permitiria ultrapassar as noções básicas de cada disciplina. Os dois anos de duração do curso de filosofia eram exíguos para a realização de qualquer outra expectativa mais ambiciosa, que não a do nível médio dos estudos, no Seminário de Olinda. Outros argumentos apontam no mesmo sentido. Os Estatutos, por exemplo, afirmam que tais estudos seriam "*proprios não só de um bom, e verdadeiro Ministro da Igreja; mas também de um bom Cidadão, e de um indagador na Natureza*"<sup>385</sup>. Logo, se eram próprios de um bom cidadão, seriam próprios para todos, o que, em absoluto, é o caso de quaisquer dos estudos de nível superior, destinados a produzir quadros para o exercício de funções profissionais definidas. Essa abrangência dos estudos filosóficos, alegada pelo legislador, é incompatível com o caráter restrito das funções profissionais de nível superior. Um último argumento é ainda mais revelador. Nogueira, ao discutir os novos estatutos, formulados pelo Bispo D. João Perdigão, que reorganizaram o Seminário de Olinda em 1836, deixa evidente que algumas aulas desse estabelecimento de ensino acabavam de incorporar-se ao Curso Jurídico, fundado em 1827. Em função dessa incorporação, uma leitura desatenta poderia supor de nível superior as aulas respectivas<sup>386</sup>. Contudo, mais expressivo é o fato de que esse curso dotara-se de um anexo, o Colégio das Artes, fundado em 1832. E como D. Perdigão transformara o Seminário de Olinda num estabelecimento de ensino eminentemente pio, restringindo-o exclusivamente às "*aulas teológicas*", o novo regulamento impunha aos candidatos a ingresso a apresentação de certidão de aprovação nos exames de gramática

---

(385) ESTATUTOS... op. cit., Capítulo V, p. 61.

(386) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. Op. cit., p. 105-6.

latina, de retórica e de filosofia, expedida pelo Curso Jurídico. Note-se que são referidas exatamente as aulas do Seminário incorporadas ao Curso Jurídico. Faz-se necessário observar, ainda, que a filosofia merece tratamento idêntico à gramática latina e à retórica. Se as duas últimas são, incontestavelmente, de nível médio, não há razão para considerar a filosofia, neste caso, de outro. Correspondem todas, portanto, a estudos de caráter propedêutico para quem, à época, pretendia seguir os estudos teológicos. Há, complementarmente, outro argumento essencial a considerar. O Liceu Provincial de Pernambuco também instalara-se recentemente. A direção do Seminário, prontamente, estendeu-lhe tratamento isonômico em relação ao Curso Jurídico. As certidões de aprovação, relativas aos exames já nomeados, quando emitidas pelo Liceu, também seriam aceitas pelo Seminário. O cruzamento desse tratamento isonômico e de um registro de Primitivo Moacyr torna mais evidente a correção do entendimento que vem sendo justificado. Primitivo Moacyr, de forma oportuna, relaciona as "*faculdades*" que integravam, à época, o currículo do Liceu pernambucano. Estão arroladas, entre elas, a gramática latina, a retórica e a filosofia<sup>387</sup>. Logo, se havia equivalência entre os estudos realizados no Curso Jurídico e no Liceu Provincial, pode-se inferir, com segurança, que a incorporação das cadeiras correspondentes do Seminário de Olinda foi levada a efeito pelo Colégio das Artes do Curso Jurídico e não por este propriamente. O Curso Jurídico só é reconhecido como a instância competente para emitir os certificados de aprovação, exigidos dos candidatos a ingresso pelo Seminário de Olinda, por subordinar administrativamente o Colégio das Artes.

Os estudos de matemática, no Seminário de Olinda, seriam de nível médio, igualmente. Desenvolviam-se dentro do ensino de geometria, de forma a abranger conteúdos de "*aritmética*", "*geometria elementar*", "*trigonometria*" e "*álgebra elementar*". Quando se considera que esses conteúdos deveriam ser absorvidos pelos seminaristas em um único ano, conclui-se, de imediato, que só poderiam ter caráter introdutório tal a diversificação que apresentam. Por outro lado, analisando-se o rol das "*faculdades*" integrantes do Liceu Provincial de Pernambuco, segundo o registro de Primitivo Moacyr, constata-se a presença da "*aritmética e geometria*"<sup>388</sup>. Logo, por inferência, é procedente

---

(387) MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias...* op. cit., 1º v., p. 487.

(388) Id., *ibid.*, loc. cit.

concluir que a cadeira de geometria do Seminário de Olinda foi outra daquelas absorvidas pelo Colégio das Artes do Curso Jurídico.

É outra, muito diversa, a situação dos estudos de teologia, a começar da exigência de um limite mínimo de idade para ingresso no curso correspondente: 18 anos. No Seminário de Olinda, tais estudos são pensados no sentido de formar um profissional específico – o padre –, que deve ter um domínio fundamental das diversas partes da matéria. E se Azeredo Coutinho continua afirmando, através dos **Estatutos**, que os conteúdos prescritos têm caráter elementar, isto não quer dizer que sejam exclusivamente introdutórios como os de matemática e de filosofia. O egresso deveria ter um domínio fundamental das diversas áreas da teologia para que, a partir dele e **autonomamente**, pudesse aprofundar a sua formação, de acordo com as exigências de seu ministério. Isto é o que reconhece, explicitamente, a norma maior que regia, nessa fase, a vida do Seminário de Olinda. Os estudos teológicos abririam

*"(...) aos (...) Teólogos (...) as portas dos estudos, que eles depois devem seguir pelo seu trabalho, e applicação"<sup>389</sup>.*

Portanto, eram de nível superior os estudos teológicos do Seminário de Olinda, pois, além de formarem um profissional que exerceria ocupação precisa e definida, só a esse nível de ensino é compatível a produção de profissionais plenamente autônomos, do ponto de vista intelectual, cujo aperfeiçoamento decorre de suas necessidades interiores e das questões suscitadas pelo exercício do trabalho.

## 2. COLÉGIO REAL DOS NOBRES, MODELO INSPIRADOR DO SEMINÁRIO DE OLINDA?

Admitir que o Colégio Real dos Nobres, criado em Lisboa a 7 de março de 1771, tenha exercido inspiração sobre a experiência pedagógica realizada por Azeredo Coutinho, em Olinda, envolve dificuldades. As dificuldades se acentuam quando a aceitação de tal possibilidade implica a idéia de influência imediata do plano de estudos daquele estabelecimento de ensino sobre a proposta do Bispo pernambucano. Não se questiona o fato de que ambos os colégios plasmam, nas suas respectivas formas de realização, ideais

---

(389) **ESTATUTOS...** op. cit., Capítulo VII, p. 68.

burgueses. São historicamente avançados, portanto, no contexto do império colonial português, em especial na época correspondente ao último terço do século XVIII e às duas primeiras décadas do século XIX. Contudo, o exame detalhado dos conteúdos que integram os respectivos planos de estudos revelam especificidades que os distinguem.

A demonstração das diferenças exige a retomada do caráter conciliador do Iluminismo português. No seio desse movimento, acomodam-se as aspirações da classe que pleiteia o avanço, a burguesia, e os interesses das classes dominantes da sociedade feudal, a nobreza e o clero. Por esse motivo, o Iluminismo tem, imediatamente em Portugal, um caráter reformista e não revolucionário. Pelo mesmo motivo, a burguesia lusitana assume um comportamento político marcado pela conciliação.

Tendo como parâmetro esse quadro geral, o que se verifica, quando comparados os planos de estudos do Colégio Real dos Nobres e do Seminário de Olinda, é que a conciliação, no caso do primeiro estabelecimento de ensino, combina, primordialmente, interesses da burguesia e da nobreza, enquanto, no do segundo, harmoniza demandas burguesas e do clero.

Em ambas as experiências, as artes liberais manifestaram-se reinterpretadas para atender às exigências de modernização de Portugal e de suas colônias. Se, na forma, mantinham-se as denominações das áreas particularizadoras da educação feudal, seus conteúdos transformaram-se e hierarquizaram-se em função do ideário burguês. Novas áreas também se acrescentaram aos planos de estudos das duas experiências pedagógicas, por força das necessidades burguesas. São representadas, essas últimas, pela filosofia natural e pela geometria, no Seminário de Olinda, e pela diversidade de línguas modernas e pela física, no Colégio Real dos Nobres. Essas novidades todas, tanto em um estabelecimento como no outro, tiveram como móvel, mais precisamente, a necessidade burguesa de exercer o domínio material, de ter o domínio da produção e de criar mecanismos facilitadores da circulação de mercadorias.

O que a exposição revela até aqui é uma certa comunhão de ideais nas duas experiências pedagógicas. Essa comunhão evidencia o fato de que, em ambas as propostas, a burguesia cobra a realização de suas aspirações. Com Pombal, a burguesia passara a ter um lugar expressivo no poder. Desde então, seus interesses e ideais manifestaram-se sempre presentes nos mais expressivos eventos políticos. Os aspectos comuns, que emergem nos dois planos de estudos enfocados, resultam dessa tendência

**QUADRO COMPARATIVO DOS PLANOS DE ESTUDOS DO COLÉGIO REAL  
DOS NOBRES\* E DO SEMINÁRIO DE OLINDA**

ÁREAS DO CONHECIMENTO	PLANO DE ESTUDOS DO COLÉGIO REAL DOS NOBRES	PLANO DE ESTUDOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA
GRAMÁTICA	Língua Latina Língua Grega Língua Francesa Língua Italiana Língua Inglesa	Língua Latina
RETÓRICA	Retórica Poética Lógica	Retórica Poética  História Universal Geografia
HISTÓRIA	História Geografia	
FÍSICA	Física	
FILOSOFIA		Filosofia Racional: Lógica Metafísica  Filosofia Moral: Ética  Filosofia Natural: Física Experimental História Natural Química Desenho
GEOMETRIA		Aritmética Geometria Elementar Trigonometria Álgebra Elementar
ARTE DA CAVALARIA	Arte da Cavalaria	
ARTE DA ESGRIMA	Arte da Esgrima	
ARTE DA DANÇA	Arte da Dança	

FONTES: Estatutos do Collegio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa e Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco.

\* Os estudos de matemática, previstos nos Estatutos do Colégio Real dos Nobres, não foram relacionados por terem sido suprimidos através de Carta de Lei de 10 de novembro de 1772.



política geral de participação da burguesia no poder. Portanto, esses aspectos comuns não tipificam, exclusivamente, as duas organizações escolares tratadas, mas todas as experiências pedagógicas do reino português, depois de Pombal. Logo, falar da influência modelar de uma sobre a outra, em função das características comuns que as aproximam, é discutível. Essas características comuns são, antes de mais nada, óbvias.

Contudo, além desse veio comum, o Colégio Real dos Nobres e o Seminário de Olinda apresentam, cada um por seu lado, singularidades próprias. Tais singularidades emergem desde que se apreenda o rumo dominante da conciliação política, em cada caso. No Seminário de Olinda um segmento da Igreja Católica teve a iniciativa da experiência, daí o relevo dúplice à ciência moderna e aos estudos teológicos e a preocupação, ao nível do ensino superior, com a formação de quadros para o clero. Já através do Colégio Real dos Nobres, ao apropriar-se dos estudos atinentes à ciência moderna, era a nobreza lusitana que se ajustava aos novos tempos mas preservava, por outro lado, o cultivo de habilidades que sempre serviram para distingui-la como classe. Gozavam desse atributo as artes da cavalaria, da esgrima e da dança. Revestiam-se de tal distinção que o próprio monarca prescreveu, num dispositivo dos Estatutos que conferiu ao Colégio Real dos Nobres:

*(...) nos ultimos dias do Anno Literario haja sempre exercicios publicos de montar a cavallo, jogar a Espada, e dançar: Dando-me parte o Director Geral dos dias que se determinarem aos mesmos exercicios para Eu os presenciar quando me parecer conveniente.*<sup>390</sup>

Essas habilidades, porém, antes privilégios fechados da nobreza, deixaram de sê-lo, abrindo-se aos filhos da burguesia portuguesa. Como tal característica singularizou o Colégio Real do Nobres, não se presta, à demonstração da possível influência desse estabelecimento de ensino sobre o Seminário de Olinda.

Em Portugal, como se depreende, a conciliação política deixou marcas em praticamente todas as experiências educacionais iluministas. Mas, frise-se, o seu rumo, em diferentes empreendimentos, podia variar em função do peso dominante do clero ou da nobreza. Nesse sentido, exatamente, divergem as soluções dadas aos planos de estudos do

---

(390) ESTATUTOS do Collegio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa. Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1777. Título XII, 4., p. 12-3.

Colégio dos Nobres e do Seminário de Olinda. A burguesia conciliou com a nobreza, no primeiro caso, e com o clero católico, no segundo.

A única iniciativa que fugiu dessa tendência dominante, no âmbito da instrução pública, foi a *Aula do Commercio*. Mais a título de rápida notícia, afirme-se que sua peculiaridade flui do fato de não ter estado marcada pela conciliação política. Pelo contrário, criada em 19 de abril de 1759, pleiteou, exclusivamente, necessidades dos "*Homens de Negocio*", os comerciantes portugueses. As considerações introdutórias de seus Estatutos alegam que essa aula visou superar "*a falta de formalidade na distribuição e ordem dos livros do (...) Commercio*", entendida como uma causa da "*ruína de muitos negociantes*". Para tanto, buscou ministrar o ensino dos "*principios necessarios a qualquer negociante perfeito*" e difundir, para o rigoroso controle da contabilidade, o "*methodo italiano, acceito em toda a Europa*"<sup>391</sup>.

Quanto ao ingresso, os Estatutos asseguravam relativo privilégio para os filhos dos comerciantes já estabelecidos.

"(...) os filhos dos *Homens de Negocio Portuguezes*, em igualdade de termos, assim de sciencia, como de procedimento, devem ser attendidos para a preferencia"<sup>392</sup>.

Cingiu-se o plano de estudos da *Aula do Commercio*, basicamente, à aritmética, "*fundamento, e principio de todo, e qualquer commercio*", à escrituração mercantil, aos pesos e medidas, à moeda e ao câmbio, assim como aos seguros.

Esses estudos, de cunho nitidamente burguês, deveriam ser concluídos em três anos, aos quais se sucederiam mais cinco anos de prática<sup>393</sup>.

---

(391) ESTATUTOS da Aula do Commercio... In: *Aula do Commercio*. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1982. p. 197.

(392) Id., *ibid.*, 6., p. 199.

(393) Id., *ibid.*, 11. a 17., p. 200-2.

### 3. AS FONTES FILOSÓFICAS DE AZEREDO COUTINHO

Na discussão referente às correntes filosóficas que teriam inspirado o pensamento de Azeredo Coutinho, alguns analistas salientam os aspectos cartesianos nele contidos. Outros, ressaltam os aspectos empiristas. Todos, via-de-regra, operam esses enquadramentos a partir de classificações excludentes. Nessa rigidez classificatória reside uma fonte de enganos, pois o Bispo de Olinda só reforça a emergência de uma tendência marcante na produção intelectual dos pensadores luso-brasileiros, desde então: o ecletismo.

Com efeito, já no segundo capítulo deste trabalho, foi evidenciada a aproximação de certos escritos de Azeredo Coutinho com o empirismo, em especial com o pensamento de Bacon. Através de Verney, inspirador maior dos empreendimentos educacionais portugueses que se seguiram à expulsão dos jesuítas, essa aproximação com o empirismo se estreita. É necessário lembrar que a matriz de Verney foi, basicamente, Locke, daí aflorar como mediador da relação que se estabeleceu entre este e Azeredo Coutinho.

Tão profunda e ampla foi a influência de Verney sobre Azeredo Coutinho que chegou a tocar até mesmo minúcias, como as referentes à ortografia. As transcrições dos Estatutos do Seminário de Olinda, ao longo deste trabalho, evidenciam tal fato. Por manterem, rigorosamente, o texto da versão original, tornam possível a constatação de que Azeredo Coutinho observou não a ortografia oficial mas a prescrita por Verney na obra *Verdadeiro método de estudar*<sup>394</sup>.

O Bispo de Olinda, certamente, conheceu profundamente os escritos de Verney. A partir deles, inclusive, pode ser absolvido das acusações de "pilhagem", que lhe foram atribuídas por Sérgio Buarque de Holanda.

---

(394) Azeredo Coutinho recomenda ao professor de primeiras letras que ensine ao aluno "a ortografia mais simples, isto é escrever como se fala; pois que suposto alguns dão como regra para a ortografia a lingua Latina, principalmente aquelas palavras, que são as mesmas, ou semelhantes ás nosas; com tudo como a maior parte dos Portuguezes não estudaõ a lingua Latina, viriaõ muitos a ficar sem ter uma regra jeral para bem escrever com uniformidade, e perfeisaõ a lingua Portugueza: por cuja cauza com justa razaõ mandou o Senhor Rei D. Jozé na Lei de 28 de Junho de 1759 para a instrusaõ dos Professores de Gramatica §. II., que se uzase da que compõs Luis Antonio Vernei, que é a mais simples, e a mais conforme ao que acabamos de dizer."

"(...) suponho que V. P. me dispensa de citar todos os momentos autores de que tiro algumas das notícias que lhe disser. Contanto que eu aponte o que é necessário, não importa quem o diz. Basta que eu diga, uma vez por todas, que a maior parte do que digo experimentei eu mesmo; outras coisas observei em terceira pessoa, ou li em autor aprovado. V. P. olhe para a razão em que eu me fundo; porque esta deve valer mais que a autoridade extrínseca."<sup>395</sup>

Essa citação, que não trata do plágio propriamente, coloca, entretanto, elementos essenciais para a compreensão da forma de concebê-lo e de suas implicações éticas, no século XVIII. O rigor quanto às citações e à explicitação plena das fontes parecem ser mais exigências de nossa época. Se assim for – e é nesse sentido que aponta Verney, intelectual setecentista da maior envergadura e probidade –, os juízos e cobranças de Sérgio Buarque de Holanda são demasiado rigorosos e pouco apropriados para os pensadores do século XVIII e início do século XIX.

Prosseguindo, Verney não se deixou inspirar, exclusivamente, pelo empirismo de Bacon e de Locke. Já Elpídio M. Cardoso revelou a influência de Descartes sobre o seu pensamento. São expressivas dessa influência as postulações de Verney quanto ao método, expostas no primeiro capítulo. Portanto, o eletismo se manifesta na própria obra desse grande pensador iluminista português.

Provavelmente, como decorrência do impacto que Verney causou no pensamento de Azeredo Coutinho, detecta-se na prática e na obra teórica do Bispo de Olinda procedimentos e formulações inspirados no racionalismo cartesiano. De forma escamoteada, às vezes, no plano do discurso, mas muito claramente no da prática política, estabeleceu-se, no Seminário de Olinda, um divisor sensível entre o domínio da teologia e o domínio da filosofia. A esse dualismo, tipificador de Descartes, de Galileu Galilei e de tantos outros pensadores católicos, deve ser acrescentado, ainda, o influxo exercido pelo método cartesiano. Azeredo Coutinho, depois de reconhecer que as crianças e inúmeros homens ainda não exercitaram a razão "*nas sutilezas, análises e formas de raciocínio*", sugere,

---

(395) VERNEY, Luís António. *Op. cit.*, v. 1, p. 24-5.

para que possam conduzir-se na busca das "*verdades secundárias*", que sejam submetidas aos mesmos procedimentos utilizados com aqueles que estão aprendendo a geometria<sup>396</sup>.

*"Começa-se por definições claras, por proposições muito simples e que se compreendem facilmente, com pouca atenção. Não se passa a proposições ulteriores enquanto as antecedentes não têm sido bem compreendidas, e que não se tem percebido bastantemente a demonstração."*<sup>397</sup>

Eis plenamente configurado o ecletismo no pensamento de Azeredo Coutinho. Como elemento limitador desse ecletismo emergente, nos pensadores luso-brasileiros, é de se ressaltar o seu caráter predominantemente acrítico. Fenômeno passível de atingir, com maior freqüência, os intelectuais das nações que buscam vencer o descompasso histórico, radica-se no fato da contradição não estar suficientemente colocada pela base material, nessas nações. A idéia de atraso e a percepção da defasagem material surgem a partir do contato com as nações mais desenvolvidas. As práticas e as idéias produzidas, nessas nações economicamente mais avançadas, são tomadas, então, como indicadores automáticos de modernização. Daí o mecanicismo, que se manifesta também na obra do Bispo de Olinda; daí o ecletismo acrítico; daí o artificialismo de muitas das soluções propostas.

Finalizando, é o caso de ressaltar, também, o que há de discutível nas associações, realizadas por estudiosos, entre o obra de Azeredo Coutinho e certos pensadores. Em especial, é problemática a influência que se quer creditar a Comênio sobre a proposta pedagógica do Bispo de Olinda. Elpídio M. Cardoso e José Antonio Tobias cometem, ambos, esse equívoco.

É necessário retomar, de início, uma idéia já exposta: Azeredo Coutinho e seu inspirador maior, Verney, desconheciam a obra de Comênio. As aproximações passíveis de serem realizadas entre eles, portanto, não se devem a influências como aquelas sugeridas por Cardoso e por Tobias. Não é Comênio quem inspira em Azeredo Coutinho uma pedagogia "*mais humana*", marcada pela visão "*realista*" e pelo "*humanismo naturalista*". Não se pode falar de uma "*herança comeniana*" quando se analisa a obra do Bispo de Olinda. Não é Comênio o inventor do papel utilitário conferido à educação. Nem é ele

---

(396) COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Op. cit.*, § XCV., p. 291-2.

(397) *Id.*, *ibid.*, § XCVI., p. 292.

quem postula, pela vez primeira, o respeito às características do comportamento infantil ou a necessidade de um ambiente escolar agradável. Todos esses aspectos se manifestam no pensamento pedagógico de Comênio, necessariamente. Isso acontece porque eram, em grande parte, aspectos distintivos da pedagogia burguesa, desde o Humanismo. Basta lembrar, nesse sentido, Vittorino da Feltre. Logo, a presença desses aspectos todos na proposta pedagógica de Azeredo Coutinho representa, não uma "*herança comeniana*" mas, sobretudo, uma **herança burguesa**.

As impropriedades lógicas das análises de Cardoso e Tobias repousam na sua frágil fundamentação histórica. São análises realizadas a *posteriori*, que evidenciam não só limitada percepção das tendências históricas mas, principalmente, falta de compreensão do processo histórico como um todo. Mesmo detectando a real existência de correlação entre as idéias pedagógicas de Comênio e de Azeredo Coutinho, essas análises patenteiam o exercício de imperfeita dedução. Da correlação apontada não pode ser derivada a conclusão de que o educador morávio influenciou diretamente o pensamento pedagógico de Azeredo Coutinho. Esse tipo de influência não se fez sentir, inclusive, sobre Verney. Tal conclusão não tem como fundamento a correlação constatada, é extrapolação que sugere causalidade.

#### 4. O DUALISMO CURRICULAR NO SEMINÁRIO DE OLINDA

Os compêndios, em especial, ao realizarem o exame do plano de estudos do Seminário de Olinda, configuraram e admitem um dualismo curricular.

Para Geraldo Bastos Silva, as "*ciências naturais*", em Olinda, somavam-se aos "*estudos clássicos*". Segundo Fernando de Azevedo, "*matérias novas*", identificadas com as "*matemáticas*" e as "*ciências físicas e naturais*", agregavam-se ao "*currículo tradicional*". Também Valnir Chagas sugere a adição do "*moderno*" ao "*clássico*"<sup>398</sup>.

A análise levada a efeito no terceiro capítulo não revela a ocorrência de uma mera soma. O entendimento que sugere a adição, pura e simples, de uma parte "*moderna*" a outra "*tradicional*" corresponde a uma simplificação. Ignora, tal entendimento, as transformações profundas que atingem o plano de estudos como um todo. Já foi

---

(398) Ver Capítulo I.

acentuado que a burguesia imprime a sua marca mesmo nos estudos "clássicos" ou "tradicionais". A gramática latina, na perspectiva burguesa, não é a mesma gramática latina prescrita pelo *Ratio Studiorum*. O mesmo juízo vale em relação à retórica e à filosofia.

A preocupação burguesa com o útil e o aplicado passa a ser a raiz da seleção dos conteúdos didáticos. Decorrem dessa postura mudanças radicais. A língua nacional passa a ser entendida como o fundamento dos estudos de gramática latina. São estimulados os estudos de línguas estrangeiras modernas, principalmente as dos países materialmente mais desenvolvidos, visando favorecer o comércio internacional. Na área de retórica, a preocupação com a formação do diplomata, o homem que abre mercados para o capital, supera em importância a relativa à formação do orador sacro. Daí a valorização dos estudos de história e de geografia. A prioridade dada às ciências modernas ou, o que representa a mesma coisa, a prioridade dada à filosofia natural faz com que esta sobrepuje a filosofia racional e a filosofia moral. Mas nem por isso a ética, a metafísica e a lógica deixam de tomar novos rumos, passando a ser tributárias da visão de mundo burguesa. Num universo que se aburguesa, inclusive a parte "tradicional" ou "clássica" do currículo sofre transformações profundas. Buscam, essas transformações, atender demandas que emergem do próprio amadurecimento do novo modo de produção.

Logo, mergulhados no processo de transformação social e revitalizados pela sua seiva, mesmo os conteúdos das seculares sete artes liberais passam a ser tão avançados quanto os das ciências modernas, celebradas como as ciências burguesas propriamente ditas.

## 5. A AMPLITUDE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DE AZEREDO COUTINHO

Em sua obra acerca do Seminário de Olinda, Nogueira faz citações de um estudo de L. J. Rogier, intitulado *Nova história da Igreja*. Uma delas é muito expressiva. Rogier identifica num "texto de Sailer, escritor dos tempos do Iluminismo", uma exortação aos "seus colegas sacerdotes" para que

"(...) não usem o sermão para 'explicar ao padeiro como deve assar o pão, ao moleiro como deve moer o trigo, ao camponês como deve arar o campo."<sup>399</sup>

---

(399) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 249-50.

Essa citação revela, por si mesma, não ser a aspiração pedagógica de Azeredo Coutinho um fato isolado, distante e inatingível, o produto de uma mente visionária. Não, o Bispo de Olinda se imbuíu da necessidade de realizar uma tarefa perfeitamente viável, em seu tempo, pois compartilhada por um expressivo segmento da Igreja Católica. Trata-se do segmento que aderiu à perspectiva burguesa no interior da instituição.

A demonstração de que o Seminário de Olinda, segundo a organização que lhe foi atribuída por Azeredo Coutinho, não corresponde a uma experiência isolada, pode ser levada a efeito por duas vias. Ambas revelam o grau de penetração e de articulação do segmento burguês do clero na Igreja Católica.

Pela primeira via, é possível evidenciar que a proposta do prelado pernambucano não representou uma iniciativa sem precedentes. No Brasil, o Seminário do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, estabelecimento franciscano, observou o mesmo rumo geral. Comparando-se ambos os projetos, podem ser detectadas nuances diferentes, ênfases distintas acerca de um ou outro aspecto de seus respectivos planos de estudos mas, os dois, estão impregnados de uma sensível motivação burguesa. Através da segunda via, verifica-se que o ideal pedagógico de Azeredo Coutinho, voltado para a formação do híbrido de sacerdote e de filósofo naturalista, foi cultivado nas mais remotas regiões do Brasil, plasmando-se na prática cotidiana de inúmeros padres. A exortação de Sailer só ganha sentido a partir desse enraizamento da perspectiva burguesa na prática de um segmento expressivo, também quantitativamente, do clero católico.

Quanto ao Seminário do Rio de Janeiro, cujos Estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 11 de junho de 1776, depreende-se, antecedeu em mais de duas décadas ao estabelecimento de ensino pernambucano. Em linhas gerais, o seu plano de estudos apresenta muitos pontos de contato em relação ao do Seminário de Olinda. Os seus estudos de gramática não incluíam o latim, exigido como pré-requisito para efeito de ingresso. Abrangiam o grego e o hebraico, línguas que deveriam assegurar aos seminaristas "*a compreensão dos escritos dos Santos*"<sup>400</sup>. A essas duas cadeiras acrescentava-se a de retórica. As três poderiam conviver, lado a lado, ao longo de um, de dois, de três ou até mais

---

(400) MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. 2.ed. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969. p. 247.



**PLANO DE ESTUDOS DO SEMINÁRIO DO CONVENTO DE  
SANTO ANTÔNIO DO RIO DE JANEIRO**

TEOLOGIA	História Eclesiástica
	Teologia Dogmática
	Teologia Moral
	Teologia Exegética

FILOSOFIA	Filosofia Natural	Física: Geometria Elementar, História Natural e Física Experimental
	Filosofia Moral	Direito Natural
		Ética
	Filosofia Racional	Metafísica
		Lógica

GREGO	HEBRAICO	RETÓRICA
-------	----------	----------

anos. Era o grau de domínio dos correspondentes conteúdos que determinava o tempo de duração de tais estudos para cada aluno, segundo Maria do Carmo Tavares de Miranda<sup>401</sup>. Seguiam-se os estudos de filosofia, desenvolvidos em três anos letivos. No primeiro ano eram estudadas, em cada semestre respectivamente, a lógica e a metafísica, disciplinas integrantes da filosofia racional. O segundo ano era reservado à filosofia moral, da mesma forma subdividida em ética e direito natural. O terceiro ano se resumia à filosofia natural ou, mais propriamente, à física, que incorporava conteúdos de geometria elementar, de história natural e de física experimental. Cristalizando o plano de estudos, desenvolvia-se o curso de teologia. Durante três anos, concomitantemente, eram ministrados conteúdos de história eclesiástica, de teologia dogmática, de teologia moral e de teologia exegética.

Reforçando, a comparação entre esse plano de estudos e o do Seminário de Olinda revela, mesmo em presença de variações de ênfase, ampla correspondência entre os conteúdos. Há, também no colégio do Rio de Janeiro, um ferrenho combate à escolástica, inclusive no interior dos estudos teológicos. A título de exemplo, referindo-se à teologia moral, os Estatutos do Seminário franciscano orientam o mestre para que

*'não deixe de notar os vícios e abusos que nela se introduziram no tempo dos Escolásticos. Passe depois a mostrar as fontes donde ela se deriva que são a Escritura e a Tradição e diga que todos os preceitos que destes se deduzem não podem ter a fôrça das leis do Evangelho; e que pelo desprezo que delas fizeram os casuístas, se acham seus perniciosos escritos cheios de máximas contrárias aos que Jesus Cristo ensinou'*<sup>402</sup>.

Evitando *'desprezar os caminhos da razão'*, prosseguem os Estatutos, que o professor

*'tenha sempre mais cuidado em entranhar nos espíritos e acender nos corações dos estudantes o fogo da perfeição evangélica, do que em explicar-lhes a moral dos casuístas e probabilistas modernos que quasi tôda se ocupa em mostrar as ações que são lícitas ou pecaminosas e quais incluem pecado grave ou leve, servindo desta sorte mais para apartar os homens do caminho da perfeição do que para animá-los a seguí-la'*<sup>403</sup>.

---

(401) Id., *ibid.*, loc. cit.

(402) Id., *ibid.*, p. 249.

(403) Id., *ibid.*, p. 249-50.

Diante desse quadro geral, em grande parte correspondente, é improcedente um julgamento emitido por Manoel Cardozo. Segundo ele,

*"Na realidade, o que os franciscanos do Rio de Janeiro se propunham fazer situava-se, sob muitos aspectos, num plano superior ao que Azeredo Coutinho planejava."*<sup>404</sup>

Para uma melhor visualização de sua equivocada fundamentação, seguem-se, à esquerda, os argumentos que alega em defesa de sua tese e, à direita, os comentários acerca deles.

*"Em Olinda só se ensinaria latim; entre os franciscanos, latim, grego e hebraico."*<sup>405</sup>

No Rio de Janeiro, o latim não integrava o plano de estudos; era pré-requisito para ingresso no Seminário. Os estudos de gramática, centrados no grego e no hebraico, objetivavam, imediatamente, criar mecanismos para que os futuros sacerdotes tivessem acesso direto às Sagradas Escrituras e aos textos dos Padres da Igreja. O latim, contudo, mantinha-se, mesmo na escola do Rio de Janeiro, como o centro dos exercícios de gramática, pois, além de idioma oficial da Igreja Católica, continuava sendo a língua erudita, por excelência. A língua latina guardava, ainda, o grosso do patrimônio cultural e científico escrito da humanidade, mesmo em presença de uma tendência voltada para a valorização das línguas modernas. A presença destas, sim, seria indicador de avanço num plano de estudos.

*"Olinda oferecia instrução elementar, 'primeiras letras'; os franciscanos não."*<sup>406</sup>

O ensino de primeiras letras, no Seminário de Olinda, não fazia parte de seu plano de estudos. O domínio das primeiras letras era pré-requisito para ingresso. Somente os seminaristas que revelassem insuficiência, nesse domínio, eram encaminhados, pela direção do colégio, ao professor respectivo, com o qual realizariam estudos complementares.

(404) CARDOZO, Manoel. Op. cit., p. 104.

(405) Id., *ibid.*, loc. cit.

(406) Id., *ibid.*, loc. cit.

*"Teologia em Olinda seria dada em dois anos; na Província do Rio de Janeiro, em nove."*<sup>407</sup>

*"Em Olinda os alunos estudariam latim durante três anos; entre os franciscanos, presumia-se que os alunos já soubessem latim."*<sup>408</sup>

*"O curso de filosofia em Olinda compreendia física experimental, história natural e química, e a matéria seria dada em dois anos. Na província Franciscana reservavam-se três anos para a filosofia, um deles dedicado a geometria, história natural e física experimental. Olinda previa um curso de um ano de matemática, i. e., geometria, trigonometria e álgebra elementar; os*

Ambas as informações são incorretas. A duração dos estudos de teologia em Olinda, da mesma forma que no Seminário do Rio de Janeiro, correspondia a três anos.

A questão deve ser melhor colocada. Para tanto, deve referir-se aos estudos de gramática como um todo. Em Olinda, esses estudos resumiam-se à língua latina. Duravam três anos e eram sucedidos por um curso de retórica, que se estendia por um ano. No Rio de Janeiro, os estudos de gramática centravam-se nas línguas grega e hebraica. Supunham o pré-requisito do latim e eram desenvolvidos concomitantemente com a retórica. Sua duração, variável na dependência da base anterior do estudante, poderia se estender de um a quatro anos.

Quanto aos estudos de filosofia, o que se observa, em Olinda, é uma supremacia marcante das ciências modernas. No primeiro ano, a física experimental era desenvolvida ao lado da lógica e da metafísica. O segundo ano devotava-se, exclusivamente, à história natural e à química. Os estudos de matemática autonomizavam-se, em relação à filosofia, e davam margem a um curso subsequente de um ano, denominado geometria. Incluía aritmética, geometria elementar, trigonometria e álgebra elementar. No Seminário do Rio de Janeiro, os estudos de filosofia desenvolviam-se em três anos. O primeiro reservava-se à filosofia racional (lógica e metafísica), o segundo à filosofia moral (ética e direito natural) e só o terceiro à filosofia natural, ou física, que abrangia a geometria elementar, a história natural e a física experimental. Portanto, eram dois anos e meio de

(407) Id., *ibid.*, loc. cit.

(408) Id., *ibid.*, loc. cit.

franciscanos não pretendiam ensinar matemática como disciplina isolada."<sup>409</sup>

*"A história eclesiástica fazia parte de ambos os currículos: um ano em Olinda e mais de um ano segundo o plano franciscano."*<sup>410</sup>

*"Os franciscanos não estipulavam período fixo de tempo para o estudo de retórica, grego e hebraico; em Olinda, a retórica, que também abrangia a história secular, constituía um curso de um ano."*<sup>411</sup>

filosofia natural e geometria, aproximadamente, em Olinda, para um ano de física no Rio de Janeiro. Como se observa, ao referir-se ao Seminário de Olinda, Cardozo omite os estudos de lógica e de metafísica, incluídos no curso de filosofia, assim como os de aritmética, integrantes do curso de geometria. Omite, também, um fato mais expressivo: quando o Seminário de Olinda promoveu o predomínio dos estudos de filosofia natural sobre os de filosofia racional e moral, radicalizou uma tendência burguesa. Estabeleceu o primado das ciências modernas e, nesse sentido, avançou mais que o Seminário do Rio de Janeiro.

A presente comparação não pode ser feita com base no tempo de duração dos estudos. A história eclesiástica dominava, com exclusividade, o primeiro ano dos estudos teológicos, em Olinda, enquanto, no Rio de Janeiro, desenvolvia-se, ao longo de três anos, simultaneamente com a teologia dogmática, a teologia moral e a teologia exegética. Assim sendo, não é descartável a hipótese de que os conteúdos de história eclesiástica, em Olinda, mesmo durando só um ano, poderiam ser mais amplos e densos do que no Rio de Janeiro.

Estão ausentes informações essenciais. O fato dos franciscanos não estipularem tempo fixo para os estudos de grego, de hebraico e de retórica, derivava da suposição de um domínio anterior de conteúdos e habilidades, por parte do estudante. Com efeito, a gramática latina era exigida como pré-requisito para ingresso. Se esse domínio fosse consistente, a duração de tais estudos poderia ser de um ano, apenas, mas se estenderia até a quatro, quando ocorresse o

(409) Id., *ibid.*, loc. cit.

(410) Id., *ibid.*, loc. cit.

(411) Id., *ibid.*, loc. cit.

"Os estatutos de Olinda previam o estudo da música; os franciscanos não."<sup>412</sup>

"Nenhum dos dois (estatutos) mencionava o ensino de línguas estrangeiras modernas"<sup>413</sup>.

contrário. Já, em Olinda, os estudos de retórica e de gramática não eram concomitantes. O curso de retórica sucedia aos três anos relativos ao de gramática, daí a sua duração ter sido fixada em um ano somente.

Os estudos de canto não integravam o plano de estudos do Seminário de Olinda. Restringiam-se somente aos seminaristas indicados pela direção do estabelecimento ou que obtivessem licença do Bispo.

Quanto a esse aspecto, portanto, ambos os estabelecimentos de ensino estavam em condições de igualdade. Valeria frisar, contudo, que a não incorporação de prescrições estatutárias, relativas às línguas estrangeiras modernas, representou, então, um descompasso para as duas escolas. A inclusão dessas línguas nos estudos de gramática, à época, se identificava, sobretudo, com a afirmação de uma tendência burguesa avançada.

Logo, não cabe a conclusão de Cardozo. Os estudos do Seminário do Rio de Janeiro não se encontravam "*num plano superior*" aos do Seminário de Olinda. O erro de interpretação apontado incorpora incorreções, detectadas no suporte de informações do estudioso, o que sugere análise superficial das fontes primárias. Diga-se, também, que o entendimento de Cardozo insinua serem de nível superior os estudos do estabelecimento de ensino franciscano. Tal generalização corresponde a um falseamento, que, ao se difundir, influencia outros estudiosos. Luiz Antônio Cunha, por exemplo, realiza diversas elaborações, apoiando-se não só em Cardozo mas, ainda, em outros estudiosos defensores da mesma tese. Refere-se, para efeito de ilustração, a Américo Jacobina Lacombe e a Maria do Carmo Tavares de Miranda, que equiparam o Seminário do Rio de Janeiro a uma universidade<sup>414</sup>. Em Cunha, tanto quanto em seus inspiradores, emergem

(412) Id., *ibid.*, loc. cit.

(413) Id., *ibid.*, p. 105.

(414) CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.*, p. 57.

interpretações que tangenciam superficialmente as fontes documentais<sup>415</sup>.

Para fundamentar mais claramente esse juízo, considere-se o caso de Miranda. Levada pela sua crença no nível superior dos estudos do Seminário do Rio de Janeiro, chega a contrapor o seu plano de estudos ao da Universidade de Coimbra. É improcedente tal comparação, pois ambos os planos de estudos eram, em grande parte, não equivalentes. Só os estudos de teologia correspondiam ao mesmo nível de ensino. Parece que a Autora não entendeu porque os Estatutos do Seminário do Rio de Janeiro colocam, com insistência, a Universidade de Coimbra como um paradigma. Essa insistência deve ser interpretada como necessidade de subordinação ao ideário que presidiu as reformas pombalinas da instrução, cujo epicentro era a universidade portuguesa. Tal subordinação, que é real, não significa que todos os estudos, ou grande parte deles, fossem de nível superior no Rio de Janeiro. Diga-se, também, que a Universidade de Coimbra foi o paradigma do Seminário de Olinda. Os Estatutos elaborados por Azeredo Coutinho determinam que, em todas as questões não regulamentadas, deveriam ser observadas as normas estatutárias daquela universidade. Logo, é geral a tendência de tê-la como modelo, nos colégios brasileiros fundados na segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Miranda, por incorrer num erro de princípio ao equiparar os planos de estudos do Seminário do Rio de Janeiro e da Universidade de Coimbra, só poderia chegar a conclusões destoantes. Por esse motivo aponta diferenças significativas, que teriam sido promovidas no plano de estudos dos franciscanos do Rio de Janeiro, de forma a distanciá-lo daquilo que era prescrito na Universidade de Coimbra.

*"O 3º ano de Filosofia é dedicado ao estudo da Física. Contrariando aqui os Estatutos Régios da Universidade que dedicariam 3 anos para a referida matéria, justifica-se o novo procedimento devido ao fim proposto à formação religiosa, pois a teologia e não a física deve ser o termo de nossas aplicações"*<sup>416</sup>

---

(415) "O curso de Geometria, realizado em um ano, abrangia a aritmética, a geometria elementar, a trigonometria plana e a álgebra elementar. Não há informações que permitam saber se esse curso era posterior ou concomitante ao de Filosofia." Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.*, p. 63. Essas considerações se referem ao curso de Geometria do Seminário de Olinda. Nos seus Estatutos, os mais diversos estudos desenvolvidos pela escola estão dispostos, ordenadamente, desde o nível elementar – primeiras letras – até o nível superior – Teologia. Logo, como a regulamentação do curso de Geometria segue-se à do curso de Filosofia, a conclusão óbvia é a de que o sucedia.

(416) MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Op. cit.*, p. 247. (Grifo nosso)

Os estudos de filosofia natural, no Rio de Janeiro, não poderiam ter a mesma extensão e a mesma densidade de seus correspondentes, desenvolvidos na Universidade de Coimbra, porque eram de nível médio. Não só a justificativa dos estatutos franciscanos é clara – *"a teologia e não a física deve ser o termo de nossas aplicações"* – como também a ênfase dada, pela Autora, à finalidade da escola, a **formação religiosa**, que subordina e dosa os conteúdos que integram o plano de estudos.

Resumindo, os estudos de filosofia, como todos os demais, à exceção dos relativos à teologia, no Rio de Janeiro, eram de nível médio e tributários, basicamente, da formação do sacerdote.

Essa digressão é importante, pois lança mais luzes sobre a questão dos estudos superiores nos seminários brasileiros da época colonial. Em especial, ela elimina, também, qualquer dúvida que poderia subsistir quanto à proximidade, tanto ao nível do ideário como da organização didática, entre os seminários de Olinda e do Rio de Janeiro.

Quanto à amplitude da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho, merece reparos, ainda, um outro juízo de Manoel Cardozo.

*"Quando comparamos o tom dos estatutos de 1798, de Azeredo Coutinho, com os de 1776, que corporificaram as reformas curriculares da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, notamos que grande parte do fervor se dissipara no transcurso daqueles anos. A Revolução Francesa com suas doutrinas pestíferas estava demasiado próxima dos portugueses e era perigosa demais para a segurança de Trono e Altar para permitir os formidáveis ataques ao sistema educacional que os estatutos de Coimbra puseram em voga. Os franciscanos, porém, estando ainda bastante próximos do movimento de reforma, partilharam de seus entusiasmos e de sua indignação. Também profligaram a Escolástica, combateram-na, sentenciaram-na à morte."<sup>417</sup>*

Se é verdade que, por força da Revolução Francesa, aos dois momentos referidos correlacionavam-se conjunturas distintas e, portanto, ênfases diferentes no plano da luta ideológica, não cabem ilações desconexas. Maior moderação do discurso, no

---

(417) CARDOZO, Manoel. *Op. cit.*, p. 103.



segundo momento, não significa, necessariamente, mudança de rumo político. Menos cabível, ainda, é a afirmação que insinua ter arrefecido, no Seminário de Olinda, o combate à escolástica<sup>418</sup>. O exame das fontes documentais não dão respaldo a essas conclusões. O combate à escolástica e aos moralistas casuístas, assim como a renovação dos estudos teológicos, são aspectos comuns de ambas as experiências educacionais. Não há qualquer evidência de arrefecimento histórico dessas tendências em Olinda. Se a Revolução Francesa ocasionou impacto no pensamento de Azeredo Coutinho, a consequência mais sensível foi a de levá-lo a reforçar o reformismo, caminho das transformações sociais eleito pela burguesia portuguesa, desde o pombalismo. Como decorrência, esse esforço implicava, também, a negação radical da via revolucionária, associada aos recentes eventos sangrentos do movimento que convulsionara a França. Não houve mudança de direção política, portanto, mas, sim, confirmação do rumo perseguido. A débil e conciliadora burguesia portuguesa, enleada nos seus compromissos com a nobreza e a Igreja Católica, estigmatizou a Revolução Francesa. É isto o que reflete o discurso de Azeredo Coutinho. Logo, não tem suporte a inferência segundo a qual teria sido comprometido o "fervor" do projeto pedagógico burguês de Azeredo Coutinho em relação ao dos franciscanos do Rio de Janeiro. Ambas as propostas são conciliadoras e reformistas. A diferença se manifesta somente no discurso do Bispo de Olinda, que afirma, mais incisivamente, as suas convicções favoráveis ao reformismo.

Com todos os elementos levantados é possível retornar à linha de argumentação original, sem que dúvidas parem sobre as conclusões. O Seminário do Rio de Janeiro, mesmo não tendo frisado a necessidade de formar um sacerdote que dominasse, amplamente, a física, a química e a história natural, observou um ideário pedagógico muito próximo ao expresso por Azeredo Coutinho. As duas propostas inspiravam-se nos ideais burgueses das reformas pombalinas da instrução. Por essa primeira via de demonstração conclui-se, portanto, que o Seminário de Olinda não foi, quanto aos seus fins e organização, uma iniciativa isolada.

---

(418) Também essa interpretação influenciou Luiz Antônio Cunha: *"Manoel Cardoso comparou os documentos de criação dos cursos superiores do Rio de Janeiro e de Olinda, concluindo que houve arrefecimento do ímpeto reformista na direção do Iluminismo. Os estatutos dos franciscanos, mais próximos da reforma da Universidade de Coimbra, não poupavam espaço no combate à escolástica, enquanto que os estatutos de Azeredo Coutinho, redigidos após a Revolução Francesa, não escondiam a preocupação da defesa da monarquia e da religião católica."* Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.*, p. 65-6.

Além dessa, uma outra via de demonstração revela, igualmente, a força e a amplitude das aspirações pedagógicas de Azeredo Coutinho. Atesta esse fato a prática cotidiana de muitos sacerdotes brasileiros, no final do século XVIII e início do século XIX. Aquele híbrido de sacerdote e filósofo naturalista, ideal pedagógico expresso nos Estatutos do Seminário de Olinda, se identifica, por exemplo, com a atuação do padre cuiabano José Manuel de Siqueira.

Contemporâneo de Azeredo Coutinho, igualmente integrante da Academia de Ciências de Lisboa, depois de ter sido ordenado no Rio de Janeiro, em 1782, Siqueira deslocou-se para Portugal, onde viveu algum tempo. Retornou a Cuiabá, sua terra natal, em 1798, pouco antes da chegada do prelado olindense a Pernambuco. Pode-se, com bastante propriedade, portanto, admitir a possibilidade de que tenham estado juntos em Portugal e discutido as suas idéias. Importante é que comungavam muitos ideais e que o padre cuiabano, no dia-a-dia, praticamente, encarnou as aspirações pedagógicas do Bispo de Olinda.

Em Cuiabá, José Manuel de Siqueira foi nomeado professor régio de filosofia moral e racional. Chamado para participar de inúmeras atividades, deixou ricos escritos detalhando-as. Nesses seus escritos, muito mais do que a preocupação com o transcendente mundo de Deus, revela-se a inquietude típica de quem está voltado para o desenvolvimento material de sua terra. Obcecado pelo progresso, Siqueira defendeu a modernização da indústria de extração do ouro na Capitania de Mato Grosso. Decadente, já no final do século XVIII, essa indústria continuava explorando os aluviões auríferos através das mesmas técnicas predatórias e pouco produtivas utilizadas quando da ocorrência das primeiras descobertas. Daí sua angústia na busca de viabilização da

*"(...) extração de ouro pr. industria q' facilite o trab.º e poupe tempo, e p.ª isso com m.ª conta"*<sup>419</sup>

Conseqüente com essa visão, Siqueira colocou-se na vanguarda das forças modernizadoras da Capitania. Realizou, então, uma série de iniciativas práticas perseguindo a elevação da produtividade do trabalho. Buscou liberar o escravo

---

(419) SIQUEIRA, José Manuel de. Memoria q' ... Presb.º Secular Professor Real da Filosofia Rac.<sup>al</sup> e Moral da V.<sup>a</sup> do Cuyabá Academico da R.<sup>l</sup> Academia das Sciencias de Lx.<sup>a</sup> enviou a M.<sup>ma</sup> Academia sobre a decadencia atual das tres Cap.<sup>nias</sup> de Minnas e os meios d'a reparar; no anno de (1802). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 135.

*"(...) de um conjunto de atividades perfeitamente suscetível de ser executado com o auxílio de instrumentos de produção ainda não incorporados à região, ou com o auxílio da energia animal."<sup>420</sup>*

A partir da memória econômica acerca da decadência das minas, escrita por Siqueira, a investigação histórica já classificou e descreveu seis de suas iniciativas voltadas para a modernização do processo de extração do ouro:

*"1. Utilização de "trado ou verruma", "como na Europa", para perfurar terreno que se supõe aurífero. Este instrumento substituiria a "socavação" manual, possibilitando a sondagem de minerais nos leitos dos rios com mais rapidez e menos trabalho. Siqueira chegou a "inventar" um "trado", tendo como fontes inspiradoras a "Encyclopedia" e a "Arte das Minnas de Chemnitz (Hungria)";*

*2. Para dar máximo aproveitamento à energia humana, sugeriu a utilização de carrinhos de mão para o exercício de atividades como a "desmontação". Porém, entendia como mais conveniente a utilização de energia animal, especialmente a do boi, para realizar tal atividade, pois "cada escr.<sup>o</sup> apenas pode conduzir huma arroba de terra p.<sup>r</sup> vez, q.<sup>do</sup> o boi pode conduzir 8 ou 10 arrobas". Também para o "serviço de batata" sugeriu o aproveitamento do boi para realizar o transporte de água, o que demandaria unicamente a construção de "grandes odres";*

*3. Para a "cata perfundada" Siqueira indicou o aproveitamento de "guindastes ou sarilhos", para facilitar a retirada de terra, assim como de pedra, enquanto que, para o transporte desse material, elogiava o "bom uso" de bois, tal como já se dava nas minas de Cuiabá. Fez uma recomendação, entretanto, em relação aos recipientes que se prestavam ao transporte de terra e pedra: "Eu tenho projectado hum gen.<sup>o</sup> de caxão p.<sup>o</sup> esse eff.<sup>o</sup> o q.<sup>l</sup> se pode melhor a esvasiar sem ser preciso descer ou levantar o caxão, pois se enche com a pá e se solta a terra p.<sup>r</sup> hum registro, e deste modo carregará hum boi p.<sup>r</sup> 8 escr.<sup>os</sup>";*

---

(420) ALVES, Gilberto Luiz. Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864. Campo Grande, UFMS/Imprensa Universitária, 1984. p. 70.

4. Ao analisar o sistema hidráulico das regiões mineiras, resumindo então às "tapagens, a q' chamão tanques, e os aqueductos terreos, que chamão regos", Siqueira perguntava-se sobre o porquê da não utilização de "m.<sup>tas</sup> bombas d'Archimedes, alias de espira porq' se não acordão de formalizar as bombas de compressão por conductos de solla (q' he barata nas Minnas) afim d'elevarem a agua e desbarrancarem-se os taboleiros, ja vesinhos e já distantes dos rios"? Passando da pergunta à ação, Siqueira construiu três dessas bombas, fazendo demonstrações aos mineiros em presença do governador. Ainda no que se refere às inovações hidráulicas, segundo o próprio testemunho do memorialista. "Na era de 1800 eu construi no rio Cuxipó vizinho da V.<sup>a</sup> do Cuyabá a pr.<sup>a</sup> bomba de repucho". Como no caso anterior, em presença do Capitão-General de Mato Grosso, fez a demonstração prática do funcionamento dessa bomba no sistema de "esgoto" das minas;

5. Para a "lavagem do bulinete" Siqueira preconizou a *utilização do mercúrio*, descrevendo minuciosamente o processo e sua vantagem: "... sendo o deposito alias cabeceira de bulinete de páo e de huma só pessa, pode-se bem lançar em cada bulinete hum arratel de mercurio em ordem a atrahir asi as subtil.<sup>mas</sup> feculas d'ouro, q' alias boiarão sobre a agua enlodada como acontece e depois lançando-se a massa toda de mercurio em huma retorta, cuja extremid.<sup>e</sup> deverá estar submersa em agua fria, ahi se depositará certam.<sup>e</sup> o mercurio liquido com pouca perda de seu pezo, ficando ao m.<sup>mo</sup> passo o ouro no fundo da retorta";

6. A trituração para extrair ouro existente no quartzo foi criticada por Siqueira. O processo utilizado nas minas brasileiras padeceria de "hum grand.<sup>mo</sup> erro. (...), porq' cruam.<sup>e</sup> moem a pedra e lavão sem algum outro beneficio, lançando fora m.<sup>to</sup> ouro no residuo mal triturado". Para evitar tal prejuizo o memorialista advertia "q' o quartzo aurifero extrahido q' seja das Minas se deve lançar em hum deposito ou forno como de cal e fazer-lhe fogo activo, e q.<sup>do</sup> estiver na sua maior ardencia se lhe lançará agua fria, q' certam.<sup>e</sup> deixará a pedra fragilissima, e fendida p.<sup>t</sup> todos os lados, de per consequens mais trituravel"<sup>421</sup>.

(421) Id., *ibid.*, p. 70-2.

Siqueira realizou, também, pesquisas na área de botânica. Foi ele quem fez o primeiro registro de **quina** em Mato Grosso, produto tido, até então, como exclusivo de regiões andinas.

*"(...) a quina Peruviana pareceu propria som.º de Loxa, Cuchabamba e Uyaquil no Perú, e contudo eu no anno de 1800 assas mostrei, q' havia quina nas serras de Cuyabá"*<sup>422</sup>.

O próprio Capitão-General de Mato Grosso manifestou esperanças de desenvolvimento da extração desse produto, para o que se lhe afigurava essencial a colaboração do sacerdote cuiabano. Tão indispensável seria a participação de Siqueira, segundo o governador da Capitania, que o empreendimento se inviabilizou por motivo de comprometimento das faculdades mentais do padre, por volta de 1810<sup>423</sup>.

José Manuel de Siqueira preocupou-se não só com o incremento e a modernização da produção na região mineira. Fez sugestões, ainda, no sentido de corrigir distorções que marcavam a circulação. Denunciou os abusos que prejudicavam o comércio, pois o intercâmbio burlava a lei econômica que impõe sejam as mercadorias trocadas por equivalentes. Sempre, a troca de não equivalentes beneficiava, com exclusividade, o comerciante das minas. Até as balanças eram manipuladas: havia balanças para venda e balanças para compra, ambas medindo, sistematicamente, em favor do proprietário da casa comercial. A limitação maior, contudo, incidia sobre os atributos imanentes à mercadoria que circulava sob a forma de equivalente nas minas: o ouro em pó. Os sucessivos procedimentos de troca e os fracionamentos decorrentes provocavam perdas. Mas também era habitual adicionarem-se outras matérias ao equivalente, não distinguíveis dele a olho nu. As mais comuns eram a areia e o esmeril. Por processo químico, Siqueira chegou a flagrar alto grau de impureza no ouro em pó que recebeu como pagamento salarial. *"Chimicam.º appartei dez 8.º de latão em 400 Cr.º q' recebi do meu ordenado, q' me foi pago em ouro em pó da Cap.ª do Guayazes"*<sup>424</sup>. A solução que postulou para a correção dessa anomalia foi a introdução da moeda nas regiões mineiras.

(422) SIQUEIRA, José Manuel de. *Op. cit.*, p. 136.

(423) OFFICIO nº 17, dirigido ao Conde de Linhares, por João Carlos Augusto D'Oeynhausien, relativamente aos meios de comunicação da Capitania de Mato Grosso com as outras por via fluvial (1811). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções op. cit.*, p. 127-8.

(424) SIQUEIRA, José Manuel de. *Op. cit.*, p. 141-2.

Concluindo, ao ensinar o mineiro como extrair o ouro, de forma a viabilizar maior rentabilidade do trabalho escravo, entre outras de suas iniciativas, Siqueira se colocou no mesmo campo daqueles sacerdotes que, no século XVIII, segundo Sailer, ensinavam "*ao padeiro como assar o pão, ao moleiro como moer o trigo e ao camponês como arar o campo*". Esse foi um comportamento típico daqueles padres que, no seio da Igreja Católica, aderiram à perspectiva burguesa. Assumiram a vanguarda do movimento de modernização da produção não só de forma retórica. Foram, no seu tempo, também cientistas e técnicos. Fizeram descobertas e empreenderam a construção de instrumentos, visando elevar a produtividade do trabalho.

A ação política do clero imbuído das aspirações burguesas, expressa através do próprio labor de José Manuel de Siqueira, foi a fonte que inspirou o ideal pedagógico de Azeredo Coutinho. O híbrido de sacerdote e filósofo naturalista, por conseguinte, não foi um ideal inventado pelo Bispo de Olinda. O homem que o Seminário de Olinda buscou produzir já existia. O parâmetro do criador da escola foi o ministério de inúmeros padres de seu tempo, da mesma forma que ele preocupados com o desenvolvimento material a partir de uma ótica burguesa. Azeredo Coutinho assumiu, ele próprio, no cotidiano de sua prática sacerdotal, o que preconizava no plano teórico. O depoimento do viajante francês Tollenare é expressivo, nesse sentido, ao confessar, cheio de admiração, que o Bispo de Olinda

*"(...) era um homem de um grande mérito, protetor das ciências, amigo da ordem e gozando de uma grande reputação. Vi no gabinete de história natural de Belém, em Portugal, belíssimos espécimes devidos às suas pesquisas e aos seus cuidados."*<sup>425</sup>

## 6. OS LIMITES HISTÓRICOS DO COLÉGIO-SEMINÁRIO DE OLINDA

Tendo sido o Seminário de Olinda a escola mais avançada de seu tempo, pode parecer um paradoxo que tenha se instalado numa cidade decadente. A idéia que pode emergir é a de que a base material não poderia comportar um tal projeto pedagógico, arrojado e nitidamente burguês.

---

(425) TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador, Livr. Progresso, 1956. p. 121.

De fato, Olinda já não era a cidade faustosa dos tempos anteriores à invasão holandesa e ao seu incêndio. Diminuíra a sua própria dimensão física. Os prédios mais antigos estavam sendo arruinados pelo tempo. Vilhena, em 1802, afirmava que a cidade era só o "*cadáver da antiga Olinda*"<sup>426</sup>

O Padre Manuel Aires de Casal, em 1817, referia-se às duas causas de sua decadência: a invasão holandesa e a "*vizinhança do Recife que lhe roubou todo comércio*."<sup>427</sup>

Também Azeredo Coutinho reconhecia o peso dessa última causa. Olinda vinha se arruinando, em grande parte, como decorrência de "*se ter passado todo o seu antigo Comércio e todo o Governo Civil, Econômico e Militar para a Villa do Recife*"<sup>428</sup>.

Através desses dois últimos depoimentos é superado o aparente paradoxo apontado de início. Se decadente era Olinda, sua vizinha imediata, Recife, vivia um momento de esplendor. Pernambuco, por seu lado, se tornara uma das mais florescentes capitanias do Brasil. Henry Koster a colocava em primeiro lugar, economicamente, segundo Nogueira. "*(...) se Pernambuco, politicamente, se encontrava em relação ao governo português em 3º ou 4º lugar, no que toca o comércio, estava em primeiro lugar, entre as províncias do Brasil*."<sup>429</sup>

Contribuíram para o "*levantamento de Pernambuco*", conforme expressão de Oliveira Lima, o "*aniquilamento*" de São Domingos, assim como os "*desastres*" de que foram vítimas as colônias espanholas e inglesas<sup>430</sup>. A produção açucareira do nordeste se intensificou e Recife se tornou o centro nervoso desse surto econômico.

Logo, o Seminário de Olinda, enquanto superestrutura, não foi uma manifestação excêntrica, não correspondeu a uma *idéia fora do lugar*. Pelo contrário, foi uma iniciativa educacional que refletiu, através de seu arrojo, um momento de grandeza material da Capitania de Pernambuco.

---

(426) Apud NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 73.

(427) *Id.*, *ibid.*, *loc. cit.*

(428) *Id.*, *ibid.*, p. 120.

(429) *Id.*, *ibid.*, p. 65.

(430) *Id.*, *ibid.*, *loc. cit.*

Sua duração, contudo, foi fugaz. Funcionou regularmente, gozando imenso prestígio, até o ano de 1817. Como a sua atividade cruzara os acontecimentos da Revolução Pernambucana, deflagrada nesse mesmo ano, à entrada das tropas repressoras do movimento, em Recife, correspondeu o fechamento da escola.

Todas as análises da historiografia e os próprios documentos apontam para a importância desse estabelecimento de ensino no processo de radicalização do pensamento revolucionário, em Pernambuco. Não que a escola tivesse sido determinante do movimento, como sugerem Capistrano de Abreu e Fernando de Azevedo mas, no centro dos acontecimentos, ela deu valiosa contribuição no sentido de fazê-lo avançar.

Os seus *Estatutos* ainda eram os mesmos, porém as discussões, nessa fase efervescente, haviam extrapolado em muito os limites impostos por Azeredo Coutinho. O liberalismo havia se desembaraçado de suas comportas, ampliando-se para novas áreas de manifestação. As liberdades individuais passavam a ser reivindicadas contestando quaisquer formas de cerceamento, inclusive as prerrogativas do soberano absoluto. Como alternativa ao despotismo, era defendido abertamente o regime republicano. Os padres, que constituíam a força norteadora desse amplo movimento de radicalização do pensamento burguês, inspiravam-se, agora, em intelectuais ligados à Revolução Francesa, como Rousseau e Condorcet. Tollenare afirma que na biblioteca conventual dos beneditinos, em Olinda, predominavam as obras produzidas pela "*filosofia do século XVIII*"<sup>431</sup>. O comportamento político do clero pernambucano se distanciava progressivamente, portanto, das idéias de Azeredo Coutinho. É de se destacar, na direção apontada pela análise, que o ideal pedagógico do Bispo de Olinda, considerado no estrito sentido que lhe foi dado pelo Autor, antagonizou-se com os resultados práticos atingidos pelo Seminário de Olinda. Esse estabelecimento de ensino foi pensado no interior de uma estratégia ampla de recuperação material do reino português. Um reino unificado, sob a autoridade de um monarca absoluto, um déspota esclarecido, este foi o ponto de partida de Azeredo Coutinho. Nessa perspectiva, considerava crime de lesa-majestade qualquer iniciativa voltada para a independência das colônias, inclusive de sua terra natal, o Brasil. Pouco mais de quinze anos bastaram para que o Seminário de Olinda, a escola que criara com o maior desvelo, se colocasse no centro da conspiração que visava dar independência ao Brasil e torná-lo uma nova república.

---

(431) TOLLENARE, L. F. *Op. cit.*, p. 122.



Eram republicanos, por exemplo, o Padre Miguelinho e o Padre João Ribeiro, ambos professores do Seminário, ligados a lojas maçônicas e lideranças destacadas da Revolução Pernambucana. Tudo o que se fala desses dois homens dá conta da larga influência que exerceram em seu tempo.

É muito provável que o proselitismo republicano teve lugar nas cátedras do educandário olindense. É sabido que o Padre Miguelinho, professor de retórica, com a sua *"eloquencia branda e cheia de sentimentalidade"*<sup>432</sup>, arrebatava os seus discípulos e os magnetizava.

*"Os moços que com elle se haviam instruído, abraçaram ardentemente a causa da liberdade, os discipulos seguiam o mestre na predica da sua evangelisação politico-social; dedicadamente o auxiliavam"*<sup>433</sup>.

O Padre João Ribeiro, professor de desenho, foi, sobretudo, um competente naturalista. Discípulo do botânico Arruda Câmara, o mestre revelou todo o seu apreço ao homenageá-lo através da designação científica da mangabeira: *Riberia sorbilis*<sup>434</sup>. Sobressaiu-se como um dos mais exaltados líderes do movimento de 1817. Dele o amigo Tollenare traçou um retrato que revela caráter reto, competência profissional e fidelidade aos princípios assumidos.

*"É um homem instruído e sem fortuna, sendo bastante filósofo para desprezá-la.*

*Exercia as funções de professor de desenho no seminário de Olinda; tendo sido suprimido este cargo obteve o de capelão de um hospital, (...), continuando a dar lições de desenho.*

*Possuía em sua casa uma espécie de gabinete de leitura; dez ou doze assinantes tinham começado a base de uma biblioteca da qual tinha a direção; este ensaio devia conduzir à formação de uma espécie de Lyceu, cuja concepção parecia tão inocente quão útil.*

---

(432) BANDEIRA, Alípio. Op. cit., p. 47.

(433) PINTO, F. C. Souza. Op. cit., p. 27-8.

(434) BANDEIRA, Alípio. Op. cit., p. 72.

*Pretendiam juntar-lhe um gabinete de história natural, e eu fôra encarregado de enviar da Europa uma coleção mineralógica classificada pelo método de Hay.*

*O Padre João Ribeiro era capaz de explicá-la; propunha-se também a abrir um curso de física e tinha já alguns instrumentos.*

*Nutrido com a leitura dos filósofos antigos e modernos, êle só respirava pela liberdade, e isto mais por amor dela do que por ambição.*

*Indignava-se de obedecer as vontades arbitrárias, sem manifestar o desejo de mando.*

*Arrastado pela leitura das obras de Condorcet, testemunhava a mais alta confiança no progresso do espírito humano; a sua imaginação ia mais depressa do que o seu século e sobretudo adiantava-se muito à indole dos seus compatriotas.*<sup>435</sup>

Essa citação de Tollenare, ao referir-se à extinção da "cadeira" de desenho, explicita uma limitação que cerceou a realização plena do plano de estudos proposto por Azeredo Coutinho. Com efeito a valorização das ciências modernas e a sua incorporação ao currículo do Seminário de Olinda, sempre foram decantadas como indicadores do caráter avançado da proposta pedagógica do Bispo de Olinda. Aliás, só em presença das ciências modernas seria passível de realização o seu ideal pedagógico, qual seja a formação do híbrido de sacerdote e filósofo naturalista. Ora, o desenho era uma "cadeira" auxiliar da filosofia natural e, mais sério, com ela se extinguiu, igualmente, a "cadeira de física". Ambas foram abolidas, segundo Tollenare, assim que Azeredo Coutinho deixou a diocese<sup>436</sup>. Logo, esses estudos teriam deixado de existir dois ou, no máximo, três anos após a instalação da escola.

Quanto ao destino de João Ribeiro, o professor de desenho, Tollenare é taxativo:

*"(...) se retirou para o Recife onde é capelão de um hospital e dá algumas lições."*<sup>437</sup>

(435) TOLLENARE, L. F. Op. cit., p. 197-8.

(436) Id., ibid., p. 121.

(437) Id., ibid., loc. cit.

A "*filosofia universal*" que, entre outras áreas, abrangia a física, teve como professor, no Seminário de Olinda, o Padre José da Costa Azevedo. Há registros que tornam evidente também o seu deslocamento imediato. Esse "*homem de grande merecimento científico*", segundo Baratta, foi convidado por Azeredo Coutinho para trabalhar em Olinda, ainda em Lisboa, onde regia uma "*cadeira de ciências naturais*". Depois de ter passado pelo Seminário pernambucano, rumou para o Rio de Janeiro, cidade em que, nos primeiros tempos, ocupou-se como "*lente de mineralogia*". Foi, em seguida, "*o primeiro diretor do Museu Nacional*"<sup>438</sup>.

A retração dos estudos relativos às ciências modernas não abalou o prestígio do Seminário de Olinda. A ele continuavam recorrendo grandes contingentes de candidatos anualmente. Envolvido pelo clima revolucionário, o estabelecimento havia acolhido e difundia os ideais do movimento. Seus professores, egressos e mesmo alunos participavam ativamente das articulações pela independência e pela instauração do regime republicano.

A conflagração, porém, levou a "*república dos setenta e cinco dias*" à derrocada. A morte dos principais conspiradores e o terror desencadeado pela repressão fizeram com que se levantasse, após 1817, uma certa desconfiança em relação ao Seminário de Olinda. Ao reabrir as suas portas, no ano de 1822, o Aviso do Cabido de Olinda evidenciou, através de seu próprio texto, a preocupação de exorcizar os males que, antes da Revolução Pernambucana, teriam atingido a escola. Mencionou, por exemplo, que "*pessoas amantes das Letras e das Virtudes (...) se empenharam na sua regeneração*"<sup>439</sup>, visando, claramente, quebrar o temor e a desconfiança que se estabeleceram face à escola.

*"Dignos pais de família detestai temores, e vossos filhos encontrarão no Seminário todos os meios de conseguirem os conhecimentos que conduzem ao homem honesto pela estrada reta da honra, gloria e virtude; podeis pois mandá-los na certeza de que desempenharemos nossa palavra, nosso dever."*<sup>440</sup>

---

(438) BARATTA, Cônego José do Carmo. *Op. cit.*, p. 53.

(439) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 214. (Grifo nosso)

(440) *Id.*, *ibid.*, *loc. cit.*

Essa tentativa de convencimento foi inútil. Em 1824, a matrícula chegou ao seu encerramento com 19 alunos<sup>441</sup>. Era a decadência. Esse número ínfimo estava muito distante dos 133 estudantes matriculados, quando da inauguração da escola.

A crise se aprofundava. Em 1830 o Reitor foi demitido, evento motivado "*por falta de disciplina dos alunos*", segundo Nogueira<sup>442</sup>. Ao longo das décadas de vinte e de trinta, outras ocorrências aguçaram o esvaziamento do Seminário de Olinda. Devem ser nomeadas, em especial, a criação do Colégio das Artes, em 1827, assim como a do Liceu Provincial de Pernambuco, em 1832, pois disputavam todos a mesma clientela. Essa competição, no âmbito dos estudos de nível médio, revelou-se ruínosa para o Seminário.

Assim, a sua transformação em estabelecimento pio, no ano de 1836, quando lhe foram outorgados novos estatutos por D. João Perdigão, aparenta representar o natural desenlace da crise que vivia, desde 1817. Essa é, contudo, uma avaliação precipitada, pois só leva em conta a conjuntura local. De fato, transformações muito mais amplas e profundas colocavam por terra os projetos educacionais daquele segmento do clero que aderiu à perspectiva burguesa, na segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

A melhor evidência desse fato é o Seminário franciscano do Rio de Janeiro. Sem ter sofrido os mesmos percalços da escola pernambucana, destinou-se ao desaparecimento. Maria do Carmo Tavares Miranda, ao referir-se aos cursos do estabelecimento franciscano, admite que

*"(...) funcionaram provavelmente até 1805 pois vemos ainda nesse ano o nome do Frei Joaquim da Santas Virgens Salazar, como mestre de hebraico, nomeado que foi em 1779."*<sup>443</sup>

O que representou o golpe de misericórdia e a desarticulação definitiva desses colégios-seminários católicos foi o surgimento dos liceus e dos colégios públicos, depois da Independência. Nas regiões mais desenvolvidas do País, portanto, o predomínio dos colégios-seminários se estendeu por meio século, aproximadamente, já que se iniciara no último quartel do século XVIII.

---

(441) Id., *ibid.*, loc. cit.

(442) Id., *ibid.*, loc. cit.

(443) MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. *Op. cit.*, p. 208.

Significativamente, o próprio Colégio Pedro II nasceu sobre os escombros de um colégio-seminário católico.

*"(...) D. Antônio de Guadalupe fundou, com o nome também de Seminário, um colégio de órfãos, ou 'seminário de São Pedro' onde sob a direção de um reitor se ensinava Latim, Música e Cantochoão 'para habilitar os novos colegiais a diferentes modos de vida a fim de se tornarem úteis às sociedades tanto eclesiástica como civil' escreve Pizarro. Mudando de lugar, mudou de nome sendo conhecido depois, por seminário dos órfãos de São Joaquim. Caindo em decadência o colégio dos órfãos, foi restaurado em 1837 e convertido no colégio Pedro II."<sup>444</sup>*

Essa retração dos colégios-seminários católicos esteve estreitamente associada à progressiva resistência do clero ao regalismo imperial, herdado do reino português. O regalismo já desempenhara o seu papel histórico. Fora em Portugal, um instrumento de luta contra o maior dos senhores feudais: a Igreja Católica. Mas esta, já em grande parte derrotada nos principais bastiões do universo, vinha passando por um processo de aburguesamento gradativo. No interior dessa Igreja Católica em vias de aburguesamento, importava estabelecer um divisor preciso entre o poder espiritual e o poder temporal. Nesse sentido, a contestação do clero contra o regalismo, no século XIX, assumiu o caráter de luta por autonomia frente ao poder político do estado, sem que fosse ameaçada a sua base burguesa. Foi nesse movimento que ganhou força a emergência dos seminários pios, voltados, exclusivamente, para a formação de sacerdotes. Os colégios-seminários, nascidos em fins do século XVIII, passaram a representar, para os defensores da ortodoxia católica, uma submissão incômoda da Igreja aos interesses do trono. Ao postular a separação do poder espiritual em relação ao poder temporal, esse processo fez manifestar-se uma tendência da educação na sociedade burguesa. Mesmo que atenuada no Brasil, por força de sua herança histórica, tal tendência levou a Igreja Católica a limitar-se, predominantemente, à formação dos quadros clericais, enquanto o estado burguês passava a assumir, progressivamente, a formação do cidadão. Daí a emergência dos seminários pios, de um lado, integralmente submetidos à orientação da Igreja Católica, autônomos em relação ao poder temporal e restritos à formação teológica. De outro lado, desenvolveram-se o Colégio Pedro II, mantido pelo poder central, e os liceus provinciais, cujos planos de estudos

---

(444) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. *Op. cit.*, p. 35.

fecundaram-se na rica herança das ciências modernas e na reinterpretação burguesa das humanidades clássicas.

Essa especialização dos estabelecimentos de ensino não deixava mais espaço para os colégios-seminários. Mesmo os novos colégios secundários, criados por ordens religiosas católicas durante o Império, não podem ser confundidos com aqueles. Evidencia a necessidade dessa distinção o fato de que os novos colégios cumpriam sua função propedêutica, face aos cursos superiores, tomando como modelo o plano de estudos do Colégio Pedro II. Igualavam-se, nesse sentido, aos liceus provinciais e às demais escolas particulares leigas.

O Relatório Gonçalves Dias ilustra o desfecho do processo. Em 1854, praticamente todos os seminários das regiões brasileiras mais desenvolvidas eram pios. O plano de estudos do Seminário de Olinda incluía, então, somente matérias teológicas – história eclesiástica, teologia dogmática e teologia moral – além de canto chão. Quanto ao "*estudos preparatórios*", o relatório torna evidente a tendência dominante. Os seminaristas os realizavam nos liceus públicos ou em outras escolas equivalentes. Em Olinda, a solução dada pelos estatutos de 1836 se impusera em definitivo: os candidatos a ingresso concluíam os seus "*estudos preparatórios*" junto ao Colégio das Artes ou no Liceu Provincial de Pernambuco<sup>445</sup>.

Ao finalizar, é necessário deixar claro que as conclusões expostas apresentam graus diferentes de refinamento, pois as balizas teóricas e documentais da investigação nem sempre permitem dar-lhes acabamento definitivo. É preciso lembrar que essas balizas foram estabelecidas para discutir o caráter burguês do plano de estudos do Seminário de Olinda. As formulações expostas, portanto, são a expressão da sistematização passível de ser alcançada face aos condicionamentos apontados. Outras investigações poderão trabalhar as questões não respondidas suficientemente. Uma delas, pelo menos, pode ser assinalada. Merece investigação mais aprofundada a relação que se estabeleceu entre a Revolução Pernambucana de 1817 e o Seminário de Olinda. O levantamento exaustivo de fontes documentais e historiográficas, acerca desse tema, poderia clarear melhor não só o grau de participação dos docentes, egressos e alunos da escola. Poderia revelar, também, se o estabelecimento foi um centro de proselitismo dos ideais

---

(445) RELATÓRIO Gonçalves Dias. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. Op. cit., p. 342.

republicanos ou se, os seus professores, mesmo os republicanos, cerceavam a divulgação de suas idéias no exercício do magistério. Poderia, finalmente, esclarecer os choques ocorridos entre os segmentos da Igreja Católica, acerca do movimento revolucionário, e qual o papel que atribuíam ao Seminário de Olinda no interior do processo de crise. Solucionadas essas dúvidas, seria possível uma avaliação mais exata da relação postulada, afastando de vez a influência das crenças folclóricas e das elucubrações grandiloqüentes.

**À GUIA DE CONCLUSÃO**



As últimas páginas deste trabalho não visam, propriamente, resumir as conclusões fundamentais da investigação. Essas conclusões fundamentais já foram por demais acentuadas. O caráter burguês do plano de estudos do Seminário de Olinda transparece, com limpidez, tanto indiretamente, através das aspirações econômicas e do ideário pedagógico de Azeredo Coutinho, seu autor, como diretamente, no decurso do exame exaustivo dos conteúdos que o integram. O último capítulo, fundamentado em fontes documentais e historiográficas, buscou, também, sistematizar conclusões possíveis e cabíveis acerca das controvérsias referentes à escola. Portanto, recolocá-las, mais uma vez, equivaleria a uma insistência inútil e repetitiva.

Mais procedente seria a tentativa de desenvolver uma derradeira visão de conjunto das contribuições que a investigação procurou ensejar. Nesse sentido, quatro aspectos devem ser realçados.

O primeiro deles refere-se à intenção primordial que presidiu o trabalho. Basicamente, não se buscou aprofundar ou ampliar o conjunto de informações, relativo ao Seminário de Olinda, já conhecido. Até porque, além do razoável número de obras produzidas e publicadas, há algumas delas bastante densas. O livro de Mons. Severino Leite Nogueira é um exemplo ilustrativo desse fato. Tanto é verdadeira a riqueza do manancial de informações, referente à escola, que o primeiro capítulo procurou resgatar uma parte expressiva do que está contido na historiografia. Contudo, se o trabalho não avança no sentido de trazer à luz novas informações, o que marca a sua originalidade é a busca de compreensão da escola pernambucana a partir do combate histórico. Por isso, apela para o concurso da ciência da história, tal como a entende Marx em *A ideologia alemã*<sup>466</sup>. O que se pretendeu foi configurar a luta de classes, entre fins do século XVIII e início do século XIX, as suas peculiaridades em Portugal e suas colônias, a forma pela qual o Seminário de Olinda refletiu o antagonismo histórico e a função que lhe coube no seu interior.

O segundo aspecto remete para uma orientação que marcou a análise: a análise histórica deve ser, sempre, uma análise concreta. Aplicada ao caso do Iluminismo luso-brasileiro, essa orientação impõe vê-lo como uma manifestação de um movimento

---

(446) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da filosofia mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner...* 3.ed. Portugal, Presença; Brasil, M. Fontes, s.d. v. 1, 311 p.

universal que reflete, porém, na sua forma de realização, as condições peculiares que cercaram a luta de classes em Portugal e seus domínios, no século XVIII. Como consequência, uma análise tal não se compatibiliza com a exigência de ajustamento da expressão singular do fenômeno universal a modelos **aprioristicamente** deduzidos de suas formas clássicas de realização, típicas das nações materialmente mais avançadas. O maior poder explicativo da forma mais desenvolvida do fenômeno, que é real, não pode ser reduzido a uma simplificação, pela qual essa forma transforma-se em camisa-de-força no processo de análise. A partir de uma análise concreta, foi possível demonstrar não só que Azeredo Coutinho, mesmo mantendo-se refratário às idéias políticas mais avançadas de seu tempo, assumiu concepções econômicas liberais, aproximando-se, inclusive, de Adam Smith. Mais importante, foi possível evidenciar que o seu comportamento político refletiu o comportamento geral de sua classe, frágil econômica e politicamente, em Portugal, face às forças feudais. A **conciliação política** e o **reformismo**, traços marcantes da burguesia luso-brasileira, nessa fase, resultaram, portanto, de uma correlação de forças desfavorável à classe que representava o novo.

Imediatamente derivado desse segundo aspecto, o terceiro evidencia que, analisado concretamente, o plano de estudos do Seminário de Olinda revela conteúdo iluminista. A demonstração escolheu o caminho da comparação entre a proposta de Azeredo Coutinho e as correspondentes ao Humanismo, à Reforma e à Contra-Reforma. Logo, foram consideradas todas as propostas pedagógicas que emergiram do interior dos antagonismos de classes, na fase de transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. A comparação deu caráter dinâmico aos conteúdos dos planos de estudos. Vistos sob uma perspectiva marcada pelo movimento, revelou-se o processo de seu desenvolvimento, a sua historicidade. A investigação não deixou de demonstrar, também, as limitações da proposta pedagógica de Azeredo Coutinho, compreensíveis pelo mesmo fato de Portugal e suas colônias não encontrarem-se, à época, na vanguarda do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse sentido, sim, a análise procurou dar consequência ao pressuposto metodológico segundo o qual só a forma mais desenvolvida revela, de maneira mais integral, as tendências históricas, e só ela é a chave para a compreensão das formas menos desenvolvidas.

Finalmente, merece ser destacado um quarto e último aspecto, nessa tentativa de sumariar as contribuições que a investigação procurou viabilizar. As conclusões procuraram respaldar-se, fundamentalmente, em obras clássicas e documentais. O anseio

foi o de assegurar precisão às elaborações produzidas. Talvez, em certos passos, até possa emergir a impressão de um apego excessivo aos textos das fontes. A propósito, retomar algumas considerações de Manacorda, dirigidas "Ao Leitor" de *História da educação da Antiguidade aos nossos dias*<sup>447</sup>, evidencia mais claramente o que motivou essa opção. Usar as palavras das fontes clássicas e documentais representa usar as **palavras** de quem tratou dos **problemas históricos**, inclusive dos relativos à educação. Logo, a partir de uma perspectiva epistemológica precisa, a idéia de lastrear a análise, muitas vezes de uma forma exaustiva, sobre tais **palavras**, representa, também, busca de rigor, fidelidade às fontes clássicas e documentais e exercício da luta. No mundo da ciência o combate, tanto ao **ecletismo burguês**<sup>448</sup> como aos "*discursos indiretos aproximativos*", que mutilam as intenções de suas fontes, constitui, sobretudo, uma atitude intelectual contrária à escamoteação política.

Se todas essas preocupações perseguidas ficaram evidentes na leitura, o trabalho cumpriu uma de suas precípuas finalidades.

---

(447) MANACORDA, Mario Alighiero. *Op. cit.*, p. 5-8.

(448) ALVES, Gilberto Luiz. *Da história à história da educação*. São Carlos, UFSCar, 1981. p. 9-17.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo, PUC; Brasília, INEP, 1989. 365 p. (Memórias da Educação Brasileira)
- ALVARÁ Régio, de 28 de junho de 1759, em que se extinguem todas as Escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e se estabelece um novo regime. In: ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. p. 157-64.
- ALVES, Gilberto Luiz. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. **Rev. Novos Rumos**, São Paulo, 16:89-112, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Da história à história da educação**. São Carlos, UFSCar, 1981. 141 p. (Dissertação de mestrado)
- \_\_\_\_\_. **Educação e história em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, UFMS/Imprensa Universitária, 1984. 156 p. (Publicações UFMS, v. 1)
- ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. 226 p.
- \_\_\_\_\_. **Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa**. (Lisboa), Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (1982). 670 p. (Temas portugueses)
- ANTUNES, Manuel et alii. **Como interpretar Pombal? (No bicentenário da sua morte)**. Lisboa, Brotéria; Porto, Livraria A. I., (1983). 399 p.
- AULA do Commercio. Transcrição e reprodução fac-similar de documentos do Arquivo do Cosme Velho, anot. e coment. por Marcos Carneiro de Mendonça. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1982. 643 p. (Biblioteca Reprográfica Xerox)
- AZEVEDO, Fernando de. A transmissão da cultura: parte 3. da 5.ed. da obra **A cultura brasileira**. São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. 268 p.
- BACON, Francis. **Novum Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida**. 3.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984. 273 p. (Os pensadores)
- BANDEIRA, Alípio. **O Brasil heroico em 1817.**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918. 333 p.
- BARATTA, Cônego José do Carmo. **Escola de heróis: o Colégio de N. S. das Graças o Seminário de Olinda**. (2.ed.) Recife, Com. Est. das Comem. do Sesquicent. da Independência, 1972. 98 p.
- BERGER, Manfredo. **Educação e dependência**. São Paulo, DIFEL; Porto Alegre, URGS, 1976. 354 p. (Corpo e Alma do Brasil, v. 45)
- BRECHT, Bertolt. "*Vida de Galileo Galilei*". In: **Teatro de Bertolt Brecht**. Habana, Arte y Literatura, 1981. p. 49-174.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 7.ed. São Paulo, Nacional, 1985. p. 89-107. (Biblioteca Universitária; sér. 2.: Ciências Sociais, v. 49)
- CARDOSO, Elpídio M. **Tendências renovadoras e conservadoras na filosofia da educação de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho**. Rio de Janeiro, PUC, 1975. 160 p. (Dissertação de mestrado)

- CARDOZO, Manoel. "Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época". In: KEITH, Henry H. & EDWARDS, S. F. (Org.). **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970: p. 86-122. (Retratos do Brasil, v. 79).
- CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso, Visconde de. **O Brasil na administração pombalina: economia e política externa**. 2.ed. São Paulo, Nacional; (Brasília), INL, 1979. 313 p. (Brasiliana, v. 192)
- CARREIRA, Antônio. **As companhias pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba**. Lisboa, Presença, (1983). 426 p.
- CARTA do Príncipe Regente a Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador e Capitão-General de Mato Grosso, escrita no Palacio de Queluz em dezanove de agosto de mil e sete centos noventa e nove. In: MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963. p. 26-8.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo, Saraiva; EDUSP, 1978. 241 p.
- CHAGAS, Valnir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus – antes, agora e depois?** São Paulo, Saraiva, 1978. 386 p.
- COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos**. 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1976. 525 p.
- COMPAYRÉ, Gabriel. **Histoire de la Pédagogie**. 24.ed. Paris, Librairie Classique Paul Delaplane, 1914. 512 p.
- CONDORCET. **Bosquejo de um quadro histórico de los progresos del espíritu humano**. Madrid, Editora Nacional, 1980. 255 p. (Clásicos para una Biblioteca Contemporánea)
- COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Obras econômicas de ... (1794-1804)**. São Paulo, Nacional, 1966. 318 p. (Roteiro do Brasil, v. 1)
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporária: da Colônia à era Vargas**. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986. 339 p.
- CUNHA, Luiz da. **Testamento político; ou Carta escrita pelo grande D. ... ao Senhor Rei D. José I antes do seu governo, o qual foi do Conselho dos Senhores D. Pedro II, e D. João V, e seu Embaixador às cortes de Vienna, Haya, e de Paris, onde morreu em 1749**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976. 103 p.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1985. 109 p.
- A ENCICLOPÉDIA: textos escolhidos**. Lisboa, Estampa, 1974. 204 p.
- ERASMO. "*Plan de estudios*". In: **Obras escogidas**. 2.ed. Madrid, Aguilar, 1964. p. 444-58
- ESTATUTOS do Collegio Real de Nobres da Corte, e Cidade de Lisboa**. Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1777. 22 p.
- ESTATUTOS do Seminario Episcopal de N. Senhora da Grasa da Cidade de Olinda de Parnambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho XII**

- Bispo de Parnambuco do Conselho de S. Magestade Fidelisima fundador do mesmo Seminario.** Lisboa, Typografia da Acad. R. das Ciencias, 1798. 109 p.
- FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.** São Paulo, Ática, 1982. 532 p. (Ensaaios, v. 83)
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 1.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, s.d. 1499 p.
- FERREIRA, Tito Livio. **História da educação lusobrasileira.** São Paulo, Saraiva, 1966. 287 p.
- FIGUEIRA, Fani Goldfarb. **Cadernos de estudos históricos.** s.n.t. 401 p. (Datilografado)
- FREYRE, Gilberto. **Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira.** 4.ed.rev.atual.aument. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. 158 p.
- GALILEI, Galileu. **Ciência e Fé.** São Paulo, Nova Stella; Rio de Janeiro, MAST, 1988. 109 p. (Coleção Clássicos da Ciência, v. 3)
- GIANNETTO, Nella (Org.). **Vittorino da Feltre e la sua scuola: umanesimo, pedagogia, arti.** Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1981. 420 p.
- GOMES, Joaquim Ferreira. **"Introdução".** In: COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos.** 2.ed. Lisboa, Gulbenkian, 1976. p. 5-41.
- HIRSCHBERGER, Johannes. **Historia de la Filosofia.** Barcelona, Editorial Herder, 1963. 2 v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **"Apresentação".** In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Obras econômicas de ... (1794-1804).** São Paulo, Nacional, 1966. p. 13-53. (Roteiro do Brasil, v. 1)
- \_\_\_\_\_. **Monções.** 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. 163 p. (Biblioteca Alfa-Ômega de Ciências Sociais, Série 1ª, v. 8)
- INSTRUCCOENS para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor para o uso da Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Domínios.** Lisboa, Na Offic. de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca, 1759. 16 p.
- LEAL, Teofilo. **Frei Miguelinho: ou aspectos politicos e moraes do tempo de d. João VI.** Rio de Janeiro, Pap. Americana, 1931. 213 p.
- LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** 1.ed. Brasília; Rio de Janeiro, Brasília, 1974. 273 p. (Coleção Pedagogia)
- LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII.** São Paulo, Loyola, 1981. 127 p. (Coleção "Educação", v. 3)
- LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. 298 p. (Perspectivas do homem, v. 33)
- MACEDO, Jorge Borges de. **A situação econômica no tempo de Pombal: alguns aspectos.** 2.ed. Lisboa, Moraes, 1982. 193 p.

- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.** São Paulo, Cortez; Autores Associados, 1989. 382 p. (Coleção Educação Contemporânea)
- MANDEVILLE, Bernard de. **Ricerca sulla natura della società; con il Saggio sulla Carità e sulle Scuole de Carità.** Roma, Laterza, 1974. 129 p. BIBLIOGRAFIA
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe; Escritos políticos.** 3.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984. 240 p. (Os pensadores)
- MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963. 225 p.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (livro primeiro: o processo de produção do capital).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. 2 v.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da filosofia mais recente na pessoa dos seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner...** 3.ed. Portugal, Presença; Brasil, M. Fontes, s.d. v. 1, 311 p. (Coleção Síntese)
- \_\_\_\_\_. **"Manifesto del Partido Comunista".** In: Obras escogidas. Moscú, Progreso, s.d. p. 32-60.
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **Os franciscanos e a formação do Brasil.** Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969. 306 p.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias (Subsidios para a história da educação no Brasil): 1834-1889.** São Paulo, Nacional, 1939. 1º v. (Brasiliana, v. 147)
- \_\_\_\_\_. **A instrução e o imperio (Subsidios para a história da educação no Brasil): 1823-1853.** São Paulo, Nacional, 1936. 1º v. (Brasiliana, v. 66)
- NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho.** Recife, FUNDARPE, 1985. 383 p. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, v. 19)
- OFFICIO nº 17, dirigido ao Conde de Linhares, por João Carlos Augusto D'Oeynhausien, relativamente aos meios de comunicação da Capitania de Mato Grosso com as outras por vias fluvial (1811). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 127-31.
- OITICICA, Luis da Rosa. **Aspectos da Revolução de 1817.** Recife, Nordeste, 1953. 29 p. (Cadernos da Província)
- ORGANIZAÇÃO e Plano de Estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Pe. Leonel. **O método pedagógico dos jesuitas.** Rio de Janeiro, Agir, 1952. p. 119-230.
- PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil.** São Paulo, Grijalbo; EDUSP, 1967. 276 p.
- PEIXOTO, Afranio. **Noções de história da educação.** 3.ed. São Paulo, Nacional, 1942. 357 p. (Atualidades Pedagógicas, v. 5)
- PEREIRA, Lupércio Antonio. **Limites históricos do pensamento abolicionista: uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão no Brasil.** Assis, UNESP, 1986. 260 p. (Dissertação de mestrado)
- PINTO, F. C. Souza. **Frei Miguelinho: uma pagina da revolução de 1817.** 5.ed. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Cia, 1928. 91 p.



- PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 1.ed. São Paulo, Fulgor, 1963. 192 p.  
(Coleção de Estudos Sociais e Filosóficos)
- RABELAIS, François. **Gargantua**. São Paulo, HUCITEC, 1986. 277 p.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1978. 139 p (Coleção educação universitária)
- SANCHES, A. N. Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Nova ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922. 217 p.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. (Coord.). **Pombal revisitado**. Lisboa, Estampa, 1984. 2 v.
- SÉRGIO, António. **Breve interpretação da história de Portugal**. 11.ed. Lisboa, Sá da Costa, 1983. 164 p. (Obras Completas)
- SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo, Nacional, 1969. 416 p. (Atualidades Pedagógica, v. 94)
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis, Vozes, 1981. 172 p. (História Brasileira, v. 6)
- SIQUEIRA, José Manuel de. **Memoria q' ... Presb.<sup>o</sup> Secular Professor Real da Filosofia Rac.<sup>al</sup> e Moral da V.<sup>a</sup> do Cuyabá Academico da R.<sup>l</sup> Academia das Sciencias de Lx.<sup>a</sup> enviou a M.<sup>ma</sup> Academia sobre a decadencia atual das tres Cap.<sup>nias</sup> de Minnas e os meios d'a reparar; no anno de (1802)**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. 2.ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 133-43.
- SMITH, Adam. **Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa, Gulbenkian, 1983. 2 v.
- TOBIAS, José Antonio. **História da educação brasileira**. 2.ed. São Paulo, Juriscredi, s.d. 496 p.
- TOLLENARE, L. F. **Notas dominicais: tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818**. Salvador, Livr. Progresso, 1956. 364 p.
- TREVISAN, Leonardo. **Estado e educação na história brasileira (1750/1900)**. 1.ed. São Paulo, Moraes, 1987. 124 p.
- VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Lisboa, Sá da Costa, 1952. 5 v. (Coleção de Clássicos Sá da Costa)
- VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Contos**. São Paulo, Abril Cultural, 1979. 415 p. (Coleção Obras Primas)